

Raquel Meister Ko. Freitag
Mônica Maria Guimarães Savedra

Organizadoras

MOBILIDADES E CONTATOS LINGUÍSTICOS NO BRASIL



MOBILIDADES E CONTATOS
LINGUÍSTICOS NO BRASIL

CONSELHO EDITORIAL

André Costa e Silva
Cecilia Consolo
Dijon de Moraes
Jarbas Vargas Nascimento
Luis Barbosa Cortez
Marco Aurélio Cremasco
Rogerio Lerner

MOBILIDADES E CONTATOS LINGUÍSTICOS NO BRASIL

Organizadoras: Raquel Meister Ko. Freitag e Mônica Maria Guimarães Savedra

Esta obra faz parte do projeto “Políticas linguísticas: variedade, diversidade, contato e os direitos linguísticos” (edital CAPES/FAPITEC/PROMOB 06/2016).

Mobilidades e contatos linguísticos no Brasil

© 2023 Raquel Meister Ko. Freitag, Mônica Maria Guimarães Savedra

Editora Edgard Blücher Ltda.

Publisher Edgard Blücher

Editor Eduardo Blücher

Coordenação editorial Jonas Eliakim

Produção editorial Aline Fernandes

Diagramação Joyce Rosa

Revisão de texto Samira Panini

Capa Laércio Flenic

Imagem da capa: iStockphoto

Blucher

Rua Pedroso Alvarenga, 1245, 4º andar

04531-934 – São Paulo – SP – Brasil

Tel.: 55 11 3078-5366

contato@blucher.com.br

www.blucher.com.br

Segundo o Novo Acordo Ortográfico, conforme 6. ed. do *Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa*, Academia Brasileira de Letras, junho de 2021.

É proibida a reprodução total ou parcial por quaisquer meios sem autorização escrita da editora.

Todos os direitos reservados pela Editora Edgard Blücher Ltda.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Angélica Ilacqua CRB-8/7057

Mobilidades e contatos linguísticos no Brasil / organizado por Raquel Meister Ko. Freitag, Mônica Maria Guimarães Savedra. -- São Paulo : Blucher, 2023. 262 p.

Bibliografia

ISBN 978-65-5550-211-4 (impresso)

1. Linguística 2. Relações culturais I. Freitag, Raquel Meister Ko. II. Savedra, Mônica Maria Guimarães

22-6562

CDD 410

Índices para catálogo sistemático:

1. Linguística

CONTEÚDO

APRESENTAÇÃO	11
1. CONTATOS, MOBILIDADES E LÍNGUAS NO BRASIL	13
1.1 INTRODUÇÃO	13
1.2 OS “LINGUISMOS”	15
1.3 DO MULTILINGUISMO AO MONOLINGUISMO	18
1.4 DIÁSPORAS E FRONTEIRAS	19
1.5 O RECONHECIMENTO DA DIVERSIDADE LINGUÍSTICA NO BRASIL	22
REFERÊNCIAS	25
2. EM SUAS PRÓPRIAS PALAVRAS: TRANSLINGUAGEM ENTRE POLONOFALANTES EM CRUZ MACHADO, PARANÁ	27
2.1 INTRODUÇÃO	27
2.2 O POLONÊS DE IMIGRAÇÃO	29
2.3 O ESTUDO	33
2.4 TRANSLINGUAGEM, OU, QUAIS SÃO AS DISTINÇÕES RELEVANTES PARA FALANTES COLONIAIS?	34
2.5 TRANSLINGUAGEM EM CRUZ MACHADO	38
2.6 RESUMO E CONCLUSÕES	49
REFERÊNCIAS	50

3. MARCADORES DISCURSIVOS NA FALA BILÍNGUE TALIAN-PORTUGUÊS BRASILEIRO: LIMITES DE ANÁLISE ENTRE EMPRÉSTIMO LINGUÍSTICO, <i>CODE-SWITCHING</i> E <i>CODE-MIXING</i>	57
3.1 INTRODUÇÃO	57
3.2 MARCADORES DISCURSIVOS: FORMAS, FUNÇÕES E CONTATO LINGUÍSTICO	60
3.3 FENÔMENOS DO CONTATO LINGUÍSTICO: EMPRÉSTIMO LINGUÍSTICO, ALTERNÂNCIA DE CÓDIGO (<i>CODE-SWITCHING</i>) E MISTURA DE CÓDIGO (<i>CODE-MIXING</i>)	66
3.4 MDS DO TALIAN E DO PORTUGUÊS BRASILEIRO NA TRANSMISSÃO DE UM FALANTE BILÍNGUE: O QUE ESTÁ ACONTECENDO?	72
3.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	76
REFERÊNCIAS	78
4. FALANTES DO PORTUGUÊS KAXINAWÁ EM DINÂMICAS DE CONTATO LINGUÍSTICO: UM RETRATO EM CONSTRUÇÃO	85
4.1 INTRODUÇÃO: FOCANDO...	85
4.2 O PORTUGUÊS KAXINAWÁ	88
4.3 AJUSTE FINO: REFERENCIAIS TEÓRICO-METODOLÓGICOS	89
4.4 DANDO UM ZOOM: AS INTERAÇÕES TRANSCULTURAIS ANALISADAS	91
4.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	105
REFERÊNCIAS	106
5. O LÉXICO DE BRASILEIROS E BOLIVIANOS NA FRONTEIRA ENTRE CÁCERES E SAN MATIAS: UMA ANÁLISE SOBRE OS EFEITOS DO CONTATO ENTRE O PORTUGUÊS E O ESPANHOL	109
5.1 INTRODUÇÃO	109
5.2 O CONTATO ENTRE O PORTUGUÊS E O ESPANHOL	114
5.3 A VARIAÇÃO LINGUÍSTICA NO ESPAÇO FRONTEIRIÇO	116
5.4 ASPECTOS METODOLÓGICOS	116
5.5 ESCONDE-ESCONDE OU ENCANTADO?	117

5.6 CABRA-CEGA OU GALLINITA CIEGA?	119
5.7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	122
REFERÊNCIAS	123
6. PANORAMA LINGUÍSTICO DA FRONTEIRA FRANCO-AMAPAENSE	125
6.1 INTRODUÇÃO	125
6.2 CONTATO LINGUÍSTICO E OS CONTEXTOS DE INTERAÇÃO	127
6.3 O CONTEXTO DE FRONTEIRA	129
6.4 O CONTATO EM OIAPOQUE	133
6.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	138
REFERÊNCIAS	138
7. MOBILIDADE E VARIAÇÃO LINGUÍSTICA: REALIZAÇÃO DA APROXIMANTE RETROFLEXA [ɺ] NO PORTUGUÊS DE PASSO FUNDO – RS	141
7.1 INTRODUÇÃO	141
7.2 FUNDAMENTOS TEÓRICOS PARA O ESTUDO DA VARIAÇÃO, MOBILIDADE E CONTATO LINGUÍSTICO	143
7.3 A COMUNIDADE DE FALA DE PASSO FUNDO	145
7.4 A VARIANTE RETROFLEXA DE /R/ EM CODA NO PORTUGUÊS DO SUL DO BRASIL	149
7.5 METODOLOGIA	151
7.6 RESULTADOS E DISCUSSÃO	153
7.7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	159
REFERÊNCIAS	160
8. SISTEMATIZANDO PADRÕES DIALETAIS MORFOSSINTÁTICOS: MOBILIDADE E CONTATO	165
8.1 INTRODUÇÃO	165
8.2 A MOBILIDADE COMO FATOR EXPLANATÓRIO NA PESQUISA SOCIOLINGUÍSTICA	166
8.3 CONSTRUINDO UMA AMOSTRA DE MOBILIDADE	168

8.4 PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE	169
8.5 RESULTADOS	170
8.6 SISTEMATIZAÇÃO DOS RESULTADOS	184
8.7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	184
REFERÊNCIAS	185

9. A MONOTONGAÇÃO DE /EI/NA NORMA DE MAPUTO **189**

9.1 INTRODUÇÃO	189
9.2 A MONOTONGAÇÃO DE /EI/ EM PORTUGUÊS	191
9.3 SOBRE OS DITONGOS EM PORTUGUÊS E NAS LÍNGUAS DE MOÇAMBIQUE	193
9.4 O PORTUGUÊS EM MOÇAMBIQUE: ASPECTOS SÓCIO-HISTÓRICOS	194
9.5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	197
9.6 RESULTADOS	197
9.7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	201
REFERÊNCIAS	203

10. LEVANTAMENTO DAS COMUNIDADE RURAIS AFRO-BRASILEIRAS DO RECÔNCAVO DA BAHIA: CONTRIBUIÇÕES PARA FUTUROS ESTUDOS SOCIOLINGUÍSTICOS EM COMUNIDADES REMANESCENTES DE QUILOMBOS **207**

10.1 INTRODUÇÃO	207
10.2 OS ESTUDOS SOCIOLINGUÍSTICOS E A REALIDADE LINGUÍSTICA BRASILEIRA	209
10.3 A DESCRIÇÃO DO PORTUGUÊS RURAL AFRO-BRASILEIRO	213
10.4 COMUNIDADES RURAIS AFRO-BRASILEIRAS REMANESCENTES DE QUILOMBOS	216
10.5 RECÔNCAVO DA BAHIA: QUESTÕES SÓCIO-HISTÓRICAS	222
10.6 COMUNIDADES RURAIS AFRO-BRASILEIRAS REMANESCENTES DE QUILOMBOS NA REGIÃO DO RECÔNCAVO DA BAHIA	229
10.7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	232
REFERÊNCIAS	234

11. REFLEXÕES SOBRE O CONTATO LINGUÍSTICO NOS PALOP E A INTERNACIONALIZAÇÃO DA LÍNGUA PORTUGUESA NA ÁFRICA	241
11.1 INTRODUÇÃO	241
11.2 O ISOLAMENTO GEOLINGUÍSTICO E A LEI DE SOBREVIVÊNCIA NOS PALOP	243
11.3 A EXPANSÃO DA LP NOS PAÍSES VIZINHOS DOS PALOP	245
11.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	254
REFERÊNCIAS	255
SOBRE OS AUTORES	259

APRESENTAÇÃO

“Política linguística” é um campo amplo que envolve não só planificação linguística, mas também a documentação e conservação linguística, planejamento, difusão e ensino, tanto vernaculares como estrangeiras, de herança ou autóctones. Mais: ensinar uma língua (ou uma variedade de uma língua) é uma política linguística, assim como descrever uma língua impõe um recorde oriundo de uma política linguística.

Quanto à prática de pesquisa, ainda é utente identificar que tendências teórico-metodológicas têm sido observadas na sociolinguística brasileira atualmente, assim como que fenômenos se colocam como questões para as políticas linguísticas brasileiras.

Em projeto anterior, identificamos campos latentes, sistematizados em *Sociolinguística e política linguística: Olhares contemporâneos* (FREITAG; SEVERO; GÖRSKI, 2016). Em continuidade, no escopo do projeto *Políticas linguísticas: variedade, diversidade, contato e os direitos linguísticos* (edital CAPES/FAPITEC/PROMOB 06/2016), visamos construir um panorama de pesquisas em políticas linguísticas no Brasil, considerando a sua realidade multilíngue e diversidade de variedades sociais e regionais. O desenvolvimento do projeto tem contribuído com a problematização de temas em que as línguas se tornam o lócus de disputas e debates políticos, considerando diferentes olhares sobre a relação entre língua e política, envolvendo desde os discursos oficiais e estatais, até as práticas educacionais e os movimentos identitários.

Somando-se à constituição de bancos de dados sociolinguísticos, ao formalizar a reflexão sobre a perspectiva linguística (descrição da língua), etnográfica (como a comunidade percebe e se autoidentifica) e jurídica (por tratar-se de elemento constitutivo da diversidade linguística nacional e, portanto, bem de natureza difusa) que estão envolvidas no processo de documentação linguística, esperamos que esta coletânea balize a orientação de pesquisas em políticas linguísticas no Brasil, considerando a sua realidade multilíngue e diversidade de variedades sociais e regionais, com contribuições para a descrição do português brasileiro, a realização de estudos contrastivos entre as variedades, o subsídio a ações de ensino de língua portuguesa, tanto como língua materna como língua estrangeira.

CAPÍTULO 1

CONTATOS, MOBILIDADES E LÍNGUAS NO BRASIL

Raquel Meister Ko. Freitag & Mônica Maria Guimarães Savedra

1.1 INTRODUÇÃO

No bicentenário da independência do Brasil, o panorama linguístico brasileiro continua, ainda, dependente de Portugal, pelo menos no rótulo. Se à época da independência do Brasil a elite intelectual brasileira advogava por uma língua brasileira, o brasileiro, caminhos outros nos fizeram e nos fazem manter o português como a língua oficial do Brasil, como prega o artigo 13 da Constituição Federal. Mas aqui não falamos só português. A existência de outras línguas, no entanto, embora empírica e legalmente reconhecidas, não faz parte do imaginário da nação, que se molda por uma ideologia monolíngue, a de que aqui todos falamos português, a língua da integração nacional, como defendia Barbosa Lima Sobrinho (1977).

O reconhecimento da diversidade linguística no Brasil não é tarefa simples. Em apenas três momentos de nossa história, houve interesse do Estado brasileiro em saber quais são as línguas faladas no Brasil, com a inclusão nos censos populacionais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de pergunta relativa às línguas faladas (MORELLO, 2016). Nos censos de 1950 e de 1960, o objetivo das perguntas era identificar quem não falava português, e que línguas falavam, se línguas de imigração ou línguas dos povos originários. Depois, somente no censo de 2010 o Brasil teve a informação oficial sobre línguas faladas por populações indígenas.

Sem informação, não é possível planejar ações. Se a política estatal é falha, o campo das investigações científicas sobre a diversidade linguística ganha ainda mais relevo e importância. Por exemplo, não há consenso sobre quantas línguas indígenas são faladas no Brasil. A versão de 2010 do Atlas das línguas ameaçadas da Unesco informa 190 línguas, enquanto o censo populacional de 2010 realizado pelo IBGE computou 274 línguas indígenas faladas por indivíduos pertencentes a 305 etnias diferentes. Esses números são diferentes dos que a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) aponta, que são 154 línguas, com a ressalva de que ainda há povos não contactados, o que pode aumentar a conta. Além das línguas dos povos originários, são estimadas mais de 50 línguas de imigração, além de línguas sinalizadas. As informações sobre quem as usa, no entanto, não são censitárias, por isso a estimativa.

Há ausência de dados oficiais, e quando os há, a discrepância nos números entre órgãos oficiais, como IBGE e FUNAI, o que evidencia o quanto é complexa a tarefa de investigar a diversidade linguística no Brasil. Esta coletânea se insere no domínio mais amplo da Sociolinguística, campo dos estudos das relações entre língua e sociedade, e tem por objetivo contribuir com a tarefa do levantamento da diversidade linguística no Brasil pelo viés dos estudos de contatos linguísticos.

Os estudos de contato no nosso país vêm sendo definidos pelos estudos desenvolvidos em Sociolinguística de Contato, definida por Savedra (2020) como a área que estuda situações de contato linguístico com base no referencial teórico e metodológico da Sociolinguística.

Savedra e Pupp-Spinassé (2021) traçam um perfil das pesquisas desenvolvidas área de SC que vêm sendo reportadas no Grupo de Trabalho de Sociolinguística da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Letras e Linguística (ANPOLL) ao longo de seus 35 anos de existência. O objetivo do artigo é dar visibilidade às pesquisas e discussões sobre os assuntos elencados no Eixo 2 do GT, intitulado “Contato, Variação e Identidade”. Nessa publicação é possível reconhecer a riqueza temática e interdisciplinar da área, que está presente em vários grupos de pesquisa em todas as regiões de nosso país e em diferentes universidades que discutem fenômenos do contato de línguas que propomos dividir em quatro grupos (SAVEDRA; PUPP-SPINASSÉ, 2021):

1) fenômenos que tratam de mudança induzida pelo contato, como: empréstimos; alternância de códigos (*code-switching*, *code-mixing*); estratégias de aquisição e uso de primeiras, segundas e n-línguas; bilinguismo/diglossia, plurilinguismo/bilingualidade/plurilingualidade e aqueles que tratam da variação e da mudança (induzida ou não) das línguas envolvidas;

2) fenômenos que envolvem manutenção de línguas em situação minoritária, com ou sem prestígio, e também a revitalização linguística, como consequência da manutenção e do reconhecimento linguístico e cultural dessas línguas. Trata-se daqueles que, na maioria dos casos, ocorrem por pressões externas, como forma de autoafirmação e defesa de identidade linguística e cultural, geralmente motivados por ações políticas e glotopolíticas *in vivo* para então se tornarem ações *in vitro*;

3) fenômenos que tratam desde o apagamento ou *language shifting* até a morte de línguas, o que ocorre quando uma língua tende a desaparecer ou a se modificar – embora, em muitos casos, a tendência seja que a língua desapareça; e

4) fenômenos do contato linguístico que levam à *criação de novas línguas, como os pidgins e os crioulos*, com reestruturação total da gramática.

O estudo da diversidade linguística pela vertente do contato mobiliza conceitos, muitas vezes presumidos ou tomados como sinônimos, mas que precisam ser esclarecidos. Uma perspectiva histórica dos contatos linguísticos e das intervenções estatais sobre a língua é apresentada, com o foco nos resultados: de um multilinguismo inicial a um monolinguismo generalizado promovido pelo Estado. No entanto, os estudos apresentados nesta coletânea apontam para um movimento novamente em direção ao multilinguismo, resultante das diásporas e reconhecido por políticas linguísticas estatais, e também a configuração do português brasileiro como pluricêntrico. As diásporas que propiciaram os contatos linguísticos são contextualizadas, assim como as ações para o reconhecimento da diversidade linguística. Esses aspectos são importantes para o delineamento de métodos para o estudo dos contatos linguísticos.

1.2 OS “LINGUISMOS”

No campo dos estudos linguísticos que envolvem mais de uma língua, diferentes termos e conceitos são evocados, o que aqui chamamos de “linguismos”: monolinguismo, bilinguismo, multilinguismo, plurilinguismo. Do mesmo modo, são encontradas diferentes adjetivações para “língua”. Não é nosso propósito construir um glossário desses termos, mas apenas clarificá-los, a fim de subsidiar as abordagens que são apresentadas nesta coletânea.

Os prefixos adicionados à base “linguismo” num primeiro momento podem significar a quantidade de línguas que indivíduos usam, dominam ou conhecem. Assim, monolinguismo se refere a uma língua, bilinguismo, a duas, trilinguismo, a três etc. Essas definições se sustentam em uma dimensão cognitiva da língua, que é de difícil mensuração prática. Conhecer uma língua não necessariamente significa usá-la. Os estudos de aquisição de L2 apontam as limitações deste modo de contar o conhecimento sobre línguas.

A perspectiva para o estudo de contatos linguísticos também considera a dimensão sociopolítica, na qual o monolinguismo não é natural ou espontâneo, mas o resultado de intervenções para a homogeneização de populações falantes de várias línguas (MONTEAGUDO, 2012), resultado que é mantido artificialmente pelo Estado.

Em oposição ao monolinguismo, em um cenário de diversidade linguística, à base “linguismo” podem ser acrescentados prefixos que adicionam quantidades não especificadas, como “multi” e “pluri”. Nessa perspectiva, plurilinguismo e multilinguismo funcionam como sinônimos. No entanto, são assumidas diferenças entre os termos, com base na definição apresentada pelo Quadro Comum Europeu para o ensino de línguas: “multilinguismo” é o termo empregado para se referir às línguas em espaço geográfico ou sociedade específicos, em uma perspectiva sociopolítica.

O multilinguismo é entendido como a capacidade das sociedades, instituições, grupos e indivíduos de se envolverem, regularmente, com mais de uma língua em seu dia-a-dia. [...] Além disso, o termo multilinguismo é usado para se referir à coexistência de diferentes comunidades linguísticas em uma área geográfica ou geopolítica ou entidade política (EUROPEAN COMMISSION, 2007, p. 6).¹

Já “plurilinguismo” é o termo para se referir às línguas que fazem parte do repertório linguístico de uma pessoa; é um termo que recobre bilinguismo, e quantas mais línguas que mobilizem a habilidade de serem usadas para tomar parte de uma interação. Essa perspectiva é evocada nos programas de ensino de língua não materna. Assim, quando tratamos da realidade linguística do Brasil, tratamos de multilinguismo. Quando tratamos do ensino de línguas no Brasil, tratamos de plurilinguismo.

O Brasil é, portanto, uma nação multilíngue e plurilíngue, mas ainda monolíngue oficialmente. Uma língua oficial é uma língua reconhecida por instrumento normativo de uma nação. No Brasil, a única língua oficial é o português, no artigo 13 da Constituição Federal de 1988. Ter o status de língua oficial significa grande poder e abrangência: todas as comunicações do Estado devem ser realizadas nas línguas oficiais, assim como todos os documentos oficiais na língua oficial (constituição, leis etc.).²

Por efeito de ações intervencionistas do Estado, as línguas dos povos originários não são línguas oficiais do Brasil. Elas gozam de reconhecimento, como apregado nos artigos 210 e 231 da Constituição Federal de 1988:

Art. 210, § 2º O ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas também a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem.

-
- 1 No original: “Multilingualism is understood as the ability of societies, institutions, groups and individuals to engage, on a regular basis, with more than one language in their day-to-day lives. [...] In addition, the term multilingualism is used for referring to the co-existence of different language communities in one geographical or geo-political area or political entity” (EUROPEAN COMMISSION, 2007, p. 6).
 - 2 Desde 2002, vem ocorrendo no Brasil o processo de cooficialização de línguas em situação minoritária. As primeiras línguas que passaram por esse processo foram três línguas indígenas: Tukano, Baniwa e Nheengatu. Essas línguas foram cooficializadas no município de São Gabriel da Cachoeira (AM). A lei 145, responsável pela cooficialização dessas três línguas em nível municipal, vem abrir espaço jurisprudencial para o surgimento de leis similares em diversos municípios pelo Brasil que têm garantido o status de cooficiais a tantas outras línguas indígenas e outras tantas línguas de imigração. No ano de 2022 comemora-se 20 anos do início desse processo, que se revela como um processo em crescente movimento, motivado pelas comunidades de falantes dessas línguas, com a ajuda de pesquisadores e instituições que tratam do tema do contato de línguas em nosso país. Até este ano de 2022 já são 23 línguas cooficializadas no país, sendo 13 línguas indígenas e 9 de imigração. Os dados atualizados podem sempre ser buscados na página do Instituto de Política Linguística (IPOL) (ipol.org.br).

Art. 231. São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.

O reconhecimento também é o status atribuído para Libras. O art. 1º da Lei 10.436/2002 diz que “É reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais - Libras e outros recursos de expressão a ela associados”. Ou seja, Libras é uma língua reconhecida, não língua oficial. O parágrafo único do art. 4º da mesma lei é taxativo ao dizer que Libras não substitui o português como língua escrita.

Mais especificamente no campo dos estudos de contatos linguísticos, existem especificidades atribuídas à língua que são importantes de serem esclarecidas.

Língua materna é entendida como a língua do contexto de aquisição. Existem situações de contatos linguísticos em que se aprende uma língua em outros contextos. Para os estudos de contatos linguísticos, línguas veiculares são importantes.

Uma koiné é língua veicular constituída a partir de base comum de uma mesma família linguística, servindo como língua de comunicação entre povos que compartilham desta mesma língua (SIEGEL, 1985).³

Mas nem sempre há bases linguísticas comuns para dar suporte à interação, contextos em que emergem pidgins, de uma maneira muito sucinta, uma língua estabelecida no contato interacional, sem descendentes. Nas situações de contato, enquanto o pidgin é uma língua veicular, uma língua crioula é uma língua decorrente de um processo que tem sido denominado de “aquisição linguística irregular”; Araujo e Araujo (neste volume) discutem essa questão.

Com esses conceitos, podemos explorar o Brasil multilíngue e o glotocídio que levou ao monolingüismo da atualidade.

3 As línguas gerais, koinés de base indígena foram muito produtivas no Brasil. Reconhecem-se duas línguas gerais, associadas aos dois troncos de famílias de línguas indígenas: a Língua geral do Norte ou Nheengatu, de base tupinambá; e a Língua geral de São Paulo, de base tupi (RODRIGUES, 1994). A primeira gramática escrita no Brasil, de José de Anchieta (1592) descreve a língua geral de base tupi. Também há evidências da existência de línguas gerais de base africada. Segundo Bonvini (2008), os africanos escravizados não eram transportados imediatamente para o Brasil (e outras colônias): após a captura, eram mantidos em entrepostos, em esperas que poderiam levar até 4 anos. Durante esse período, interações entre povos de diferentes línguas aconteciam, levando à emergência de uma língua geral, o Quimbumdo. O Quimbumdo não era falado na África como língua materna, mas depois passa a emergir em Angola. No Brasil, se torna língua materna e com gramática (Arte da língua de Angola, em 1697, quase 100 anos depois da língua tupi). Ainda segundo Bonvini (2008), além do Quimbumdo, outras duas línguas gerais de base africana podem ser identificadas: a língua de Mina, falada na região de Minas Gerais, e resultado dos contatos linguísticos dos africanos escravizados trazidos ao Brasil com as habilidades para a mineração (região de Benim); e a língua Iorubá, língua geral mais ampla, e que cujos traços resistem ainda em situações ritualísticas.

1.3 DO MULTILINGUISMO AO MONOLINGUISMO

Lucchesi (2017) propõe uma periodização da história sociolinguística brasileira reconhecendo quatro fases: a tupinização da costa, o multilinguismo generalizado, a homogeneização linguística e o nivelamento linguístico.

Quadro 1.1: Periodização da história sociolinguística do Brasil (LUCCHESI, 2017, p. 235-236)

1000-1532	1ª Fase: Tupinização da costa	Povos tupis expulsam povos primitivos, tornando o tupi e o tupinambá as línguas mais faladas no litoral brasileiro
1532-1695	2ª Fase: Multilinguismo generalizado	Baixa densidade demográfica da sociedade colonial faz com que o português conviva com as línguas gerais indígenas e línguas francas africanas. No interior do país, ocorrem eventualmente processos de pidginização/crioulização do português, e centenas de línguas indígenas se conservam nas tribos não contatadas
1695-1930	3ª Fase: Homogeneização Linguística	Imposição do português como língua hegemônica, restringindo fortemente o multilinguismo
1695-1808	Primeira vaga de aportuguesamento	O ciclo do ouro promove o afluxo maciço de colonos portugueses e escravos africanos, com o primeiro surto de urbanização do Brasil: avanço da língua portuguesa no Sudeste, e em outras regiões, com a pecuária
1808-1850	Segunda vaga de aportuguesamento	A vinda da Corte portuguesa e a Independência política aprofundam o processo de urbanização, com o avanço e a normatização da língua portuguesa. Liberação da imprensa, criação de escolas secundárias e superiores, e de associações científicas
1850-1930	Terceira vaga de aportuguesamento	Fim do tráfico negreiro acaba com a maior fonte de multilinguismo; imigração maciça de europeus e asiáticos diminui a polarização sociolinguística; normatização purista e lusitanizante se aprofunda; grande contingente de imigrantes portugueses favorece a lusitanização da língua
1930 até hoje	4ª Fase: Nivelamento linguístico	Industrialização e urbanização promovem a difusão da norma urbana culta, apagando as marcas do contato na norma popular; a norma culta se afasta do padrão lusitanizado; porém, a concentração de renda mantém a polarização sociolinguística e fomenta o preconceito linguístico

As intervenções estatais levaram a uma perda da diversidade linguística, com a saída de um cenário de multilinguismo funcional para um monolinguismo oficial forçado. O monolinguismo não foi uma ação estatal isolada: migrações europeias, para branquear o povo, e uma norma linguística codificada a partir do modelo lusitano de língua portuguesa fazem parte do projeto de homogeneização e nivelamento linguísticos.

Mas, lançando o olhar às diásporas e às fronteiras linguísticas, ainda muito negligenciadas, podemos identificar a emergência de novas realidades que permitem acrescentar à proposta de periodização de Lucchesi (2017) mais uma fase: a da emergência do multilinguismo e do pluricentrismo do português brasileiro, decorrentes das diásporas e políticas linguísticas estatais para a diversidade.

1.4 DIÁSPORAS E FRONTEIRAS

Historicamente associado à dispersão forçada do povo hebreu reportada na narrativa bíblica, o termo diáspora tem sido associado ao deslocamento e dispersão pelo mundo de grupos de pessoas que compartilham de alguma ancestralidade ou nacionalidade. O termo tem sido utilizado não só por grupos étnicos, mas também nas discussões acadêmicas sobre identidade, relações étnicas, migração e campos relacionados (COHEN, 2019), para caracterizar as zonas de contato das nações, culturas e regiões (CLIFFORD, 1994).

Esse conceito parece ser apropriado para explicar como outros povos e etnias chegaram ao Brasil, em substituição a migrações. A diáspora africana é, sem dúvida, a mais expressiva e substancial na formação do Brasil, e o capítulo de Araújo e Araújo, nesta coletânea, trata com mais detalhes o tema. E além dos portugueses, (em diferentes épocas), o Brasil recebeu mais imigrantes, em especial a partir do século XIX, como os alemães e italianos. No século XX, nas diásporas de guerra, novas levas de alemães e italianos, assim como poloneses, japoneses e árabes, vieram ao Brasil. Esse movimento teve continuidade no século XXI e além, com as diásporas climáticas, da fome e da exploração econômica, que fazem com que haitianos, venezuelanos, bolivianos, moçambicanos, angolanos, libaneses, chineses e coreanos, dentre tantos outros povos, que são forçados a deixar sua ancestralidade em busca de sobrevivência.

Os movimentos diaspóricos foram essenciais para a configuração do Brasil como o é hoje. Por isso, para compreender a contribuição desses povos para a diversidade linguística brasileira, é importante saber quem vinha para o Brasil, para além da identificação étnica.

Como explica Castilho (2010), não foram os portugueses que estudaram na Universidade de Coimbra, fundada em 1290 (a primeira universidade brasileira foi fundada em 1909, em Manaus, hoje a Universidade Federal da Amazônia). Cristãos novos (judeus convertidos por conta da inquisição), degredados (em vez de prender, a coroa portuguesa mandava os indesejáveis e criminosos para novas terras fora da metrópole, primeiramente nos Açores, depois para as colônias na África e no Brasil) e serviços

da corte (em especial quando da vinda da família real ao Brasil) constituíam majoritariamente as linhas de frente que enfrentaram a travessia do Atlântico em busca de novas oportunidades não por opção, mas por imposição.

A imigração europeia no século XIX, atendendo a políticas eugenistas para o branqueamento da população brasileira, também não se deu por opção ou interesse, mas como oportunidade de sobrevivência às guerras internas do processo de formação dos estados nacionais, que empobreceu a população, em especial agricultores sem escolarização, aumentando o custo da terra. Esses migrantes, em especial alemães e italianos, vinham para um país com promessa de terras e vida nova (quando chegavam aqui, não tinham o acolhimento prometido). As marcas desses povos ficaram por muito tempo às margens da história sociolinguística brasileira; nesta coletânea, os capítulos de Karolina Zaremba, e de Athany Gutierrez, Lívia Majolo Rockenbach e Elisa Battisti, e Tarimes Zortéa e Cláudia Rost Snichelotto, trazem luz sobre as contribuições linguísticas de poloneses e italianos sob a perspectiva dos contatos linguísticos. As diásporas do século XXI, decorrentes das guerras, como as dos conflitos decorrentes da independência de Angola, Moçambique, assim como no Oriente Médio, as diásporas de catástrofes climáticas, como a do terremoto devastador que atingiu o Haiti em 2010, as diásporas decorrentes da fuga motivada pela crise e fome, como na Venezuela e Bolívia, e as diásporas de exploração econômica, que mobiliza asiáticos para o Brasil, dentre outras tantas, são campo que demandam atenção para delineamento do perfil multilíngue que vem se construindo no Brasil.

Associado ao conceito de diáspora está o de fronteira. Do ponto de vista físico, o Brasil tem uma área de quase 17 mil quilômetros em que há contato com dez dos 12 países da América do Sul. Mas as fronteiras não se limitam ao físico: há mobilidade entre grupos e culturas. Nesta coletânea, Silva e Karim exploram as relações entre duas cidades que, embora estejam em países diferentes, *Cáceres* no Brasil e *San Matias* na Bolívia, compartilham infraestruturas e recursos, mas existe um campo que a troca é mais sutil, como o da língua. Na fronteira também emerge uma língua, como o portunhol (mais à frente).

Mas se estamos discutindo fronteiras e diásporas, não podemos ignorar o movimento que ocorre internamente no país. Os povos originários do tronco Macro-Jê habitavam os cerrados do Brasil Central e construía aldeias circulares bem definidas, ocupando grandes porções de terra. Já os povos do tronco Macro-Tupi eram nômades, ocupavam toda a costa brasileira. Daí a emergência de línguas gerais, que foram continuadas pelos tropeiros e bandeirantes, no século XIX.

O século XX é marcado por movimentos migratórios que modificam a configuração populacional brasileira, impulsionados pela urbanização e pela industrialização, com um primeiro momento de saída das regiões rurais e em especial da Região Nordeste para as áreas de atração do eixo Rio de Janeiro-São Paulo, com uma redução nesse fluxo e a formação de novos fluxos, com deslocamentos mais próximos e em direção a cidades médias. No século XXI, os fluxos migratórios que se desenvolveram perdem intensidade, com o movimento de retorno às regiões de origem. Efeitos dessa mobilidade na língua podem ser observados em duas direções, uma que é apontada

por Lucchesi (2017), na perspectiva da homogeneização, e outra na perspectiva da diversidade, assumindo que o português brasileiro tem múltiplos centros polarizadores da norma linguística. Castilho (2010) advoga em favor do caráter pluricêntrico do português brasileiro:

Com a Independência e a ascensão dos brasileiros a cargos governamentais, configurou-se outra variedade de prestígio, e com isso o português culto do Rio de Janeiro, capital da Colônia, e depois do Império e da República, foi considerado como um novo padrão, passando a ser utilizado nos materiais didáticos e mesmo em congressos científicos como a modalidade a ser adotada por quem quer que buscasse prestígio linguístico em sua comunidade. Bem, isso é o que se diz, pois nunca se comprovou por pesquisas empíricas que os brasileiros cultos das diferentes regiões brasileiras falam, ou falaram, de fato como os cariocas.

Com a mudança da capital para Brasília e o desenvolvimento de outras regiões, passou a ocorrer no Brasil uma situação de policentrismo cultural, claramente prevista por Rossi (1968/1969). Hoje é uma tarefa inútil buscar na fala do Rio, de São Paulo ou de qualquer outra região um padrão válido para todo o país. Ao longo desta gramática, tenho repetido que dispomos de diversos padrões linguísticos, cujo prestígio vale para as regiões em que são praticados (CASTILHO, 2010, p. 205-206).

O português é uma língua pluricêntrica (BAXTER, 1992), com uma situação bastante peculiar na qual uma variedade não dominante, o português brasileiro, vem ocupando a posição de dominante, antes atribuída à variedade europeia (SILVA, 2010).⁴ Além da posição de Castilho (2010), há evidências de um processo que eleva o português brasileiro a uma língua pluricêntrica, sem uma única variedade dominante. O capítulo de Siqueira, Faria e Rodrigues, nesta coletânea, contribui para essa discussão, ao explorar o efeito da mobilidade de estudantes universitários no condicionamento de variação morfossintática. Essa é uma direção metodológica que vai na contramão da que é adotada por estudos que provêm argumentos para a padronização do português brasileiro, especialmente aqueles que comparam padrões de comportamento variáveis de acordo com o nível educacional dos falantes.

4 Existem vários indícios dessa mudança, um de grande força é a representatividade numérica do português brasileiro: se o português brasileiro fosse considerado como uma língua autônoma, como se propunha à época da independência, o número de falantes levaria à posição de 10ª língua no Etnologue, enquanto o português falado no resto do mundo ocuparia a 38ª posição, junto com o filipino (FREITAG, 2022).

Em suma, onde tem gente, tem língua. Onde tem língua, tem contatos linguísticos. E onde tem contatos linguísticos, tem marcas. Cabe aos pesquisadores buscar desvelar as marcas, para dar visibilidade à diversidade linguística no Brasil.

1.5 O RECONHECIMENTO DA DIVERSIDADE LINGUÍSTICA NO BRASIL

Se o monolinguismo homogeneizante que faz parte da ideologia do brasileiro foi uma construção artificial imposta pelo Estado, os primeiros passos de abertura para o reconhecimento da diversidade linguística no Brasil também se materializam nessas intervenções, sendo uma delas o reconhecimento de Libras, como dissemos no início do texto. Mas as ações do Estado na língua podem ser observadas pelas políticas linguísticas.

Nem todas as políticas linguísticas são formuladas como leis. As línguas se tornam lócus de disputas e debates políticos, considerando diferentes olhares sobre a relação entre língua e política, envolvendo desde os discursos oficiais e estatais, até as práticas educacionais e os movimentos identitários. Algumas delas são resultado de decisões, muitas vezes inconscientes e reflexos de ideologias dominantes. Podemos destacar duas delas, nas quais nem sempre pensamos como resultado de uma decisão política: a) ensinar uma língua (ou uma variedade de uma língua) é uma política linguística; e b) descrever uma língua impõe um recorte em que subjaz uma política linguística.

No campo educacional, desde os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN, 1998), o tratamento da diversidade linguística vem sendo preconizado nos documentos oficiais, como os valores subjacentes às práticas de linguagem e o papel social da escola frente à heterogeneidade linguística.

A variação é constitutiva das línguas humanas, ocorrendo em todos os níveis. Ela sempre existiu e sempre existirá, independentemente de qualquer ação normativa. Assim, quando se fala em 'Língua Portuguesa', está se falando de uma unidade que se constitui de muitas variedades. Embora no Brasil haja relativa unidade linguística e apenas uma língua nacional, notam-se diferenças de pronúncia, de emprego de palavras, de morfologia e de construções sintáticas, as quais não somente identificam os falantes de comunidades linguísticas em diferentes regiões, como ainda se multiplicam em uma mesma comunidade de fala. [...] Mais ainda, em uma sociedade como a brasileira, marcada por intensa movimentação de pessoas e intercâmbio cultural constante, o que se identifica é um intenso fenômeno de mescla linguística, isto é, em um mesmo espaço social convivem mescladas diferentes variedades linguísticas, geralmente associadas a diferentes valores sociais (BRASIL, 1998, p. 30).

Na esteira desse movimento pela diversidade linguística, na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) da área de linguagens, a língua é concebida como dinâmica e multimodal, que não pode ser dissociada do contexto social e do senso de pertencimento. Assim, são direitos de aprendizagem do Ensino Médio “Compreender as línguas como fenômeno (geo)político, histórico, cultural, social, variável, heterogêneo e sensível aos contextos de uso, reconhecendo suas variedades e vivenciando-as como formas de expressões identitárias, pessoais e coletivas, bem como agindo no enfrentamento de preconceitos de qualquer natureza” (BNCC, 2017/2018, p. 494). Essa ação reconhece a diversidade sem um eixo polarizador de norma linguística. A BNCC, ao estabelecer uma parte diversificada do currículo, dá espaço e legitimidade às variedades para se estabelecerem em uma relação não dominante entre si, o que reforça a noção de pluricentrismo do português brasileiro, advogada mais adiante. A noção pluricêntrica do português brasileiro também está presente no Programa Nacional do Livro Didático, que considera as “normas urbanas de prestígio” do português brasileiro: normas plurais, sem uma relação de dominância entre si.

Apesar de evidências empíricas e planificação em documentos norteadores educacionais, a realidade pluricêntrica do Brasil ainda é um obstáculo. Mesmo sendo uma realidade diversificada em termos de variedades, o padrão normativo decorrente de uma tradição gramatical lusitana ainda prevalece (FARACO, 2008). Como aponta Batoreo (2014), ainda há poucos instrumentos linguísticos que aderem plenamente a essa concepção do português brasileiro como língua pluricêntrica, sem uma variedade dominante.

O reconhecimento da diversidade linguística alçado a direito de aprendizagem demanda uma ação articulada que promova o multilinguismo e a diversidade linguística. É preciso assumir que a diversidade linguística é um direito difuso, ou seja, é transindividual, atendendo a uma coletividade. Nessa direção, destacamos as ações de patrimonialização, reconhecimento e valorização da diversidade linguística brasileira promovida pelo Inventário Nacional da Diversidade Linguística (INDL), instituído pelo Decreto 7.387/2010, ao se propor a atuar “como instrumento de identificação, documentação, reconhecimento e valorização das línguas portadoras de referência à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira” (art. 1º). As línguas faladas no Brasil, no escopo do INDL, são de seis grupos: indígenas, comunidades afro-brasileiras, imigração, sinais, crioulas e a Língua Portuguesa e suas variações dialetais.

Já foram reconhecidas como Referência Cultural cinco línguas de base indígena (duas línguas do tronco Tupi, Asurini e Guarani M’bya, três línguas da família Karib (Nahukuá, Matipu e Kuikuro Kalapalo), duas línguas de contato (Talian e Portunhol) e uma língua geral Nheengatu.

Ainda como previsto no Decreto Federal 7.387/2010, que instituiu o INDL, vem sendo realizado um trabalho de inventário de línguas brasileiras para seu reconhecimento como Referência Cultural Brasileira. O trabalho vem sendo realizado pela coordenação do IPOL com o apoio do Conselho Federal Gestor do Fundo de Defesa de Direitos Difusos (CFDD), do Ministério da Justiça e Segurança Pública, do Instituto

do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e ainda com outros parceiros acadêmicos e institucionais que envolvem diferentes universidades e grupos de pesquisa do país, como a Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Universidade Federal Fluminense; Universidade Federal do Espírito Santo; Cátedra UNESCO em Políticas Linguísticas para o Multilinguismo/UFSC; Prefeituras Municipais diversas; agências de fomento nacionais e estaduais entre outros agentes. Até o momento, já foram quatro línguas inventariadas e reconhecidas: Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS); Hunsrückisch; Guarani Mbya; e Pomerano.

Para um cenário que estima a existência de cerca de 250 a 300 línguas, o número de línguas reconhecidas como Referência Cultural ainda é muito baixo. Faz-se necessário incrementar ações de documentação linguística, o conjunto de procedimentos para a gravação e armazenamento padronizado de uma língua para subsidiar ações de descrição linguística e de revitalização, em especial daquelas línguas consideradas ameaçadas, línguas que não conseguem repor o crescimento vegetativo dos falantes e acabam se perdendo.

Assim, se a consciência linguística popular acerca das línguas brasileiras é de que no Brasil só se fala português, nos últimos 40 anos a pesquisa sociolinguística brasileira tem grande contribuição na construção deste mito. Ao recortar uma agenda de trabalho para caracterizar o português brasileiro com a escolha por descrever o comportamento de falantes urbanos, em especial nas capitais ou grandes cidades, homogeneamente estratificados para garantir comparabilidade, foram sendo invisibilizados os contextos ainda majoritários de uso linguístico de um Brasil múltiplo e diversificado em termos de línguas. A tarefa de dar visibilidade à diversidade linguística exige, no entanto, uma ampliação de repertório metodológico, a fim de considerar as diferentes situações e contatos e das diferentes possibilidades de documentação e descrição linguística. Nesta coletânea, estudos apontam caminhos para essa abordagem.

A articulação de ações de documentação de práticas, descrição linguística e formação de professores são ações para a difusão e revitalização de línguas que retroalimentam as políticas educacionais e culturais que promovem a diversidade. Para o êxito dessas ações, é necessário ampliar a base descritiva da realidade multilíngue brasileira, desvelando a diversidade linguística em situações que ainda são menos prototípicas na agenda de pesquisas da sociolinguística brasileira. Isso requer a ampliação e a combinação de métodos, mobilizando estratégias da dialetologia e da sociolinguística, como propõem Fernando Jesus da Silva e Jocineide Macedo Karim em “O léxico de brasileiros e bolivianos na fronteira entre Cáceres e San Matias: uma análise sobre os efeitos do contato entre o português e o espanhol”, ou uma perspectiva etnográfica, como apresenta Celeste Maria da Rocha Ribeiro em “Panorama Linguístico da Fronteira Franco-Amapaense”.

Outra vertente explorada é a dos estudos da variação linguística situados em comunidades de práticas, ou estudos que consideram as mobilidades entre as práticas na constituição da identidade do grupo, como propõem Manoel Siqueira, Marta Deysiiane Alves Faria Sousa e Fernanda Gabrielle Costa Rodrigues em “Sistematizando pa-

drões dialetais morfossintáticos: mobilidade e contato” e Athany Gutierrez, Lívia Majolo Rockenbach e Elisa Battisti em “Mobilidade e variação linguística: realização da aproximante retroflexa [ɺ] no português de Passo Fundo, RS”.

Uma outra vertente de pesquisa que se mostra produtiva é a que considera performances públicas, como falas institucionalizadas e programas de mídia, e como se dá a negociação de traços de línguas em contato, considerando os espaços, os turnos e a identidade, em uma abordagem que considera a dimensão interacional e qualitativa da variação linguística, como nos mostram João Pedro Peres da Costa e Beatriz Christino, em “Falantes do Português Kaxinawá em dinâmicas de contato linguístico: um retrato em construção” e Tamires Regina Zortéa e Cláudia Andrea rost Snichelotto em “Marcadores discursivos na fala bilíngue Talian-Português: limites de análise entre empréstimo linguístico, *code-switching* e *code-mixing*”.

Considerar os processos envolvidos na situação de contato, na perspectiva do próprio falante, é a proposta que Karolina J. Zaremba apresenta “Em suas próprias palavras: Translinguagem entre polonofalantes em Cruz Machado, Paraná”.

Dadas as condições sócio-históricas de formação do Brasil, a Região Nordeste é profícua em contatos dos quais podem decorrer crioulos e línguas afro-brasileiras. Silvana Silva de Farias Araújo e Jean Marcel Oliveira Araújo consideram um espaço específico, o recôncavo da Bahia, em “Levantamento das comunidades rurais afro-brasileiras do recôncavo da Bahia: contribuições para futuros estudos sociolinguísticos em comunidades remanescentes de quilombos”. E considerando a dimensão pluricêntrica do português, a investigação de processos em outras variedades apresenta outros parâmetros para comparação de processos, como faz Danielle Kely Gomes em “A monotongação de /ei/ na norma de Maputo”, provendo evidências para a caracterização dos processos de contato pelos quais o português brasileiro já passou. Ainda sobre a África, Alexandre António Timbane provê uma detalhada abordagem sobre a expansão do português em “Reflexões sobre o contato linguístico nos PALOP e a internacionalização da língua portuguesa na África”.

Esperamos que essas proposições possibilitem orientar pesquisas em estudos de contatos linguísticos e políticas linguísticas no Brasil, considerando a sua realidade multilíngue e diversidade de variedades sociais e regionais.

REFERÊNCIAS

- BATORÉO, Hanna. Que gramática(s) temos para estudar o Português língua pluricêntrica? *Revista diadorim*, v. 16, p. 01-15, 2014.
- BAXTER, Alan N. Portuguese as a pluricentric language. *Pluricentric languages: differing norms in different nations*, v. 62, p. 11-23, 1992.
- BONVINI, Emilio. Línguas africanas e português falado no Brasil. *África no Brasil: a formação da língua portuguesa*. São Paulo: Contexto, p. 15-62, 2008.
- CASTILHO, Ataliba T. de. *A nova gramática do português brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2010.

- CLIFFORD, James. Diasporas. *Cultural Anthropology*, v. 9, n. 3, p. 302-338, 1994.
- COHEN, Robin. Diasporas: changing meanings and limits of the concept. *The Handbook of Diasporas, Media, and Culture*, p. 21-30, 2019.
- FARACO, Carlos Alberto. *Norma culta brasileira: desatando alguns nós*. Parábola, 2008.
- FREITAG, Raquel Meister Ko. Sociolinguistic Repositories as Asset: Challenges and Difficulties in Brazil. *The Electronic Library*, 2022.
- LUCCHESI, Dante. A periodização da história sociolinguística do Brasil. *DELTA: Documentação de Estudos em Lingüística Teórica e Aplicada*, v. 33, p. 347-382, 2017.
- MORELLO, Rosângela. Censos nacionais e perspectivas políticas para as línguas brasileiras. *Revista Brasileira de Estudos de População*, v. 33, p. 431-439, 2016.
- RODRIGUES, Aryon Dall'Igna. *Línguas brasileiras: para o conhecimento das línguas indígenas*. São Paulo: Edições Loyola, 1994.
- SAVEDRA, Mônica Maria Guimarães; SPINASSÉ, Karen Pupp. Estudos de contato no GT de Sociolinguística. *Revista da Anpoll*, v. 52, n. esp, p. 103-117, 2021.
- SIEGEL, Jeff. Koines and koineization. *Language in society*, v. 14, n. 3, p. 357-378, 1985.
- SILVA, Augusto da. Measuring and parameterizing lexical convergence and divergence between European and Brazilian Portuguese. *Advances in cognitive sociolinguistics*, v. 45, p. 41, 2010.

CAPÍTULO 2

EM SUAS PRÓPRIAS PALAVRAS: TRANSLINGUAGEM ENTRE POLONOFALANTES EM CRUZ MACHADO, PARANÁ

Karolina J. Zaremba

2.1 INTRODUÇÃO

Em 1998, no artigo sobre o mito do falante nativo, Thiru Kandiah discute as várias manifestações do conceito na virada do novo milênio. Ele cita outro linguista, Thomas Paikeday, segundo o qual o termo deveria ser entendido como designador de um usuário proficiente de uma língua (1985, p. 87). Ao comentar a proposta, Kandiah observa: “É muito bom declarar que ‘o uso deve sempre reinar supremo’ [PAIKEDAY, 1985, p. 12], mas as questões permanecem: ‘uso de quem e por quê?’”¹ (KANDIAH, 1998, p. 91). Essas perguntas mostram-se especialmente relevantes na pesquisa de populações de falantes que não se encaixam no grupo mais comumente estudado por linguistas, nomeadamente o grupo monolíngue, jovem, disponível e letrado (POLINSKY, 2018, p. 27-28). O jeito de falar da população que corresponde a essa descri-

1 No original: “It is all well and good to declare that ‘usage should always reign supreme’, but the questions remain, ‘whose usage and why?’”. Todas as traduções são minhas, KJZ.

ção é um objeto frequente de explorações científicas e torna-se um ponto de referência natural para novos estudos, apesar do fato que uma grande parte, se não a maioria, da população mundial não preenche todos esses critérios (cf. COOK, 2002b; GROSJEAN, 2010; e POLINSKY, 2018, p. 27-28, sobre a prevalência de bi e plurilinguismo no mundo). Essa situação enviesada os dados linguísticos disponíveis. Pontos de referência dependem certamente do objetivo da pesquisa, mas os padrões monolíngues devem ser sempre completados por estudos que adotam uma perspectiva mais relevante para os próprios falantes: membros de comunidades plurilíngues, frequentemente isolados do contexto prescritivo do uso da língua. Como exemplo, ponderemos a situação do dialeto cruz-machadense, um código linguístico geneticamente ligado ao polonês europeu, com influências portuguesas e possivelmente eslavas orientais, usado no interior, no ambiente colonial no município paranaense de Cruz Machado.

Falantes do dialeto cruz-machadense são na sua esmagadora maioria plurilíngues, moradores de colônias rurais distantes de centros urbanos e possuídos do letramento funcional em português, sem letramento em outros códigos usados no município. A tendência de pesquisadores para subsumir o dialeto cruz-machadense e outros dialetos semelhantes a estudos da “língua polonesa no Brasil” significa que, por muito tempo, o polonês europeu era a língua de referência mais comumente usada ao escrever sobre variedades coloniais. Foi o uso europeu, então, que “reinava supremo” na pesquisa. A situação do dialeto cruz-machadense e do polonês de imigração mais geralmente pode ser tratada como emblemática de outras comunidades que vivem uma situação de contato interlinguístico duradouro e têm desenvolvido um jeito de falar típico “só para elas próprias”. No presente capítulo, buscamos adotar a perspectiva dos próprios falantes sobre a prática comum em meios plurilíngues, nomeadamente *translanguaging*, ou translanguagem, que ainda recebeu pouca atenção no contexto das línguas de imigração no Brasil. Esse objetivo faz parte de uma proposta mais geral para seguir novos rumos na pesquisa dedicada a essa língua.

O capítulo baseia-se em um estudo empírico conduzido no município de Cruz Machado, PR, Brasil, e, com algumas reservas expressas a seguir, se alinha à área da pesquisa do polonês de imigração no Brasil. Em primeiro lugar, explicamos o que entendemos pelo termo “polonês de imigração”. Por aqui, apontamos também as áreas que ainda carecem da atenção científica. Depois, descrevemos o estudo que forneceu os dados para o presente capítulo. Na próxima seção, debruçamo-nos sobre o conceito de translanguagem e enfatizamos como ele transforma e facilita estudos de comunidades vivendo uma situação de contato interlinguístico duradouro. Em seguida, analisamos o que os próprios falantes estão dizendo sobre a qualidade “misturada” da sua língua e como eles próprios entendem o conceito. Apoiamo-nos por aqui no corpus do estudo e nos exemplos de pessoas na comunidade que, de várias maneiras, se adaptam a essa realidade plurilíngue. Destacamos a estreita ligação entre os atos de translanguagem e a emergência da cultura da fala e identidade linguística distintas.

2.2 O POLONÊS DE IMIGRAÇÃO

Por “polonês de imigração” é entendido no presente capítulo um dialeto da língua polonesa usado predominantemente em colônias rurais no Sul do Brasil. O polonês de imigração é geneticamente ligado ao polonês europeu e por tanto, como já mencionado, é frequentemente descrito pareado a ele. O polonês europeu é utilizado como um parâmetro de referência para os fenômenos observáveis na variedade brasileira e também adotado como tal pelos próprios falantes ao descreverem a sua língua a forasteiros (e.g. DELONG, 2016; FERREIRA, 2019; LINDE-USIEKNIEWICZ, 1997; MACIEL, 2010; WEPIK, 2017). Contudo, o polonês de imigração possui um caráter distinto, sendo no seu estado atual um resultado do encontro plurilíngue com um ponto de partida específico (ZAREMBA, 2021). Já que os imigrantes polono-falantes vindos da Europa eram na sua esmagadora maioria camponeses (MAZUREK, 2009, p. 26), a matriz do polonês de imigração falado hodiernamente no Brasil é constituída por vários dialetos poloneses usados no campo na Europa Central no século XIX e na virada do século XX. Em consequência, no seu estrato polonês, a variedade brasileira teria muito mais em comum com os dialetos rurais falados hodiernamente no campo polonês do que com o polonês europeu contemporâneo ensinado em faculdades brasileiras ou em cursos de Centro de Línguas Estrangeiras Modernas (Celem) (polonês padrão;² DELONG, 2016; LINDE-USIEKNIEWICZ, 1997; ZAREMBA, 2021). É possível postular que a variedade falada nas colônias possa ser considerada um idioma novo, proveniente do contato (cf. ZAREMBA, 2021); no entanto, os mesmos falantes identificam-no univocamente como *mowa polska* “língua polonesa”, o que é um argumento indiscutível no caso.³ Dito isso, os falantes parecem cientes do caráter distinto da sua língua.

O polonês de imigração é uma das várias línguas de imigração faladas hoje em dia no interior do Brasil. Mas, a sua posição diverge radicalmente da situação de dialetos alemães também falados no ambiente colonial no Brasil. Enquanto os dialetos alemães são descritos, codificados e cooficializados em muitos municípios, o polonês de imigração situa-se, na melhor das hipóteses, só no início desse processo. Recentemente, a descrição dialetológica de um dos seus dialetos regionais foi feita por Zaremba (2021), mas além desse trabalho, o último estudo linguístico do polonês de imigração (aparentemente como um todo), focado na esfera léxica, foi conduzido há 40 anos atrás (KAWKA, 1982). No entanto, o contexto historiográfico e sociocultural dessa variedade tem sido pesquisado relativamente bem e de vários ângulos (cf. BIELENIN-LENCZOWSKA, 2020; FERREIRA, 2018; MAZUREK, 2009; MIODUNKA, 2003).

- 2 “Polonês padrão” é entendido por vários estudiosos poloneses como língua usada por pessoas cultas e aparece intercambiável com o termo “polonês literário” (e.g. MIODUNKA, 2003, p. 220-221; BAŃKO, 2001). No capítulo, “polonês europeu” é o termo preferido já que nos possibilita falar do polonês usado por polono-canadenses da primeira geração (que provavelmente exhibe alguns reflexos de contato) e na variação inerente na língua (enquanto o padrão visa minimalizar essa variação; HAUGEN, 1966, p. 931).
- 3 No entanto, o fato que um falante estado-unidense identifica a sua língua como “inglês” ou que um falante brasileiro identifica a sua língua como “português” não desfaz o status distinto dessas línguas em relação aos códigos usados na Inglaterra e em Portugal, respectivamente.

Após Kawka (1982), vários estudiosos têm dedicado o foco ao bilinguismo polono-português no ambiente colonial, buscando averiguar o grau da manutenção linguística e cultural, como a existência de possível diglossia ou substituição (e.g. CONFORTIN, 2002; DELONG, 2016; FERREIRA, 2019; KUCHARSKI, 1996; MACIEL, 2010; MIODUNKA, 2003). Por sua vez, os estudos no escopo do projeto VARLINFE (COSTA; LOREGIAN-PENKAL, 2015) investigaram a influência do polonês na produção em português de falantes bilíngues (VIEIRA, 2019; MILANESKI, 2017), mas também a variação dentro do polonês de imigração (COSTA, 2016; COSTA; GIELINSKI, 2014; NIEWIADOMSKI; COSTA, 2020, 2018). Esse panorama significa que a variedade brasileira se encontra em uma posição peculiar de ter o seu contexto histórico e sociocultural muito mais pesquisado do que o seu caráter dialetológico.

Ao usar o termo “polonês de imigração”, abandonamos o termo “dialetto polono-brasileiro” que aparece às vezes na literatura da área, por várias razões. Kawka (1982, 1988), que adota o termo após Stańczewski (1925), entende-o como referente à língua polonesa falada no Brasil como um todo, embora alguns recursos (FERREIRA, 2019; RAIMAN, 2018) pareçam interpretá-lo como uma designação da variedade falada em colônias (“polonês de imigração”, na terminologia do presente capítulo).⁴ A falta de clareza e a generalidade excessiva do termo já seriam razões suficientes para a substituição, mas, talvez, o motivo mais importante é que os falantes dificilmente se identificariam com uma designação tão técnica. Os próprios falantes denominam simplesmente a sua língua como *mowa polska* (“língua polonesa”).⁵ Impor-lhes um termo externo, ainda que só na literatura científica, longe dos seus olhos, parece problemático.⁶ Além disso, o termo desconsidera outras línguas com as quais o polonês dos primeiros colonos tem convivido ao longo dos anos, focando em português brasileiro e em polonês como se a variedade falada nas colônias atualmente fosse um produto da interação só desses dois. É indiscutível que a língua nacional tem sido talvez uma influência mais saliente. No entanto, é problemático restringir a discussão só a esses dois estratos. Por exemplo, o polonês cruz-machadense parece ter semelhanças estruturais com uma língua eslava-oriental, provavelmente ucraniano ou russo, ou até ambos (ZAREMBA, 2021). Três participantes do estudo, independentemente, mencionam falantes de polonês com ligações ucranianas.⁷ Esse rastro com certeza merece mais pesquisa, especialmente diante da complexidade em torno da emergente consciência ucraniana (cf. MASKE, 2017). Já que os primeiros colonos, chegados ao

4 O meu trabalho anterior (ZAREMBA, 2021) na sua versão não publicada usa esse termo no sentido da língua falada no ambiente colonial.

5 *Mowa* é um derivado do verbo *mówić* ‘falar’ e significa literalmente ‘fala’, mas é usado no sentido de ‘língua’. No polonês europeu, pertence ao registro literário, a palavra *język* ‘língua’ é mais comum modernamente.

6 Raiman (2018, p. 195) parece sugerir que *dialekt polsko-brazylijski* ‘dialetto polono-brasileiro’ possa ser visto como um candidato à cooficialização.

7 É difícil dizer o que essas ligações significam. Por exemplo, um falante diz enfaticamente: *Mój ojciec też nie umiał [po brazylijsku]. On Ukrainiec (...) z Ukrainy. Bo ja z Ukrainy (...) moje dziadki to z Ukrainy, z Polski, z Ukrainy* ‘Meu pai também não sabia [falar brasileiro]. Ele era ucraniano da Ucrânia. Porque eu sou da Ucrânia, meus avôs eram da Ucrânia, da Polônia, da Ucrânia’. Isso pode indicar uma conexão geográfica ou identitária (?), mas possivelmente também linguística.

novo mundo das terras partilhadas, eram presumivelmente plurilíngues (SZYDŁOWSKA-CEGŁOWA, 1990, p. 192), e muitos estados brasileiros tinham a política de misturar as etnias dentro de um assentamento (MASKE, 2017, p. 123), continuar com o termo “dialeto polono-brasileiro” na pesquisa parece presuntuoso.

Nesta altura, deve-se também reconhecer que o próprio termo “polonês de imigração” já é uma generalização. Na relativa ausência de descrições e codificações dessa língua, as variedades locais continuam sendo usadas majoritariamente na esfera oral e diferem de uma colônia para outra, sem falar na variação observada na escala maior. As diferenças tornam-se evidentes ao comparar as amostras de fala estudadas por Wepik (2017), Ferreira (2019) ou Zaremba (2021), que conduziram seus estudos em lugares distintos.⁸ Em algumas regiões brasileiras, falantes do polonês de imigração distinguem-se entre si com base no lugar da proveniência em territórios polono-falantes na Europa ou até com base na partição (FERREIRA, 2018, p. 178). Ademais, o Estado polonês, ocupado pela Prússia e os Impérios Habsburgo e Russo desde o século XVIII⁹ até o início do século XX, era, já para começar, um Estado pluriétnico e plurilíngue; mais de 100 anos da presença alheia só intensificou essa pluralidade. A estudiosa ucraniana Aleksandra Hnatiuk (2022) afirma que as partições russa e austríaca tinham uma maioria absoluta de habitantes “não poloneses”. Por isso, o termo “polonês de imigração” adotado neste capítulo deve ser tratado como hiperônimo, em plena consciência da diversidade que ele engloba.

Interessantemente, apesar do fato de que o bilinguismo polono-português no ambiente colonial tem sido um dos temas mais pesquisados no campo, os comportamentos linguísticos tipicamente observados em meios plurilíngues não atraíram muito o foco da pesquisa. Mudanças de códigos, especificamente, podem ser observadas em amostras de fala bilíngues (FERREIRA, 2019; MACIEL, 2010; WEPIK, 2017), mas considerando que a matéria desses estudos é diferente, o fenômeno é deixado de lado. DeLong (2016), que entre suas perguntas de pesquisa inclui uma sobre *code-switching*, só pode investigar o fenômeno indiretamente, já que ela não fala polonês europeu nem polonês de imigração.

Essa lacuna na pesquisa dedicada ao polonês de imigração fica ainda mais patente à luz de afirmações vindas dos próprios falantes. Um dos primeiros adjetivos que eles escolhem para descrever a sua língua a forasteiros é o adjetivo *misturado* (DELONG, 2016, p. 117, 118, 167; WEPIK, 2017, p. 82, 94). É essa a qualidade que eles reportam como a mais saliente, frequentemente antes de falar sobre arcaicidade e ruralidade da sua língua (WEPIK, 2017, p. 82; DELONG, 2016, p. 57, 117, 145, 161, 167). Essa característica tende a ser interpretada como um reflexo da baixa autoestima (DELONG, 2016, p. 161, 167) e não como parte importante da sua identidade linguística. Além do mais, os atos de translinguagem providenciam um contexto natural para a variação que está sendo registrada em estudos de VARLINFE e basicamente cada estudo que vise medir o grau de preservação da língua no ambiente colonial.

8 Nas colônias: Áurea, Rio Grande do Sul, e Nova Erechim, Santa Catarina (WEPIK, 2017); Dom Pedro II perto de Curitiba, Paraná (FERREIRA, 2019) e várias colônias em Cruz Machado, Paraná (ZAREMBA, 2021).

9 As datas de três partições são 1772, 1793 e 1795. A nação polonesa ganhou independência só em 1918.

O presente capítulo debruça-se sobre as práticas de translinguagem na comunidade polono-falante em Cruz Machado, Paraná, e pode ser visto como um início de resposta à lacuna identificada no campo da pesquisa. O capítulo também faz parte de uma proposta mais geral de seguir novos rumos na pesquisa do polonês de imigração, inspirados, entre outros, pela atual política linguística do Brasil e pelas oportunidades abertas pelo Inventário Nacional da Diversidade Linguística (MORELLO, 2012), pela pesquisa avançada dos dialetos alemães falados no Brasil (e.g. ROSENBERG, 2015; SAVEDRA, 2020), assim como pelas contribuições de pesquisas sobre as comunidades polono-falantes no ambiente colonial no Brasil. Esses rumos incluem mas não se limitam a: (1) focar na variedade falada no ambiente colonial aplicando uma relevante linha de base que não seja o polonês europeu (ZAREMBA, 2021); (2) levar em conta a diversidade e variação geográfica existente no conceito mais geral do “polonês de imigração”; (3) focar em comportamentos plurilíngues comuns no ambiente colonial, ou seja, em práticas linguísticas líquidas, e na competência plurilíngue das comunidades que frequentemente têm vivido cenários de contato interlinguístico duradouro; (4) focar na expressão plurilíngue, ou seja, em como os falantes usam as suas línguas para exprimir a sua cultura e identidade distinta; (5) tentar incluir em maior medida a interação endogrupal em vez de intergrupala na pesquisa; (6) focar na lógica interna e desenvolvimento independente da língua em vez de buscar supostas “interferências”, muitas vezes definidas em relação ao padrão alheio do polonês europeu;¹⁰ e (7) explorar a convivência do polonês de imigração com outras línguas no solo brasileiro, por exemplo russo e ucraniano.

O presente capítulo explora, de modo preliminar, a presença de translinguagem no ambiente colonial como normativa para uma comunidade plurilíngue e trata as palavras dos próprios falantes como fontes de informação. O adjetivo *plurilíngue* é usado no capítulo como referente ao conhecimento de mais de uma língua, que correspondentemente será nomeado *plurilinguismo*. Essa terminologia foi adotada em vez dos termos *bilíngue* e *bilinguismo* usadas comumente na literatura do tema por duas razões: (1) é difícil qualificar a possível competência, ainda que só passiva, em outras línguas, como alemão e ucraniano, mencionadas por alguns falantes, já que o conhecimento de línguas do status mais baixo em relação à língua nacional pode ser omitido, especialmente se a proficiência é passiva ou percebida como insuficiente aos olhos de forasteiros; e (2) o polonês europeu usado pela pesquisadora europeia nas entrevistas socioculturais do estudo sinaliza que as gravações registram uma interação entre falantes de códigos diferentes, independentemente de como definirmos a sua relação mútua. Além disso, é válido presumir que a situação de convivência duradoura de diversos códigos de comunicação na comunidade cruz-machadense, na qual convivem descendentes de imigrantes germano- e ucraniano-falantes,¹¹ tem criado uma cultura de negociação interlinguística constante, com os falantes tentando aproximar na comunicação o que eles percebem como traços de outras línguas ouvidas na sua comunidade (cf. THOMASON, 2003, p. 31). Por isso, é razoável falar sobre uma comunidade plurilíngue, competência plurilíngue e falantes plurilíngues.

10 Muitos exemplos dessas “interferências” citados na literatura não podem ser ligados à língua portuguesa do jeito definitivo (cf. ZAREMBA, 2021, p. 211-214 sobre supostas “réplicas” estruturais).

11 Essa informação é tirada do site do município Cruz Machado: <https://pmcm.pr.gov.br/historico/>. Acesso em: 14 mar. 2022.

2.3 O ESTUDO

O capítulo baseia-se predominantemente no corpus constituído por Zaremba (2021). Para o estudo, conduzido em novembro de 2018, foram gravadas entrevistas socioculturais com 38 pessoas. Além disso, foram registradas também algumas interações adicionais com falantes do polonês europeu que visitavam o município na época. Todos os informantes transcritos (de uma amostra de entrevistas de 30 falantes com história linguística semelhante) para o estudo são falantes de polonês de imigração, moradores de diversas colônias dispersadas no município de Cruz Machado, Paraná, trabalhadores físicos, com letramento funcional em português (a maioria das pessoas entrevistadas tem educação primária incompleta) e sem letramento na língua ancestral. Eles também têm uma história linguística semelhante: aprenderam o polonês em casa e falavam exclusivamente a língua ancestral até irem à escola, onde aprenderam português.¹²

Tirando algumas nuances, o grupo revelou-se bastante uniforme quanto à sua proficiência na língua ancestral. Todos manejam a língua em nível que os possibilita manter a conversa além de frases simples de cortesia. Muitos vivem longe de centros urbanos. Alguns mantêm contato esporádico com um grupo de missionários polono-canadenses (falantes do polonês europeu da geração migratória, sem conhecimento do português), que vêm ao município duas vezes por ano por umas duas semanas no máximo. Uma viagem desse tipo providenciou também o contexto logístico para o estudo. Um dos objetivos do estudo foi apurar a linha de base para a descrição dialetológica do dialeto cruz-machadense; porém, as áreas de pesquisa incluíram também mudanças de código, práticas linguísticas e motivações para falar a língua. No presente capítulo são escolhidos os dados pertencentes especificamente à *translinguagem* na comunidade cruz-machadense.

Uma observação significativa nesse contexto é que as entrevistas foram enquadradas como um espaço para “falar polonês”. Isso é o que eu tipicamente dizia aos participantes ao introduzir o meu projeto e pedir permissão para gravá-los. Eu tipicamente começava com: “Eu queria gravar você/o senhor/a senhora falando polonês”, dito em polonês europeu, e explicava o meu projeto, mudando para português para explicar os conceitos acadêmicos necessários. Esse contexto específico já apresenta várias consequências importantes: (1) coloca a tônica no polonês de imigração, o que pode ter induzido algumas pessoas a prestar mais atenção à qualidade da sua fala; (2) sublinha o meu interesse (e o interesse do mundo acadêmico) na língua falada nas colônias; (3) enquadra a conversa firmemente como uma interação intergrupar, entre representantes de grupos diferentes e falantes de códigos diferentes (polonês europeu/polonês de imigração); e (4) sinaliza que conheço português, o que pode ter liberado algumas pessoas a recorrer mais à língua nacional (no entanto, as pessoas transcritas nunca mudaram à língua portuguesa totalmente e a matriz da produção registrada era firmemente o polonês de imigração). Todas essas consequências deveriam ser levadas em conta ao considerar os resultados do estudo.

12 Dois falantes são exceção a essa trajetória. Uma falante nunca foi à escola e, conseqüentemente, nunca aprendeu português. Outro falante não tem raízes polonesas e aprendeu a língua já na idade escolar (pré-púbere), ao trabalhar com pessoas falantes.

Nessas duas primeiras seções descrevemos as questões terminológicas e o panorama da literatura do tema, bem como o contexto da geração dos dados. A seguir, discutimos translinguagem, exploramos a relevância do termo para estudos de contextos plurilíngues e mostramos como a prática é aplicada ao ambiente colonial, por intermédio das palavras dos falantes em Cruz Machado.

2.4 TRANSLINGUAGEM, OU, QUAIS SÃO AS DISTINÇÕES RELEVANTES PARA FALANTES COLONIAIS?

Translanguaging (translinguagem) é um termo abrangente para o uso de todo repertório semiótico que pessoas plurilíngues têm à sua disposição (GARCÍA; LI, 2014, p. 22). Como tal, o termo foca na agência de próprios falantes – e na qualidade distinta da linguagem que está sendo criada por eles em meios plurilíngues. Em vez de olhar a língua como algo estático e final, a ideia de translinguagem – expressa em inglês em forma contínua do gerúndio – a vê antes como função de uma ação (MAZZAFERRO, 2018b, p. 89). O que falantes plurilíngues tipicamente fazem com as suas línguas torna-se a norma, algo “prosaico, ordinário, comum, um banal fato da vida”¹³ (BLOCK, 2008, p. 200). A qualidade da linguagem que emerge *transborda*, *transcende* e *transgride* os limites predefinidos, segundo os quais as línguas são standardizadas, segregadas e nacionalizadas como entidades discretas (cf. AUER, 2007; BAILEY, 2007; SCHNEIDER; JUNGBLUTH, 2021). Agência de falantes, produção de sentidos (*meaning-making*) e construção de papéis sociais por intermédio do comportamento linguístico plurilíngue são algumas questões exploradas na pesquisa do tema, que se debruça frequentemente sobre salas de aula plurilíngues (GARCÍA; LI, 2014, p. 46-136; HUANG, 2018; SIMPSON, 2020), mas também sobre várias comunidades vivendo um cenário de contato linguístico duradouro (e.g. MAZZAFERRO, 2018b; STARKS, 2018).

É importante enfatizar que translinguagem não é sinônimo de *code-switching* ou *code-mixing* e tampouco é um supertipo desses termos. O foco de *code-switching* é a alternância de códigos dentro da fala, e o foco de translinguagem é a criação de uma nova qualidade. Ao falar de translinguagem, pode-se discutir os comportamentos tipicamente explorados na literatura científica com essa nomenclatura, mas o termo não precisa os incluir nem se limitar a eles; reconhece antes que “o processo inteiro de usar a língua é diferente quando duas [ou mais] são disponíveis”¹⁴ (BIALYSTOK, 2001, p. 57, inserção minha). Por isso, dentro de translinguagem, podem-se explorar todos os meios de expressão que capitalizam na competência plurilíngue dos envolvidos, em todas as modalidades, como humor plurilíngue, referências intertextuais (cf. BAILEY, 2007, p. 268), sinalização visual, jogos de sotaques, mudanças de sentidos etc. Podemos falar em translinguagem também ao explorar interações ostensivamente monolíngues, porque uma interação, assim como participam pessoas plurilíngues, sempre será repleta de sentidos distintos.

13 No original: “prosaic, ordinary, commonplace, a fact of life and even banal”.

14 No original: “The entire process of using language is different when two languages are available”.

Um trecho do corpus cruz-machadense é um bom exemplo desse contexto. Como já descrito, os dados analisados neste capítulo foram colhidos por uma falante do polonês europeu e português. Eu viajava pela região acompanhada por um grupo de falantes do polonês europeu, todos (com uma exceção) não falantes do português. Esperadamente, esse contexto gerou interações interessantes. Nem todas foram gravadas, já que o estudo focava no polonês de imigração, visando chegar à base dialetológica da língua. Algumas, no entanto, surgiram espontaneamente, como o trecho a seguir. Os participantes são 4.M.44.IV,¹⁵ um morador local e falante do polonês de imigração e português; P, um falante do polonês europeu que não fala português; e M, um falante do polonês europeu que fala português e maneja polonês de imigração. Colono 4.M.44.IV está falando sobre a derrubada recente de um eucalipto que ele estava supervisionando (Palmeirinha, 14/11/2018).¹⁶

(1) 4.M.44.IV: *Musi ma z uosiem, dziesięć lat. Ale tak uo, na grubość.*

'Deve ter uns oito, dez anos. Mas é assim ô na grossura'

FALPOL¹⁷ P: *Ale to jest chwast!*

'Mas é só uma erva daninha'

4.M.44.IV: *Tak. [hesitante]*

'Sim'

FALPOL P: *Za dziesięć lat dwadzieścia metrów?*

'Em dez anos vinte metros?'

4.M.44.IV: *A idzie!*

'Ah, tá indo [=crescendo]'

FALPOL P: *To żadne drzewo tak nie rośnie.*

'Nenhuma árvore cresce do mesmo jeito'

15 Os códigos representam as seguintes informações: número, sexo (M/F), idade, geração (com geração migratória sendo calculada como primeira). Geração IV significa que foram os bisavôs do falante que chegaram ao Brasil da Europa. Essa informação foi providenciada pelos próprios falantes e considerando que muitos afirmam não se lembrar dos avôs, pode ser inexata. Em outras palavras, a sequência de gerações pode ser mais longa do que afirmada.

16 Os nomes das respectivas colônias também foram providenciados pelos falantes.

17 FALante POLonês (europeu).

4.M.44.IV: *Nie rośnie. Jak ten. A gdzie jaka **baniaczka**¹⁸ je, to gdzie un tak wode ciągnie sobie, to takuo so grube.*

*‘Não cresce. Como este. E onde há um **banhado**, já onde ele assim tira água para si, são grossos assim’*

FALPOL P: **Baniaczka?**

‘Banhado?’

FALPOL M: **Baniada**, *wiesz? **Baniada** to jes takie bagno, podmokłe tereny.*

‘Banhado, sabes? **Banhado é tipo charco, terrenos alagados’**

4.M.44.IV: *Rozumiesz, co to **baniada**? Nie wiedziałeś?*

*‘Entendes o que é **banhado**? Não sabias?’*

Nesse exemplo, vemos alguma inteligibilidade entre as variedades usadas pelos respectivos participantes; a conversa flui até encontrar um obstáculo. O falante P usa um item lexical, *chwast* ‘erva daninha’, que não é imediatamente reconhecido por 4.M.44.IV. O problema pode ser causado pela articulação do P, já que a pronúncia e entonação no polonês de imigração são muito diferentes do que no europeu. De todo modo, o 4.M.44.IV logo reconhece a partir da entonação de P que ele está em dúvida quanto ao tamanho da árvore derrubada e explica que eucaliptos costumam atingir alturas enormes, especialmente em solo favorável. Por aqui, ele usa uma designação colonial para “charco”, *baniaczka* (uma truncação do pt. “banhado”¹⁹ com um sufixo feminino polonês – *czka*). Isso provoca uma pergunta de P. Os falantes 4.M.44.IV e M, familiares à realidade colonial, procedem a explicar o item ao forasteiro, produzindo primeiramente um equivalente colonial mais transparente, *baniada*. Já que P não fala português, ele não é capaz de decifrar a designação, então M providencia alguns itens correspondentes do polonês europeu (*≈ bagno, tereny podmokłe*). Nas palavras finais do trecho, o falante 4.M.44.IV retoma a sua posição autoritária de “explicador” de fenômenos locais.

Agora, a pergunta é, o que acontece nessa interação descrita? Do ponto de vista que pressupõe uma separação *a priori* entre o português e polonês e junta o polonês europeu e o polonês de imigração como “uma língua”, trata-se de uma interação basicamente monolíngue. Temos falantes da “mesma língua” tropeçando com alguns

18 A maioria dos empréstimos nas citações do corpus cruz-machadense é adaptada morfossintaticamente. O presente capítulo não foca em processos dessa adaptação; para uma discussão detalhada veja Kawka (1982, 1988) e a atualização em Zaremba (2021: 200-207). Itens do português são colocados em **negrito**; itens do polonês europeu são sublinhados.

19 Segundo PRIBERAM, sentido 6: “[Brasil: Sul]”.

itens regionais, “brasileirismos” (KAWKA, 1982).²⁰ Mas, dentro do enquadramento de translinguagem, podemos analisar a interação como um intercâmbio complexo entre pessoas de atitudes linguísticas, códigos e estilos diferentes, que negociam essas diferenças graças à sua competência plurilíngue (cf. GARCÍA; LI, 2014, p. 21). Fica imediatamente claro, também, que a relação entre os códigos usados na interação é uma questão puramente teórica, e como os próprios falantes os constroem pode ser muito diferente do que é prescrito. Naturalmente, pode-se analisar a conversa usando o termo de *code-switching* em relação aos itens *baniaczka* e *baniada*, mas essa perspectiva também seria puramente arbitrária.²¹ O grau de adaptação morfosintática de *baniaczka* sugere que se trata de uma designação já arraigada no jargão local. Mas, é igualmente possível que o falante esteja improvisando de maneira que seria compreensível a membros da sua comunidade. Do ponto de vista da comunidade de fala, pode-se até dizer que os itens mais deslocados na conversa são os itens do polonês europeu (*bagno, tereny podmokle*). Já *baniada* é um item familiar para esses participantes da conversa que compartilham o conhecimento do português. Translinguagem revela-se então uma prática em seu cerne local, exclusiva, intimamente ligada à distinta identidade e cultura de uma comunidade plurilíngue.

No caso do polonês de imigração falado hoje em dia no ambiente brasileiro, a tradição de “misturar” os códigos na comunidade é antiga, o que reforça os laços com a nova identidade da emergente minoria polono-falante. Józef Stańczewski (1925, p. 6), no que pode ser chamado o primeiro estudo da língua colonial, escreve abismado sobre as práticas da terceira geração de migrantes, que, na sua opinião, “de forma flagrante abusa de empréstimos polonizados”²² e não sabe falar polonês nem português do jeito julgado por ele como aceitável. Ele prognostica também que a extinção da língua é um dado adquirido (STAŃCZEWSKI, 1925, p. 34). Quase 100 anos depois do seu estudo, já sabemos que estava errado: a língua sobreviveu, embora em um formato novo e distinto.

A condenação de Stańczewski é remanescente do comentário de Bloomfield (1927: 437) sobre um falante indígena que combina inglês e Menomini (a sua língua ancestral) na sua produção e “fala nenhuma língua toleravelmente”.²³ Por aqui, observa-se um prejuízo que tipicamente acompanha os atos de translinguagem: uma exigência que as línguas de uma pessoa plurilíngue permaneçam separadas (GARCÍA; LI, 2014, p. 15; GROSJEAN, 1989, p. 5). Esse estigma, porém, parece só intensificar a solidariedade entre pessoas plurilíngues que juntas criam uma nova realidade linguística, pois elas agora são cúmplices em um ato coletivo de passar das fronteiras entre entidades que possam ser vistas, a partir de fora, como irrevogavelmente separadas (cf. BAILEY, 2007, p. 259-260). No caso do polonês da imigração mais especificamente, esse estigma mistura-se com outros prejuízos que atingem a comunidade polono-falante. Há

20 O problema com *chwast* “erva danina” não ficaria muito registrado nessa perspectiva.

21 A resposta à pergunta fundamental formulada por Auer (1984, p. 28) sobre o que os próprios falantes entendem como a “variedade da língua A” e a “variedade da língua B” não sempre é clara em comunidades plurilíngues vivendo uma situação de contato duradouro, também veja seção 4.2.

22 No original: “szafuje już obficie temi spolszczonymi zapożyczeniami”.

23 No original: “He may be said to speak no language tolerably”.

discriminação contra pessoas da ascendência polonesa (GRITTI, 2004; PEREIRA, 2017; WOLNY, 2012), mas também contra falantes da língua minoritária e falantes rurais do português (ALTENHOFEN, 2004; BAGNO, 1999; LUCCHESI, 2015). Não ajuda que muitos desses preconceitos, como o preconceito contra toda fala fora do padrão, sejam fiscalizados e sancionados por pessoas cultas, aderentes à ideia do padrão e invariabilidade das línguas nacionais. Esse contexto social desfavorável deveria ser levado em conta em maior medida ao interpretar os resultados de estudos.

O que segue é uma exploração preliminar de translinguagem na comunidade de Cruz Machado. O tema é amplo e o corpus do estudo é substancial, por isso o tratamento é necessariamente seletivo. Em primeiro lugar, exploramos como são construídas as políticas linguísticas em torno da prática, vigentes na comunidade e no ambiente familiar em Cruz Machado. Depois, vemos como os falantes concebem da “sua língua” e de outros códigos ao seu redor, inclusive o polonês europeu. Isso ajuda-nos a entender como os códigos são indexados e explorados localmente. Ainda, apresentamos também vários exemplos de translinguagem ouvidos nas gravações. Finalmente, contamos histórias de pessoas que em várias maneiras se adaptam à realidade plurilíngue do município.

2.5 TRANSLINGUAGEM EM CRUZ MACHADO

2.5.1 POLÍTICA LINGUÍSTICA EM FAMÍLIA E COMUNIDADE

Política linguística em família (*family language policy*) é um nome dado a todas as decisões corriqueiras tomadas em casa em relação a questões linguísticas, usado na literatura predominantemente no contexto plurilíngue (SMITH-CHRISTMAS, 2016), embora famílias monolíngues também estabeleçam leis sobre o jeito de falar que elas acham “apropriado” para si. Política linguística em comunidade, por sua vez, seria semelhante a um entendimento coletivo sobre práticas linguísticas que envolvem membros da comunidade. Muitas vezes ao falar sobre política linguística, fala-se da política em grande escala – de “grandes decisões” tomadas por autoridades em relação à língua e sociedade (CALVET, 2007, p. 11). Mas, é um fato que línguas minoritárias desenvolvem, sobrevivem e morrem muitas vezes em contradição direta com os esforços de cima. O polonês de imigração é um ótimo exemplo: a língua sobreviveu por meio século de opressão e só se encontra em uma posição mais precária agora, quando a diversidade linguística no Brasil está começando a ser reconhecida, oficializada e celebrada. Esse desencontro tem, naturalmente, muitos motivos cuja exploração não faz parte desse capítulo. Porém, a agência de falantes minoritários e as escolhas que eles fazem diariamente em sua casa e sua comunidade devem ser levadas em conta. Nesta seção exploramos essas escolhas em relação à translinguagem para contextualizar a discussão mais detalhada que vem em seguida.

O que deve ser considerado, antes de mais nada, é que nos dados linguísticos obtidos em Cruz Machado não se observa um grande estigma contra a translinguagem em casa e na comunidade. Os participantes parecem abordar o tema de maneira direta:

(2) *Za to, że • my tutaj, jak my gadamy po polsku w domu, to tak jak **meio misturado**, nie? Bo tak jak z wamy to już trzeba troszeczkę **mais caprichado** gadać (7.M.43.IV, Cária Doce, 8/11/2018)*

*‘Porque por aqui, quando a gente fala polonês em casa, é como **meio misturado**, né? Com você já se precisa caprichar um pouco mais [**mais caprichado**]’*

O falante do excerto (2) ressalta a distinção entre a qualidade da fala que ocorre dentro do grupo e a fala usada com a pesquisadora que fala um código diferente (polonês europeu), ou seja, não pertence à comunidade. Ao mesmo tempo, ele dá a entender que a prática de “misturar” é controlada e aplicada criteriosa e judiciosamente. Em palavras científicas, os falantes têm acesso ao seu modo “monolíngue” (GROSJEAN, 1989),²⁴ ou seja, podem escolher restringir o uso do seu conhecimento da outra língua. A senhora cuja fala é transcrita em (3), por exemplo, nota a qualidade diferente da fala de várias pessoas na comunidade:

(3) *So sioady, że przydo, to tylko po polsku sie rozmawiajo • • bo dych co drugie, co przyjdzie, to tak • **misturado** po polsku i po brazylijsku (24.F.57. III, Lajeado Liso, 5/11/2018)*

*‘Tem vizinhos que vêm e falam só polonês e outros que vêm e **misturam** [**misturado**] polonês e brasileiro’²⁵*

Embora a matriz da conversa seja decididamente o polonês de imigração, os dois falantes usam o item do português, *misturado*, para descrever as práticas linguísticas em casa e comunidade. Não é só o idioleto deles. A tendência para usar o adjetivo português *misturado* e o verbo polonizado *misturować* ‘misturar’ com seus derivados é comum na amostra estudada, mesmo que o item correspondente do polonês *mieszać* ou *mi(n)sząć* seja conhecido também. A mesma alternância também acontece em contextos de miscigenação ou assimilação (e.g. *zmistrowany*²⁶ z *Polakami* ‘misturado

24 Grosjean (1989, p. 8) escreve: “In their everyday lives, bilinguals find themselves at various points along a situational continuum which induce a particular speech mode”. Na presença de falantes monolíngues, a pessoa bilíngue tentará desativar o outro idioma; na presença de falantes bilíngues, mudanças de código são compreensíveis e ativadas (GROSJEAN, 1989, p. 9).

25 No dialeto cruz-machadense a língua portuguesa é geralmente denominada brasileira, *brazylijski*.

26 O verbo português *misturar* torna-se base de um participio passado (PREFIX-*misturar*-MASC.SG).

com poloneses’). Essa preferência por um item do português quando o equivalente polonês é acessível é marcante. De fato, alguns falantes apresentam os dois, primeiro o português e então o polonês, talvez para o benefício da interlocutora forasteira. Esse jeito de falar é remanescente do que Blom e Gumperz (1972) chamam de uma mudança metafórica. A invocação de outra língua exemplifica e reforça o que está sendo dito na frase. Em outras palavras, com a alternância de *misturado*, os falantes demonstram o que significa o ato de “misturar”.

Dentro da amostra cruz-machadense, porém, “misturar” e “misturado” não são as expressões mais usadas em relação à fala translinguada, e sim a expressão polonesa *pól na pól* ‘metade a metade’, evocada por sete falantes (2.M.65.III, 4.M.44.IV, 10.M.65.III, 11.M.38.IV, 17.M.40.IV, 23.M.66.III, 28.M.52) em relação à língua usada com vizinhos e parentes. No exemplo transcrito em (4), um falante explica que a qualidade de fala depende da situação e presumivelmente, do interlocutor:

(4) **Depende.** (...) *jak on zacznie sie rozmawiac po polsku, to po polsku, jak po brazylijsku, to po brazylijsku, tak pól na pól* (11.M.38.IV, Palmital, 6/11/2018)

Depende. *Se ele começar falar polonês, em polonês, se português, português, assim metade a metade’*

Um falante usa a mesma expressão para descrever a identidade ambígua do seu grupo, o que realça a regularidade já discutida, de que translinguagem é uma prática intimamente ligada à identidade distinta da comunidade plurilíngue que *transcende* os limites não só linguística, mas também culturalmente:

(5) *Bo my mm takie Polaki pól na pól* (4.M.44.IV, Palmeirinha, 7/11/2018)

‘Porque nós [somos] assim poloneses metade à metade’

A fala em família é translinguada não só por causa da intimidade transmitida pela prática (GARCÍA; LI, 2014, p. 23). Segundo os relatos dos participantes, quando as gerações mais jovens vão para escola, elas começam a usar mais a língua nacional:

(6) *Mówie po polsku, tylko oneee tak o, respondem po brazylijsku* (9.F.41.IV, Vicinal D, 6/11/2018)

‘Eu falo em polonês, mas eles assim ô, respondem em brasileiro’

Como no caso do item *misturado*, a falante pode usar a palavra portuguesa *respondem* para exemplificar o que ela está descrevendo.

As reações dos pais a essa mudança são geralmente tranquilas. Significativamente, a interação desse tipo ainda implica uma competência substancial por parte dos filhos, se bem só passiva (cf. AU et al., 2002). Alguns pais afirmam que não desistem das práticas de falar polonês em casa, acreditando que isso influencie a competência dos parentes (8.F.37.IV; 13.F.45.IV); outros adotam a língua nacional em comunicação (21.F.52.IV) mas sem deixar de cuidar da sua proficiência. É o caso de 5.F.53.IV, uma das mais fluentes falantes do grupo, que usa a língua somente com alguns vizinhos e com o grupo polono-canadense. Outros pais realçam que apoiam os filhos em buscarem mais educação na língua ancestral por conta própria (1.F.46.IV). Ainda assim, uma senhora lamenta a mudança no comportamento do filho, enquadrando-a como uma fissura significativa na sua relação, talvez amplificada ainda mais pelo casamento recente do jovem. É importante notar que a insistência do rapaz em usar português em vez de polonês (ou fala translinguada) é também um ato simbólico de se afastar da herança plurilíngue da sua casa e comunidade:

(7) *Dzieci moje, jak małe były, wszyscyunio tylko po polsku. Jak poszły do szkoły, oni nie umieli po brazylijsku sie rozmawiać. A teraz znów wszystko po brazylijsku! Kiedyś jeden syn przyjechał i: Mama niech nie gada po polsku, bo ja nie rozumiem! Mówie: Co nie rozumiesz? – mówie. – Nie tak dawnoś sie ożenił, przódy tylko po polskuś gadał, a tera już nie rozumisz? (24.F.57.III, Lajeado Liso, 5/11/2018)*

‘Meus filhos, quando eram pequenos, tudinho só em polonês. Quando foram a escola não sabiam falar brasileiro. E agora de novo tudo em brasileiro! Uma vez um filho veio e [diz]: Que mamãe não fale polonês porque não entendo! Digo: Como é que não entendes? Digo: Há pouco tempo te casaste, antes só falavas polonês, e agora já não entendes?’

A mesma senhora afirma também que os jovens *nie dbajo* ‘não se importam’ com a preservação da língua, em oposição à sua geração, que a falante enquadra como um exemplo a seguir. Só o tempo mostrará quais são as escolhas reais da nova geração na comunidade. Deve-se notar, porém, que o mito da “era dourada”, segundo o qual as gerações mais jovens não sabem falar a língua e contaminam-na com gírias, anglicismos e erros gramaticais, é perpetuado também em contextos monolíngues. Os estudos recentes de substituição realçam que o processo não é linear como afirmado antes (cf. MAZZAFERRO, 2018b, p. 88-90). Stańczewski, que em 1925 anunciou a morte iminente do polonês no Brasil citando o fenômeno da fala “misturada” de jovens polono-falantes, com certeza poderia comentar nisso.

A seção mostrou, com base nos dados colhidos em Cruz Machado, que a translinguagem praticada em família e comunidade é uma ação permitida, significativa e controlada, estreitamente ligada à distinta identidade e cultura da comunidade plurilíngue. Na próxima seção, mostramos como os participantes do estudo constroem os diferentes códigos que têm à sua disposição.

2.5.2 “EM VOSSA LÍNGUA MUITO NÃO SE SABE DIZER”: CONSTRUÇÃO DE CÓDIGOS DISPONÍVEIS

Ao discutir o conceito de translinguagem e a razão por sua relevância em contextos plurilíngues, foi dito que para entender “o que se faz com a língua”, é necessário entender como os lados envolvidos constroem os códigos para si disponíveis. No caso de uma variedade relativamente pouco investigada, como o dialeto cruz-machadense, ou outros dialetos semelhantes do polonês de imigração, começar com essa pergunta é ainda mais crítico. Por enquanto, o consenso dos estudos do tema nessa matéria pode ser sumarizado nas palavras de Wepik (2017, p. 121): a maioria dos falantes investigados pela estudiosa vê a sua língua “de forma positiva, mesmo considerando[-a] como um dialeto errado, misturado, arcaico”; o polonês europeu, em contrapartida, é visto como “adequado” e “correto” (WEPIK, 2017, p. 115). Essa conclusão paradoxal deveria constituir um motivo para reanalisar as palavras dos falantes citados na literatura, pois parece que os padrões adotados como significativos por estudiosos não têm muita relevância para os próprios falantes.

Um motivo recorrente nos estudos do tema é que os falantes do polonês de imigração tentam, de várias maneiras, sublinhar o quanto a sua língua difere do polonês falado na Europa (DELONG, 2016; WEPIK, 2017). Essa tendência surgiu também no estudo cruz-machadense, no qual a figura da pesquisadora falante do polonês europeu e, em menor medida, o grupo polono-canadense (falantes do polonês europeu) providenciavam parâmetros de comparação muito naturais. O excerto de fala (8) é emblemático:

(8) *My jak sie urodziły, mama nasz uczyła tylko po polsku (...) ale nie tak jak wy gadata dych po polsku, bo wy gadata (...) jusz inaczyj, a nasz juuu[sz] bardzo **misturado, né*** (4.M.44.IV, Palmeirinha, 7/11/2018)

*‘Nós quando nascemos, mamãe nos ensinava só polonês, mas não como vós falais²⁷ assim polonês mesmo, porque vós falais já diferente, e o nosso já muito **misturado, né**’*

Nessa fala, é destacada em primeiro lugar a “natividade” do falante, que adquiriu polonês como sua primeira língua. (Retoma-se aqui a observação meio cínica de Kandiah, que no debate sobre “falante nativo”, nem natividade, nem ordem de aquisição

27 *Vós e vosso são usados para traduzir as desinências do antigo número dual com pronomes do número plural (uso comum no campo polonês).*

importam tanto quanto a qualidade da língua adquirida). O falante logo deixa claro que a sua língua difere do “polonês mesmo” incorporado pela pesquisadora. Ao mesmo tempo, os pronomes pessoais usados no excerto enfatizam a qualidade local do dialeto cruz-machadense: “vós” já falais diferente, e “o nosso” [idioma] tem um caráter distinto, “misturado”. O adjetivo pode indicar a qualidade translinguada do *input* paternal recebido pelo falante, mas, também, como indica o uso do adjetivo em contextos de assimilação e miscigenação, pode constituir uma designação abrangente para a totalidade de reflexos do contato interlinguístico já presente na língua recebida em casa. Nesse sentido, o adjetivo será aduzido por esse e outros falantes para sublinhar a qualidade nova e emergente que eles acham mais saliente em relação ao polonês europeu. Essa qualidade não desfaz a legitimidade da língua do falante – ela é “nossa” do jeito que o polonês europeu nunca será. Mais tarde na conversa, o mesmo falante exprime o pensamento em termos ainda mais explícitos. Trata-se por aqui de falantes do polonês europeu:

(9) *Gadajo, to sie zrozumie, né (...). Ale nie tyle jak my, né. My dużo tak, dużo tak jak wy gadata, na wasz język dużo sie nie wie powiedzieć, ale nie zrozumie nieraz, nie zrozumie wszystko, né. (...) Tak samo jak wy nie, nie rozumie wszystko, né* (4.M.44.IV, Palmeirinha, 7/11/2018)

Falam, então se entende, né. Mas não tanto quando nós [falamos], né. Nós muito assim, muito assim quando vós falais, em vossa língua²⁸ muito não se sabe dizer, mas não se entende muitas vezes, não se entende tudo, né. Mesmo como vós não, não entendeis tudo, né

Esse excerto de novo realça o valor local e “nosso” da língua colonial e constrói um limite firme entre dois grupos com seus respectivos jeitos de falar. Não é um limite completamente impermeável, já que o falante reconhece a existência de alguma inteligibilidade entre os dois códigos. No entanto, não é uma comunicação imediata e intuitiva como no caso de uma interação endogrupal. Esses dois excertos não são exceções. Em total, um terço dos falantes transcritos realça o caráter distinto do seu idioma, muitas vezes em oposição ao polonês europeu. Os falantes são cientes também da convivência da sua variedade com outras línguas, como no excerto (10), em que a palavra *pomieszało* ‘misturou’ tem um sentido de contato linguístico.

(10) *Nie tak dycht dobrze człowiek gada, bo to w Brazyltii jest taka mowaaa polska meiooo eee jak to mówią • przeskoczuna. Bo tu wincy było • indiów tooo uod/ drugieeee, drugie • dysenije były i za to sie pomieszało* (7.M.43.IV, Cária Doce, 8/11/2018)

28 A frase podia ser interpretada diferentemente: *jak wy gadata na wasz język, dużo sie nie wie powiedzieć* ‘quando vós falais vossa língua, muita coisa não se sabe dizer’. Essa leitura não muda, porém, o sentido da frase.

‘A gente não fala tão bem assim, porque o que tem no Brasil é uma fala polonesa meio, como dizem, atravessada.’²⁹ Porque aqui tinha mais índios, de segunda, segunda geração³⁰ tinha, e por isso se misturou’

Como explorado antes na seção sobre translanguagem, o conhecimento do “nosso” código implica o conhecimento da “nossa” cultura. No caso cruz-machadense, trata-se do distinto sistema de sentidos que se tem desenvolvido em ambiente colonial ao longo do século XX. Nesse processo, o recurso natural e disponível para os falantes era a língua portuguesa e outras línguas de imigração. Como visto, os participantes do estudo são cientes dessas influências. Pode-se dizer que alguns empréstimos mais antigos que funcionam na comunidade há muito tempo são muito mais familiares aos falantes do que os itens modernos vindos do polonês europeu. Alguns falantes conhecem os equivalentes europeus, mas parecem enquadrá-los como itens estrangeiros. Por exemplo, o item do polonês europeu, *kukurydza* ‘milho’, é quase sempre dado por poucos colonos que o conhecem como *kukurudza*, o que mostra influências ou ucranianas, ou austríacas. Em vez de *kukurydza* os falantes usam *milija*, uma polonização do *milho* que usa um jeito antigo de adaptar as palavras estrangeiras ao sistema fonotático polonês (DŁUGOSZ-KURBACZOWA, 2009).³¹ Nas entrevistas, os falantes notam a diferença prefaciando *milija* com uma frase *jak my mówim* ‘como nós falamos’ (4.M.44.IV; 7.M.43.IV; 10.M.65.III). Esse enquadramento situa a palavra em oposição de *kukurudza*, que é atribuída à pesquisadora usuária do polonês europeu com palavras *jak ty mówisz* ‘como tu dizes’ (4.M.44.IV). Esse forte caráter cultural, “nosso”, de muitos empréstimos é exemplificado pelo excerto (11), no qual dois colonos falam sobre ferramentas usadas no campo em dias de ontem e de novo têm que explicar a palavra desconhecida ao falante do polonês europeu (Linha Palmital, 14/11/2018):

(11) 3.F. *Ale wincyj makinarii. Wszysko makinaria. (...) niedługo maszynki sie zatraco, nikt nie sadzi kawa/ już nie wiedzo, co to kawadera (...)*

‘Há mais de maquinaria-GEN. Tudo maquinaria. Daqui a pouco as máquinas vão se perder, ninguém planta com cava/ já não sabem o que é cavadeira’

FALPOL P: *A co to jest kawadera?*

29 Tradução inferida do item *przeskoczuna*, literalmente ‘pulada’, que pode significar ‘coxa’, ‘travada’.

30 Tradução inferida. *Dysenija* pode vir do pt. ‘descendência’, mas seria uma criação bastante adulterada. Talvez se trate de um item do polonês antigo pois a palavra parece seguir o padrão fonotático típico por antigos empréstimos (cf. *milija* < pt. *milho*).

31 Além da palavra ser citada por Stańczewski (1925, p. 28), a antiguidade do empréstimo é demonstrada pela acentuação da penúltima sílaba que era corrente em palavras da proveniência estrangeira na língua polonesa antes do século XIX e depois começou a ser abandonada (DŁUGOSZ-KURBACZOWA, 2009). Outros exemplos são *historyja*, *lekcyjja*, *filozofija* contra modernos *historia*, *lekcja*, *filozofia* (sem a acentuação do [i]) ‘história’, ‘lição’, ‘filosofia’. Cf. o item *dysenija* usado pelo falante 7.M.43.IV.

E o que é cavadeira?

4.M.44.IV: **Kawadera** to tak dziubnonć w ziemie.

Cavadeira é assim picar no solo.

3.F. I **milije** posadzić.

E plantar milho-ACC.

É notável que no polonês europeu, a palavra para ‘maquinaria’, *maszyneria*, é também um empréstimo, só que do francês, uma língua com a qual as elites polonesas tinham mais contato na época. A cavadeira seria uma ferramenta desconhecida ou desnecessária no campo polonês; aliás, as realidades drasticamente diferentes do novo país exigiam uma maciça importação do léxico na área de agricultura, flora e fauna. As áreas que têm visto um enorme progresso ao longo do século XX, como tecnologia, infraestrutura, medicina e administração, são também as áreas nas quais se observa mais empréstimos no dialeto cruz-machadense (aliás, essas áreas são repletas de empréstimos também no polonês europeu). Ademais, em Cruz Machado essas áreas são frequentemente os domínios de uso da língua nacional:

(12) *Oni mi mowiły tylko, że to jes sarkoma. A tera to ja prawie pojechałam na Campo Largo pra operar. Ale nie pojechałam, bo ja wczoraj miałam konsulte tu w Porcie, dziabety. (...) A tu dochtor stund nie radził mnie ope- rować (35.F, 14/11/2018)*

‘Eles me disseram somente que é sarcoma. E agora eu quase que fui ao Campo Largo pra operar. Mas acabei não indo, porque ontem tive uma consulta-ACC. por aqui no Porto, diabete. E por aqui o doutor daqui não me aconselhou operar’

Observam-se também indicações de mudanças culturais, como no exemplo seguinte, no qual *namorować* < ‘namorar’ refere a um fenômeno desconhecido no tempo da imigração. Aliás, o polonês europeu também usa uma sequência de empréstimos (de inglês e francês) para descrever essa atividade hoje em dia.

(13) *Poszłam na bal kom intensao, jak to mówią, z nim namorować (24.F.57.III, Lajeado Liso, 5/11/2018)*

‘Então eu fui ao baile com a intenção, como eles dizem, de namorá-lo’

O excerto (14) destaca o fato de que o polonês dos primeiros imigrantes não tinha o nome para o conceito do banheiro em casa. O nome usado no polonês europeu, *łazienka*, é virtualmente ausente na amostra cruz-machadense.

(14) Nawet **baniera** nie było, take/ tak była taka budka postawiona tak **fora**
(25.F.61.III, Linha dos Couros, 5/11/2018)

‘Até **banheiro**-GEN. não tinha, assim tinha uma casinha colocada assim **fora**’

A prática de translinguagem permite que os falantes explorem as novas possibilidades de expressão:

(15) Jedna to dych taka bem, taka **morena**, czarna taka, **cor de cuia**, jak to gadajo (15.F.67.II, Vicinal II, 6/11/2018)

‘Uma é bem assim, assim **morena**, negra assim, **cor de cuia**, como eles dizem’

Por sua vez, no excerto (16), o falante está experimentando com um item vindo do polonês europeu, *kochać* ‘amar’. Significativamente, ele usa a palavra *Polaki* ‘poloneses’ no sentido exclusivo, colocando-se firmemente de fora do grupo designado.

(16) Jak to mówią Polaki, ja kocham to miejsce tutaj (23.M.66.III, Lajeado Liso, 5/11/2018)

‘Como o dizem poloneses, eu amo este lugar aqui’

A prática de translinguagem contextualiza também muitos fenômenos emergentes observáveis na fraseologia e estilística do dialeto cruz-machadense (ZAREMBA, 2021), como expressões híbridas, como *jakoś vai* ‘vai de alguma maneira’, *vai (indo) pomalutku* ‘vai indo devagarzinho’, *wiruj się* ‘vira-se’. A última frase é ainda mais engraçada, já que o verbo polonês *wirować* significa ‘girar, rodopiar’. Esse sentido duplo pode explicar a popularidade da frase nas colônias.

A presente seção explora como os próprios falantes constroem os códigos linguísticos disponíveis na sua comunidade e como os incorporam na sua prática de translinguagem. O polonês de imigração, a língua materna dos participantes do estudo, é visto como o código local: “o nosso” jeito de falar. O seu caráter “misturado” faz parte significativa dessa qualidade, pois remonta à história que conta mais de 100 anos de convivência com outros códigos linguísticos. Por isso, a presença de elementos do português na fala cruz-machadense é vista como natural e familiar. Alguns emprésti-

mos são muito mais comuns do que as palavras equivalentes usadas no polonês europeu. Itens vindos do português, como *rosa* ‘roça’, *kawadera* ‘cavadeira’, *milija* ‘milho’, *namorowac* ‘namorar’, *baniero* ‘banheiro’, dentre outros, são testemunhas de um desenvolvimento distinto do polonês de imigração e deveriam ser reconhecidas como tais, por exemplo, em programas didáticos da língua polonesa. Quanto ao polonês europeu, ele pode ser visto como um recurso de um outro tipo, com alguns colonos experimentando com itens vindos deste código. É importante destacar que os falantes são inflexíveis em sua insistência de que o polonês europeu é um código diferente da sua língua, embora eles reconheçam alguma inteligibilidade mútua. Esse comportamento é observado em outros estudos do tema. As comparações com o polonês europeu são naturais nas circunstâncias, já que se trata de uma língua codificada, estandardizada e conhecida que fornece um contraste óbvio para a fala informal, variável e local dos falantes. Pode-se até dizer que essas pistas são indicações da proficiência pragmática dos falantes que escolhem um ponto de referência conhecido para seus interlocutores. Ao enquadrar a sua língua como diferente e “misturada”, os falantes são também capazes de fugir de expectativas prescritivas que eles podem, não sem razão, identificar com a figura da pesquisadora externa. Em todas as citações aduzidas nesta seção, eles mostram-se competentes usuários da sua língua e estratégicos criadores da nova realidade linguística.

2.5.3 INTERAÇÕES TRANSLINGUADAS

Interações translinguadas, ou interações entre indivíduos que usam múltiplos códigos criativamente para atingir o seu objetivo conjunto, fazem parte da realidade cotidiana em comunidades plurilíngues. As entrevistas realizadas para este estudo podem ser vistas como um tipo de interação translinguada, como uma conversa na qual um participante usa um código (ou uma justaposição de códigos) e outro responde em outro código ou códigos. Esta seção aponta mais contextos desse tipo que foram mencionados por participantes do estudo. Como descrito, ao pesquisar dialetos do polonês de imigração pesquisa-se uma comunidade plurilíngue, na qual muitos códigos linguísticos convivem de maneira duradoura. Os dados indicam que o ato de “misturar” esses códigos faz parte da política linguística distinta da comunidade colonial. A convivência pode significar vários níveis de competência, de frases de cortesia, empréstimos ou palavras isoladas a padrões de *code-switching*, competência passiva e talvez até fluência.

Durante o trabalho do campo, por exemplo, eu encontrei várias pessoas na comunidade que se interessavam por meu projeto e afirmavam falar umas palavras do dialeto polonês só por educação, já que conheciam pessoas falantes. Vale reconhecer também que o polonês de imigração não precisa ser só uma língua de descendentes de migrantes polono-falantes. Participantes do estudo mencionam pessoas sem herança polonesa que aprenderam polonês com sucesso. Todos esses motivos são ainda pouco explorados na literatura.

Um exemplo no estudo é apresentado por participante 14.M.58, que é de origem indígena e alemã, mas aprendeu o dialeto polonês na meninice, trabalhando para vizinhos polono-falantes. Já adulto, casou-se com uma falante e aprendeu mais com a sogra dela, que não falava português. Ele também afirma entender alemão e menciona que o conhecimento do polonês lhe ajuda em conversações com membros da comunidade que não falam português. Isso pode indicar interações com falantes de outro código inteligível com o polonês, por exemplo, ucraniano de imigração.

Outros falantes no estudo mencionam histórias parecidas. Nos excertos seguintes, o adjetivo *czarny* ‘negro’, ‘moreno’ aparece como uma designação local para o fenótipo tipicamente associado com a etnia brasileira e, por extensão, denota todas as pessoas de ascendência diferente da polonesa. Veja-se também a adaptação *zmisturowany* ‘misturado’ de “misturar” no sentido de assimilação ou miscigenação (possivelmente um *switch* metafórico):

(17) *Tutaj to nie wiem, jak sie to mówi w Polsce tam, ale my tu gadamy czarne, nie? (...) To mało jes • a gdzie jaki jes, to już po polsku gada (...) bo już **zmisturowany** z Polakami (7.M.43.IV, Cária Doce, 8/11/2018)*

*‘Por aqui não sei como se diz lá na Polônia, mas por aqui a gente diz negros, né? Deles tem poucos. E se tiver qualquer, já fala polonês. Porque já se misturou [PREFIXO-**misturar**-PARTICÍPIO.MASC.SG.] com poloneses’*

(18) *A moja siostra żeniata. Też Brazylian. Jak prawie czarny jak • moje spodnie (...) Sie nauczył z drugimi. Bo tyż z samego małego on rozumiał tylko języka pols • portu gals kiego.³² **Daí** póniej poszed pracować, **daí** tak poszed do jednego sąsiada, do drugiego, **daí** Pol, Polaki były. **Daí** on sie nauczył polskiego też (...) **daí** tyż umie gadać, tyko już wiencej on sobie myśli. Co jak siostra co powie niemu, to on se pomyśli, dopiero odpowie (17.M.40.IV, Linha dos Couros, 5/11/2018)*

*‘Minha irmã é casada. Também um brasileiro. Assim quase negro como minha calça. Aprendeu com os demais. Porque também desde criança ele só entendia português. **Daí** depois ele foi trabalhar, **daí** foi a um vizinho, foi a outro, **daí** eram poloneses. **Daí** ele aprendeu polonês também. **Daí** ele sabe falar também, só que ele pensa mais. Qualquer coisa lhe fale minha irmã, ele pensa e só depois responde’*

Um caso muito interessante é apresentado pelo falante M, que já apareceu em uma interação citada anteriormente. O falante M é missionário polono-brasileiro, oriundo de regiões lestes na Polônia, falante do português e polonês europeu. Um

32 Esse item também vem do polonês europeu. Veja a hesitação e a pronúncia laboriosa do falante.

ano, ele circula pelo município e outros municípios adjacentes, visitando as pessoas polono-falantes e prestando ajuda espiritual. Desse jeito, ele tinha a oportunidade de familiarizar-se com a língua e acabou por aprender o padrão específico de *code-switching* usado em ambientes coloniais. Ele parece usar o polonês europeu como matriz para incorporar as alternâncias locais mais populares, por exemplo *konsulta* ‘consulta’, *famielia* ‘família’,³³ *krente* ‘crente’ [=aderente à denominação evangélica] etc. Ele não parece tentar adotar a matriz rural específica para o polonês de imigração, mas ele também foi gravado só marginalmente. O seu caso, porém, é interessante e merece estudos futuros.

2.6 RESUMO E CONCLUSÕES

O presente capítulo focou em uma questão pouco explorada em relação ao polonês de imigração, nomeadamente às práticas de translinguagem observáveis em comunidades plurilíngues. Em outras palavras, examinamos como as pessoas vivendo em várias colônias rurais no município de Cruz Machado, no interior do Paraná, usam o seu conhecimento de vários códigos em interações endo e intergrupais para criar uma distinta qualidade linguística. Translinguagem parece ser um padrão aceito na comunidade e é inextricavelmente ligado à cultura e identidade colonial. A fala *pól na pół* ‘metade a metade’ corresponde ao sentido de pertença a um grupo distinto que não se encaixa nos conceitos externos de polonidade ou brasilidade. Em suas próprias palavras, os falantes são poloneses *pól na pół* (4.M.44.IV), falantes de *mowa polska* que eles têm orgulho em guardar apesar do seu caráter diferente (22.F.77.III). Os termos ‘misturado’, *misturować*, usados em Cruz Machado em relação ao polonês de imigração, podem constituir um *switch* metafórico, simbolizando a natureza híbrida da língua e cultura em colônias polono-falantes no Brasil. Nas palavras dos participantes do estudo, mas também nas palavras de outros falantes citados na pesquisa do tema (DELONG, 2016; WEPIK, 2017), a localidade do código “misturado” é construída como oposta ao polonês europeu. O português é tratado como um recurso natural no desenvolvimento da língua colonial, especialmente em áreas nas quais a língua dos primeiros migrantes teria carecido de designações adequadas. A política linguística em casa e ambientes coloniais não parece construir nenhum tabu em torno dos atos de “misturar” e aborda o tema de maneira bastante direta, o que cria um contexto natural para as pessoas familiarizarem-se com os códigos disponíveis na comunidade. Essa familiarização pode significar o aprendizado de umas frases de cortesia para cumprimentar os vizinhos polono-falantes, o uso do padrão de *code-switching*, o desenvolvimento (ou preservação) de competência passiva ou uma aquisição total.

Em resumo, estudos de *translinguagem* nos dão uma visão de como os próprios falantes abordam e constroem os códigos ao seu redor. Essa perspectiva local é capaz de lançar nova luz sobre diferentes resultados de contato plurilíngue e pode ser aplicada a muitas áreas práticas, como didática da língua polonesa e portuguesa em

33 A popularidade desse item nas colônias é intrigante, já que as designações para membros de família mais próxima permanecem poloneses. A inserção do /e/ pode ser um processo rural, por exemplo a evasão de pronúncia mais estreita de vogais típica no campo polonês.

ambientes coloniais ou esforços de cooficialização. O tema é longe de ser exausto, especialmente dado à situação volátil do polonês de imigração. Os falantes com certeza têm muito mais a compartilhar, se estivermos dispostos a ouvir.

REFERÊNCIAS

- ALTENHOFEN, Cléo V. Política linguística, mitos e concepções linguísticas em áreas bilíngues de imigrantes (alemães) no Brasil. *Revista Internacional de Linguística Iberoamericana*, v. 1, n. 3, 2004, p. 83-93.
- AU, Terry Kit-fong; KNIGHTLY, Leah M.; JUN, Sun-Ah; OH, Janet S. Overhearing a language during childhood. *Psychological Science*, v. 13, 2002, p. 238-43.
- AUER, Peter. *The monolingual bias in bilingualism research, or: Why bilingual talk is (still) a challenge for linguistics*. In: Heller, Monica (org.), 2007, p. 319-339.
- AUER, Peter. From code-switching via language mixing to fused lects: Toward a dynamic typology of bilingual speech. *Interaction and linguistics structures*, v. 6, 1998, p. 1-27.
- AUER, Peter. *Bilingual Conversation*. Amsterdam: Benjamins, 1984.
- BAGNO, Marcos. *Preconceito linguístico: o que é, como se faz*. São Paulo: Loyola, 1999.
- BAILEY, Benjamin. *Heteroglossia and boundaries*. In: HELLER, Monica (org.), 2007, p. 257-277.
- BIALYSTOK, Ellen. *Bilingualism in development: Language, literacy, and cognition*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.
- BIELENIN-LENCZOWSKA, Karolina. A paisagem sociolinguística: A política, a diversidade e a migração no espaço público. *Fórum Linguístico*, v. 17, n. 4, 2020, p. 5275-5291.
- BLOCK, David. *On the appropriateness of the metaphor of loss*. In: TAN, Peter K. W.; RUBDY, Rani (orgs.), 2008, p. 187-203.
- BLOM, Jan Petter; GUMPERZ, John J. *Code-switching in Norway*. In: GUMPERZ, John J.; HYMES, Dell (orgs.), 1972, p. 407-434.
- BLOOMFIELD, Leonard. Literate and illiterate speech. *American Speech*, v. 2, p. 432-439, 1927.
- CALVET, Louis-Jean. *As políticas linguísticas*. Trad. Duarte, Isabel Oliveira; Tenfen, Jonas; Bagno, Marcos. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.
- CONFORTIN, Helena. Bilinguismo polonês na região norte do Rio Grande do Sul. *Projeções*, vol. 4, n. 1, 2002, p. 62-76.
- COOK, Vivian. *Portraits of the L2 user*. Clevedon: Multilingual Matters, 2002.

- COOK, Vivian. Background to the L2 user. In: COOK, Vivian (org.). *Clevedon: Multilingual Matters*, 2002b, p. 1-27.
- COSTA, Luciane Trennephol da. Sons oclusivos no polonês falado em Mallet, PR. *(Con)textos Linguísticos*, v. 10, n. 16, p. 52-66, 2016.
- COSTA, Luciane Trennephol da; LOREGIAN-PENKAL, Loremi. A coleta de dados do banco VARLINFE – variação linguística de fala eslava: peculiaridades e características. *Revista Conexão UEPG*, v. 11, n. 1, p. 100-109, 2015.
- COSTA, Luciane Trennephol da; GIELINSKI, Márcia Inês. Detalhes fonéticos do polonês falado em Mallet. *(Con)textos Linguísticos*, v. 8, n. 10, p. 159-174, 2014.
- DELONG, Silvia Regina. *Vitalidade linguística e construção de indentidades de descendentes de poloneses no sul do Paraná*. 2016. Doutorado na Universidade do Vale do Rio dos Sinos.
- DŁUGOSZ-KURBACZOWA, Krystyna. *Historia i historyja*. Poradnia językowa PWN, 26 out. 2009. Disponível em: <https://sjp.pwn.pl/poradnia/haslo/historia-i-historyja;10570.html>. Acesso em: 14 mar. 2022.
- DUBISZ, Stanisław (org.). *Język polski poza granicami kraju [Língua polonesa no exterior]*. Opole: Uniwersytet Opolski, 1997.
- FERREIRA, Alicja Goczyła. Os fatores de manutenção e de substituição de língua polonesa no contexto rural no Paraná (1876-2018). *Revista X*, v. 15, n. 6, p. 100-128, 2020.
- FERREIRA, Alicja Goczyła. *A presença da língua polonesa na Colônia Dom Pedro II em Campo Largo, Paraná*. 2019. Mestrado na Universidade Federal do Paraná.
- FERREIRA, Alicja Goczyła. Polskość na antypodach: wybrane aspekty historyczne i językowe polskiej obecności w Brazylii [Polonidade nas antípodas: alguns aspectos históricos e linguísticos da presença polonesa no Brasil]. *Postscriptum Polonistyczne*, v. 1, n. 21, p. 173-186, 2018.
- GARCÍA, Ofelia; LI, Wei. *Translanguaging: Language, bilingualism and education*. Londres, Nova York: Palgrave Macmillan, 2014.
- GRITTI, Isabel Rosa. *Imigração e colonização polonesa no Rio Grande do Sul: A emergência do preconceito*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2004.
- GROSJEAN, François. *Bilingual: Life and reality*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2010.
- GROSJEAN, François. Neurologists, beware! The bilingual is not two monolinguals in one person. *Brain and Language*, v. 36, p. 3-15, 1989.
- GUMPERZ, John J.; HYMES, Dell. *Directions in sociolinguistics*. Nova York: Holt, Rinehart and Winston, 1972.
- HAUGEN, Einar. Dialect, language, nation. *American Anthropologist*, v. 68, p. 922-935, 1966.

- HELLER, Monica (org.). *Bilingualism: A social approach*. Nova York: Palgrave Macmillan, 2007.
- HNATIUK, Aleksandra; PACEWICZ, Piotr. “Ukraina odrzuca Rosję, która wdeptuje człowieka w ziemię – mówi prof. Hnatiuk, Polka i Ukrainka” [A Ucrânia rejeita a Rússia que pisoteia o homem no chão – diz prof. Hnatiuk, polonesa e ucraniana]. Entrevista em *OKO Press* 3 mar. 2022. Disponível em: <https://oko.press/ukraina-odrzuca-rosje-ktora-wdeptuje-czlowieka-w-ziemie-mowi-prof-hnatiuk-polka-i-ukrainka/>. Acesso em: 14 mar. 2022.
- HUANG, Jing. *Translanguaging in a Birmingham Chinese complementary school: Ideology and identity*. In: MAZZAFERRO, Gerardo, 2018, p. 69-86.
- JUNGBLUTH, Konstanze. Ethnicity in Motion: constructing Brasilidade by giving former migrants autochthonous status. *Gragoatá*, v. 22, n. 42, p. 27-43, 2017.
- KANDIAH, Thiru. *Epiphanies of the deathless native user’s manifold avatars: A post-colonial perspective on the native speaker*. In: Singh, Rajendra (org.), 1998, p. 79-110.
- KAWKA, Mariano. *Zapożyczenia portugalskie dialektu polsko-brazylijskiego* [Os empréstimos portugueses do dialeto polono-brasileiro]. *Obecność polska w Brazylii: Materiały z sympozjum Brazylia-Polska, Kurutyba 1988* [A presença polonesa no Brasil: Materiais do Simpósio Brasil – Polônia, Curitiba 1988]. Varsóvia: CESLA UW, 1988, p. 91-111.
- KAWKA, Mariano. *Os brasileirismos do dialeto polono-brasileiro*. 1982. Mestrado na Universidade Católica do Paraná, Curitiba.
- KUCHARSKI, Stefan. Bilinguismo e biculturação nas comunidades étnicas polonesas no sul do Brasil. *Perspectiva*, v. 20, n. 69, p. 53-67, 1996.
- LINDE-USIEKNIEWICZ, Jadwiga. *Język polski w Brazylii* [Língua polonesa no Brasil]. In: Dubisz, Stanisław (org.), 1997, p. 273-285.
- LUCCHESI, Dante. *Língua e sociedade partidas: A polarização sociolinguística do Brasil*. São Paulo: Editora Contexto, 2015.
- MACIEL, Myrna Estella Mendes. *A língua polonesa na região sul do Brasil*. 2010. Mestrado na Universidade do Sul de Santa Catarina, Florianópolis.
- MASKE, Wilson. *As relações entre o Brasil e o Império Austro-húngaro: O caso da imigração ucraniana para o Brasil (1890-1910)*. In: PRUTSCH, Ursula; BERTONHA, João Fábio; SZENTE-VARGA, Mónika (orgs.), 2017, p. 113-136.
- MATRAS, Yaron; BAKKER, Peter (orgs.). *The mixed language debate: Theoretical and empirical advances*. Berlin: Mouton de Gruyter, 2003.
- MAZUREK, Jerzy. *Presença polonesa no Brasil*. In: MAZUREK, Jerzy; OLIVEIRA, Márcio de; VILANI, Tadeu; WENCZENOVICH, Thaís J., 2009, p. 11-64.
- MAZUREK, Jerzy; OLIVEIRA, Márcio de; VILANI, Tadeu; WENCZENOVICZ, Thaís J. Polacy pod Krzyżem Południa. *Os poloneses sob o Cruzeiro do Sul*. Var-

- sóvia: Instituto de Estudos Ibéricos e Ibero-americanos da Universidade de Varsóvia, 2009.
- MAZZAFERRO, Gerardo (org.). *Translanguaging as everyday practice*. Turin: Springer, 2018a.
- MAZZAFERRO, Gerardo. *Language maintenance and shift within new linguistic minorities in Italy: A translanguaging perspective*. In: MAZZAFERRO, Gerardo (org.), 2018b, p. 87-106.
- MILANESKI, Ivanete. *Variação no português de contato com o polonês no Rio Grande do Sul: Vogais médias tônicas e pretônicas*. 2017. Doutorado na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- MIODUNKA, Władysław. *Bilingwizm polsko-portugalski w Brazylii: W stronę lingwistyki humanistycznej [Bilinguismo polono-português no Brasil: Rumo à linguística humanística]*. Cracóvia: Universitas, 2003.
- MIODUNKA, Władysław (org.). *Język polski w świecie [Língua polonesa no mundo]*. Varsóvia: PWN, 1990.
- MOORE, Emilee; BRADLEY, Jessica; SIMPSON, James (orgs.). *Translanguaging as transformation: The collaborative construction of new linguistic realities*. Bristol: Multilingual Matters, 2020.
- MORELLO, Rosângela. Uma política pública e participativa para as línguas brasileiras: sobre a regulamentação e a implementação do Inventário Nacional da Diversidade Linguística (INDL). *Gragoatá*, v. 32, p. 31-42, 2012.
- NIEWIADOMSKI, Sonia; COSTA, Luciane Trennephol da. Os sons fricativos no polonês falado no município de Cruz Machado, no Paraná. *Revista X*, v. 15, n. 6, p. 184-214, 2020.
- NIEWIADOMSKI, Sonia; COSTA, Luciane Trennephol da. Lenição e epêntese em grupos consonantais tautossilábicos na língua polonesa falada em Cruz Machado, Paraná. *Palimpsesto*, v. 28, p. 415-439, 2018.
- PAIKEDAY, Thomas M. *The native speaker is dead! An informal discussion of a linguistic myth with Noam Chomsky and other linguists, philosophers, psychologists, and lexicographers*. Brampton, Ontario: Lexicography Inc., 1985.
- PEREIRA, Ivelã. A voz de polono-brasileiros: Um contexto histórico Sul Paranaense. *Working Papers em Linguística*, v. 18, n. 1, p. 23-45, 2017.
- POLINSKY, Maria. *Heritage languages and their speakers*. Cambridge: Cambridge University Press, 2018.
- PRUTSCH, Ursula; BERTONHA, João Fábio; SZENTE-VARGA, Mónika (orgs.). *Aventureros, utopistas, emigrantes: del Imperio Habsburgo a las Américas*. Frankfurt am Main, Madrid: Iberoamericana Vervuert, 2017.
- RAIMAN, Marcin. O możliwości kooficjalizacji języka polskiego na terenie brazylijskich municypiów [Sobre a possibilidade de cooficialização da língua polone-

- sa em municípios brasileiros]. *Postscriptum Polonistyczne*, v. 1, n. 21, p. 187-199, 2018.
- ROSENBERG, Peter. *Anything goes?* The gains and losses of the constructivist view on ethnicity: Some considerations based on German 'language islands' studies. In: ROSENBERG, Peter; JUNGBLUTH, Konstanze; RHOBODES, Dagna Zinkhahn (orgs.), 2015, p. 149-204.
- ROSENBERG, Peter; JUNGBLUTH, Konstanze; RHOBODES, Dagna Zinkhahn (orgs.). *Linguistic construction of ethnic borders*. Frankfurt: Peter Lang, 2015.
- SAVEDRA, Mônica Maria Guimarães. Language vitality and transculturalization of European immigrant minorities: Pomeranian in Brazil. *Diadorim*, v. 22, n. 1, p. 79-92, 2020.
- SAVEDRA, Mônica Maria Guimarães; MAZZELLI, Letícia. A língua pomerana em percurso histórico brasileiro: uma variedade (neo)autóctone. *Working Papers em Linguística*, v. 18, n. 1, p. 6-22, 2017.
- SCHNEIDER, Britta; JUNGBLUTH, Konstanze. Beyond boundaries: Using liquid languages. Interview with Britta Schneider about 'Liquid Languages'. *Gragoatá*, v. 26, n. 54, p. 436-444, 2021.
- SIMPSON, James. *Translanguaging in ESOL: Competing positions and collaborative relationships*. In: MOORE, Emilee; BRADLEY, Jessica; SIMPSON, James (orgs.), 2020, p. 41-58.
- SINGH, Rajendra (org.). *The native speaker: Multilingual perspectives*. Nova Delhi: Sage Publications, 1998.
- SOUZA, Aline Rafaella de. *Variação do complemento preposicional de locativo do verbo Ir de movimento na fala de descendentes de eslavos*. 2017. Mestrado na Universidade Estadual do Centro-Oeste.
- STAŃCZEWSKI, Józef. Wpływ języka portugalskiego na język kolonistów polskich w Brazylii [Influência do português no idioma de colonos poloneses no Brasil]. *Świat Parański*, v. 6, p. 18-34, 1925.
- STARKS, Donna. *Translanguaging: A vital resource for first nations peoples*. In: MAZZAFERRO, Gerardo (org.), 2018, p. 107-125.
- SZYDŁOWSKA-CEGŁOWA, Barbara. *Pamiętniki emigrantów jako źródła badań językoznawczych* [Diários de emigrantes como fontes dos estudos linguísticos]. In: MIODUNKA, Władysław (org.), 1990.
- TAN, Peter K. W.; RUBDY, Rani. *Language as commodity: Global structures, local marketplaces*. Londres, Nova York: Continuum, 2008.
- THOMASON, Sarah G. *Social factors and linguistic processes in the emergence of stable mixed languages*. In: MATRAS, Yaron; BAKKER, Peter (orgs.), 2003, p. 27-46.

WEPIK, Fernanda Fátima. *Crenças e atitudes linguísticas de polono-brasileiros de Áurea/RS e Nova Erechim/SC: O uso dos termos de parentesco*. 2017. Mestrado na Universidade Federal da Fronteira Sul.

ZAREMBA, Karolina J. *Polonês rural em Cruz Machado, Paraná*. 2021. Doutorado escrito na Universidade Federal Fluminense e Universidade Europeia Viadrina.

CAPÍTULO 3

MARCADORES DISCURSIVOS NA FALA BILÍNGUE TALIAN-PORTUGUÊS BRASILEIRO: LIMITES DE ANÁLISE ENTRE EMPRÉSTIMO LINGUÍSTICO, *CODE-SWITCHING* E *CODE-MIXING*

Tamires Regina Zortéa & Cláudia Andrea Rost Snichelotto

3.1 INTRODUÇÃO

O português é a língua majoritária falada em todo território brasileiro e se encontra em contato com línguas minoritárias de comunidades indígenas, afro-brasileiras, de imigração e de sinais. Além do contato linguístico interno, o português convive com variedades do espanhol falado nos países que fazem fronteira geopolítica com o Brasil. Apesar da discrepância sobre o quantitativo de línguas faladas em nosso território (cf. FREITAG; SAVEDREDA, 2022), incipiente também é o conhecimento sobre elas, incluindo a língua talian, que é objeto de estudo desta pesquisa. Compreendido como língua de imigração italiana¹ no Brasil, o talian emergiu de uma situação de

1 “À categoria língua de imigração compreendem todas as línguas introduzidas no Brasil durante o período historicamente reconhecido como imigratório, as quais são faladas por comunidades de imigrantes e de descendentes de imigrantes que, em solo nacional, preservaram seus costumes, sua cultura e sua língua de origem [...]” (CAMBRUSSI, 2007, p. 58).

contato linguístico, quando falantes do dialeto vêneto interagiram com outras variedades do italiano, faladas principalmente na região Norte da Itália, e as variedades do português, faladas principalmente na região Sul do Brasil (IPHAN, 2014). Muitas das variedades do italiano migraram ao Brasil, como o caso do vêneto, que perdeu consideravelmente seu espaço na Itália com a unificação político-linguística, mas foi levado a outros países com a imigração, ocasionando o contato de línguas e o surgimento, por exemplo, do talian. Embora a língua talian esteja vinculada, historicamente, aos dialetos provenientes do Norte da Itália, apresenta características próprias, derivadas do contexto brasileiro com o qual estiveram em contato, o que a difere da matriz original e também de outras regiões brasileiras, segundo certidão emitida pelo Comitê Técnico do Inventário Nacional de Diversidade Linguística (MinC/IPHAN, 2014). Atualmente, o talian é reconhecido como língua cooficial em 17 municípios brasileiros² e certificado como Referência Cultural Brasileira pelo Inventário Nacional da Diversidade Linguística (INDL) em 2014, conforme título emitido pelo Ministério da Cultura.

O talian constituiu-se no Brasil devido à necessidade de interação entre os imigrantes que falavam diferentes dialetos italianos, primeiramente, como língua exclusivamente oral, no entanto, atualmente, já conta com exemplares escritos, como dicionários, tradutores, gramáticas e obras de literatura, por exemplo, as obras de Luzzatto (1994, 2010), Tonial (1997), Castel, Loregian-Penkal e Tonus (2021) dentre outros. A seguir vemos alguns excertos de fala talian:

Fursi vago anca mi a l'Itàlia ntel pròssimo istà. (Talvez eu também vá à Itália no próximo verão);

Almanco fusse vera! (Se ao menos fosse verdade!);

Qua, ira noantri, ghe ze solche gente bianca. (Aqui, entre nós, só existem brancos);

Ndove zelo ndato? Elo ndato là su ntel monte o là zo ntel rieto? (Onde é que ele foi? Terá ido lá em cima do monte ou lá embaixo no riacho?);

Meno mai che la tiremo avanti. (Menos mal que avançamos [prosperamos]);

Continua cossì che presto te deventarè sior. (Continua assim que logo logo ficarás rico);

Se te vè a pian, te vè lontan. (Se fores devagar, irás longe);

2 A lista de municípios brasileiros em que o talian é língua cooficial é constantemente atualizada em: <http://ipol.org.br/lista-de-linguas-cooficiais-em-municipios-brasileiros/>.

Bati forte sinò no i te scolta. (Bate forte, caso contrário não te ouvem). (LUZZATTO, 1994, p. 32-33)

Esse ambiente cultural italiano, retratado no Brasil por meio da fala e da escrita, também conta ainda hoje com meios de manutenção e disseminação de hábitos e costumes dos povos (i)migrantes no município de Caibi, localizado na região Oeste de Santa Catarina, no qual a italianidade³ prevalece a partir da realização periódica de apresentações musicais e programas radiofônicos nas línguas locais.

O programa radiofônico *Un Pochetin dela Itàlia*, transmitido aos domingos, das 6 às 9 horas da manhã, pela Rádio Caibi 96.7 FM e pela Internet, é produzido inteiramente na língua talian por um locutor e produtor proficiente nessa língua e é voltado para os descendentes de italianos, que mantêm o talian como língua de comunicação em contextos públicos e privados, mesmo não sendo sua língua materna.⁴

Além das obras citadas, também já é possível localizar pesquisas linguísticas de descrição sobre o contato entre o português brasileiro-talian. Um estudo sobre usos linguísticos (ZORTÉA, 2019) mostrou que, embora o programa tenha como objetivo a transmissão em talian pelo desejo de preservação e disseminação da língua minoritária, houve recorrência de uso de palavras e expressões de diferentes categorias gramaticais do português brasileiro pelo locutor.

Considerando que o locutor é bilíngue (talian-português brasileiro), a observação da recorrência de elementos linguísticos de uma língua a outra pode auxiliar na compreensão dos diferentes tipos de processos de contato linguístico, como o empréstimo, a alternância de código (*code-switching*) e a mistura de código (*code-mixing*). Para isso, selecionamos uma categoria linguística específica, a dos marcadores discursivos (MDs), que, dada a sua função pragmática e interacional, são muito recorrentes na fala do locutor do programa radiofônico. Contrariamente à generalização de que apenas palavras de conteúdo, como substantivos, verbos e adjetivos, provavelmente, serão emprestadas em situações de contato, itens discursivos podem ser extremamente permeáveis e suscetíveis a empréstimos no discurso bilíngue (CARVALHO; KERN, 2019 entre outros). Segundo Muysken (2000), essa permeabilidade é ainda mais robusta em situações em que as línguas cognatas estão em contato prolongado, uma vez que se

- 3 A identidade étnica ítalo-brasileira leva até hoje os descendentes a participarem de atividades voltadas à cultura italiana, como danças, culinária, festas tradicionais e encontros. Essa forma de manutenção da cultura, bem como o uso de variedades da língua italiana no Brasil, compõem a italianidade, descrita por Santos e Zanini (2009) como um “sentimento de pertencimento”.
- 4 Altenhofen (2002, p. 159) define a língua materna “como um conceito dinâmico que varia conforme um conjunto de traços relevantes que engloba, em uma situação normal, válida para um determinado momento da vida do falante, a) a primeira língua aprendida pelo falante, b) em alguns casos, simultaneamente com outra língua, com a qual c) compartilha usos e funções específicas, d) apresentando-se, porém, geralmente como língua dominante, e) fortemente identificada com a língua da mãe e do pai, e, por isso, f) provida de um valor afetivo próprio. Em relação ao bilinguismo precoce e simultâneo, é pertinente admitir a possibilidade de falantes com duas línguas maternas, contendo os traços mencionados acima”.

espera que estruturas congruentes e semelhanças lexicais facilitem o empréstimo. É esse também o entendimento de Andersen (2014, p. 19, tradução nossa): “[...] o significado de interjeições, MDs e outros fenômenos pragmáticos é notoriamente difícil de definir, descrever metalinguisticamente ou traduzir; no entanto – ou talvez precisamente por isso – eles são comumente emprestados entre línguas”.⁵ Todavia, há quem discorde desse ponto de vista e afirme que partes do discurso que são mais gramaticais e menos lexicais são menos prováveis de serem emprestadas; assim, por exemplo, interjeições e MDs seriam candidatos improváveis a serem emprestados (TORRES, 2002).

O levantamento bibliográfico feito por Torres (2002) constatou uma relação direta entre empréstimo e troca de código, levantando a hipótese de que MDs emprestados inicialmente entram na língua por meio de troca de código. Em alguns casos, MDs emprestados substituem MDs nativos; eles também podem aparecer além dos MDs nativos. Em outras situações, podem funcionar em distribuição complementar com MDs nativos ou servir como dispositivo metalinguístico específico.

Nesse texto, nosso interesse recai sobre a análise dos MDs na fala de um apresentador bilíngue em duas línguas cognatas (talian-português brasileiro) do programa radiofônico *Un Pochetin dela Itàlia*. Desejamos verificar a presença de MDs do português brasileiro na fala talian e se uma forma linguística e um significado/função particular transferido do português brasileiro para o talian é resultado de qual fenômeno do contato linguístico: empréstimo linguístico, alternância de código (*code-switching*) e mistura de código (*code-mixing*).

A fim de dar conta de nosso objetivo, estruturamos este texto em quatro partes. Na primeira seção, apresentamos a categoria gramatical dos MDs, em uma perspectiva contrastiva. Na próxima seção, caracterizamos brevemente os fenômenos de contato linguístico (empréstimo linguístico, alternância de código e mistura de código) que podem ser aplicados para a análise dessa transmissão de rádio, revelando os limites metodológicos de cada conceito. Na seção seguinte, passamos à análise dos MDs identificados na fala do locutor de *Un Pochetin dela Itàlia* e apresentamos alguns resultados qualitativos dessa análise e, por fim, na última seção, expomos as considerações finais.

3.2 MARCADORES DISCURSIVOS: FORMAS, FUNÇÕES E CONTATO LINGUÍSTICO

Historicamente, Schiffrin (1987, 2003) foi quem apresentou um estudo pioneiro sobre a forma e a função de MDs do inglês (*and, but, or, because, well, so, now, then, oh, I mean, y'know*). No Brasil, Said Ali (1971 [1930] *apud* URBANO, 1994) foi precursor na descrição das expressões de situação – ou MDs. Posteriormente, outros trabalhos descritivos sobre MDs (CASTILHO, 1989; MARCUSCHI, 1989; SILVA;

5 No original: “[...] the meaning of interjections, and discourse markers and other pragmatic phenomena, is notoriously hard to pin down, describe metalinguistically, or translate; nevertheless -- or perhaps precisely therefore -- they are commonly borrowed between languages”. (ANDERSEN, 2014, p. 19).

MACEDO, 1989) têm impulsionado dezenas de pesquisas sobre o português do Brasil nas últimas décadas, por exemplo, Risso e colaboradores (1996, 1999, 2006), Martelotta et al. (2004), Rost (2002), Freitag (2008), Rost Snichelotto (2009), Freitag, Barros e Evangelista (2017), Görski (2020) e Rost Snichelotto e Dal Mago (2021), entre outras.

Também os estudos contrastivos sincrônicos e diacrônicos sobre os MDs, embora mais escassos, têm se proliferado em muitas línguas. Citem-se, por exemplo, as pesquisas de Salmons (1990) sobre MDs do inglês (*well* e *you know*) empregados nas variedades alemãs americanas faladas no centro do Texas (e outras áreas), de Sankoff et al. (1997) sobre o uso de MDs do francês anglófono de Montreal, de Torres (2002) sobre os MDs de língua inglesa nas narrativas orais de língua espanhola de porto-riquenhos de Nova York, de Hlavac (2006), que examinou a frequência e a funcionalidade MDs de origem inglesa (*you know*, *so* e *like*) em comparação com os croatas (*znaš/znaťe*, *te/pa/tako da/ i tako e kao*), de Waltereit e Detges (2007), que analisaram diacronicamente o uso de *bien* e *bueno* em espanhol e francês, e de Oliveira e Silva (2020), que investigaram *bom* e *bem* em português europeu em comparação a *well* em inglês. Ainda, a comparação interlínguas entre formas e funções de *tag questions* (MDs) foi efetuada por Carvalho e Kern (2019) nas variedades faladas por bilíngues português-espanhol e por González e Silvano (2022) em inglês britânico e português europeu.

Devido a sua multiplicidade de formas e por serem provenientes de diversas categorias, os MDs não se enquadram em uma classe gramatical prototípica (ROST SNICHELOTTO; GÖRSKI, 2011) e tendem a não se vincularem sintaticamente à oração na qual se localizam; fixam-se, prototipicamente, em posição inicial ou final do enunciado, embora haja exemplos de MDs que ocupam outras posições. Todavia, em grande parte das vezes,

Do ponto de vista sintático, eles são definidos como elementos marginais que não exercem uma função dentro da sentença predicativa e que em geral estão localizados - mesmo quando possuem certa mobilidade dentro da sentença - na posição inicial em relação ao membro discursivo que introduzem (NEGRONI, 2014, p. 5-6, tradução nossa).⁶

Além da tendência sintática de os MDs se situarem fora da oração e da predicação principal, outra característica desses itens é a possibilidade de apresentarem redução fonética e serem acompanhados de pausa (BYBEE, 2020).

Não só as pesquisas sobre a ampla diversidade de classes e formas recobertas pelo rótulo de MDs têm se ampliado, mas os estudos sobre as funções desempenhadas por esses itens linguísticos vêm crescendo também, especialmente pela percepção de que

6 No original: “Desde el punto de vista sintáctico, se definen como elementos marginales que no ejercen función dentro de la predicación oracional y que en general se ubican – aun cuando tengan cierta movilidad dentro de la oración – en posición inicial respecto dell miembro discursivo que introducen” (NEGRONI, 2014, p. 5-6).

“A principal função dos MDs é relacionar um enunciado à situação do discurso, mais especificamente a interação falante-ouvinte, atitudes do falante e/ou organização de textos”⁷ (HEINE, 2013, p. 121).

Caldiz (2014, p. 97, tradução nossa), acerca da funcionalidade dos MDs, explica:

É amplamente sabido que os marcadores discursivos permitem estabelecer ligações textuais que dão conta da orientação e força argumentativa das declarações. Numerosos estudos relacionados a esse tema têm destacado a relevância dessas partículas na produção e interpretação do discurso, como aquelas, por exemplo, que se referem à oralidade [...].⁸

Destarte, os MDs auxiliam no entrelaçamento do texto, unindo ideias e permitindo a continuidade na fala, visto que a oralidade, diferentemente da escrita, é espontânea. Isso faz com que, em certos momentos, nos quais o emissor procura conteúdo para continuar sua fala, ele busque meios de quebrar o silêncio, ao mesmo tempo que consegue um momento para pensar e prosseguir. Dessa forma, os MDs exercem funções semântico-pragmáticas que indicam a atitude do falante ora orientada para si próprio, ora para o ouvinte, ora para a situação comunicativa. “A fala, portanto, é marcada por constantes pós-reflexões, reavaliações e adendos [...]. Os marcadores são usados para viabilizar o processamento das informações na fala, [...] ajudar o falante a ganhar tempo para reorganizar suas idéias” (MARTELOTTA; VOTRE; CEZARIO, 1996, p. 33).

O MD, à vista disso, é usado, dentre outras inúmeras funções, para organizar e reorganizar a fala, principalmente em momentos de insegurança do falante; para compensar e disfarçar falhas na memória; para organizar as relações textuais; e para dar continuidade à fala, para que o falante mantenha o turno (MARTELOTTA; VOTRE; CEZARIO, 1996).

Vários estudos e em várias línguas – como francês-inglês (SANKOFF et al., 1997), espanhol porto-riquenho-inglês (TORRES, 2002), croata-inglês (HLAVAC, 2006), português brasileiro-espanhol (CARVALHO; KERN, 2019), inglês britânico-português europeu (GONZÁLEZ; SILVANO, 2022), português brasileiro-talian (LOREGIAN-PENKAL; BALTHAZAR, 2021) dentre outras – têm investigado a tendência à incorporação de características discursivas pragmáticas dos MDs da língua majoritária (sociopoliticamente mais dominante) nas línguas minoritárias. Assim, as pesqui-

7 No original: “The main function of DMs is to relate an utterance to the situation of discourse, more specifically to speaker-hearer interaction, speaker attitudes, and/or the organization of texts [...]” (HEINE, 2013, p. 121).

8 No original: “Es amplamente sabido que los marcadores discursivos permiten establecer enlaces textuales que dan cuenta de la orientación y fuerza argumentativa de los enunciados. Numerosos estudios relativos a este tema han resaltado la relevancia de estas partículas en la producción e interpretación del discurso, como aquellos, por ejemplo, referidos a la oralidad [...]” (CALDIZ, 2014, p. 97).

sas mostraram que a alta permeabilidade dos traços discurso-pragmáticos pode levar a dois comportamentos distintos dos MDs em uma situação de intenso contato linguístico:

A incorporação de MDs emprestados resultam no deslocamento dos nativos (cf. SANKOFF et al., 1997; HLAVAV, 2006; CARVALHO; KERN, 2019; GONZÁLEZ; SILVANO, 2022; LOREGIAN-PENKAL; BALTHAZAR, 2022); e a adição de MDs ao repertório da língua receptora para cumprir funções de discurso não cumpridas por MDs nativos (CARVALHO; KERN, 2019).

A variação nos repertórios individuais e na frequência de uso de MDs (*tu sais* ‘y’know’, *là* ‘there’, *bon* ‘good’, *alors* ‘so’, *comme* ‘like’, *bien* ‘well’ e *fait que* ‘so’) foi atestada por Sankoff et al. (1997). Os falantes bilíngues francês-inglês de Montreal, no Canadá, ocasionalmente faziam uso dos MDs de inglês *you know*, *so*, *like* e *well*. MDs de francês quebequenses sem equivalente em inglês foram usados pelos falantes que foram expostos ao francês em seu ambiente de primeira infância. O único MD que mostrou influência do inglês foi *comme*, aparentemente emprestado do inglês *like*. No geral, o uso frequente de MDs correlacionou-se apenas com o conhecimento dos falantes da gramática francesa – evidência de que uma maior frequência de uso de MD é a marca registrada do falante fluente.

Além da frequência de uso, Hlavac (2006) examinou a funcionalidade MDs de origem inglesa em comparação com os croatas em uma amostra baseada em gravações da fala de bilíngues croata-inglês. Os resultados mostraram que as formas inglesas geralmente coocorrem com formas croatas e apenas substituem as formas croatas naqueles contextos em que as formas inglesas são polifuncionais ou executam mais funções que suas contrapartes croatas. Isso explica a maior frequência de MDs como *yeah* e *so*, enquanto formas como *no* e *you know* coocorrem no mesmo grau que seus equivalentes croatas. Quando um item croata, como *kao* (‘like’/como), pode cumprir mais funções do que seu equivalente em inglês, tem uma incidência maior do que *like*.

Carvalho e Kern (2019) também compararam formas e funções de *tag questions* nas variedades faladas por bilíngues português-espanhol. Os resultados indicaram que a presença generalizada de *né?* acrescenta evidências a afirmações anteriores de que o português uruguaio e o português brasileiro estão intimamente relacionados e a presença de *¿no?*, como um empréstimo direto do espanhol, em português uruguaio é mais generalizado entre os bilíngues do que o empréstimo de português *né?* em espanhol de Rivera. Também a comparação das funções desempenhadas pelas *tag questions* indicou que os bilíngues tendem a usar essas expressões para cumprir funções não condutivas, um comportamento à hipótese de ter sido influenciada pelo contato com o português.

Embora também tenham sido observadas disparidades gramaticais, González e Silvano (2022) afirmaram que as *tag questions* invariáveis e variáveis em inglês britânico e português europeu podem ser modeladas dentro do mesmo paradigma funcional, ainda que elas nem sempre possam ser intercambiáveis nos mesmos contextos principalmente devido a motivações funcionais. As autoras concluem que as *tag questions*, sejam invariáveis ou variantes, não são apenas mais usadas, mas também mais variadas funcionalmente em português do que em inglês.

A influência do contato linguístico português brasileiro-talian foi observada por Loregian-Penkall e Balthazar (2021). As autoras constataram uso bastante acentuado de termos e expressões do português brasileiro atuando como MDs nas entrevistas sociolinguísticas em talian com informantes de Santa Felicidade (Curitiba) e de Colombo, no Paraná. As formas mais recorrentes de MDs do português brasileiro foram *né?*, *ãh hã!*, *não?*, *ich!*, *é ou não é?* que exercem principalmente a função fática, ou seja, atuam na manutenção do ato comunicativo em curso. Segundo Loregian-Penkall e Balthazar (2021), os MDs *nò?*, *nolze?*, *è?*, *mia vera?*, *mia cossita?* poderiam ter sido utilizados pelos falantes, no contexto em que apareceram os MDs do português brasileiro, mas as autoras não indicam se essas formas de fato foram empregadas pelos falantes ao longo da entrevista sociolinguística.

Os estudos sintetizados nos parágrafos anteriores atestam uma tendência induzida pelo contato linguístico, ou seja, a probabilidade de a língua minoritária incorporar formas e características discursivas pragmáticas da língua majoritária. É essa predisposição que pretendemos observar nos dados da pesquisa empreendida por Zortéa (2019) sobre a fala do informante bilingue talian-português. Nas duas transmissões transcritas do programa, foram contabilizados um total de 19 diferentes tipos de MDs, totalizando 874 ocorrências dos itens, como os destacados nos trechos a seguir:

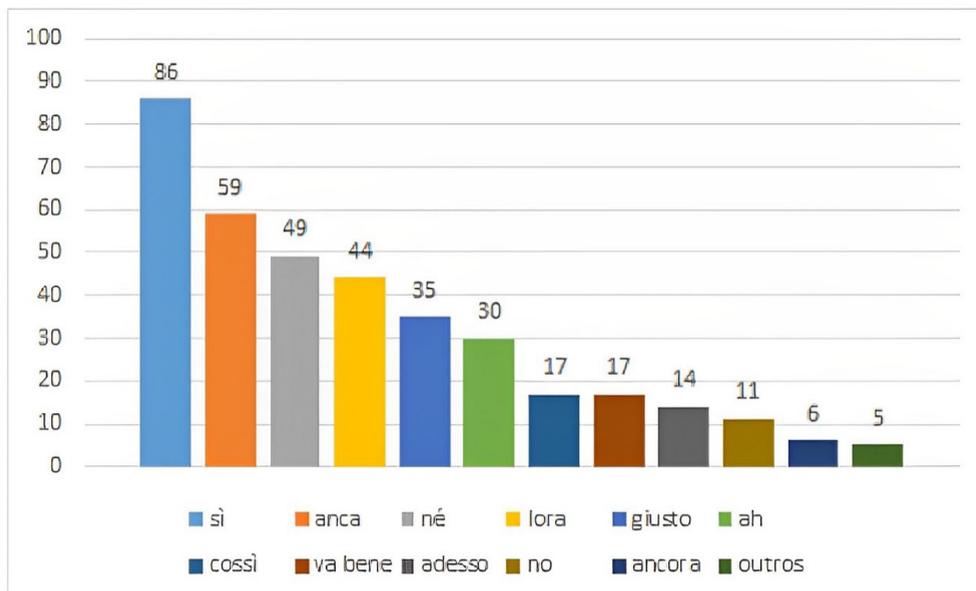
(1) *Ah porco polastrel, né? Scòmìnsia adesso il programa Un pochètin dela itàlia, con fròtole, stòrie, busie, ah sì, sì, sì, ndemo avanti recordando taliani e menemo la cultura italiana avanti anca, né?*⁹ (ZORTÉA, 2019, p. 109, grifos da autora)

Em (1), embora a interação seja em talian, os MDs empregados ao longo do excerto são formas do italiano e do português. **Ah** e **né?** são itens linguísticos altamente recorrentes no Português do Brasil (cf. URBANO, 1994; SILVA; MACEDO, 1989; MARTELOTTA; VOTRE; CEZARIO, 1996; RISSO, 1999, 2006; FREITAG, 2007, 2008; FERRONI; BIRELLO, 2015; FREITAG; BARROS; EVANGELISTA, 2017). **Ah** também é um MD não lexicalizado, como *ahn*, *eh eh*, e *oh*, empregado nas línguas portuguesa, italiana e talian e que apresenta funções comunicativas diversas (RISSO, 2006; FERRONI; BIRELLO, 2015; ZORTÉA, 2019). Em português, é proferido pelo locutor como forma especial de adiamento de um conteúdo tópico, durante a interação. No italiano, esse MD, segundo Ferroni e Birello (2015), expressa a confirmação de recepção de algo que foi falado. E **né?**, em português, que deriva da redução fonético-morfológica entre o advérbio e a forma verbal (não é?), desempenha funções diversas na interação – pergunta não retórica, pergunta secundariamente orientada para a resposta do ouvinte e manutenção e ritmo do turno do falante (MARTELOTTA; ALCÂNTARA, 1996; FREITAG, 2008; FREITAG; BARROS; EVANGELISTA, 2017).

9 **Ah porco polastrel, né?** Começa agora o programa Un Pochetin dela Itàlia, com anedotas, histórias, piadas, ah sim, sim, sim, vamos avante recordando italianos e levemos a cultura italiana avante também, né? (tradução de ZORTÉA, 2019, p. 108).

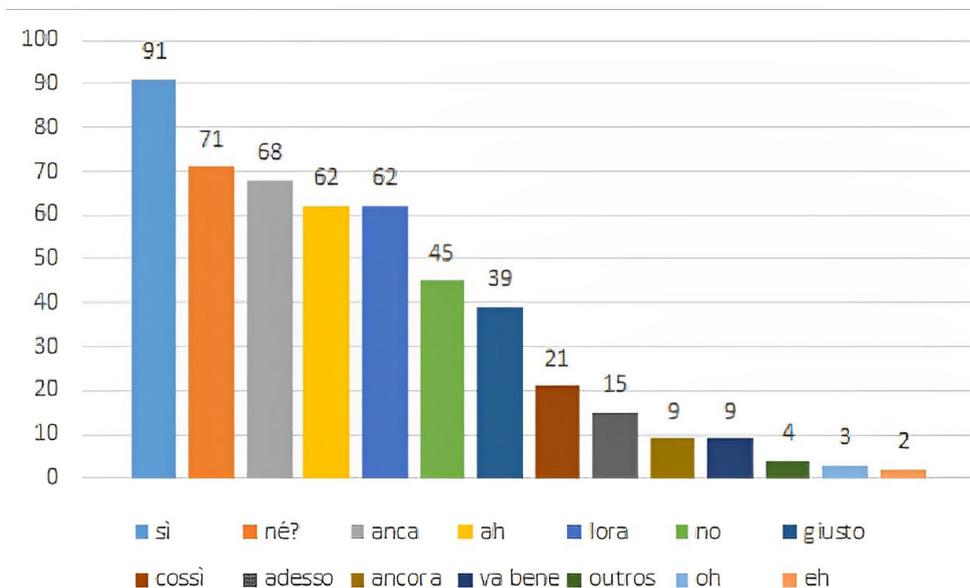
Os Gráficos 3.1 e 3.2, a seguir, apresentam a quantidade e a diversidade de MDs empregados nos dois dias de transmissão do Programa *Un Pochetin dela Itàlia*.

Gráfico 3.1: MDs utilizados pelo locutor no dia 21/01/2018.



Fonte: Zortéa (2019, p. 103).

Gráfico 3.2: MDs utilizados pelo locutor no dia 28/01/2018.



Fonte: Zortéa (2019, p. 104).

Observa-se a partir dos resultados apontados nos Gráficos 3.1 e 3.2 que na primeira transmissão foram produzidas, no total, 373 ocorrências de MDs, a saber: *sì, anca, né?, lora/alora, giusto, ah, cossì, va bene, adesso, no, ancora e outros (eh, assim, oh, agora e anche)*. Já na segunda transmissão, no total, foram produzidas 501 ocorrências de MDs pelo locutor, a saber: *sì, né?, anca, ah, lora/alora, no, giusto, cossì, adesso, ancora, va bene, oh, eh e outros (assim, então, anche e ecco)*.

Comparando os resultados das duas transmissões, verifica-se que a maioria dos MDs é empregada de modo recorrente nos dois dias, exceto *agora, então e ecco*, que tiveram baixa frequência. Enquanto o MD *agora* teve uma ocorrência no primeiro programa, os MDs *então* e *ecco* aparecem também com uma ocorrência de cada somente no segundo programa.

Dessa forma, constata-se a recorrência de uso de MDs, em maior número (653/874 ocorrências = 75%), do talian e, em menor número (124/874 ocorrências = 14%), do português brasileiro pelo locutor durante as duas transmissões radiofônicas. Dos 19 tipos de MDs identificados, quatro são MDs do português brasileiro (*né?, assim, agora e então*) e 12 são MDs do talian (*sì, anca, lora/alora, giusto, cossì, va bene, adesso, no, ancora, anche, ecco*). Destaca-se que não separamos os três MDs não lexicalizados *ah, eh, oh*, pois são formas encontradas tanto no português brasileiro como no talian. Essas três formas juntas totalizaram 97/874 (11%) ocorrências.

As características da linguagem do rádio e o tempo de duração do programa expressam, de certa forma, o porquê dessa elevada ocorrência de uso dos MDs do talian, porém, outros critérios precisam ser estabelecidos para se verificar se a forma e o significado/função particular dos MDs transferidos do português brasileiro para o talian são resultado de fenômenos do contato linguístico: empréstimo linguístico, alternância de código (*code-switching*) e mistura de código (*code-mixing*).

3.3 FENÔMENOS DO CONTATO LINGUÍSTICO: EMPRÉSTIMO LINGUÍSTICO, ALTERNÂNCIA DE CÓDIGO (*CODE-SWITCHING*) E MISTURA DE CÓDIGO (*CODE-MIXING*)

O indivíduo bilíngue, devido à sua competência plurilíngue, possui a habilidade, a depender das condições contextuais, de selecionar línguas distintas em uma mesma situação de fala, em seu dia a dia (MACKEY, 1972; BLOOMFIELD, 1972; CANTONE, 2007). Por vezes, a seleção dos diferentes códigos é motivada por aspectos externos, como consequência do cenário histórico, social, econômico, cultural, e também devido a aspectos internos à língua, como a proficiência linguística (CANTONE, 2007), o apego emocional do falante a uma ou mais línguas, a relação do falante com as línguas de que faz uso, por exemplo, ou a aquisição de duas línguas simultaneamente. Logo, considera-se que, “em situações de bilingüismo, deve-se partir da premissa de que as interações verbais vão sempre muito além das meras regras gramaticais” (BORSTEL, 2001, p. 148).

Um dos fenômenos decorrentes do contato linguístico, a ser primeiramente discutido, é o empréstimo linguístico, que pode ser motivado por razões linguísticas, sociais e culturais. O empréstimo linguístico “[...] ocorre com bastante facilidade, mesmo com um contato mínimo – isto é, contato em situações limitadas e num pequeno número de falantes” (BYBEE, 2020, p. 416). Conforme a autora, a maior parte das línguas toma emprestadas palavras de outras línguas, sobretudo quando novos artefatos, objetos ou conceitos, introduzidos a partir de uma cultura diferente, são acompanhados de palavras que designam estes itens.

Segundo Aubert (2003), o empréstimo se dá quando o falante utiliza palavra, expressão ou frase original de uma língua estrangeira, que não tenha tradução na língua materna, ou mesmo quando a palavra proveniente da língua estrangeira possui maior prestígio e, portanto, é escolhida para uso em detrimento da palavra na língua materna, o que faz com que não seja utilizada sua tradução; ou por não haver tradução para a palavra que provém da outra língua, assim, “em tese, o termo, expressão ou frase do original aparece intacto, não traduzido, no texto em língua-meta (LM)” (AUBERT, 2003, p. 28). Depende, portanto, da apreciação da língua da qual é tomado o empréstimo, pois o prestígio dela pode favorecer e o desprestígio desfavorecer o uso de palavras desta outra língua, isto é,

Quando essas comunidades são igualmente dominantes, ocorrem empréstimos mútuos entre as línguas ao passo que, quando as comunidades estão equiparadas em sua não-dominância, ocorrem poucos, ou não ocorrem empréstimos. Contudo, se uma nação exerce uma maior influência sobre outra, sendo, assim, considerada mais dominante, as trocas linguísticas ocorrerão, de forma predominante, da língua da nação de maior influência para a ‘dominada’ (MOLINA, 2010, p. 7).

Curiosamente, numa situação de contato de línguas, é bem conhecido que as palavras de conteúdo, como substantivos, verbos e adjetivos, são geralmente emprestadas da língua majoritária e incorporadas à língua minoritária (CARVALHO; KERN, 2019). No português, são exemplos de itens lexicais tomados de empréstimo do inglês os provenientes do campo da alimentação, da moda e dos esportes e em domínios especializados como negócios, ciência e tecnologia, embora se tenha conhecimento da existência de correspondentes vernáculos:

[...] attach (anexar), link (ligar, unir / ligação), delet (apagar, suprimir), start (iniciar, começar) que, baseadas no modelo português, originam verbos estranhos como “linkar”, “deletar” e “startar”, francamente desnecessários (MANZOLILLO, 2000, s/p).

Esses são exemplos de empréstimo sem a motivação da necessidade, visto que a língua receptora já tem uma palavra para o objeto ou o conceito (BYBEE, 2020). São esses exemplos de empréstimos que têm sido vistos pela maioria das pessoas como algo condenável, que prejudica a língua. Logo, o tratamento do empréstimo como algo benéfico ou não para a língua depende do ponto de vista linguístico e sociocultural de cada indivíduo. Segundo Aubert (2003, p. 27),

O empréstimo, em suas diversas matizes, enriquece as línguas ou as desfigura, a depender do ponto de vista cultural assumido e da correlação momentânea ou duradoura das forças de dominação e de resistência em confronto e a depender, ainda, do recorte sincrônico assumido.

O destino que os empréstimos tomam, porém, é incerto, pois podem permanecer, desaparecer, ou ser substituídos por palavras do próprio vernáculo que tenham a tradução. Podem, também, passar por transformações, inclusive se tornando parte integrante da língua na qual foram incorporados (AUBERT, 2003).

Além de palavras de conteúdo que provavelmente são mais frequentemente emprestadas em situações de contato, palavras gramaticalizadas, como preposições, pronomes, artigos e auxiliares raramente são tomadas por empréstimo (BYBEE, 2020, p. 331). Contudo, de modo geral, propriedades mais estruturais da língua também podem ser emprestadas de outras línguas:

Num sentido lato, ‘empréstimo linguístico’ se refere à importação de qualquer fenômeno linguístico: afixo, desinência, unidade lexical, expressão poliléxica, construção sintática, conceito, etc. Quando se refere a um aspecto específico, como unidade mono ou poliléxica (backup, shopping), falamos de empréstimo lexical ou vocabular. Quando relacionado a afixos (como os xenoconstituintes ciber-, -tube, e-), empréstimo morfológico ou afixal. Quando referente à construção sintática (“Pereira Bar”, como a inversão do inglês), empréstimo sintático, etc. (SILVA, 2021, p. 3)

Bybee (2020) expõe que o empréstimo causa mudanças na língua em que são incorporadas as novas palavras, sendo que

Às vezes os empréstimos têm um impacto sobre a língua receptora para além da expansão do léxico. Novos fonemas podem entrar na língua com os empréstimos, novos padrões silábicos, novas distribuições de fonemas e até alguma morfologia derivacional. (BYBEE, 2020, p. 335)

Dessa forma, além de serem incorporados à língua, muitos casos de empréstimos lexicais não só acabam derivando novas palavras, ampliando e modificando o léxico, mas se integram na fonologia, na morfologia, na sintaxe e na pragmática da língua.

Como outros tipos de empréstimo, o empréstimo pragmático deve ser diferenciado do *code-switching*. Enquanto o empréstimo se refere à mudança linguística induzida pelo contato, a troca de código refere-se à variação sincrônica induzida pelo contato na língua de falantes bilíngues (ANDERSEN, 2014, p. 21). No entanto, como é bem conhecido, pode ser muito difícil separar contextos de *code-switching* de uma única palavra de casos genuínos de empréstimo e, por essa razão, a relação entre os dois é melhor vista como um *continuum*. Haspelmath (2009, p. 40 apud ANDERSEN, 2014, p. 21) propõe critérios para descrição do empréstimo da seguinte maneira:

Se reporten faz parte do léxico mental do falante de alemão australiano, é uma palavra emprestada, caso contrário, é uma troca de palavra única. [...] Do ponto de vista de uma língua inteira (não de um único falante), uma palavra emprestada é uma palavra que pode ser convencionalmente usada como parte da língua. Em particular, pode ser usado em situações em que não ocorre troca de código, por exemplo, na fala de monolíngues. Este é o critério mais simples e confiável para distinguir palavras emprestadas de trocas de palavra única.¹⁰

Portanto, a alternância de códigos (*code-switching*) e a mistura de códigos (*code-mixing*) exigem um extenso bilinguismo, segundo Bybee (2020). Mas não há consenso na diferenciação entre ambas definições, visto haver alguns dissensos quanto à caracterização do termo *code-switching* na literatura e sobre sua diferenciação em relação ao *code-mixing*. O uso de duas ou mais línguas pelo falante bilíngue (ou multilíngue), no entanto, nem sempre ocorre em separado, como muito se pensa. Em diversos momentos de fala, devido ao seu contato e nível de proficiência nas línguas, o falante pode fazer uso de dois ou mais códigos em uma mesma sentença, não comprometendo a compreensão e nem causando prejuízos à situação comunicativa.

A alternância de códigos, conforme Mackey (1972), ocorre com o uso de recursos pertencentes a uma língua enquanto se fala ou escreve outra, o que gera o emprego de palavras e expressões de duas ou mais línguas de forma intercalada. Segundo Poplack (2004, p. 589, tradução nossa),

10 No original: "If *reporten* is part of the mental lexicon of the Australian German speaker, it is a loanword, otherwise it is a single-word switch. [...] From the point of view of an entire language (not that of a single speaker), a loanword is a word that can conventionally be used as part of the language. In particular, it can be used in situations where no code-switching occurs, e.g. in the speech of monolinguals. This is the simplest and most reliable criterion for distinguishing loanwords from single-word switches" (HASPELMATH, 2009, p. 40, grifo do autor, apud ANDERSEN, 2014, p. 21).

Refere-se à justaposição interna de enunciado, de forma não integrada, de elementos linguísticos explícitos de duas ou mais línguas, sem necessidade de mudança de interlocutor ou tópico. A mixagem pode ocorrer em qualquer nível da estrutura linguística, e uma longa tradição de pesquisa tem crescido em torno de questões de escolha de idioma e negociação de linguagem entre interlocutores em contextos bilíngues.¹¹

O *code-switching* é um fenômeno presente em falantes que vivem em comunidades bilíngues e é determinado pela competência do indivíduo em ambas as línguas nas quais realiza a alternância (BORSTEL, 2001). Esse fenômeno pode ser observado no exemplo a seguir, extraído de Costa (2013, p. 33):

They 'was' asking me to (...) to (...) to (...) to give them my cellphone but I said NO. (risos) ai (...) and I had a friend with me and he was very scared and he ei, S3 give it to them. Eu “- let's run man, let's run” não sei que (...) He stayed (...)

Como explica Borstel (2001, p. 147-148), “o grau e a proporção de bilíngue em suas línguas pode estar condicionado ao tópico que estiver falando, à pessoa à qual fala e, também, à tensão da situação na qual fala”. Dessa forma, o ambiente e a relação com o interlocutor com quem o falante realiza o contato também são razões de interferência, condicionamento e motivo pelo qual o bilíngue faz uso de mais de uma língua. Borstel (2001, p. 150) alerta que

Os modelos estudados, para interpretação de code-switching, concentram-se, na maioria das vezes, em dois aspectos diferentes: um no plano linguístico de regras gramaticais, denominados de condicionamentos gramaticais e, o outro, no plano sócio-pragmático, pelo qual se entende a alternância de código como uma estratégia discursiva na interação comunicativa de falantes multilíngues.

A alternância, no entanto, conforme explica Cantone (2007), não é exatamente livre e sem regras que a embasam. Assim como a variação linguística é motivada por regras básicas, a ocorrência do *code-switching* também apresenta suas restrições. Exemplos de estudo do uso alternado de línguas, e organização de sua gramática,

11 No original: “refers to the utterance-internal juxtaposition, in unintegrated form, of overt linguistic elements from two or more languages, with no necessary change of interlocutor or topic. Mixing may take place at any level of linguistic structure, and a long research tradition has grown up around questions of language choice and language negotiation among interlocutors in bilingual contexts” (POPLACK, 2004, p. 589).

podem ser observados nas pesquisas de Vasconcelos et al. (2018) e Lafin (2011), os quais estudam o contato português-espanhol, Margotti (2004) e Borges (2007), que dissertam sobre o contato português-italiano, e Pertile (2009), que estuda o contato português-talian.

A diferenciação entre os fenômenos *code-switching* e empréstimo linguístico é uma das questões que mais gera dúvidas no estudo desses fenômenos. Devido ao processo diacrônico inerente à mudança linguística, torna-se complicada a determinação de quando uma palavra é inserida, a partir de uma língua estrangeira, em uma língua materna (POPLACK, 1980).

Uma das diferenças que podem facilitar a determinação do que se denomina *code-switching* e empréstimo, é o fato de que algumas palavras estrangeiras, como “internet”, “office boy” e “home office”, são utilizadas tanto por bilíngues como por monolíngues, o que acaba se denominando empréstimo linguístico. Enquanto o empréstimo não requer ao falante a fluência em outra língua, o *code-switching* se restringe somente aos bilíngues, que fazem uso fluente de duas ou mais línguas (POPLACK, 1980).

Poplack (1980) também explica que, no caso do empréstimo, o item lexical que é empregado na língua base e importado de outra língua é integrado fonológica, morfológica e sintaticamente. Enquanto isso, no *code-switching*, esse item lexical não é modificado na língua base, mas sim preserva as características de sua língua de origem.

O *code-switching*, ainda, pode ocorrer não somente entre línguas distintas, mas também entre variações de uma mesma língua. Borstel (2001, p. 150) explica que o “code-switching existe entre duas línguas, no discurso, na mudança, bem como, entre diferentes variações de uma língua (como no caso, a língua padrão alemã e a variação de seus dialetos suábio, vestfaliano, francônio e pomerano)”.

Além da alternância de códigos, outro fenômeno de contato linguístico semelhante que pode ser observado na fala de um indivíduo bilíngue é o denominado *code-mixing*. Nesse caso, os itens lexicais e as características gramaticais de dois idiomas aparecem em uma frase (MUYSKEN, 2000). Ainda, o autor explica que o *code-mixing* ocorre quando o falante está usando uma língua específica e realiza a mistura usando elementos de uma segunda língua. Esse caso de mistura de códigos ocorre principalmente em indivíduos bilíngues, na maioria dos casos fluentes em ambas as línguas, mas que em situações informais podem produzir sentenças na quais ocorrem misturas lexicais de ambas as línguas em uso, mesmo sendo proficientes nessas línguas (MUYSKEN, 2000).

Além disso, conforme explica Muysken (2000), muitas das características dessa mistura são determinadas por fatores estruturais da linguagem, pois essa mistura de dois léxicos em uma sentença também segue uma ordem, segundo análises estruturais realizadas sobre a mistura de códigos (*code-mixing*). É exemplo dessa definição da mistura de códigos o trecho retirado da pesquisa de Soares et al. (2012, p. 10, grifo nosso):

A aluna (5) perguntou: ‘Porque o meu tem que ser tão grande?’, ao passo que a teacher respondeu: “Because you wrote a lot”. A aluna (5) replicou: ‘Ah, mas ela [a aluna (3)] também **wrotou** muito e você cortou.

O *code-mixing*, diferentemente do *code-switching*, envolve apenas alguns elementos da língua, unidades linguísticas, e compreende mudanças lexicais nas palavras de uma língua, devido à mistura com outra, como “wrotrou”. De qualquer forma, a troca linguística ocorre em ambos os fenômenos, em graus e formas distintas. A mistura de código ocorre, dessa forma, “sem mudança de tópico e pode envolver vários níveis de linguagem, por exemplo, morfologia e itens lexicais” (WARDHAUGH, 1998, p. 103).

Dessa forma, enquanto o *code-switching* envolve a competência do falante em ambas as línguas alternadas, e mudança completa de uma língua para outra em uma sentença, o *code-mixing* envolve integração de elementos, mistura de ambos os códigos podendo gerar alterações lexicais e morfológicas.

Como visto, os três fenômenos aqui reunidos provêm das situações de contato linguístico. O empréstimo se dá de forma mais frequente no plano lexical embora se possa tomar emprestado outras propriedades discursivo-pragmáticas da língua. Apesar de aparentes semelhanças, os fenômenos do *code-switching* e do *code-mixing* se aproximarem por se caracterizarem pela mudança do uso de uma língua para outra em uma mesma sentença de fala, no entendimento de Grosjean (1982) há no *code-switching*, uma mudança completa de uma língua para outra, enquanto há uma integração dos elementos alternados no *code-mixing*; ou seja, envolve apenas alguns poucos elementos da língua como alterações lexicais e morfológicas. Portanto, para que se possa compreender mais profundamente os três fenômenos e tentar diferenciá-los, na próxima seção, passamos a analisar os MDs encontrados na transmissão radiofônica (ZORTÉA, 2019).

3.4 MDS DO TALIAN E DO PORTUGUÊS BRASILEIRO NA TRANSMISSÃO DE UM FALANTE BILÍNGUE: O QUE ESTÁ ACONTECENDO?

Tendo em vista que no trabalho de Zortéa (2019) foram encontrados 19 diferentes tipos de MDs totalizando 874 ocorrências nas transmissões do programa *Un Pochetin dela Itália*, dentre as quais, 124 correspondem a MDs do português brasileiro, já demonstrados na seção 2, passamos a analisar as funções semântico-pragmáticas de cada uma dessas formas presentes na fala em talian do locutor e, desta forma, a identificar em qual tipo de fenômeno do contato linguístico esses MDs se situam. Para isso, selecionamos alguns excertos de fala do locutor em que foi identificado o uso dos quatro tipos de MDs do português brasileiro (*né?*, *assim*, *agora* e *então*) empregados durante as duas transmissões em áudio do programa e observamos se: (i) os MDs empregados em português constituem um empréstimo da língua majoritária em razão da ausência de itens correspondentes na língua minoritária; (ii) os MDs empregados em português também dispõem da mesma função semântico-pragmática no ta-

lian (*code-switching*); e (iii) os MDs empregados em português, além da mesma função semântico-pragmática, passaram por alguma alteração morfêmica em razão do contato com o talian (*code-mixing*).

No trecho (2), o locutor dá início à transmissão e inicia os cumprimentos de modo geral a todos os ouvintes do programa *Un Pochetin dela Itàlia*.

(2) *Bon giorno taliani, bon giorno, porco polastrel, bon giorno al ràdio scoltadore dela Ràdio Caibi ntel novanta sei ponto sete del FM, tuti gente bona, ah, porco polastrel, lè cossì, né? Bon giorno anca quei che vardà noantri la ntel facebook, porco cane, la va su bonora, no?*¹² (ZORTEÁ, 2019, p. 95)

Em seguida, passa aos cumprimentos nominais dos ouvintes do programa de rádio:

(3) [...] *Anca, la Maria Aparecida Bransadilse, bon giorno, bon giorno, bon giorno, è la Maria Rosana Mozer manda qua un bon giorno a tuti né?, i ga pie tuti una bona doménega, giusto! [...] Ah, sì, sì, la Maria Aparecida drio che vardà noantri là del Tietê, São Paulo, allora un strucon ala ti, a tuti la tua fameia e a tuti ràdio scoltadore anca quei che vardà noantri ntel facebook, bon giorno, bon giorno, bon giorno! [...] Un strucon ala Lourdes Brandalise, giusto fioi, che belessa, gràssie a valtri che zè drio vardar e anca scoltar il programa qua ntel facebook. Che bon, né? [...] Dopo diese ani ga vol per tornare, medèsimo posto, no, ga visto una cosa, assim, che brileia su te na pianta, ga vardar su el reloio la su te na pianta, pica via, la su la na pianta de diese metri, ndato la foi vardar, ancora che el funsionea.*¹³ (ZORTEÁ, 2019, p. 20)

Nos dois trechos de fala do locutor citado, observamos ocorrências de uso de MDs *no?* do talian e *né?* do português. Em (2), o locutor usa o MD *no?* que compartilha o mesmo valor semântico-pragmático do MD *né?* nas línguas talian e português brasileiro.

12 Bom dia italianos, bom dia, *porco polastrel*, bom dia aos ouvintes da Rádio Caibi na noventa e seis ponto sete FM, todos gente boa, ah, *porco polastrel*, é assim, né? Bom dia também àqueles que nos olham lá no facebook, *porco cane*, levanta cedo, não? (ZORTEÁ, 2019, p. 17).

13 [...] Também, à Maria Aparecida Brandalise, bom dia, bom dia, bom dia, e a Maria Rosana Mozer manda aqui um bom dia a todos, né, e deseja a todos um bom domingo, certo! [...] Ah, sim, sim, a Maria Aparecida que nos aprecia lá de Tietê, São Paulo, então um abraço para você, a toda a sua família e a todos os ouvintes da rádio, também àqueles que nos apreciam no facebook, bom dia, bom dia, bom dia! [...] um abraço à Lourdes Brandalise, certo filha, que beleza, obrigado a vocês que apreciam e também escutam o programa aqui no facebook. Que bom, né? [...] depois de dez anos retornou, ao mesmo lugar, não, viu uma coisa, assim, que brilhava em cima de uma planta, viu o relógio lá em cima da planta, pendurado, lá em cima da planta de dez metros, andou lá e foi ver, ainda que ele funcionava (ZORTEÁ, 2019, p. 20).

Conforme pode ser observado a partir da ocorrência em (2), o MD *no?* é utilizado com entonação ascendente (FERRONI; BIRELLO, 2015) e consiste em um pedido de consenso, uma confirmação. O MD *né?*, por sua vez, também tem função de solicitar a confirmação do que foi dito (URBANO, 1999), conforme demonstra o excerto (3), é usado como forma de pedir o consenso dos ouvintes, mesmo que estes não possam responder, devido ao programa não permitir interação ao vivo.

O MD *né?* em PB, segundo Ferroni e Birello (2015, p. 494),

Aparece geralmente na presença de frases interrogativas utilizadas por aquele que detém o turno da palavra para expressar dúvidas sobre o funcionamento da língua, dúvidas que podem ser de natureza gramatical ou referentes ao desenvolvimento da tarefa atribuída. Trata-se de um sinal que se refere ao consenso. Em I (italiano) é expresso no final do turno por meio de “no?, vero?, non è così?, eh!, dico male?, eh?”, marcadores de pedido de concordância e/ou confirmação [...], e de alguma forma pode indicar que o falante poderia estar disposto a ceder seu turno.

Esses MDs (*né?* e *no?*), cuja função é solicitar a confirmação de algo, tornam-se, então, uma forma de o locutor se apoiar para prosseguir sua fala, ao imaginar que os ouvintes correspondam positivamente ao seu questionamento. Tanto o MD *né?* quanto o MD *no?* são utilizados no fim da sentença e não apresentam mudança lexical ou morfológica nos contextos analisados.

Outro MD presente na fala do locutor é o *assim*, que é frequente na língua portuguesa e sua origem provém do advérbio de modo. Para Castelano e Ladeira (2010), o MD *assim* apresenta como função dar sequência à narração, inserir explicações e marcar hesitação. Ainda, segundo Silva e Macedo (1989), o item evita o silêncio entre as sequências de fala, o que parece ser utilizado no programa para que não haja momentos de silêncio ou hesitação (LONGHIN-THOMAZI, 2006), considerados inadequados no meio radiofônico.

O MD *cossì* do talian possui o mesmo valor semântico-pragmático do MD *assim* do português, conforme se percebe na fala do locutor em (4):

(4) [...] *che belessa, gente bona che sei, ah sì, porco polastrel, l'è cossì, lora um strucon a tuti italiani [...].*¹⁴ (ZORTÉA, 2019, p. 124)

No trecho (5), destacam-se os MDs *então*, da língua portuguesa, e o MD *lora*, da língua talian, ambos possuem origem morfológica de advérbio tempo, são empregados no mesmo excerto e com mesmo valor semântico-pragmático:

14 [...] *que beleza, gente boa que é, ah sim, porco polastrel, é assim, então um abraço a todos os italianos [...]* (ZORTÉA, 2019, p. 124).

(5) *Sonemo tre dopo ndemo casa? Te vea messa anca, tre dopo ndemo casa, dopo se despedimo, **então** avante, **lora**, El Ninet, La Nineta, con ei Ragazzi dei Monti, con Valdir Anzolin, Quel Massolin de Fiori, e con Italiani de Anita, La mula del Nono.*¹⁵ (ZORTEÁ, 2019, p. 113)

O MD *lora* tem por função o ato de dar continuidade à fala assim como o MD *então* (SILVA; MACEDO, 1989). Dessa forma, ambos os MDs são utilizados com mesmo sentido no mesmo contexto discursivo. Batista (2014) lista quatro significados contextuais identificados para o MD *então* em português:

- *De concessão a partir do momento que o enunciador concede ao ponto de visto do outro.*
- *De reformulação do argumento, ou seja, para convencer o outro o interlocutor concede ao ponto de vista do locutor, enquanto busca um argumento que o convença.*
- *Na escala argumentativa o conector então pede força argumentativa a partir do momento que concede ao argumento do locutor.*
- *Do ponto de vista prototípico exerce a função conclusiva* (BATISTA, 2014, p. 83).

Outro MD, *agora*, que aparece uma única vez nas transcrições, é empregado na língua portuguesa e tem origem morfológica como advérbio de tempo. Além disso, segundo Silva e Macedo (1989), esse MD desempenha a função de um elemento que inicia uma argumentação. No caso de uso do MD *adesso*, por sua vez, esse MD parece dar continuidade à argumentação e é empregado tanto no talian como no italiano com mesmo significado, porém há, além desta, outras formas (*ora, già, ormai*) nesta última língua. Mesmo o programa sendo em talian, a forma *agora*, do português, também é utilizada, como pode ser percebido no trecho a seguir:

(6) *Te vedi par ndar a riqueza, quanto tempo te demora, **agora** va su a Chapecó, el reloio grande anca par caminar ei ponteri en torno (risos) tanti quilômetro de pié.*¹⁶ (ZORTEÁ, 2019, p. 114)

15 *Escutemos três e depois vamos pra casa? Ver a missa também, três depois vamos pra casa, depois nos despedimos, então avante então, El Ninet, La Nineta, com Ragazzi dei Monti, com Valdir Anzolin, Quel Massolin de Fiori, e com Italiani de Anita, La mula del Nono* (ZORTEÁ, 2019, p. 113).

16 *Você vê que para ir a Riqueza, quanto tempo te demora, agora vá a Chapecó, o relógio grande também para caminhar o ponteiro em volta (risos) tantos quilômetros a pé* (ZORTEÁ, 2019, p. 114).

(7) [...] *La de Farroupilha el zè, ecco, quel che ga mandar su el pèrseghi a noantri, tre, quatro sol, ma se ghemo mia acertar ntel pèrressio, no? Adesso sì, adesso ghemo pèrsego, sì, spetemo, vien ancora, né?*¹⁷ [...] (ZORTÉA, 2019, p. 114)

Dos MDs citados até aqui, a forma mais frequente foi a do MD *né?* na fala do locutor, ao passo que os demais MDs do português *assim, agora e então*, embora também tenham sido empregados, houve apenas uma ou duas ocorrências de cada forma. Os resultados de nossa análise não mostram que traços discurso-pragmáticos de MDs emprestados resultam no deslocamento dos nativos (cf. SANKOFF et al., 1997; HLA-VAC, 2006; CARVALHO; KERN, 2019; GONZÁLEZ; SILVANO, 2022; LOREGIAN-PENKAL; BALTHAZAR, 2021), bem como não foi confirmada a adição de MDs ao repertório da língua receptora para cumprir funções de discurso não cumpridas por MDs nativos (CARVALHO; KERN, 2019).

Não foi evidenciado que as ocorrências de MDs em português constituíram um empréstimo da língua majoritária, tendo em vista que MDs com os mesmos valores semântico-pragmáticos também foram empregados em talian (por exemplo, *no/ne?* e *então/lora*). Ou seja, os MDs do português não preencheram nenhuma lacuna lexical, pois equivalentes em talian estavam prontamente disponíveis, por vezes, até no mesmo enunciado do locutor. Bathia e Ritchie (1996) explicam que os empréstimos podem apresentar a função essencial de preencher espaços vazios na língua na qual são incorporados, devido à falta de termos da própria língua. Logo, acreditamos que a competência bilíngue do locutor nas duas línguas, português e talian, permitiu a alternância entre os códigos, fazendo com que ele usasse MDs do talian, seguindo em conformidade com o programa que é apresentado nessa língua, mas permitindo que ele utilizasse, em momentos oportunos, também MDs do português com as mesmas funções semântico-pragmáticas. Por fim, não foi localizado dentre os MDs empregados pelo locutor ocorrências de alteração morfêmica dos MDs em português em razão do contato com o talian, configurando a essência do *code-mixing*.

3.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve por objetivo compreender os limites de análise dos fenômenos que provêm do contato talian-português brasileiro com base em dados do programa radiofônico *Un Pochetin dela Itália* (ZORTÉA, 2019). Após uma revisão do estudo sobre os MDs em situações de contato linguístico, comparamos o uso de MDs do talian com o uso de MDs do português brasileiro nas duas transmissões do programa. Nossa discussão pretendia saber se os MDs do português eram identificados como instâncias de troca de código, mistura de código ou empréstimo.

17 [...] *Lá de Farroupilha ele é, sim, aquele que mandou os pêssegos a nós, três, quatro só, mas temos que acertar o preço, não? Agora sim, agora ganhamos pêssego, sim, esperamos que venha ainda, né?* [...] (ZORTÉA, 2019, p. 114).

Os três fenômenos – *code-switching*, descrito como a alternância de códigos, o *code-mixing*, compreendido como mistura de um código em outro, e o empréstimo, entendido como o uso de palavras estrangeiras incorporadas a uma língua materna – dependem do contexto de fala, do ambiente em que o falante se encontra, dos sentimentos que o indivíduo nutre pelas línguas que usa e, em suma, da consciência do bilinguismo do falante e seu contato com outros bilíngues. Foi oportuna essa distinção entre os três fenômenos porque cada processo indica um nível diferente de competência do falante nos idiomas. Vimos que um falante que empresta itens de outro idioma pode ser monolíngue, mas o *code-switching* implica um grau de bilinguismo.

Os estudos sintetizados atestaram uma tendência induzida pelo contato linguístico de a língua minoritária incorporar formas e características discursivas pragmáticas da língua majoritária. Observamos, nos dados da pesquisa empreendida por Zortéa (2019) sobre a fala do informante bilíngue talian-português, que os MDs empregados de origem na língua portuguesa surgem, em grande parte, em virtude da rapidez exigida pelo meio de comunicação rádio, visto que esses MDs (*né, agora, assim e então*) são os mais comumente usados pelos falantes do PB, segundo estudos de Silva e Macedo (1989), Martelotta, Votre e Cezario (1996), Freitag (2007, 2008), Castellano e Ladeira (2010), Almeida (2011), Almeida e Marinho (2012), Batista (2014), Zorraqino e Lázaro (1999), Ferroni e Birello (2015) e Freitag, Barros e Evangelista (2017). Dessa forma, a linguagem exigida pelo meio de comunicação (rádio) é um dos fatores que impulsiona o uso de MDs em português, visto que, em alguns momentos, o locutor recorre a eles para dar seguimento a seu discurso.

Foram transcritos excertos da fala do locutor, extraídos da pesquisa de Zortéa (2019), por meio dos quais podemos melhor demonstrar os fenômenos de contato linguístico na fala. Foi constatado que o locutor do programa radiofônico apresenta, essencialmente, a alternância entre os códigos quando emprega os MDs. No entanto, não houve ocorrências de incorporação dessas palavras da língua portuguesa, encontradas na fala do locutor, na língua talian, para que se caracterize mistura de código e empréstimo. Assim, fica claro que esses MDs do português não são palavras ajustadas e emprestadas à língua talian, mas sim palavras de uma língua incluídas em outra durante a fala do indivíduo, que é bilíngue. Como o português brasileiro é a língua majoritária (sociopoliticamente mais dominante) em Caibi, não descartamos a hipótese de, no futuro, os MDs do PB substituírem os MDs do talian (língua minoritária), conforme verificado por (SANKOFF et al., 1997; TORRES, 2002; HLAVAC, 2006; CARVALHO; KERN, 2019; GONZÁLEZ; SILVANO, 2022; LOREGIAN-PENKAL; BALTHAZAR, 2021; CARVALHO; KERN, 2019).

Por fim, após a constatação de que o locutor apresenta, dos três fenômenos descritos, o *code-switching*, futuramente, seria interessante a realização de uma pesquisa que coletasse, por meio de entrevistas, a fala de informantes proficientes na língua talian, para identificar os fenômenos de contato também em contextos menos monitorados, isto é, onde há menor pressão do meio.

A relevância deste estudo se deve a dois fatores. O primeiro é de natureza linguística, uma vez que se propõe a discutir os limites metodológicos para análise do uso de um fenômeno discursivo frequente na fala de um informante bilíngue numa situação

de contato. O segundo fator é de natureza histórico-social, pois permite descrever o bilinguismo de uma localidade do Sul do país, na qual parte dos indivíduos possuem como primeiras línguas o português brasileiro e o talian. Além do intercâmbio cultural, a troca que provém desse contato linguístico pode propiciar a mudança linguística.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Daniel M. V. *Seja como for e seja como fuere: marcadores discursivos? Uma análise do uso dessas expressões em artigos de opinião brasileiros e argentinos*. 2011. Dissertação (Mestrado em Letras em Estudos Linguísticos) Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.
- ALTENHOFEN, Cléo V. O conceito de língua materna e suas implicações para o bilinguismo (em alemão e português). In: *Martius-Staden-Jahrbuch*, São Paulo, n. 49, p. 141-161, 2002.
- ANDERSEN, Gisle. "Pragmatic Borrowing". *Journal of Pragmatics*, v. 67 p. 17-33, 2014.
- AUBERT, Francis H. As variedades de empréstimos. *DELTA: Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada*, Volume 19, Número: spe, Publicado: 2003.
- BATHIA, Tej K.; RITCHIE, William C. *The handbook of bilingualism*. Massachusetts: Blackwell publishing, 1996.
- BATISTA, Magno S. *Marcadores discursivos: revisitando os conceitos e a análise linguístico-discursiva em gêneros da esfera jornalística inseridos no manual didático*. 2014. Dissertação (Mestrado em Letras: Linguagens e Representações) Universidade Estadual de Santa Cruz/UESC, Ilhéus, BA.
- BLOOMFIELD, Leonard. *Language*. New York: Holt, 1972.
- BORGES, Maria I. Um caso de variação de gênero de Santa Catarina: contato linguístico entre o português e o italiano. *Revista Virtual de Estudos da Linguagem*, v. 5, p. 1-26, 2007.
- BORSTEL, Clarice N. von. O code-switching sob a visão do modelo variacionista. *Uniletras: Ponta Grossa*, 2001. v. 23, n. 1, 2001.
- BYBEE, Joan. *Mudança linguística*. Vozes: Rio de Janeiro, 2020.
- CALDIZ, Adriana. Demarcación discursiva, prosodia y polifonía: Bien, bueno y altura tonal en el discurso académico oral. In: NEGRONI, María Marta García. *Marcadores del discurso: perspectivas y contrastes*. Buenos Aires: Santiago Arcos editor, 2014.
- CAMBRUSSI, Morgana F. O efeito das políticas de promoção linguística para as línguas de imigração: o caso do talian e do italiano. 2007. *Revista Língua e Literatura, Frederico Westphalen*, v. 9, n. 13, p. 53-68, 2007.

- CANTONE, Katja F. *Code-switching in bilingual children*. Springer: Netherlands, 2007.
- CARVALHO, Ana M.; KERN, Joseph. The permeability of tag questions in a language contact situation: the case of Spanish-Portuguese bilinguals. *Pragmatics*, v. 29, n. 4, p. 463-492, 2019.
- CASTEL, Juvenal D.; LOREGIAN-PENKAL, Loremi; TONUS, João W. (orgs.). *Talian par cei e grandi - Gramática e stòria*. Pinto Bandeira: Araucária, 2021.
- CASTELANO, Karine L.; LADEIRA, Wânia T. Funções discursivo-interacionais das expressões “assim”, “tipo” e “tipo assim” em narrativas orais. *Letra Magna*, v. 6, n. 12, 2010.
- CASTILHO, Ataliba T. de. Para o estudo das unidades discursivas no português falado. CASTILHO, A. T. de. (org.). *Português culto falado no Brasil*. Campinas: Ed. da Unicamp, 1989. p. 249-279.
- COSTA, Marcelo A. M. da. *Code-switching em salas de aula de língua inglesa*. 2013. 128 p. Dissertação de mestrado (Letras). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2013.
- FERRONI, Roberta; BIRELLO, Marilisa. “Buono stiamo praticando”: análise comparativa dos sinais discursivos utilizados em situações interativas entre aprendizes de línguas próximas. *Trabalhos em Linguística Aplicada*, v. 54, n. 3, 2015.
- FREITAG, Raquel M. Ko. Marcadores Discursivos Interacionais na Fala de Itabaiana/SE. *Revista do Gelne*, v. 10, n. 1, p. 21-32, 2008.
- FREITAG, Raquel M. Ko. Marcadores Discursivos não são vícios de Linguagem! Interdisciplinar – *Revista de Estudos em Língua e Literatura*, v. 4, n. 4, p. 22-43, 2007.
- FREITAG, Raquel M. Ko.; SILVA, Rosângela Barros da; EVANGELISTA, Flávia Regina de Santana. Marcadores discursivos interacionais: diferentes metodologias, diferentes resultados. *Diacrítica*, v. 31, n. 1, p. 1-20, 2017.
- GÖRSKI, Edair M. Espectro funcional de bem e bom no português falado: instâncias de gramaticalização. *Revista da ABRALIN*, v. 19, n. 3, p. 131-158, 2020.
- GROSJEAN, François. *Life with Two Languages: An Introduction to Bilingualism*. Cambridge, Mass: Harvard University Press, 1982.
- HEINE, Bernd. On discourse markers: Grammaticalization, pragmaticalization, or something else? *Linguistics*, v. 51, n. 6, p. 1205-1247, 2013.
- HLAVAC, Jim. Bilingual discourse markers: Evidence from Croatian-English code-switching, *Journal of Pragmatics*, Volume 38, Issue 11, 2006, p. 1870-1900.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Histórico de Caibi*, Santa Catarina. 2010.

- INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. *Língua Talian*. 2014.
- JUBRAN, Clélia C. A. S.; KOCH, Ingedore G. V. (orgs). *Gramática do português culto falado no Brasil*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2006, p. 427-496.
- LAFIN, Gabrielle C. *O contato linguístico português-espanhol na fronteira entre Brasil e Uruguai: estado da pesquisa e perspectivas futuras*. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Letras Português e Espanhol) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2011.
- LONGHIN-THOMAZI, Sanderléia R. Gramaticalização, (inter)subjektivização e modalidade epistêmica: o caso de ‘assim’. *Estudos Linguísticos XXXV*, São Paulo, p. 1772-1779, 2006.
- LOREGIAN-PENKAL, Loremi; BALTHAZAR, Luciana L. Contato Linguístico Português Brasileiro-Talian em Santa Felicidade (Curitiba) e Colombo, Paraná. *Web Revista Sociodialeto*, v. 11, n. 33, p. 1-39, 2021.
- LUZZATTO, Darcy L. *Dicionário Português Talian: Dissionário Portoghese Talian*. →Lages: Araucária, 2010.
- LUZZATTO, Darcy L. *Talian vêneto brasileiro: noções de gramática, história & cultura*. Porto Alegre: SAGRA-D.C. LUZZATTO Editores, 1994.
- MACKEY, William F. The description of bilingualism. In: FISHMAN, Joshua A. *Readings in the sociology of language*. The Hague: Mouton, 1972. p. 554-584.
- MANZOLILLO, Vito C. de O. Empréstimo linguístico: necessidade ou modismo? *Anais de filologia*, Piauí, 2000.
- MARCUSCHI, Luiz A. Marcadores conversacionais do português brasileiro: formas, funções e definições. CASTILHO, Ataliba (org.). *Português culto falado no Brasil*. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1989. p. 281-322.
- MARGOTTI, Felício W. *Difusão sócio-geográfica do português em contato com o italiano no sul do Brasil*. 2004. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2004.
- MARTELOTTA, Mário E. T.; ALCÂNTARA, Fabiana. Discursivização da partícula né? In: MARTELOTTA, Mário Eduardo; VOTRE, Sebastião Josué; CEZARIO, Maria Maura. (org.). *Gramaticalização no Português do Brasil: uma abordagem funcional*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996, p. 277-292.
- MARTELOTTA, Mário E.; VOTRE, Sebastião J.; CEZARIO, Maria M. (org.). *Gramaticalização no Português do Brasil: uma abordagem funcional*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.
- MESQUITA, Rodrigo. Empréstimos linguísticos e code-switching em akwêxerente/português: contribuições para a sociolinguística, para a educação indígena e para o povo akwê. 2016. *Signótica*, v. 28, n. 2, p. 339-362, 2016.

- MOLINA, Daniele de S. L. Empréstimos linguísticos no campo lexical: a contribuição do português para o léxico da língua inglesa. 2010. *Revista Gatilho*, v. 11, 2010.
- MUYSKEN, Pieter. *Bilingual Speech: A Typology of Code-Mixing*. Cambridge: Cambridge: University Press, 2000.
- NEGRONI, María M. G. Presentación-Marcadores del discurso: perspectivas y contrastes. In: NEGRONI, María Marta García. *Marcadores del discurso: perspectivas y contrastes*. Buenos Aires: Santiago Arcos editor, 2014.
- OLIVEIRA, Fátima; SILVA, Fátima. Para uma comparação dos marcadores discursivos bem e bom em português europeu em contraste com well em inglês. In: DUARTE, Isabel Margarida; LEÓN, Rogelio Ponce de (eds). *Marcadores discursivos. o português como referência contrastiva*. Berlin, Germany: Peter Lang Verlag, 2020, p. 207-226.
- PERTILE, Marley T. *O talian entre o italiano-padrão e o português brasileiro: manutenção e substituição linguística no Alto Uruguai gaúcho*. 2009. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.
- POPLACK, Shana. Code-switching. Sociolinguistics/Soziolinguistik. In: AMMON, U. et al. (orgs.). *An international handbook of the science of language*. 2. ed. Berlin: Walter de Gruyter, 2004. p. 589-596.
- POPLACK, Shana. Sometimes I'll start a sentence in Spanish Y TERMINO EN ESPAÑOL: toward a typology of code-switching. *Linguistics*, n. 18, 1980, p. 581-618.
- RISSE, Mercedes S. Aspectos textuais-interativos dos marcadores discursivos de abertura Bom, Bem, Olha, Ah, no português culto falado. NEVES, Maria Helena M. (org.). *Gramática do português falado*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1999. Vol. VII.
- RISSE, Mercedes S.; SILVA, Giselle M. O.; URBANO, Hudinilson. Marcadores discursivos: traços definidores. KOCH, I. G. V. (org.). *Gramática do português falado*. Campinas: Ed. da Unicamp, 1996. v. 4. p. 21-94.
- RISSE, Mercedes S.; SILVA, Giselle M. O.; URBANO, Hudinilson. Marcadores discursivos basicamente sequenciadores. JUBRAN, C. C. A. S.; KOCH, I. G. V. (org.). *Gramática do português culto falado no Brasil*. Campinas: Ed. da Unicamp, 2006. v. 1. p. 427-496.
- ROST SNICHELOTTO, Cláudia A. “Olha” e “vê”: caminhos que se entrecruzam. 2009. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.
- ROST SNICHELOTTO, Cláudia A.; DAL MAGO, Diane. A contribuição de Edair Maria Görski para a descrição de marcadores discursivos do português falado em Florianópolis. *Work. Pap. Linguíst.*, 22(Especial), Florianópolis, 2021. p. 32-65.

- ROST SNICHELOTTO, Cláudia A.; GÖRSKI, Edair M. (Inter)subjetivização de marcadores discursivos de base verbal: instâncias de gramaticalização. 2011. *Alfa*, v. 55, n. 2, 423-455, 2011.
- ROST, Cláudia A. *Olha e veja: multifuncionalidade e variação*. 2002. 158 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.
- SALMONS, Joe. Bilingual discourse marking: code switching, borrowing, and convergence in some German-American dialects1. *Linguistics*, v. 28, p. 453-480, 1990.
- SANKOFF, Gillian *et al.* Variation in the use of discourse markers in a language contact situation. *Language Variation and Change*, v. 9, n. 2, p. 191-217, 1997.
- SANTOS, Miriam de O.; ZANINI, Maria C. C. Especificidades da identidade de descendentes de italianos no sul do Brasil: breve análise das regiões de Caxias do Sul e Santa Maria. *Antropolítica*, Niterói, n. 27, p. 21-41, 2009.
- SCHIFFRIN, Deborah; TANNEN, Deborah; HAMILTON, Heidi E. (eds.). *The Handbook of Discourse Analysis*. Malden, MA: Blackwell, 2003. p. 54-74.
- SCHIFFRIN, Deborah. *Discourse markers: language, meaning and context*. In: SCHIFFRIN, Deborah. *Discourse markers*. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.
- SILVA, Fernando M. da. Achegas ao fenômeno do empréstimo linguístico: redefinindo os termos empréstimo e estrangeirismo. *Revista de Divulgação Científica em Língua Portuguesa, Linguística e Literatura*, v. 20, n. 2, jun. 2021.
- SILVA, Giselle M.; MACEDO, Alzira. Análise sociolingüística de alguns marcadores conversacionais. In: MACEDO, Alzira; RONCARATI, Cláudia; MOLLICA, Maria C. (orgs.). *Revista Tempo Brasileiro*, 1989. p. 11- 49.
- SOARES, Mariana S. *et al.* A alternância de códigos no contexto da educação bilíngue: code-switching, code-mixing e as transferências linguísticas. *Revista Gatilho*. v. 15, 2012.
- TONIAL, Honório. *Dicionário português/talian*. Porto Alegre: Suliani-editografia LTDA, 1997.
- TORRES, Lourdes. *Bilingual discourse markers in Puerto Rican Spanish*, 2002.
- UN POCHETIN dela Itália. Locutor: Arinei Brandalise. Caibi, SC: *Rádio Caibi 96.7 FM*, 21 jan. 2018. 1 áudio (3h).
- UN POCHETIN dela Itália. Locutor: Arinei Brandalise. Caibi, SC: *Rádio Caibi 96.7 FM*, 28 jan. 2018. 1 áudio (3h).
- URBANO, Hudinilson. Marcadores conversacionais: o caso do “né?”. *Estudos Linguísticos. Anais dos Seminários do GEL*, 23 [2], 1994. p. 1430-1437.

- VASCONCELOS, Rita de C. F. de M. *et al.* Fenômenos de Contato da Língua entre Espanhol e Português. ID on line. *Revista de Psicologia*, v. 12, n. 40, p. 1236-1247, 2018.
- WALTEREIT, Richard; DETGES, Ulrich. Different functions, different histories. Modal particles and discourse markers from a diachronic point of view. *Catalan Journal of Linguistics*, v. 6, p. 61-80, 2007.
- WARDHAUGH, Ronald. *An Introduction to Sociolinguistics*. New York: Brasil, 1998.
- ZORRAQUINO, Maria A. M.; LÁZARO, José P. *Los marcadores del discurso*. 1999.
- ZORTÉA, Tamires R. *Marcadores discursivos do Talian no programa radiofônico Un Pochetin dela Itàlia em Caibi, Santa Catarina*. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Universidade Federal da Fronteira Sul, Chapecó, 2019.

CAPÍTULO 4

FALANTES DO PORTUGUÊS KAXINAWÁ EM DINÂMICAS DE CONTATO LINGUÍSTICO: UM RETRATO EM CONSTRUÇÃO

João Pedro Peres da Costa & Beatriz Christino

4.1 INTRODUÇÃO: FOCANDO...

Os Kaxinawá são um grupo indígena vinculado à família etnolinguística Pano e se autodenominam *Huni Kuin*. Levando em consideração que o termo *Huni Kuin* corresponde a conceito(s) consideravelmente complexo(s), podendo abranger e nomear outros indivíduos que não necessariamente correspondem a integrantes de uma etnia específica, em nossos trabalhos de investigação temos optado pelo uso do termo Kaxinawá. Essa heterodenominação encontra-se consagrada na bibliografia linguística e antropológica e pode ser traduzida por “Povo/gente do morcego”.

Camargo (2013) evidencia a multiplicidade de sentidos que o termo *Huni Kuin* (para o qual tem se proposto uma equivalência com “humanos autênticos”) pode assumir, deixando clara a dificuldade de se cunhar uma tradução apropriada:

Kuin, termo intraduzível, tem seu significado moldado segundo seu referente contextual. Um caxinauá, como outros grupos panos, por variações fonéticas, autodenominam-se huni kuin, 'homem kuin.' Um caxinauá pode ser visto como um huni kuinmaki, ou seja um 'homem não kuin' se o enunciador caxinauá descartar outro caxinauá de seu espaço referencial. Uma pessoa campá, da família arauaque, torna-se um kuin se estiver dentro do espaço conceitual kuin do enunciador caxinauá. O sintagma adjetival huni kuin, ou seja caxinauá, pode tornar-se complemento de betsa, "outro", e designar um huni kuin que não seja um caxinauá: Huni kuin betsa, como no enunciado kanpandan huni kuin betsa 'O campá é outro huni kuin' (CAMARGO, 2013, p. 45).

Da mesma forma que o termo "Nawá", "Kuin" representa uma categoria de relevância central no sistema de alteridade relacional estabelecido pelos Kaxinawá e, de modo geral, por povos Pano, conforme já ressaltado por Lagrou (1991):

Os grupos Pano chamados nawa formam um subgrupo desta família por terem línguas e culturas muito próximas e por terem sido vizinhos por tanto tempo quanto existem fontes históricas sobre a região. Cada um deles se autodenomina de huni kuin, homens verdadeiros, ou seja, gente com costumes conhecidos. Uma das características que distinguem os huni kuin e do resto dos homens é o sistema de transmissão de nomes próprios, ligado à divisão em metades e à alternância de geração na transmissão de nomes [...] O denominador Pano chama (quase) todos os outros de nawa, e a si mesmo e seus parentes de huni kuin. Assim os Kulina são chamados de pisinawa (os que fedem) pelos Kaxinawá, enquanto que os Paranawa chamavam os próprios Kaxinawá de pisinawa (LAGROU, 1991, p. 12).

O povo Kaxinawá vive tradicionalmente na região que, hoje, constitui parte da fronteira entre o estado brasileiro do Acre e o departamento peruano de Ucayali. A maioria da sua população habita no lado administrado pelo Estado brasileiro, em que se configuram como o povo originário com a população mais numerosa no estado do Acre, onde também vivem pelo menos doze outras etnias indígenas das famílias etnolinguísticas Pano, Aruak e Arawá.

No território acreano, reúnem-se cerca de 10 mil indivíduos, segundo a Federação do Povo Huni Kuin do Estado do Acre (FEPHAC), e se distribuem em um conjunto de 12 terras indígenas situadas nos municípios de Feijó, Jordão, Manoel Urbano, Marechal Thaumaturgo, Santa Rosa do Purus e Tarauacá. Os Kaxinawá são, em oito dessas Terras Indígenas, a única etnia presente, ao passo que, nas Terras Indígenas

Alto Rio Purus e Kulina do (Rio) Envira, eles convivem com a etnia Kulina (Pano); na TI Katukina/Kaxinawá (no Rio Envira) com os Katukina (Pano) e na TI Kaxinawá Ashaninka do Rio Breu com o povo Ashaninka (Aruak).

O contato entre a sociedade não indígena e os Kaxinawá, marcado pela enorme brutalidade dos invasores de suas terras, por sua vez reconhecida por historiadores Kaxinawá (MANÁ KAXINAWÁ et al., 2002) e por historiadores não indígenas (IGLESIAS, 2008), teve início no final do século XIX. O período que abrange de 1890 a 1920 passou a ser conhecido como “o tempo das correrias”, por conta das expedições organizadas pelos seringalistas que se convertiam, praticamente, em caçadas às populações indígenas do Acre. Para além de usurpar os territórios habitados pelos povos originários da região, aqueles que obedeciam às ordens dos seringalistas transformavam os indígenas sobreviventes em mão de obra escravizada para o processo de extração da borracha.

Assim como os demais povos indígenas da região do Alto Juruá, os Kaxinawá se viram, de forma ainda mais intensa, alvos da exploração compulsória de sua força de trabalho pelos seringalistas ao longo das décadas seguintes. Com efeito, da década de 1920 até o início dos anos 1980 (intervalo tristemente batizado de “o tempo do cativo”), indígenas escravizados representaram a principal mão de obra nos seringais, em substituição aos migrantes nordestinos. À mercê das crueldades e desmandos dos “patrões” dos seringais, os Kaxinawá (e outros povos) foram impedidos de dar continuidade às suas tradições e foram proibidos de empregar sua língua ancestral, sob ameaça de castigos físicos e assassinato.

Em decorrência da luta incansável do movimento indígena organizado, esse cenário tenebroso começa a se alterar a partir de meados dos anos 1980, momento em que os Kaxinawá e os demais povos da região conquistam, duramente, o chamado “tempo dos direitos”.

Concretizado em documentos oficiais, como a Constituição Federal de 1988, o custoso reconhecimento de direitos pelo Estado não veio a significar a superação das flagrantes assimetrias entre indígenas de diversas etnias e não indígenas. Uma das facetas desse desequilíbrio nas relações de poder corresponde ao bilinguismo assimétrico, uma realidade que se impõe a povos como os Kaxinawá. Nessa situação de minorização linguística, muitos dos povos indígenas em nosso país precisam ser bilíngues em sua língua ancestral e também na língua da sociedade majoritária – o Português – para que possam exercer sua cidadania plena. Da parte dos integrantes da sociedade majoritária, por outro lado, não se coloca qualquer necessidade de conhecer uma língua indígena.

Uma vez apresentado o Povo Kaxinawá e a situação sociolinguística em que se encontra atualmente, partimos, na primeira seção de nosso texto, para a tematização de nosso recorte específico de investigação: a variedade própria de Português em uso pelo Povo Kaxinawá (doravante Português Kaxinawá). Na sequência, na segunda seção do texto, expomos os referenciais teórico-metodológicos em que nos fundamentamos. Finalmente, na terceira seção, damos a conhecer as análises de três interações

transculturais, conferindo ênfase a (1) momentos de contraste/conflito das etiquetas interacionais; (2) os usos da exortação “*haux*” nas interações; e (3) o estabelecimento de relações de copertencimento, evidenciadas, dentre outros elementos, pela adoção da forma de tratamento “*txai*”.

4.2 O PORTUGUÊS KAXINAWÁ

O Português Kaxinawá vem sendo objeto de estudo do grupo de pesquisa coordenado por Beatriz Christino desde 2012. Essa variedade é acionada não apenas com integrantes da sociedade majoritária não indígena, mas também se faz presente, como língua interétnica, na comunicação com outras etnias, tal qual os Ashaninka (Aruak) e outros povos não falantes de *hãtxa kuin* (nome dado à sua língua ancestral pelos Kaxinawá). Dentro da área abrangente da Sociolinguística de Contato (SAVEDRA; CHRISTINO; PUPP-SPINASSÉ; ARAÚJO, 2021), inicialmente, nossas investigações se apoiavam nos referenciais teórico-metodológicos da Teoria da Variação e da Mudança (LABOV, 1972) e buscavam compreender de maneira mais aprofundada o funcionamento de regras variáveis de natureza morfossintática, especialmente na esfera da concordância nominal de número e de gênero.

Alguns dos processos peculiares à morfossintaxe e à sintaxe do Português Kaxinawá identificados foram: (1) a ocorrência de sentenças construídas na ordem sintática não marcada nas línguas Pano, isto é, Sujeito-Objeto-Verbo, a exemplo de “ela chamou a macaxeira comer”; e (2) a marcação expressa do plural apenas no elemento mais à direita do sintagma nominal, como em “tempo ancestrais” e “nosso arrecurso naturais”, analisada em detalhes por Christino e Mattos e Silva (2017).

Nesse percurso de pesquisa, enquanto olhávamos para fenômenos morfossintáticos no Português Kaxinawá, começamos a observar, também, elementos da ordem do discurso e no âmbito da etiqueta interacional que pareciam estar ligados às dinâmicas de contato linguístico entre o *hãtxa kuin*/kaxinawá e o português. Chamou nossa atenção, nesse momento, um procedimento adotado de forma recorrente pelos colaboradores de pesquisa Kaxinawá: a utilização de estruturas formulaicas como “é só isso que eu queria dizer”, “pra nós isso que funciona” e “então o meu pensamento é assim”, especialmente em contextos de encerramento de tópico discursivo/turno de fala.

Nomeadas “fórmulas de fechamento” (CHRISTINO, 2018; CRISTINO; PERES DA COSTA, 2020, 2021), essas construções revelaram-se ainda mais significativas por conta da semelhança, em termos de forma e função, que apresentam com estruturas presentes na conclusão de narrativas em *hãtxa kuin*/Kaxinawá, registradas em Abreu (1914) e em Camargo e Villar (2013), como se pode notar de (1) a (4).

(1) “*raç’kamiç’bôki hunikuibô mawairã.*”/ “*assim fazem os caxinauás quando morrem*” (ABREU, 1914, p. 143)

(2) “*kanarã nai nörã hiwöarã raç’kamiç’kiaki: kanarã ratêxõ õe xinãï*”/ “*o relâmpago céu dentro mora, assim faz: do relâmpago até aqui me lembro*”(ABREU, 1914, p. 126).

(3) “*Haska en uintanimaki nawabu hiweabudan*”/ “*Assim conheci a vida dos nauás das grandes cidades*” (CAMARGO; VILLAR, 2013, p. 225)

(4) “*Haskai unu manankidi Kudan henwen hiweakiki*”/ “*É assim que vivem os maxicos do alto Curanja*” (CAMARGO; VILLAR, 2013, p. 163)

Com a intenção de compreender melhor processos vinculados à coconstrução das dinâmicas interacionais em contextos transculturais, como o emprego e a distribuição das fórmulas de fechamento, nossa pesquisa passou, então, a nortear-se por um outro conjunto de referenciais teórico-metodológicos, caracterizados pela análise detalhada do nível discursivo-interacional das trocas verbais e pela adoção de uma perspectiva êmica, conforme detalhamos na próxima seção.

4.3 AJUSTE FINO: REFERENCIAIS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

As fórmulas de fechamento, identificadas ainda durante nossa busca por particularidades morfossintáticas do Português Kaxinawá, nos inspiraram a conceber a hipótese de que os participantes Kaxinawá, em interações transculturais, revelariam elementos de sua cultura interacional e etiqueta interacional próprias, inclusive no que se refere às práticas de transição de turno de fala. Assumimos, nesse sentido, que nossas análises teriam como um dos pontos centrais a noção de etiqueta interacional, compreendida de acordo com o exposto por Maher (1996):

As pessoas falam diferente, não só porque utilizam sistemas gramaticais diferenciados, mas também, porque seguem convenções pragmáticas diferenciadas. Cada cultura imprime na sua língua um código de conduta interacional específico, e seus falantes seguem tais scripts culturais de modo a se comportarem apropriadamente nos diferentes contextos interativos. (MAHER, 1996, p. 76)

Evidentemente, é preciso ressaltar, como aponta, por exemplo, Niederauer (2011, p. 86), que os falantes (quaisquer que sejam suas culturas) não agem como “participantes autômatos”, levados, irremediavelmente, a agir de determinado modo pelas convenções de suas culturas. Sendo assim, torna-se fundamental acompanhar o desenvolvimento, momento a momento, de dinâmicas interacionais situadas para se reconhecer as soluções localmente negociadas e os constantes (re)ajustes empreendidos pelos participantes nas interações.

Buscando evidenciar elementos característicos da etiqueta interacional Kaxinawá, na fase atual de nosso percurso investigativo, temos adotado como material de análise registros em vídeo de interações transculturais envolvendo falantes de Português Kaxinawá e não indígenas, que se encontrem disponibilizadas em plataformas digitais de livre acesso, em especial no *YouTube*, e que não tenham passado por processos de edição. Desse modo, é possível observar tanto aspectos verbais quanto não verbais que atuam como pistas de contextualização (GUMPERZ, 2013 [1982]) e indicações de mudanças de *footing* (GOFFMAN, 2013 [1979]) ou de enquadre interativo (TANNEN; WALLAT, 2013 [1987]), no âmbito de situações comunicativas constituídas por diferentes estruturas de participação (ERICKSON; SHULTZ, 2013 [1981]) e integrantes de redes de contatos e mobilidades interculturais. Com base em propostas teóricas do campo da Microanálise Etnográfica, nos guiamos, também, pelos conceitos de identidade social situada e de copertencimento situacional, nos moldes de Erickson (2020 [1996]).

É de grande importância, nesse paradigma qualitativo de investigação, a tentativa de compreender as maneiras como os participantes constroem e dão sentido, localmente, à interação e às suas intervenções. Com isso em mente, não partimos de uma perspectiva preestabelecida no que tange à análise e interpretação dos dados de fala-em-interação, mas buscamos nos guiar a partir de uma perspectiva êmica, isto é, a partir da perspectiva que emerge da situação comunicativa, sendo construída e assumida também pelos próprios participantes durante interação. Para tanto, não deixamos de nos apoiar em marcas deixadas linguística e paralinguisticamente na materialidade das situações comunicativas em foco, assim como no conhecimento construído e desenvolvido em estudos etnográficos sobre a cultura Kaxinawá (LAGROU, 1991; FERREIRA OLIVEIRA, 2018) e na gramática sobre a língua *hãtxa kuin*/Kaxinawá desenvolvida por Joaquim Maná Kaxinawá (KAXINAWÁ, 2014).

Por fim, nos excertos que aqui apresentaremos, empregamos as convenções de transcrição registradas no Quadro 4.1.

Quadro 4.1: Convenções de transcrição

Processo/fenômeno	Convenção adotada
Fala sobreposta	[colchete
Pausa em décimos de segundo	(0.5)
Micropausa de menos de 2 décimos de segundo	(.)
Contiguidade entre a fala de um mesmo falante ou de dois falantes distintos	=
Descida de entoação	.
Subida de entoação	?
Entoação contínua	,
Alongamento de som	:
Autointerrupção	/
Acento ou ênfase de volume	MAIÚSCULA ¹
Fala mais baixa imediatamente após o sinal	°
Fala comprimida ou acelerada	>palavras<
Desaceleração da fala	<palavras>
Fala reportada	"palavras"
Comentários do analista	((comentário))
Transcrição duvidosa	{palavras}
Transcrição impossível	(INC) (=incompreensível)

4.4 DANDO UM ZOOM: AS INTERAÇÕES TRANSCULTURAIS ANALISADAS

Dentro do escopo deste capítulo, trabalhamos com dados reconhecíveis em três diferentes interações transculturais envolvendo tanto falantes de Português Kaxinawá quanto seus interlocutores não indígenas. Os registros em vídeo dessas interações se encontravam, à época da pesquisa, disponíveis em plataformas *online* de livre acesso, nomeadamente o *YouTube* e o *Instagram*.

A primeira interação analisada consiste em uma gravação em vídeo, com 41min 39s, de um evento que aconteceu em setembro de 2017 no Museu de Arte Moderna de São Paulo (MAM-SP). Essa interação já foi abordada em Christino e Peres da Costa (2021), porém, neste texto, optamos por lançar luz para um momento ainda não focalizado em detalhes e que parece exemplificar, justamente, uma situação conflituosa entre a etiqueta interacional dos participantes Kaxinawá e a de seus interlocutores não indígenas. Estão presentes, nessa interação, dois participantes Kaxinawá, sendo um deles Banê e outro Ibã Sales, ambos membros do Movimento dos Artistas Huni Kuin (MAHKU), além de dois participantes não indígenas, o pesquisador Amilton Pelegrino de Mattos e a mediadora do evento, que parece fazer parte da equipe do MAM-SP. Nessa interação, apesar de haver uma mediadora que em alguns momentos faz perguntas aos participantes, há certa diversidade no que tange às estruturas de participação, havendo, algumas vezes, um afastamento do modelo de perguntas e respostas típico de uma entrevista e uma aproximação maior a uma estrutura similar à de uma roda de conversa, assim como momentos mais delimitados de performatização de cânticos em Kaxinawá.

1 Mantiveram-se as letras maiúsculas em nomes próprios de pessoas, instituições e lugares.

A segunda interação teve lugar alguns anos depois, em 2020, quando o mundo estava passando por uma das fases mais críticas da pandemia de coronavírus. Por conta do contexto pandêmico, essa interação se produziu de maneira remota e síncrona, por meio de uma *live* no *Instagram* promovida pelo grupo Reluz Arte Brasil. Essa dinâmica acarreta uma série de questões de grande importância para a análise de fenômenos discursivo-interacionais, visto que o uso de plataformas digitais para mediar a interação acaba reconfigurando o modo como pistas não verbais, tais quais o movimento e alinhamento corporal, o contato visual, expressões faciais e gestos, atuam na coconstituição das situações comunicativas. Além disso, a presença de falhas de conexão, atrasos na transmissão da plataforma e outros problemas técnicos também podem afetar o fluxo conversacional dos participantes em interação, enquanto o *chat* ao vivo acaba se constituindo, também, como uma dimensão interativa adicional. O vídeo examinado tem como participantes o Kaxinawá Siã Txaná Huibei, a mediadora Renata e três das ganhadoras de uma rifa do Livro de Cura *Una Isi Kayawa*, que representa “um livro pioneiro, que reúne o profundo conhecimento das plantas e as práticas medicinais do povo [...] Huni Kuin, também conhecido como Kaxinawá”.² Por se tratar de uma interação mediada por plataformas digitais, está posta a limitação do *Instagram* que só permite que duas pessoas estejam aparecendo em vídeo na *live* por vez, de modo que a mediadora permanece na *live* durante todo o evento enquanto os outros participantes vão entrando e saindo, à medida que a *live* avança. Vale salientar que as estruturas de participação vão se alterando ao longo do evento, havendo, de um lado, momentos que mais se assemelham a uma conversa informal entre Siã e a mediadora Renata, e, de outro, as intervenções das ganhadoras, que tomam a forma de contribuições de apenas um turno em resposta ao chamado de Renata. Para a análise que empreendemos aqui, levamos em consideração apenas os 30min iniciais e os 10min finais de vídeo, de um total de 55min, em que Siã estava presente na transmissão, excluindo, assim, as participações das ganhadoras da rifa.

A última interação por nós considerada, porém a primeira do ponto de vista cronológico, corresponde à parte inicial, sem cortes, de uma gravação em vídeo de uma entrevista que Zezinho Yube concedeu presencialmente ao Programa Planeta Acre da Rádio Difusora Acreana, em julho de 2017. Nessa interação, participam um Kaxinawá, Zezinho Yube, e um não indígena, jornalista da Rádio que guia a entrevista. Cabe ressaltar que, apesar de o registro em vídeo nos possibilitar o acesso à dimensão não verbal da interação, o formato de produção de uma entrevista de rádio faz com que os participantes tenham uma preocupação diferente com relação a seus gestos, movimentos e expressões faciais, uma vez que, na versão acessível à audiência, esses elementos não estariam presentes. As estruturas de participação desse evento se atêm bastante às dinâmicas próprias de uma entrevista, ou seja, o jornalista faz perguntas sobre tópicos vinculados à temática do programa a Zezinho, que, por sua vez, as responde.

2 Descrição disponível em: <https://dantes.com.br/produto/una-isi-kayawa/#:~:text=%E2%80%9DUNA%20Isi%20Kayawa%20%E2%80%93%20Livro%20da,da%20Natureza%20no%20ano%202015.>

4.4.1 CONTRASTES/CONFLITOS DE ETIQUETA INTERACIONAL

A partir da análise detalhada dos três materiais audiovisuais coletados, foi possível identificar momentos de especial interesse para nossa pesquisa, por evidenciarem possíveis contrastes e conflitos entre elementos da etiqueta interacional de falantes de Português Kaxinawá e elementos da etiqueta interacional de seus interlocutores não indígenas. Escolhemos, assim, direcionar um olhar mais atento para esses processos, de modo a buscar compreender melhor dinâmicas de negociação e renegociação de aspectos interacionais.

Na interação que teve lugar no MAM-SP, há um exemplo de possível conflito de etiquetas interacionais entre Ibã e seus dois parceiros de evento não indígenas. Trata-se da passagem reproduzida no excerto 1, que se inicia quando o participante Ibã Sales termina de performatizar um cântico em *hãtxa kuin*/Kaxinawá.

Excerto 1:

1		(Ibã) ((canto em Kaxinawá)) haux haux haux ((fala em
2		Kaxinawá)) (.) ((agradecimento com gesto))
3		(Mediadora) maravilhoso
4		(Amilton) a música da primavera que (.) tamo aí né (.)
5		amanhã né já
6		(Mediadora) é amanhã? já?
7		(Amilton) é (.) primavera agora essa sem/ dia/ né
8		((gestos indicando "o dia"))
9		(Mediadora) já tá começando
10		(Amilton) tá começando agora amanhã/ depois de amanhã
11		(Mediadora) é
12		(Amilton) [a música é justamente da primavera]
13		(Ibã) [é:: é isso noss/] nossas fala (.) nós que::
14		(.) espírito fala dentro de nós agora

Como se pode verificar na linha 1 do excerto 1, Ibã encerra a performatização do cântico e emprega a exortação “*haux*” três vezes. A presença dessa exortação especificamente nesse contexto interativo se aproxima de um traço significativo da cultura Kaxinawá, relacionado aos rituais sagrados, como ressalta Ferreira Oliveira (2018).

Conversando com alguns Huni Kuin, eles contam que os especialistas xamânicos utilizam o haux para abrir rituais ou, durante eles, em momentos de muita força (pae) (sendo que para dispersar energias ruins consideradas “pesadas” é apropriado usar expressão xó!). É também notória sua utilização no encerramento de rituais, seja em um ritual de nixi pae ou como forma de firmar o que foi rezado durante um trabalho (FERREIRA OLIVEIRA, 2018, p. 192, grifos no original).

Logo depois do uso do “*haux*”, Ibã se expressa em *hãtxa kuin* e realiza um gesto de agradecimento juntando as palmas das duas mãos na frente de seu peito. Na sequência imediata, a mediadora e o pesquisador Amilton tomam o turno de fala de Ibã para comentar o cântico, como se verifica nas linhas 3 a 12, construindo participações que são efetivadas em turnos curtos e intercalados. Na linha 14, ocorre a (re)tomada de turno de Ibã, após o gesto de agradecimento, e acaba se gerando um conflito de sobreposição de falas com o comentário de Amilton, presente na linha 13. Assim que toma novamente a palavra, Ibã expressa a fórmula de fechamento “[é: é isso noss/] nossas fala (.) nós que: (.) espírito fala dentro de nós agora”, fazendo menção à sua atividade recém-concluída, ou seja, ao conteúdo do cântico em Kaxinawá.

A utilização dessa fórmula de fechamento parece sinalizar que Ibã não havia terminado completamente a finalização do cântico, de forma que a tomada de turnos por parte da mediadora e de Amilton poderia ter sido interpretada como uma interrupção de sua fala. É interessante, também, verificar que, a partir da posição dos participantes não indígenas, a transição de turno pode ter sido percebida como organicamente construída, sem interrupções a quaisquer dos parceiros interacionais, já que estariam manifestas, no turno de Ibã, prováveis pistas indicativas da conclusão de seu ato discursivo, como o gesto de agradecimento, a exortação “*haux*” e o fato de ele ter parado de cantar e começado a falar em *hãtxa kuin*.

Dessa forma, esse episódio se mostra como especialmente revelador, do ponto de vista dos contrastes e conflitos das etiquetas interacionais dos participantes naquela interação: de um lado, os participantes não indígenas tomam o turno em seguida ao que avaliam como indícios de que o seu interlocutor está finalizando a sua fala; de outro, o participante Kaxinawá parece somente considerar seu ato discursivo efetivamente concretizado, de forma completa, quando acrescenta uma fórmula de fechamento à sua série de sinalizações de encerramento de turno.

Além disso, é possível identificar, ainda, um descompasso na perspectiva da negociação de enquadres interativos em jogo na interação. No momento anterior ao excerto 1, os participantes estavam operando no enquadre “*performatização de cântico*”, que, por sua vez, possibilita a emergência de uma estrutura de participação bastante específica, em que o *Txaná* canta e os outros não estão autorizados a interrompê-lo. Segundo Lagrou (1991), o *Txaná* é uma figura importante na cultura Kaxinawá, vinculada aos cantos de cura.

O homem dos pássaros e do canto não é xamã (mukaya), nem líder; é o txana xanen ibu, cantor e curador de plantas (dauya). Ele aprendeu suas artes de fitoterapia e canto com um mestre, não dos yuxin (como o xamã. [...] Temos aqui um triunvirato: xamã (mukaya), líder de canto (txana xanen ibu/ dauya) e líder (xanen ibu) (LAGROU, 1991, p. 150).

Quando Ibã começa a encerrar seu cântico e a fazer uso de algumas pistas que evidenciam isso para seus interlocutores não indígenas, o enquadre que estes últimos acionam passa a ser o de uma “*conversa comentando o canto*”. Em contraste, ao tomar

o turno de fala, Ibã não somente emprega a fórmula de fechamento referente à sua fala anterior, mas parece indicar, também, que ainda está no processo de concluir o enquadre “performatização de cântico”, não tendo, de imediato, aceitado o reenquadramento proposto pelos seus parceiros interacionais não indígenas. É plausível reconhecer, assim, mais uma dimensão da não convergência, nesse excerto, entre as etiquetas interacionais dos participantes.

No conjunto das interações transculturais em foco, um contraste semelhante no âmbito das etiquetas interacionais dos participantes pôde ser reconhecido na *live* do Livro de Cura *Una Isi Kayawa*. Reproduzido no excerto 2, encontra-se um momento, no decorrer dessa interação, que compreendemos como relacionado à negociação da dinâmica de troca de turnos e, em particular, à tomada precipitada do turno por parceiros interacionais não indígenas.

Excerto 2:

1		(Siã) [...]	então (.) o Ikamuru deixou pra NÓS [(.)]
2			então tudo que tá recebendos os paJÉRES (.) cientISTAS,
3		(Renata)	uhum (0.23)
4		(Siã)	MÉdico tudo que tão recebendo, (.) só agradecer (.)
5			ao Yuxibu (.) grande espírito. e EU também sou filho
6			dele, e eu agradece (.) eu fico muito FELIZ assim (.) que
7			eu trabalho/ nosso trabalho/ °isso trabalho (.) tá
8			rodando pro [MUNDO]
9		(Renata)	[uhum]
10		(Siã)	então (.) da família grupo Shuku Shukuwe (.) do
11			centro de memória (.) que saiu (.) essa experiência (.)
12			aonde saiu esse livro eu tô AQUI (.) cuidando essa (.)
13			medicina ainda, (.) fazendo trabalho com essas medicina,
14			(0.62) então é agradecer vocês também aí (.) e agradecer
15			nosso presidente também né da (.) FederaÇÃO do Povo Huni
16			Kuin das DOZE terras indígena, (.) também tá:: (0.87)
17			fazendo essa campanha (.) PRA AJUDAR realmente pra::
18			essa: essa doença que tá afetando nossa vida da nossa
19			família da nossa ancestralidade então (.) é muito [bom]
20		(Renata)	[inclu]
21		(Siã)	só agradecer Yuxi[bu] (.) haux
22		(Renata)	[in] haux haux incluSIve
23			(.) a secretária da FEPHAC a Joana, (0.09) entrou em
			contato com a gente hoje muito emocionada (.) [...]

Nesse excerto, Siã está, inicialmente, com o turno de fala, agradecendo o dinheiro arrecadado graças à venda da rifa do Livro de Cura para ajudar no combate à Covid-19 e reconhecendo a importância dessa iniciativa. Com efeito, é possível identificar esse ato de fala, expressando gratidão, performatizado em diferentes passagens,

como nas linhas 4 e 5, em “só **agradecer** (.) ao Yuxibu (.) grande espírito”; na linha 6, em “e eu **agradece**”; nas linhas 12 a 15, em “então é **agradecer** vocês também aí (.) e **agradecer** nosso presiDENTE também né da (.) FederaÇÃO do Povo Huni Kuin das DOZE terras indígena” e, finalmente na linha 20, com “só **agradecer** Yuxi[bu]³ (.) haux”. Essa reiteração do agradecimento parece estar em consonância com o que percebeu Maher (1996, p. 187), ao observar o comportamento discursivo de professores indígenas no Acre, dentre os quais se incluíam educadores Kaxinawá. A pesquisadora relata que:

Parece haver, frequentemente entre eles [os professores indígenas], a necessidade de se proceder a “rituais solenes” de abertura de eventos, mesmo que estes se constituam como práticas consideradas, por nós, não-índios, situações comunicativas corriqueiras (MAHER, 1996, p. 187).

Vale lembrar que Maher também constata uma diferenciação entre as práticas discursivas dos professores indígenas e a dos “não índios”, em suas palavras, de modo que chegava a considerar os rituais de abertura de eventos longos, se comparados às suas próprias práticas interacionais. No excerto ora em destaque, parece haver algo parecido, mas relativo ao encerramento e não à abertura de um evento discursivo, uma vez que, na linha 19, a interlocutora Renata demonstra a intenção de tomar o turno de fala com as sílabas iniciais da palavra “inclusive”, “[inclu]”, mas Siã permanece desenvolvendo o seu agradecimento na linha 20, sob a forma “só agradecer Yuxi[bu] (.) haux”. O uso do advérbio “só” merece realce, pois indica que Siã está disposto a passar o turno de fala à sua interlocutora, mas não sem antes finalizar totalmente o seu agradecimento. Ao mesmo tempo, a adoção da exortação “*haux*” como elemento derradeiro do ato discursivo guarda certa relação com o uso dessa expressão anteriormente apontado no excerto 1, uma vez que, ambos os contextos podem ser vinculados ao âmbito do sagrado: no primeiro caso, por ter sucedido à entoação de um canto sagrado, e, no segundo, por aparecer junto ao agradecimento a *Yuxibu*.

Nota-se que, no âmbito do excerto 2, a exortação expressa por Siã é, imediatamente, repetida em coro pela sua interlocutora não indígena. A reiteração do “*haux*”, por parte de Renata, parece estar atuando como uma forma de aceitar o reparo (SACKS; SCHEGLOFF; JEFFERSON, 2003, p. 47) realizado por Siã, e, mais ainda, o que esse reparo representa, isto é, a necessidade de que houvesse a devida finalização do agradecimento. Paralelamente, essa ação também não deixa de atuar como uma estratégia de tomada do turno, visto que, logo após os dois “*haux*”, Renata retoma o “inclusive” com que esteve iniciando seu turno de fala, na linha 21.

3 O termo *Yuxibu*, parafraseado pelo próprio Siã como “grande espírito”, carrega em si a marca de pluralização *-bu* junto ao nome *yuxin*, que, por sua vez, pode ser aproximadamente traduzido, seguramente com certa distorção de significado, como espírito ou alma. De acordo com a descrição de Lagrou (1991, p. 46), o termo *yuxibu* pode ser entendido como uma dimensão coletiva e, não necessariamente, está atrelado à dimensão do sobrenatural.

Identificada anteriormente em Christino e Peres da Costa (2021), a exortação “*haux*” faz parte de diferentes passagens da *live* do Livro de Cura *Una Isi Kayawa*, sendo tanto evocada por Siã quanto por Renata. Nesse sentido, desenha-se uma distinção entre essa interação e aquela que se deu no espaço do MAM-SP, onde a exortação “*haux*” marca presença, exclusivamente, no contexto do excerto 1, e não é veiculada por vozes não indígenas. A subseção 5.4.2 dedica-se a lançar um olhar mais atento para os contextos de uso da exortação “*haux*”, no domínio da *live*, na intenção de reconhecer suas possíveis funções em uma perspectiva linguístico-discursiva.

Na última das interações analisadas, a entrevista concedida por Zezinho Yube à Rádio Difusora Acreana, não se configuram contrastes tão marcados entre as etiquetas interacionais dos participantes do evento comunicativo. Ainda assim, foi possível constatar diferenças entre o comportamento comunicativo de Zezinho Yube e o de seu parceiro interacional não indígena. Observou-se, novamente, uma tendência já reconhecida em nosso percurso de pesquisa: não há ocorrências de assalto ao turno empreendidas por Zezinho Yube, isto é, o participante Kaxinawá não interrompe o não indígena. Em contrapartida, em duas ocasiões o radialista toma a palavra sem que Zezinho Yube tenha concluído o seu turno de fala. No excerto 3, praticamente não há pausa entre as palavras proferidas por Zezinho Yube e a questão formulada pelo entrevistador, além de haver a repetição da palavra “esse”, adotada como estratégia de tomada de turno.

Excerto 3:

1		(Zezinho) [...]	e esse plano orienta isso (.) né de como
2		(.) o governo (.) é::	braçar (.) nessas terras
3		indígena (0.12) então (.)	no plano de gestão tá
4		especificado de como a relação	do governo com os povos
5		indígena e principalmente os seus	projetos (0.36) ou seja
6		o governo não (.) não faz projeto	de qualquer jeito né é
7		de acordo com:: o seu plano de	gestão que é o plano de
8		gestão (.) é o norteador (0.16)	né da políticas pública
9		(.) é dentro das terra indígena	e em todas as áreas né
10		educação cultura produção (.)	né vigilância
11		(Radialista) e/esse/esse plano	de gestão Zezinho (.) é
12		importante salientar que ele é	elaborado DENtro das
		aldeias com a participação ATiva	dos indígenas não é
		isso?	

A gravação em vídeo nos mostra, mais adiante na interação, que Zezinho Yube tencionava continuar desenvolvendo o seu raciocínio, como indica, em especial, o movimento de suas mãos. Sem mudar sua entonação, Zezinho Yube vinha mexendo sistematicamente as mãos, acompanhando a cadência de sua fala, e, enquanto ainda realizava essa movimentação manual, teve o seu turno de fala assaltado por seu interlocutor. Entre a última palavra dita, então, por Zezinho, e a tomada de turno por parte do radialista passam-se 0.04 segundos, como se encontra registrado no excerto 4, a seguir.

Excerto 4:

1 | **(Zezinho Yube)** [...] a prioridade né desse edital é/ é
 2 | aquelas terras que não foram contemplado no primeiro
 3 | edital (0.15) já teve o primeiro edital que foram
 4 | contemplado (.) né oito projetos (0.12) né e o segundo
 5 | edital (.) é/a prioridade é que não foram contempla/ as
 6 | terras que não foram contemplado ainda (0.04)
 7 | **(Radialista)** o que me parece o/o/o/ eu não sou espe/ um
 8 | expert no assunto mas (0.17) o que me parece é que se a
 9 | comunidade ou /o/o ou se aquela etnia ela não tá
 10 | organizada numa associação é MAIS difícil pra ela
 11 | conseguir recursos é assim mesmo? (0.23)
 12 |

A duração da pausa entre o final do turno de Zezinho e a tomada do turno por parte do radialista se mostra como um aspecto relevante, uma vez que, pelo que temos notado em diversas interações transculturais envolvendo falantes de Português Kaxinawá e não indígenas, os primeiros parecem realizar pausas mais longas entre as partes constitutivas de seu turno de fala, assim como parecem aguardar mais tempo para tomar a palavra.

Outro ponto significativo em que essa interação transcultural se diferencia das demais em exame diz respeito à presença de fórmulas de fechamento e da exortação “*haux*”. Com efeito, nenhum desses elementos tem lugar ao longo dos turnos de fala de Zezinho Yube. Centrada na discussão das “novidades e [...] avanços da política indigenista no estado do Acre”, conforme coloca o radialista em sua primeira pergunta para seu convidado, a temática do diálogo desenvolvido não se vincula às esferas de circulação da expressão “*haux*”, fortemente associada à performatização de cânticos sagrados e aos domínios do neo-xamanismo.

No tocante às fórmulas de fechamento, é plausível pensar que sua ausência possa ser explicada pela identidade social situada (ERICKSON, 2020 [1996]) de Zezinho Yube no âmbito dessa interação e sua inter-relação com o *footing* estabelecido por Zezinho para si, para seu interlocutor direto (o radialista), assim como para os ouvintes do programa. Aos ouvintes da emissora, ele é apresentado como “o Zezinho Yube que é responsável por políticas indigenistas (.) no estado do Acre (0.13)”, pois desempenhava o cargo de Assessor Especial para Assuntos Indígenas, designado pelo então governador do Acre Tião Viana. Em nossa interpretação, traços culturais mais especificamente marcados, como do povo Kaxinawá (a exemplo das fórmulas de fechamento), não estariam sendo mobilizados, naquele contexto interacional específico, por Zezinho Yube, que estaria acionando a identidade social de representante dos povos indígenas (em geral) no governo.

4.4.2 USOS DA EXORTAÇÃO “HAUX”

A exortação “*haux*”, encontrada em duas das situações comunicativas analisadas, marca presença em diversas ocasiões na *live* do Livro de Curhána *Isi Kayawa*, conforme apontado na seção anterior. Tradicionalmente associada à figura do *Txaná* e vinculada a rituais, como já exposto, essa exortação tem passado por um processo de expansão de uso para outros âmbitos interativos em situações comunicativas de distintas naturezas. Como ressalta Ferreira Oliveira (2018):

*[T]al expressão [haux] passou a ser usada de formas diversas nos circuitos urbanos e nos próprios rituais. Exemplo curioso foi ter assistido a um vídeo de receitas veganas que foi finalizado com “haux haux!”. Desse modo, um modo expressivo próprio do campo do xamanismo passa agir em tantos outros campos semânticos. Isso porque “haux haux haux” virou uma espécie de **saudação**, seja para iniciar algo, braçarforçá-lo ou, principalmente, finalizar uma fala [...] O haux segue, assim, como uma expressão dotada de poder, que **“energiza” as interações**. *Haux* é uma espécie de **potência sonora evocativa**. Assim, se escutam afirmações como “muito haux!”, ao se desejar algo para alguém (FERREIRA OLIVEIRA, 2018, p. 193-194, grifos adicionados).*

De fato, alguns dos contextos de uso de “*haux*” na *live* se enquadram nas descrições feitas por Ferreira Oliveira. O excerto 5, por exemplo, ilustra uma ocorrência em que a exortação “*haux*” atua como uma expressão de grande potência sonora evocativa.

Excerto 5:

1 | **(Siã)** VAMO afastar essa doença.
 2 | **(Renata)** uhum
 3 | **(Siã)** então VAMO segura nós como (.) trabalho
 4 | espiritua::l, (0.21) a gente nós não podemos (0.82)
 5 | baixar a cabeça né= =tembraçairMAR (.) e olhar (.)
 6 | firme pra cuidar (.) da nossa
 7 | **(Renata)** sim (0.50)
 8 | **(Siã)** [vida]
 9 | **(Renata)** [haux]
 10 | **(Siã)** VIDA é importante (.) SAÚDE é importante quando
 11 | tiver com saúde nós podemos PRODUZIR, (0.16) nossa
 12 | economia plantar muitas, (0.43) ma/ manbraçar
 13 | bana::na as fruta que a gente come, entã::o quando tiver
 14 | doença, (0.43) como é que a gente vamos trabalhar né
 15 | ENTÃO (0.28) por isso que a gente tá aqui (.) pedindo
 16 | alguns adoação dos ami::gos (0.13) e vamo (.) vamo lá né
 17 | todo mundo braçarraÇAR, (0.32) que a/ trabalhar
 18 | abraçado é muito importante né parcei[ri::a]=
 | **(Renata)** [si::m]
 | **(Siã)** =ami::gos[...]

Nesse momento, Siã está falando sobre as atitudes que devem ser tomadas para combater a Covid-19. Ao longo de sua fala, ele usa algumas vezes a estrutura “vamo + verbo” como imperativo que estimula à ação, como na linha 1, “**VAMO** afastar essa doença”, na linha 3 “então **VAMO** segura nós como (.) trabalho” e nas linhas 14 e 15, “**vamo** (.) **vamo** lá né todo mundo **braçarraÇAR**”. Essa forma exortativa é, duas vezes, acompanhada de uma ênfase sinalizada pelo volume e tom de voz, como apontado pelas letras maiúsculas na transcrição. Por todo o excerto, esse contorno prosódico enfático é reiteradamente utilizado, como nas linhas 9 e 10, “**VIDA** é importante (.) **SAÚDE** é importante quando tiver com saúde nós podemos PRODUZIR, (0.16) nossa economia”.

Na coconstrução dessa interação transcultural, Renata vai lançando mão de diversos turnos inseridos como nas linhas 2, 6, 8 e 17, concordando e dando apoio à mensagem de Siã. Justamente em um de seus turnos inseridos, ela faz uso da exortação “*haux*”, que parece valer aqui como um reforço à fala de seu interlocutor. Este contexto de uso também é interessante pelo fato de que, diversamente das ocorrências abordadas antes, é a participante não indígena que deliberadamente emprega a exortação, sem haver uma contraparte de seu interlocutor Kaxinawá. Uma iniciativa de emprego de “*haux*” por parte de Renata pode, igualmente, ser verificada no excerto 6, em que a expressão se assemelha a uma saudação.

Excerto 6:

```

1 | (Renata) [...] né então compartilhar também é muito
2 | importante (0.39) né então VOLTA::MO voltamo::s txanaibu
3 | (1.67) haux haux (1.78)
4 | (Siã) háux ha::ux (0.72)
5 | (Renata) a gente tem alguns minutinhos ainda (0.36)
6 | entã::o (0.15)

```

Na passagem representada pelo excerto 6, Renata acaba de se despedir das ganhadoras da rifa, que entraram na *live* para falar um pouco da experiência de contribuir com essa causa. Depois de dar um recado ao público do *Instagram*, ela efetua uma mudança de enquadre na interação, anunciando, na linha 2, que Siã está de volta, com “VOLTA::MO voltamo::s txanaibu (1.67)” e, em seguida, emprega dois “*haux*” que são logo respondidos por Siã, na linha 4. Aqui, “*haux*” cumpre uma função de saudação, na linha do que foi descrito por Ferreira Oliveira (2018), operando inclusive dentro de um par-adjacente, ou seja, a um “*haux haux*” se responde com outro “*haux haux*”.

Essa interação conta, ainda, com uma ocorrência de “*haux*” em que a expressão se encontra integrada à estrutura sintática da sentença em português, sendo determinada pela forma “esse” e especificada pelo sintagma preposicionado “desse canto maravilhoso”. É o que se pode verificar na linha 8 do excerto 7.

Excerto 7:

```

1 | (Siã) [sim] [sim] (1.85)
2 | é:: foi outra aqui ó ((mostra pintura na parede com a
3 | câmara)) (3.08)
4 | (Renata) no::ssa
5 | (Siã) tem o::utra (0.26) aí ó
6 | (Renata) lindo (0.37) eu acho que se você ap/ (0.40)
7 | li::ndo demais (1.54) então aí com a força da pintura né
8 | (0.34) vamo ouvir esse (.) haux desse canto maravilhoso
9 | (0.69)
10 | (Siã) sim (0.95)
11 | (Renata) segura firme aí GENTE que =
12 | (Siã) [haux hau::x]
13 | (Renata) =[o pajé que quando
14 | canta] é força MESMO segura firme aí (2.62)
15 | (Siã) esse canto eu vou (.) cantar, (0.57) que o Ikamuru
16 | gostava de cantar (0.32) na época quando tomava
17 | ayahua::sca, (0.12) quando fazer o trabalho de cu::ra,
   | (.) ele canTava, [...]

```

Nominalizada no excerto 7, a expressão “*hau*” parece se aproximar dos significados de “força” no sentido de “potência”. Essa interpretação se vê apoiada pela utilização do vocábulo “força” em dois outros momentos, nas linhas 7 e 14. Na linha 7, em particular, a estrutura sintática também é similar à da linha 8, havendo um determinante antes de “força” e um sintagma preposicional depois, que particulariza esse nome, “a força da pintura”.

Vale destacar que, ainda que a expressão “*hau*” tenha sido usada por Renata dentro de uma estrutura sintática (na linha 8), ela continua sendo retomada por Siã, na linha 11. A relativa demora na resposta pode ser explicada pelo constante *delay* acarretado pelo emprego da plataforma do *Instagram*, que permeou toda a interação entre Siã e Renata nesse evento.

4.4.3 A RELAÇÃO DE COPERTENCIMENTO COM O “TXAI”

Não nos parece coincidência que justamente na *live* sobre a rifa do livro de cura *Una Isi Kayawa* tenhamos podido notar a presença expressiva da forma “*hau*”. Mais uma vez, nos apoiamos no conceito de identidade social situada para procurar entender as dinâmicas interacionais estabelecidas nas interações transculturais específicas. Nesse caso, exploramos, também, a noção de copertencimento situacional (ERICKSON, 2020 [1996]) entre os participantes, processo em que aspectos das identidades sociais, compartilhados pelos participantes de uma dada interação, podem ser acionados, de modo a aproximá-los discursivamente. Erickson (2020 [1996]) também aponta que o copertencimento situacional pode atuar, inclusive, mudando o enquadramento que uma diferença cultural poderia apresentar no seio de uma interação.

Quando o copertencimento estava presente [nas entrevistas analisadas por ele], o/a entrevistador/a e entrevistado/a pareciam ter disposição de passar por cima das dificuldades momentâneas de entendimento e da impressão negativa que possam ter ocorrido, devido a diferenças culturais no estilo comunicativo. Na ausência de copertencimento, as diferenças de estilo comunicacional frequentemente tornavam-se mais e mais problemáticas à medida que a entrevista avançava (ERICKSON, 2020 [1996], p. 195).

A familiaridade com a cultura Kaxinawá revelada pela não indígena Renata pode ser considerada um fator constitutivo do copertencimento situacional, que estreita seus laços discursivos com Siã (de uma forma sem paralelo com as outras interações). Percebemos o trecho da interação, representado no excerto 8, como especialmente indicativo disso. A imagem na câmera de Siã, enquanto o diálogo se desenrola, mostra uma criança pequena a seu lado. Renata não apenas reconhece o menino, como também faz referência a ele lançando mão de termos específicos da cultura Kaxinawá.

Excerto 8:

1 | **(Renata)** [...] o livro a rifa a pessoa podia comprar no
 2 | boleto no cartão (.) ou depositar na conta da FEPHAC, (.)
 3 | o que foi deposiTAdo/ ((aparece criança na tela de Siã))
 4 | ((com baby talk)) ô:::: o pixta aí (.) ((sorrindo)) quem
 5 | é esse pixta? ((risos)) ô môdeus ((risos)) lindeza
 6 | ((risos)) (0.14)
 7 | **(Siã)** ((mostrando a criança com a câmera)) é ((risos))
 8 | **(Renata)** e:: é Ikamuru? não (1.14)
 9 | **(Siã)** é:: Ikamuru
 10 | **(Renata)** ((com voz bem fina)) ah:: Ikamuru (.) dindinha
 11 | (.) [dindi::nha] Irine::u
 12 | **(Siã)** é Ikamuru [seu afilhado (.) Irineu] (0.30)
 13 | **(Renata)** cresceu muito ((acena com a mão para a câmera))
 14 | ((risos)) (0.11) queRIdo ((barulho de beijo)) beijo:: (.)
 15 | beijo da dinda:: fofo (0.11) mas então:: ((volta a falar
 16 | em tom mais sério)) a Joana:: mandou uma mensagem muito
 | emocionada dizendo que [...]

Quando a criança aparece na tela de Siã, Renata inicia um reenquadramento na interação, que vai desde a linha 4 até a 14 do excerto 8. Fica evidente uma mudança no registro, pois ela começa a utilizar o que tem se consagrado chamar, na literatura anglófona, de *baby talk* para se dirigir à criança. O *baby talk* consiste em adotar um registro diferenciado e tomado como apropriado para falar com crianças pequenas em determinada comunidade de fala, marcado, muitas vezes, por alterações específicas no tom, volume e qualidade da voz.

Renata não só usa o *baby talk* para marcar esta modificação no enquadre interativo, que passa de “dar um anúncio sobre o dinheiro arrecadado pela rifa” para “interagir com uma criança”, como também a chama, na linha 4, de “*pixta*”, termo em língua Kaxinawá para “pequeno/pequena”, evocando, assim, uma identidade social situada associada a uma ligação com a cultura Kaxinawá. Em seguida, Renata parece reconhecer melhor a criança e pergunta a Siã, na linha 8, se ele é Ikamuru, o seu afilhado. Quando Siã lhe confirma essa informação, os dois deixam clara a relação de madrinha-afilhado que Renata tem com o menino, por meio da palavra “dindinha” nas linhas 9 e 10 e do sintagma “seu afilhado” na linha 11. O significativo vínculo de compadrio entre os participantes da interação ganha realce, ainda, quando Renata manda um “beijo da dinda”, na linha 14. Além disso, Renata ainda trata a criança pelo seu nome não indígena, Irineu. Entre os Kaxinawá, geralmente, as pessoas recebem um nome Kaxinawá, em língua *hãtxa kuin*/Kaxinawá, e uma contraparte em Português, como no par Ikamuru-Irineu.

De acordo com nossa interpretação, o copertencimento situacional estabelecido entre os compadres parece favorecer o uso de termos próprios da língua *hãtxa kuin/* Kaxinawá, como também a mobilização de elementos próprios da cultura interacional Kaxinawá. Um exemplo adicional que auxilia a sustentar essa hipótese corresponde ao emprego da forma de tratamento nominal “*txai*”, por parte de Renata, que pode ser evidenciado pelo excerto 9.

O termo “*txai*” tem suas origens nas dinâmicas de nomeação e nas relações de parentesco entre os Kaxinawá, sendo a forma como normalmente uma pessoa se refere a seus cunhados e, por extensão e paralelismo, também a todos aqueles que tiverem nome idêntico ao de seus cunhados. Os homônimos dos cunhados podem incluir não parentes e os “avós maternos, irmãos da avó paterna, filhos do irmão da mãe, filhos da irmã do pai, filhos da filha, genros do filho” (LAGROU, 1991, p. 80), por conta do sistema de repetição dos nomes nas gerações alternadas que marca a cultura Kaxinawá.⁴

Excerto 9:

1		(Renata) [...]	ahh o Txaná Huibei chegou ((mexe no
2			dispositivo que está fazendo a transmissão)) (0.55) vamos
3			lá? (0.67) com vocês (.) nosso {cacique} (INC) espiritual
4		Siã Txaná Huibei (0.11)	entrando ((mexe no dispositivo
5			que está fazendo a transmissão)) (1.88) vamos aguarda::r
6			(0.43) muito obriga::da todo mundo que tá chegando/ a
7		BRUNA do céu também já chegou oi Bruna:::	(0.20) ((com
8			voz mais fina)) o:::i ((sorrindo))(.) boa tarde (1.77)
9		(Siã) ((sorrindo))	boa ta:::rde
10		(Renata)	tudo bo:::m txa:::i? (.) tudo bom cumpa:::dre?
11		(Siã) ((sorri e acena um tchauzinho))	(1.19) tudo [bo:::m]
12			

Como é possível perceber no excerto 9, retirado dos momentos iniciais da interação em que Siã ingressa na *live*, Renata se refere a ele apresentando-o como *Txaná*, nas linhas 1 e 3, já trazendo à tona uma identidade social situada no cerne da cultura Kaxinawá. Na linha 11, Renata cumprimenta Siã com a forma de tratamento “*txai*”, usada em paralelo com “*cumpadre*”, o que parece destacar a relação de intimidade e familiaridade que vai sendo traçada entre os dois. Com efeito, o tratamento “*txai*” tem lugar em outros momentos no decorrer da interação, sempre usado por Renata para se referir a Siã, conforme pode ser comprovado nas linhas 2, 4 e 11 do excerto 10.

Excerto 10:

4 Para uma explicação mais detalhada sobre os sistemas de nomeação e parentesco Kaxinawá, ver Lagrou (1991, p. 73-84) e Kaxinawá (2014, p. 61-71).

1 | **(Renata)** [...]pra poder (.) alcançar quem tá precisando
 2 | (0.60) né (0.69) né txai?
 3 | **(Siã)** isso (0.41) esse
 4 | **(Renata)** então txai (.) eu
 5 | **(Siã)** tá certo (.) a gente faz/
 6 | [...]]
 7 | **(Renata)** então (.) eu vou chamar a Bruna que ela me falou
 8 | que tá aqui, (0.35) aí você:: (0.34) fica com a gente
 9 | assisti::ndo e daqui a pouco a gente volta tá bom?
 10 | **(Siã)** uhum (1.83) tá:: ok
 11 | **(Renata)** gratidão txai até já (1.49) vamo chamar a
 12 | bru::na:::
 | **(Siã)** até já [...]

É importante mencionar, também, que as relações de nomeação e parentesco entre os Kaxinawá são caracterizadas por uma divisão clânica em duas metades, a metade da onça pintada e a metade da onça vermelha (KAXINAWÁ, 2014, p. 61). Os casamentos, dentro da estrutura social Kaxinawá, devem se dar entre um homem de uma metade e uma mulher pertencente à metade complementar, de modo que os filhos homens pertencem às metades de seus avós paternos enquanto as mulheres, às metades de suas avós maternas. Dessa forma, se as regras forem seguidas à risca, os cunhados de uma pessoa sempre pertencerão à outra metade. Assim, o termo “*txai*” liga-se a um papel de relevo nas relações de alteridade estabelecidas entre os Kaxinawá, uma vez que os *txai* simbolizam “o outro de dentro (o aliado, a pessoa da outra metade, o *txai kuin*)” (LAGROU, 1991, p. 77).

4.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das análises das interações transculturais em foco, foi possível identificar situações que parecem apontar para aspectos relevantes quanto às mobilidades e contatos envolvendo participantes Kaxinawá interagindo, pela sua variedade de português, com interlocutores não indígenas.

De um lado, foram reconhecidos contrastes/conflitos possivelmente relacionados a etiquetas interacionais divergentes entre os participantes, marcando uma diferença visível no âmbito da interação. Esses conflitos apareceram em duas das três interações consideradas e aparentam ter uma íntima relação com os processos de mudança de enquadres interativos e alternância de turnos de fala. Em especial, estiveram ligados, ao que tudo indica, à prática discursiva dos interagentes Kaxinawá de finalizar o turno de fala ou sinalizar a mudança de enquadre interativo com fórmulas de fechamento e com o emprego da exortação “*haux*”.

Por outro lado, também se pôde verificar uma diferença considerável do ponto de

vista do acionamento das identidades sociais situadas e do desenvolvimento de um copertencimento situacional na coconstrução das interações. Enquanto na interação que ocorreu na Rádio Difusora Acreana não estiveram presentes estratégias que possam ser vinculadas à etiqueta interacional Kaxinawá, na *live* do Livro de Cura *Una Isi Kayawa* estas não só foram localizadas, como também se reconheceu a emergência de diferentes elementos linguísticos e culturais específicos da realidade sociocultural Kaxinawá, como o uso da exortação “*haux*” e da forma de tratamento “*txai*”, o reconhecimento do sistema de nomeação Kaxinawá e a mobilização das identidades sociais de “*pixta*” e “*Txaná*”.

O fato de Renata, uma interlocutora não indígena, lançar mão desses recursos no decorrer da interação aponta para uma mobilidade do ponto de vista de usos linguísticos que, antes, poderiam ser mais restritos aos Kaxinawá e que, atualmente, teriam se expandido para outros circuitos. Nesse sentido, as relações de copertencimento situacional desempenhariam um papel de destaque. Por fim, os resultados de nossa investigação sugerem que, nas dinâmicas de contato linguístico em que estão presentes falantes de Português Kaxinawá, as identidades sociais acionadas se apresentam como um fator relevante para a (re)negociação dos processos de coconstrução nas interações comunicativas transculturais.

REFERÊNCIAS

- ABREU, João Capistrano de. *rã-txa hu-ni-ku-in*. A língua dos caxinauás do rio Ibuacú, afluente do Murú (Prefeitura de Tarauacá). Rio de Janeiro: Typografia Leuzinger, 1ª edição, 1914.
- CAMARGO, Eliane. Introdução. In: Camargo, E.; Villar, D. (orgs.). *Huni Kuin Hiwepaunibuki*. A história dos Caxinauás por eles mesmos. La historia de los Cashinahuas por ellos mismos. São Paulo: Edições Sesc, 2013. p. 43-47.
- CAMARGO, Eliane; VILLAR, Diego (orgs.). *Huni Kuin Hiwepaunibuki*. A história dos Caxinauás por eles mesmos. La historia de los Cashinahuas por ellos mismos. São Paulo, Edições Sesc, 2013.
- CHRISTINO, Beatriz; MATOS E SILVA, Amanda de. A expressão de plural em Português Huni-Kuin: um exame dos sintagmas nominais. *Letrônica*, 10/1, p. 30-45, 2017.
- CHRISTINO, Beatriz; PERES DA COSTA, João Pedro. “Só isso que é meu ideia”: fórmulas de fechamento como uma particularidade discursivo-interacional do Português Kaxinawá. *Revista Brasileira de Linguística Antropológica*, v. 12, n. 1, p. 87-105, 12 maio 2020.
- CHRISTINO, Beatriz; PERES DA COSTA, João Pedro. O comportamento interacional de falantes de Português Kaxinawá: fórmulas de fechamento em diferentes situações comunicativas transculturais. In: Alexandra Aparecida de Araújo Figueiredo; Gicelma da Fonseca Chacarosqui Torchi; Leidiani da Silva Reis;

- Nara Maria Fiel de Quevedo Sgarbi (org.). *Línguas Indígenas: Linguística, Cultura e Ensino*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2021, p. 103-132.
- ERICKSON, Frederick. Microanálise Etnográfica. 1996. In: FABRÍCIO, Branca Fala-bella. *Sociolinguística Interacional: perspectivas inspiradoras e desdobramentos contemporâneos*. Mórula Editorial, 2020.
- FERREIRA OLIVEIRA, Aline. Os outros da festa: um sobrevoou por festivais yawanawa e huni kuin. *Horizontes Antropológicos*, v. 24, p. 167-201, 2018.
- GOFFMAN, Erving. Footing. 1979. In: RIBEIRO, Branca Telles; GARCEZ, Pedro M. *Sociolinguística Interacional*. 2a ed. São Paulo. Loyola, 2013. p. 107-148.
- GUMPERZ, John Joseph. Convenções de Contextualização. 1982. In: RIBEIRO, Branca Telles; GARCEZ, Pedro M. *Sociolinguística Interacional*. 2a ed. São Paulo. Loyola, 2013. p. 45-84.
- IGLESIAS, Marcelo Manuel Piedrafita. *Os Kaxinawá de Felizardo: correrias, trabalho e civilização no Alto Juruá*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2008.
- KAXINAWÁ, Joaquim Paulo de Lima. *Para uma gramática da língua Hãtxa kuĩ*. 2014. 322 f., il. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade de Brasília, Brasília, 2014.
- LABOV, William. *Sociolinguistic patterns*. University of Pennsylvania press, 1972.
- LAGROU, Elsje Maria et al. *Uma etnografia da cultura Kaxinawá entre a cobra e o inca*. 1991.
- MAHER, Terezinha de Jesus Machado. *Ser professor sendo índio: questões de língua(gem) e identidade*. Tese de Doutorado – Instituto de Estudos da Linguagem/Unicamp, 1996.
- MANÁ KAXINAWÁ, Joaquim Paulo de Lima et al. *Índios no Acre – Organização e história*. Rio Branco: Comissão Pró-Índio do Acre, 2002.
- NIEDERAUER, Marcia. Vamos almoçar? Línguas e culturas: com tato. *PAPIA-Revista Brasileira de Estudos do Contato Linguístico*, v. 21, n. esp., p. 83-99, 2011.
- SACKS, Harvey; SCHEGLOFF, Emanuel A.; JEFFERSON, Gail.; SACKS, H.; SCHEGLOFF, E.; JEFFERSON, G. Sistemática elementar para a organização da tomada de turnos para a conversa. Tradução de A Simplest Systematics for the Organization of Turn Taking for Conversation. *Language*, v. 50, n. 4, p. 696-735, 1974. por OLIVEIRA, Maria Clara Castellões; GAGO, Paulo Cortes. *Veredas-Revista de Estudos Linguísticos*, v. 7, n. 1 e 2, 2003.
- TANNEN, Deborah; WALLAT, Cynthia. Enquadres interativos e esquemas de conhecimento em interação: Exemplos de um exame/consulta médica. 1987. In: RIBEIRO, Branca Telles; GARCEZ, Pedro M. *Sociolinguística Interacional*. 2a ed. São Paulo. Loyola, 2013. p. 183-214.

CAPÍTULO 5

O LÉXICO DE BRASILEIROS E BOLIVIANOS NA FRONTEIRA ENTRE CÁCERES E SAN MATIAS: UMA ANÁLISE SOBRE OS EFEITOS DO CONTATO ENTRE O PORTUGUÊS E O ESPANHOL

Fernando Jesus da Silva & Jocineide Macedo Karim

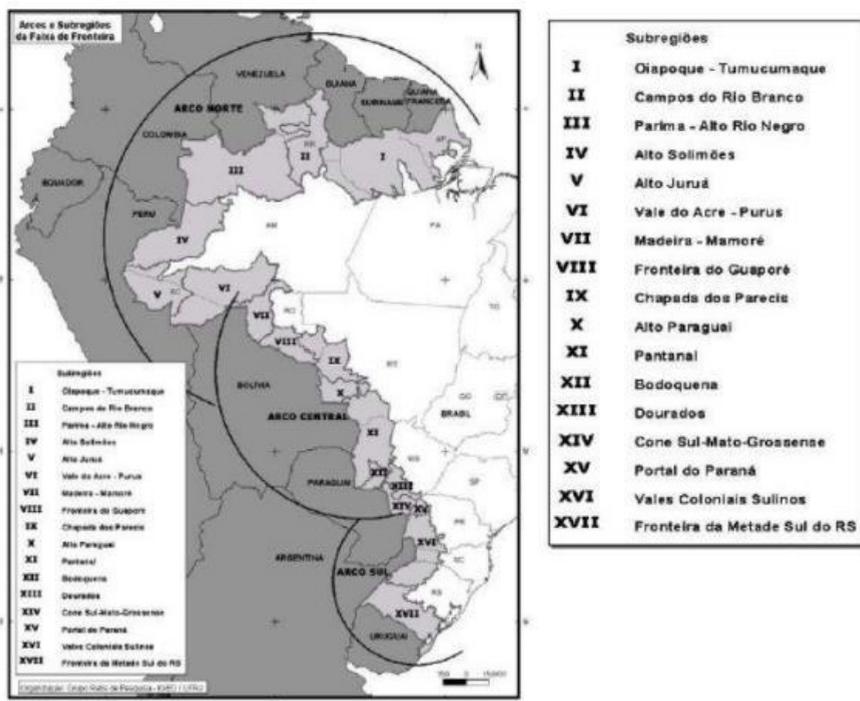
5.1 INTRODUÇÃO

O município de Cáceres (Mato Grosso) recentemente entrou para a lista de cidades-gêmeas do Ministério da Integração Nacional do Brasil (MIN) por intermédio da Portaria 1.080 de 24 de abril de 2019, em função da histórica relação comercial, econômica, cultural e política que mantêm com o município de San Matias (Província Ángel Sandoval-Bolívia). De acordo com a Portaria 213 de 13 de julho de 2016 do Ministério de Desenvolvimento Regional (MDR), cidades-gêmeas são os municípios:

cortados pela linha de fronteira, seja essa seca ou fluvial, articulada ou não por obra de infraestrutura, que apresentem grande potencial de integração econômica e cultural, podendo ou não apresentar uma conurbação ou semi-conurbação com uma localidade do país vizinho, assim como manifestações condensadas dos problemas característicos da fronteira, que aí se adquirem maior densidade, com efeitos diretos sobre o desenvolvimento regional e a cidadania (BRASIL, 2016, p. 45).

O Brasil possui 588 municípios na faixa de fronteira, divididos atualmente em três arcos e 17 sub-regiões (FERREIRA, 2017) conforme a Figura 5.1.

Figura 5.1: Arcos e sub-regiões da Faixa de Fronteira.



Fonte: Brasil (2009).

Dentro dessa subdivisão, Cáceres e San Matias pertencem ao Arco Central, especificamente a Sub-região XI Pantanal, que se caracteriza por ser um espaço entrecortado por rios – principalmente o rio Paraguai e o rio Juru, além de inúmeros córregos. Os dois municípios estão interligados pela BR-070, à 100 km de distância entre a zona urbana de Cáceres até o limite entre os dois países, precisamente entre as comunidades lindeiras de Corixa – do lado brasileiro – e de San Juan de Corralito – também conhecida como Curicha do lado boliviano.

Neste trabalho, recorte da tese *O contato linguístico entre o português e o espanhol na fronteira Brasil-Bolívia: um estudo sobre variação lexical*, buscamos especificamente analisar de forma quantitativa e qualitativa essas duas comunidades lindeiras que resultam de processos relacionados à demarcação de terras entre o Brasil e a Bolívia. Ao mesmo, que se constituem espaços de intercâmbios comerciais, culturais, sociais, sobretudo, linguísticos, razão que nos convida a olhar para o léxico dos moradores dessa região. Para isso, buscaremos compreender inicialmente as condições de produção de surgimento dessas comunidades, para em seguida nos debruçarmos sobre o léxico resultante do contato linguístico entre o português e o espanhol falados nessa zona.

A fronteira é o espaço do contato linguístico, uma vez que se caracteriza pelo trânsito entre pessoas e línguas diferentes. Sturza (2019) explica que a exposição a diversas línguas contribui para que o sujeito fronteiriço marque sua identidade linguística, travando nesse sentido, um embate político-linguístico com o outro. Nessa perspectiva, Silva (2022, p. 69) explica que:

O contato entre o português e o espanhol na fronteira entre Cáceres (Brasil) e San Matias (Bolívia), por exemplo, resulta de processos que aglutinam aspectos históricos, geográficos, culturais, econômicos, sociais, educacionais, migratórios e políticos entre brasileiros e bolivianos desde o século XIX e que ecoam sobre o léxico dos sujeitos fronteiriços nos dias atuais produzindo efeitos paradoxos de aproximação e distanciamento do português e do espanhol. Não se trata apenas de um efeito linguístico de contato, mas também político.

Do Tratado de Madri (1750) até o período republicano, houve muitos conflitos entre brasileiros e bolivianos com relação à demarcação das terras desta zona pantaneira. A delimitação entre o Brasil e a Bolívia nesse espaço só foi concluída em 1979 com a construção de inúmeros marcos ao longo da faixa. Em 1990 foi feita uma revisão e uma reforma desses pequenos obeliscos divisórios, a fim de sinalizar melhor onde começa e termina o território de cada país.

Figura 5.2: Marco fronteiro à esquerda pintado de branco.



Fonte: Silva (2022).

As comunidades de Corixa e San Juan de Corralito localizam-se justamente nesse espaço de divisão territorial, entrecortado por diversos corixos¹ – designação das duas comunidades analisadas, ou seja, “Corixa” e “Curicha” – que margeiam os quintais dos comunitários, além de inúmeras estradas “cabriteiras” que facilitam o acesso de um país para o outro longe do olhar dos agentes de segurança, favorecendo muitas vezes, o contrabando e o narcotráfico internacional.

A presença dos marcos não representa nenhum impedimento para o deslocamento dos comunitários, uma vez que, a relação que se estabelece entre as duas comunidades é de vizinhança. Nesse sentido, cruzam-se os vários marcos para ir à casa do amigo, do familiar, sem pensar que estaria indo para outro país.

As duas comunidades são resultado de povoamentos estratégicos que buscaram por intermédio da ocupação produzir um efeito de delimitação territorial. Entretanto, é importante esclarecer que, antes de processos de ocupação, acordos e tratados diplomáticos, essas terras já eram habitadas por diferentes etnias indígenas, dentre elas os bororos e os chiquitanos.

Segundo Cuéllar e Yavarí (2008), os bororos foram os primeiros habitantes de San Matias, que, fugidos do Império do Brasil, viram na região conhecida como Salinas, um espaço onde encontrariam segurança e proteção. Porém, foi com o coronel Sebastião Ramos, ex-governador da Província de Chiquitos, que se deu início de fato ao povoamento dessa parte da fronteira do lado boliviano, com o apoio dos bororos e sobretudo, dos índios chiquitanos cujos elementos culturais, religiosos e linguísticos se fazem presentes tanto em Cáceres quanto em San Matias, na zona rural fronteira (SENA, 2020; SILVA, 2022).

1 De acordo com Campestrini et al. (2014), “corixo” é o curso de água de dimensões variadas, assim como sua intensidade de vazão, podendo ser um brejo, ou canal, ou, ainda, um curso de água estacional (sazonal). A origem de um corixo está relacionada ao período após as cheias ou vazantes, quando muitas vezes o corixo corre em um leito abandonado de um curso d’água qualquer.

Sebastião Ramos explorou toda a área das Salinas, a margem direita do rio Jauru, onde fundou inicialmente o Rancho das Onças, e posteriormente o povoado de San Matias em 1844. De acordo com Sena (2020), o referido rancho estava localizado em uma posição bastante estratégica, de onde era possível navegar do rio Jauru até o rio Paraguai e conseqüentemente chegar ao oceano Atlântico, contrariando os interesses políticos do Império Brasileiro, que se baseando no Tratado de Santo Ildefonso (1777), alegava ser proprietário dessa região, razão, portanto, que configurou um conflito entre os dois países para a saída dos bolivianos daquele local.

Dessa maneira, para o governo brasileiro, Sebastião Ramos estaria invadindo terras brasileiras. Além disso, o governo boliviano alegava que o coronel atuava de forma ilícita na região, no roubo de gado e no contrabando de escravos (TONELLI, 2004).

Em 1843, o então prefeito do departamento de Santa Cruz exigiu a saída de Sebastião Ramos das Salinas, pois considerava a região como território brasileiro. Entretanto, a recusa do coronel fez com que o presidente da província de Mato Grosso, Zeferino Pimentel enviasse tropas para a fronteira, a fim de expulsar os bolivianos. Sena (2020) explica que, após a expulsão dos bolivianos das Salinas, um destacamento militar foi criado com o objetivo de proteger a soberania do Império, produzindo como efeito um “abrasileiramento” dessas terras historicamente marcadas pela presença de diferentes grupos étnicos e suas respectivas línguas.

Com uma política de acolhimento por parte do Brasil, muitos bolivianos passaram a viver e trabalhar em Cáceres, constituindo famílias que passaram a povoar essa zona e estabelecer laços de parentesco, contribuindo para a expansão do uso do português em San Matias com o passar dos anos.

Devido ao litígio entre os dois países, a Corixa passou a ter um destacamento fixo do 2º Batalhão de Fronteira do Exército brasileiro (2º BFRON), que além do papel militar que desempenha, atuou também na educação da comunidade. Muitos brasileiros e bolivianos foram alfabetizados por militares por um bom tempo até a construção da Escola Municipal Marechal Rondon, que ainda hoje atende alunos tanto da zona rural fronteira de Cáceres quanto de San Matias, especialmente de San Juan de Corralito. Com o ensino de português buscava-se – e ainda se busca – demarcar pela língua a unidade territorial de um espaço historicamente caracterizado por ser plurilíngue, inscrito em políticas voltadas para a promoção de um monolinguismo local.

A comunidade de San Juan de Corralito é uma comunidade chiquitana formada por casamentos interétnicos, principalmente com brasileiros, razão que contribuiu para que o português continuasse sendo falado para além da fronteira com o Brasil, portanto constituindo-se como língua de herança de muitos matienhos.

O nome “Corralito” (diminutivo da palavra *corral*, do espanhol, curral) faz referência aos pequenos “corrais” construídos na comunidade para abrigar o gado vindo do Brasil e “San Juan”, ao santo de devoção dos comunitários.

Considerando o intercâmbio comunitário entre os dois países e o contato entre o português e o espanhol nessa relação, levantamos algumas questões para a pesquisa e respectivas hipóteses. Como se caracteriza o léxico de cacerenses e matienhos nesse

espaço fronteiriço, especificamente, entre essas duas comunidades, considerando essas condições histórico-geográficas de divisão? A hipótese que levantamos nos induz a pensar sobre a existência de um léxico híbrido, ou seja, com a presença de lexias do português no repertório dos matienhos e vice-versa.

O léxico dos sujeitos fronteiriços dessas comunidades varia conforme a idade (dimensão diageracional), o sexo (dimensão diagenérica), o grau de escolaridade (dimensão diastrática) e a localidade de residência (dimensão diatópica)? Com base em trabalhos sociolinguísticos e dialetológicos, assumimos que o léxico dos entrevistados mais jovens seja mais inovador em relação aos mais velhos, isto é, mais conservador. Entendemos como léxico inovador aquele que apresenta influências de uma das línguas em contato, isto é, como produto de empréstimos linguísticos. Já o léxico conservador se configura como um gesto de resistência aos empréstimos, a uma preferência lexical maior por formas próprias da variedade local.

5.2 O CONTATO ENTRE O PORTUGUÊS E O ESPANHOL

Como vimos na introdução, San Juan de Corralito e Corixa são comunidades irmãs que mantêm práticas sociais, culturais e linguísticas para além da linha imaginária que as separa, ou seja, brasileiros e bolivianos utilizam o português e o espanhol diariamente em diferentes contextos comunicacionais, como acontece em outros espaços fronteiriços, porém com algumas particularidades que refletem, por exemplo, as escolhas lexicais nas duas comunidades.

O contato linguístico entre o português e o espanhol na fronteira brasileira com os países vizinhos tem sido muito estudado nesses últimos anos. Rona (1959), por exemplo, revelou em seus trabalhos uma forte presença do português no norte do Uruguai e nos municípios lindeiros – especialmente Rivera (Uruguai) e Santana do Livramento (Brasil) –, designando como “Fronterizo” o dialeto falado por essa população, resultante da combinação de elementos tanto do português quanto do espanhol.

Thun, Forte e Elizaincín (1989), no *Atlas Diatópico e Diastrático do Uruguai* (ADDU), designam o conjunto desses dialetos como “Dialeto Portugueses do Uruguai” (DPUs), pois, além da zona fronteiriça, também são falados em espaços urbanos e rurais.

Sturza (2019), por outro lado, denomina-o “Portunhol”, uma língua resultante do contato entre o português e o espanhol, uma língua étnica das comunidades fronteiriças uruguaias e brasileiras.

Ainda no arco sul, Lipski (2017) e Maia e Mendes (2018) descrevem a variedade falada em Misiones (Argentina), como *Português de Misiones*, que também resulta de contato linguístico, com a diferença de que apresenta como principal característica constituir-se como um vernáculo do português falado na zona rural.

No arco norte, Mota (2014) descreve o contato entre o português e o espanhol nas cidades de Pacaraima (Brasil) e Santa Elena de Uairén (Venezuela), apontando um

crescente uso do português por parte dos venezuelanos dentro de um espaço que se apresenta como plurilíngue, uma vez que além dos dois idiomas oficiais, também são faladas diversas línguas indígenas.

No arco central, Mancilla Barreda (2017) trata do português na fronteira entre Puerto Quijarro (Bolívia) e Corumbá (Brasil) – tanto sob uma ótica voltada para o ensino quanto para o contato linguístico – como uma língua transfronteiriça e transnacional, cujo contato com o espanhol tende a fortalecer as relações interculturais entre os sujeitos fronteiriços dessa região.

Em relação à fronteira que estudamos, o contato linguístico revela para além de determinados usos lexicais, um espaço difuso, paradoxo, que se materializa efeitos de políticas do Estado sobre os modos como o português e o espanhol têm significado para os sujeitos fronteiriços, uma vez que são línguas que ocupam lugares díspares quanto a importância, predomínio e prestígio social.

De acordo com Oliveira (2016), as políticas de “monolinguajamento” buscam silenciar ou apagar outras línguas pela interferência do Estado. Puhl e Araújo (2015) explicam, por exemplo, que a instalação das Linhas Telegráficas e estradas de ferro na Região Amazônica significou uma maneira de abraçar sua população, pois a fronteira passaria de espaço isolado para espaço integrado. Para isso, muitos destacamentos militares foram construídos – como é o caso do Destacamento de Corixa –, formaram-se vilas, criaram-se escolas, com fins de materializar a presença do Estado brasileiro por intermédio de suas instituições.

O fato de serem comunidades-gêmeas não significa que as relações interlinguísticas sejam recíprocas em San Matias e Cáceres. O modo como essa fronteira foi abraçada contribuiu para um monolinguajamento desse espaço, que produziu, como efeito, gestos de aceitação e/ou rechaço de determinadas lexias por razões muito mais políticas que propriamente linguísticas.

Dadas as condições de criminalidade na fronteira entre Brasil-Bolívia, muitas instituições de segurança e fiscalização passaram a fazer parte do cotidiano das comunidades fronteiriças, como acontecem em relação a Corixa e San Juan de Corralito, fortalecendo e promovendo o uso do português sobre o espanhol e demais línguas faladas na região.

Silva (2022) explica que muitas matienhas dão à luz a seus filhos em Cáceres devido à falta de estrutura hospitalar de San Matias. Nesse contexto, esses sujeitos crescem sabendo que possuem um vínculo com o Brasil, e consequentemente o usufruto de muitos direitos que gozam os cidadãos brasileiros. Assim, cria-se sentimento de pertencimento ao Brasil por vias legais que somado a influências culturais, comerciais, sociais fazem do português uma língua comum e não estrangeira na paisagem linguística matienha.

5.3 A VARIAÇÃO LINGUÍSTICA NO ESPAÇO FRONTEIRIÇO

O contato entre o português e o espanhol na fronteira entre Cáceres e San Matias se caracteriza por diferentes embates que vão do social ao político, reverberando no presente a diferença de posição que cada língua ocupa em termos de prestígio e uso, fatores importantes para compreender semelhanças ou disparidades de elementos lexicais.

Nesse sentido, comparar repertórios lexicais dentro de um espaço administrativamente distinto, mas culturalmente comum, nos conduz a pensar sobre variação linguística, bem como observar a influência de uma língua sobre a outra, assim como verificar se o contato produzido tem resultado em um vocabulário comum entre brasileiros e bolivianos. Assim, descrever e analisar a variação lexical no espaço fronteiriço significa perceber que o uso de determinada lexia em detrimento de outra constitui além de uma escolha social, também política.

A variação nesse sentido evoca os diferentes modos que o sujeito fronteiriço se significa frente às línguas em contato. Partindo desse pressuposto, questionamos: o léxico entre os moradores da Corixa e de San Juan de Corralito se caracteriza dessa maneira, ou seja, diferenciado pelo padrão de uso conforme a língua nacional?

5.4 ASPECTOS METODOLÓGICOS

Para responder à questão, desenvolvemos uma pesquisa que segue os princípios da Dialetoлогия Pluridimensional e relacional proposta por Thun (1998) que consiste em relacionar a dimensão diatópica (horizontal) – perspectiva tradicional dos estudos dialetológicos – com dimensões sociais (verticais), isto é, associando pressupostos teóricos da Sociolinguística com o objetivo de produzir uma descrição mais completa dos fenômenos linguísticos, neste caso específico, do léxico produzido na relação de contato entre o português e o espanhol na fronteira Brasil-Bolívia.

Para isso, realizamos entrevistas nas duas comunidades, utilizando como instrumento o Questionário Semântico-lexical do ALiB (COMITÊ NACIONAL DO PROJETO ALiB, 2001) adaptado ao contexto da pesquisa. Ao todo, aplicamos 97 questões divididas em 13 campos semânticos. Especificamente, consideramos no campo semântico “jogos e diversões infantis” as questões nº 66: como se chama a brincadeira em que uma criança fecha os olhos, enquanto as outras correm para um lugar onde não são vistas e depois essa criança que fechou os olhos vai procurar as outras? (Esconde-esconde); nº 67: como se chama a brincadeira em que uma criança, com os olhos vendados tenta pegar as outras? (Cabra-cega).

A pesquisa contemplou 24 informantes, sendo 12 brasileiros e 12 bolivianos, dos quais 8 pertencem às comunidades fronteiriças, sendo 4 da Corixa e 4 de San Juan de Corralito tanto do sexo masculino quanto do feminino. Quanto à dimensão diageracional, dividimos os informantes em dois grupos: o GI (formado por informantes entre 15 a 35 anos) e o GII (de 45 a 65 anos de idade).

Para o tratamento dos dados, utilizamos o *Software para Geração e Visualização de Cartas Linguística* (SGVCLIN) (ROMANO et al., 2014) que possibilitou a quantificação dos dados por meio de relatórios, bem como a confecção de cartas linguísticas.

A comparação dos resultados se dá pela aplicação dos critérios: léxico [+] influído, [-] influído, similar e diferente, considerando do ponto de vista normativo, as lexias que se caracterizam como parte do português e/ou do espanhol.

5.5 ESCONDE-ESCONDE OU ENCANTADO?

As brincadeiras e jogos infantis remetem uma etapa importante da vida de todo ser humano, pois, rememora práticas sociais (neste caso, interculturais) que evidenciam relações de uma maior proximidade ou distanciamento com o “outro” e com sua língua. O ato de brincar na fronteira contribui para a percepção do que seria parte ou não da identidade local.

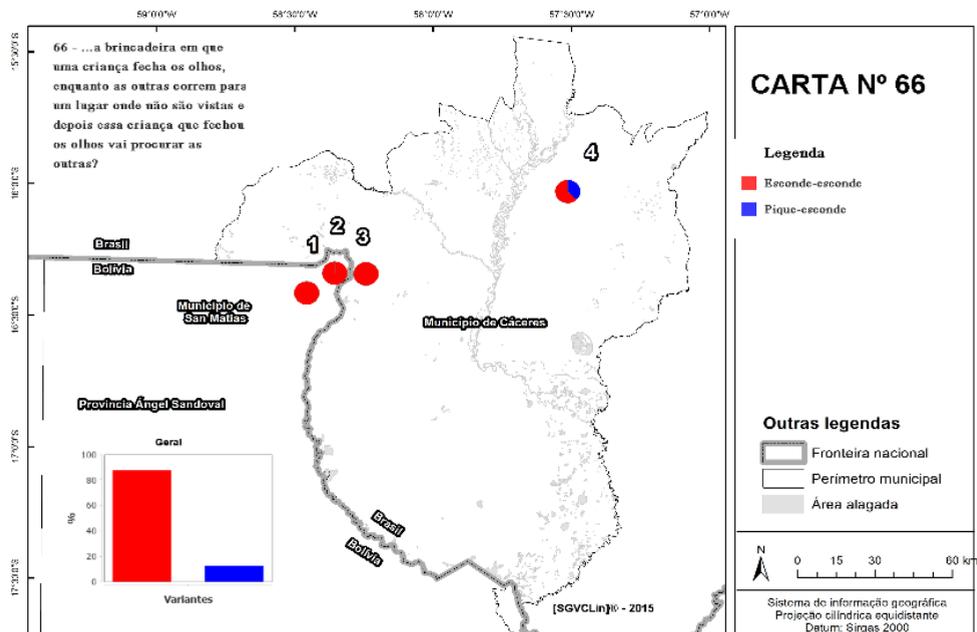
Considerando o espaço fronteiro investigado e as condições históricas de intercâmbios entre os sujeitos das comunidades, o modo de nomear uma brincadeira revela a relação que se tem com o português, com o espanhol, ou com as duas línguas. Nesse sentido, analisamos a questão nº 66 “como se chama a brincadeira em que uma criança fecha os olhos, enquanto as outras correm para um lugar onde não são vistas e depois essa criança que fechou os olhos vai procurar as outras?”.

No Brasil, de um modo geral, essa brincadeira é designada como “esconde-esconde”, variando regionalmente, por exemplo, “trinta-e-um”, “barata”, “Maria-condê” (AGUILERA, 1994); “brincar de manhã”, “pato-choco” (ALTINO, 2001); “bate-cara”, “esconde-atrás”, “pique-esconde”, “pique-pique” (CRISTIANINI, 2007).

Do mesmo modo, na Bolívia há várias designações regionais para a referida brincadeira. De acordo com o Instituto Boliviano de Lexicografia e outros Estudos Linguísticos (IBLEL, 2002), pode ser chamada de “oculta-oculta”, “bajomilla”, “chú-curucu”, “escondidas”, “oculta-ocultitas”, “paca paquita”, “pesca-pesca”, “pilla-pilla”, “tuja de esconderse”, “tuja de ocultarse”.

Em relação a Cáceres e San Matias, obtivemos para a questão nº 66, o registro de duas variantes, a saber, “esconde-esconde” e “pique-esconde” (Figura 5.3):

Figura 5.3: Carta linguística nº 66.



Fonte: SILVA (2022).

Como se pode observar na carta da Figura 5.3, apenas na zona urbana de Cáceres (ponto 04) houve variação, ou seja, o registro de “pique-esconde”. Chama-nos atenção para um contínuo lexical entre a zona urbana e rural lindeira de San Matias com a comunidade de Corixa.

Em todos os três pontos, a lexia “esconde-esconde” prevaleceu com 100% de produtividade. Das designações populares registradas pelo IBLEL, não documentamos nenhuma em San Matias, situação que nos faz supor que essa variante reflete uma forte influência do Brasil no modo de designar a referida brincadeira.

O empréstimo linguístico é um dos fenômenos mais comuns dentre os fenômenos de contato linguístico. Nesse caso, representa paradoxalmente do ponto de vista normativo um “estrangeirismo” no vocabulário matienho – portanto inovador –, e do ponto de vista do contato linguístico e da variação inerente, uma lexia que materializa práticas sociais próprias dessa fronteira que revela uma infância marcada pelo intercâmbio cultural entre brasileiros e bolivianos especificamente na zona lindeira.

Na zona urbana quanto na zona lindeira brasileira, prevaleceram as lexias do português, situação que nos leva a pensar a respeito do monolinguajamento produzido no Brasil como um todo, especialmente, na fronteira.

A ausência de lexias do espanhol para designar a brincadeira em questão não significa o apagamento do uso da língua pelos cacerenses, mas sim, um gesto de silenciamento de variantes que não representam os valores da “brasilidade” historicamente impostos na região.

A diferenciação de uso lexical pressupõe um conhecimento lexicológico que é aprendido na maioria das vezes na escola, pois é, a principal instituição de proteção e manutenção da língua nacional. É nesse espaço, que se aprende o que é “certo” e “errado” dentro de uma língua, o que pode e o que não pode ser dito.

O fato de “esconde” ter tido alta produtividade tanto na zona urbana quanto rural demonstra que essa é a variante que é mais produtiva para o matienho, embora, seja não contemple a lista de designações que enquadram como parte do vocabulário boliviano.

5.6 CABRA-CEGA OU GALLINITA CIEGA?

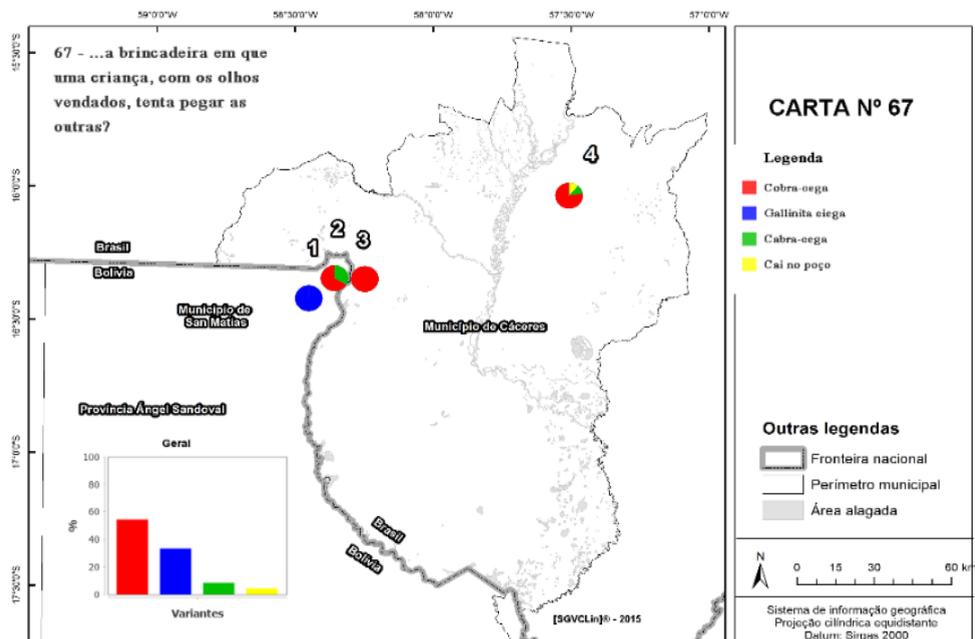
O fato de San Matias apresentar forte influência brasileira não significa necessariamente que apresente um léxico compartilhado entre as zonas urbana e rural fronteiriça. A questão nº 67, que procurou identificar “como se chama a brincadeira em que uma criança, com os olhos vendados tenta pegar as outras”, demonstra uma disparidade lexical que decorre dos efeitos migratórios em San Matias e de uma política de “bolivianizar” o espaço fronteiriço, historicamente, “abrasileirado”.

Para essa questão, registramos quatro variantes lexicais: “cobra-cega”, “gallinita ciega”, “cabra-cega” e “cai no poço”. Esta última variante nos pareceu bastante diferente comparada com outras populares no Brasil, como, “pata cega” e “galinha ciega”.

Acredita-se que a origem dessa brincadeira seja chinesa, porém ganhou mais popularidade na Europa como jogo popular entre os nobres. Assim como o “esconde-esconde”, a “cabra-cega” chegou ao Brasil e à Bolívia por meio da colonização.

De acordo com IBLEL (2002), o nome preponderante na Bolívia é “gallinita ciega”, uma forma diminutiva de “gallina ciega”, cuja variante do português seria “galinha ciega”. Cascudo (2005) explica que essa designação tem origem nos jogos latinos, denominados *Musca aenea* (Mosca de metal), mudando para outros nomes, porém, sempre com uma alternativa que foque em um determinado animal. No México, por exemplo, é conhecido como jogo da *Mona* (macaca), no Uruguai e na Argentina, como *Gallo ciego* (galo cego), e, no Brasil, prevaleceu os animais “cobra” – fazendo referência a uma espécie que se caracteriza justamente por não enxergar – e “cabra”, cuja origem é desconhecida (Figura 5.4).

Figura 5.4: Carta linguística nº 67.



Fonte: Silva (2022).

Como podemos observar na carta da Figura 5.4, na zona urbana de San Matias (ponto 01), a lexia predominante foi “gallinita ciega”, enquanto em San Juan de Corralito registamos apenas lexias do português, “cobra-cega” com 66,7%, e “cabra-cega” com 33,3% de frequência.

Em termos pluridimensionais, a lexia “gallinita ciega” representa a escolha lexical de todos os informantes da zona urbana, enquanto em San Juan de Corralito há uma preferência pelas duas formas. Segundo o IBLEL, “gallinita ciega” é o nome mais popular em toda Bolívia para esta brincadeira. Dessa maneira, o que justificaria a ausência dessa lexia nos registros da pesquisa?

Anteriormente, explicamos que San Matias por muito tempo dependeu de Cáceres em diferentes serviços, sobretudo na área da saúde. À medida que o município foi crescendo e recebendo uma grande quantidade de migrantes bolivianos vindos de outras regiões, muitos dos costumes híbridos matienhos passaram por um processo de ressignificação: por que determinado objeto é designado em português quando se tem um nome em espanhol?

O contexto fronteiriço brasileiro-boliviano apresentado provê evidências de que a variação lexical nesse espaço fronteiriço tem um viés político, pois rememora os embates do passado. O sentimento nacionalista ganha amplitude na medida que as “inoações” na língua espanhola representam uma ameaça à cultura local.

O aumento de instituições do Estado em San Matias com o passar dos anos, sobretudo de escolas, contribuiu para um efeito monolinguagizante do lado oposto. Criou-se meios de intervir pela correção escolar e de discursos preconceituosos (SILVA, 2012).

Diante da globalização, as fronteiras estão ficando cada vez mais “abertas”. Entretanto, o protecionismo associado ao nacionalismo cria condições para que muitos Estados procurem fazer coincidir fronteiras políticas com fronteiras linguísticas por intermédio de discursos nacionalistas que interpretam a presença da língua do “outro” como uma ameaça a identidade nacional, regional e/ou local (VIAUT, 2004).

Nesse sentido, ser boliviano fronteiriço significa apenas falar espanhol e/ou uma das línguas reconhecidas pelo governo como parte da identidade linguística nacional. Falar português, nessa perspectiva, estaria no âmbito do domínio de uma língua estrangeira e não do domínio de uma língua que se inscrevesse dentro de uma paisagem plurilíngue, muitas vezes difusa, pelo embate com políticas de monolinguajamento.

Essa é uma explicação para o predomínio da variante “gallinita ciega” nas respostas dos moradores da zona urbana de San Matias, que devido à pressão social que reflete o contexto político local, precisam escolher entre a forma que se encaixa no modelo/repertório do espanhol e um “estrangeirismo”, que na maioria das vezes já constitui parte do vocabulário matienho.

Assim como em “esconde-esconde”, na comunidade de Corixa e na zona urbana de Cáceres não documentamos a variante “gallinita ciega”, sugerindo que há uma relação recíproca no comércio, esporte, lazer, porém não em termos linguísticos.

Nessa perspectiva, o léxico cacerense se apresenta muito mais conservador do que o matienho, pois, em função do monolinguismo, acaba silenciando o espanhol. O repertório lexical de San Matias é muito mais similar ao repertório de Cáceres comparado com o do município boliviano.

A expansão linguística do Brasil por casamentos entre brasileiros e bolivianos contribuiu para que muitos matienhos aprendessem o português, o que não ocorre com os cacerenses, que, em sua maioria, não sabem espanhol. As famílias de San Juan de Corralito utilizam tanto o português quanto o espanhol no dia a dia, logo, produzem discursos interinfluídos, com transferência de elementos de uma língua para a outra.

Na zona urbana, ao contrário, prevalece o uso do espanhol, embora convivam outras línguas como o quéchua, aymará e, principalmente o português, uma vez que se constitui como língua de herança, do comércio, dos amigos, da mídia, da religião – já que há uma grande quantidade de igrejas (neo)pentecostais brasileiras no município – do entretenimento, enfim, como uma língua que pertence à paisagem linguística matienha.

Entretanto, conforme o Instituto Nacional de Estatística (INE, 2012), o português não foi reconhecido como uma das línguas faladas no município. Como podemos observar, há um silenciamento de caráter político-linguístico de uma realidade plu-

rilíngue que tem sido apagada com o tempo e que se materializa nas diferenças lexicais de uma zona para a outra.

5.7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As diferenças lexicais na fronteira entre Cáceres e San Matias rememoram embates linguísticos inscritos dentro de um plano de fundo político. Dessa maneira, a escolha que se faz de uma lexia em detrimento da outra corresponde ao modo como os sujeitos fronteiriços se situam nesse espaço.

Nossa pesquisa mostrou que há muita resistência no reconhecimento da língua do “outro” como parte de uma mesma paisagem linguística que conflui a fronteira. A negação ao espanhol reforça o monolingüismo do lado brasileiro, ao passo, que a afirmação do português do lado boliviano evidencia o plurilingüismo matienho.

A inovação, para além de um empréstimo ou estrangeirismo, revela que a disputa entre variantes é determinada não somente por questões sociais, mas também políticas que refletem, como vimos, um léxico mais tradicional, pautado na norma ou naquilo que se considera como próprio, nacional, do país.

As respostas às duas questões não demonstraram muita variação entre homens e mulheres, entre os mais jovens e os mais velhos, nem mesmo entre os que possuem apenas ensino básico. A variação é percebida em termos diatópico, quando comparamos as zonas investigadas, e vemos que há um *continuum* linguístico que vai da zona urbana de Cáceres até San Juan de Corralito em relação à grande semelhança lexical existente.

Por outro lado, a zona urbana, em função do processo migratório passou a ter uma paisagem linguística em que a língua espanhola ocupa o principal lugar frente às demais línguas faladas no município.

Em Cáceres, o monolingüismo é preponderante, pois materializa o abrasileiramento da região, e, por conseguinte, um distanciamento de San Matias em termos linguísticos, já que em outros aspectos ambas as comunidades mantêm relações bastante produtivas, razão que justifica a elevação de título de cidade-gêmea.

Para concluir, ressaltamos a importância da Sociolinguística, tanto na vertente de contato quanto variacionista, pois permite compreender a relação entre língua e sociedade de um modo mais abrangente. Os pressupostos metodológicos da Dialectologia Pluridimensional e relacional contemplam os aportes teóricos da Sociolinguística, levando-nos a uma perspectiva investigativa de cunho interdisciplinar, que revela, pelas duas questões analisadas, uma fotografia da fronteira estudada, de modo que se possa ter uma ideia dos efeitos do contato entre o português e o espanhol no léxico de brasileiros e bolivianos.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Ministério da Integração Nacional. *Faixa de Fronteira: Programa de Promoção de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira*. Brasília: Ministério da Integração Nacional, 2009.
- BRASIL. Portaria 213, de 19 de julho de 2016. Estabelece o conceito de “cidades gêmeas” nacionais, os critérios adotados para essa definição e lista todas as cidades brasileiras por estado que se enquadram nesta condição. *Diário Oficial da União*, Brasília, 20 jul. 2016.
- CAMPESTRINI, Hildebrando *et al.* *Enciclopédia das Águas de Mato Grosso do Sul*. Campo Grande, MS: IHGMS, 2014.
- CASCUDO, L. C. *Dicionário do Folclore Brasileiro*. 10. ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 2005.
- COMITÊ NACIONAL DO PROJETO, ALiB. *Atlas Linguístico do Brasil*. Questionários 2001. 2.ed. Londrina: Eduel, 2001.
- CUÉLLAR, F. P.; YAVARÍ, F. R. *San Matías, la esperanza de la libertad*. Santa Cruz de La Sierra, Bolívia: Sirena, 2008.
- FERREIRA, E. A relação entre cidades-irmãs na faixa de fronteira: o caso de Cáceres – Mato Grosso/Brasil e San Matias – Bolívia. *Caminhos de Geografia*. v. 18, n. 62, p. 87-103, 2017.
- LIPSKI, J. M. La interfaz portugués-castellano en Misiones, Argentina: zona de prueba para la alternancia de lenguas. *Estud. filol.*, n. 60, p. 169-190, 2017.
- MAIA, I.; MÉNDEZ, S. C. Falantes de português missioneiro de fronteiras em posadas pmf: o caso do bairro san lorenzo. *Web Revista SOCIODIALETO*, v. 7, n. 21 SER. 1, p. 152-162, mar. 2018.
- OLIVEIRA, G. M. Línguas de fronteira, fronteiras de línguas: do multilinguismo ao plurilinguismo nas fronteiras do Brasil. *Revista GeoPantanal* n. 21, p. 59-72, 2016.
- ROMANO, V. P.; SEABRA, R. D.; OLIVEIRA, N. [SGVCLin] - Software para geração e visualização de cartas linguísticas. *Revista de Estudos da Linguagem*, v. 22, n. 1, p. 119-151, 2014.
- RONA, J. P. *El dialecto “fronterizo” del norte del Uruguay*. Montevideo: Universidad de la República, Facultad de Humanidades y Ciencias, Publicaciones del Departamento de Lingüística, 1959.
- SENA, E. C. El defensor de la frontera: Sebastián Ramos e as disputas fronteiriças (Brasil- Bolívia 1825-1862). *Tempo*. v. 26, n. 1. 2020.
- SILVA, F. D. *Língua, escola e fronteira: entre aprender e aprender sobre língua nacional*. Cáceres-MT, 2012. Dissertação (Mestrado) – PPGL, UNEMAT.

- SILVA, F. D. *O contato linguístico entre o português e o espanhol na fronteira Brasil-Bolívia: um estudo sobre variação lexical*. Tese (Doutorado). Cáceres-MT, 2022.
- STURZA, E. R. Portunhol: língua, história e política. *Gragoatá*, v. 24, n. 48, p. 95-116, 2019.
- THUN, H.; FORTE, C. E.; ELIZAINCÍN, A. El atlas lingüístico Diatópico y Diastrático del Uruguay (ADDU): presentación de un proyecto. *Iberoromania*, n. 30, p. 26-62, 1989.
- THUN, H. La Geolingüística como lingüística variacional general (con ejemplos del Atlas lingüístico Diatópico y Diastrático del Uruguay. *In: Actes du XXII Congrès International de Linguistique et Philologie Romanes*. Volume III, Bruxelles, 1998.
- TONELLI JUSTINIANO, O. *Riseña Histórica social y económica de la Chiquitania*. Santa Cruz de la Sierra: Editorial El País, 2004.
- VIAUT, A. La frontière linguistique de la ligne à l'espace : éléments pour une schématisation. *In: Langue de frontières et frontières de langues. Revue de Sociolinguistique en ligne*, n. 4, 2004.

CAPÍTULO 6

PANORAMA LINGUÍSTICO DA FRONTEIRA FRANCO-AMAPAENSE

Celeste Maria da Rocha Ribeiro

6.1 INTRODUÇÃO

O contato e a mobilidade constituem ações muito presentes no Brasil, não só caracterizando sua população, como também influenciando a configuração da sociedade e, conseqüentemente, da língua, visto que suas realizações dependem dos contextos sociais, culturais e geográficos nos quais os indivíduos estão inseridos. Os estudos que se desenvolvem sob o viés do contato possibilitam um conhecimento maior acerca de aspectos relevantes para as questões linguísticas, tanto em ordem estrutural como social, visto que língua e contexto social atuam em conjunto no desenvolvimento de uma comunidade e, considerando o cenário dessa pesquisa, certamente o contato linguístico torna-se um dos responsáveis por essas dinâmicas.

Em se tratando especificamente do Brasil, o contato linguístico está muito presente, dada a história de relações sociais entre populações diferentes, processo de imigração, difusão linguística e emprego de línguas diversas em um mesmo local, principalmente nas áreas de fronteiras. Essa realidade de contato acentua-se nos contextos de fronteira, onde o contato entre falantes de línguas diferentes é intensificado, principalmente, pelas acentuadas relações histórico-comerciais, econômicas e socio-culturais que são estabelecidas entre os povos dessas áreas. O Brasil possui onze esta-

dos fronteiriços, sendo a maioria com países da América do Sul, onde o espanhol é a língua oficial. São três as regiões brasileiras de fronteiras com outros países: a região Norte, com todos os estados de fronteira, exceção do Tocantins; Centro-Oeste com Mato Grosso e Mato Grosso do Sul; e o Sul com todos os três estados.

Os estados do sul e centro-oeste fazem fronteira com países que têm o espanhol como língua oficial, enquanto os do norte estabelecem contato com o espanhol (Amazônicas); com variedades do inglês, na Guiana Inglesa (Roraima e Pará); variedades do holandês, no Suriname (Amapá e Pará) e do francês, na Guiana Francesa (Amapá).

O contato do português brasileiro com variedades de línguas como, o espanhol e o francês, ocorre em proporção maior, nas áreas de fronteiras, e em áreas geográficas não fronteiriças a ocorrência é em menor proporção – como é o caso do vêneto (COMINOTTI, 2015) e do pomerano (BREMENKAMP, 2014), no Espírito Santo, e o *Hunsrückisch*, dialeto alemão, em Estrela, Rio Grande do Sul (LARA, 2017). E esse contato amplia-se significativamente quando se consideram as línguas indígenas, cujo contato com o PB ocorre em diversas regiões do Brasil (RONCARATI; MOLLICA, 1997; FERREIRA, 2005; CHRISTINO; SILVA, 2012; CALAZANS, 2018; SANCHES, 2020).

O Amapá faz fronteira com a Guiana Francesa (Departamento Francês Ultramarino). Essa fronteira é estabelecida entre o município de Oiapoque, localizado no extremo norte do Amapá e do Brasil, e Saint-Georges, Comuna do Departamento Francês Ultramarino, onde ocorre a integração sócio-geográfica entre os dois países. A interação entre esses territórios possibilita o contato entre duas línguas oficiais, o português e o francês, além das línguas indígenas e crioulas da região. Em contextos de línguas em contato, há vários fatores atuando ora como forma de atração, ora como repulsão entre os grupos que as utilizam, a partir do status de cada uma no cenário em que se realizam.

Essa área fronteiriça evidencia características históricas, sociais e linguísticas peculiares que ainda não foram totalmente descritas, apesar de que estudos linguísticos sob perspectivas variadas estão ganhando espaço entre os pesquisadores amapaenses, principalmente no contexto de línguas indígenas. As questões históricas e sociais tendem a ser refletidas pela chegada e estabelecimento de franceses em Oiapoque, o que vem acontecendo de forma muito natural e motivada sobretudo pela compensação financeira, haja vista a moeda francesa, o euro, ter supervalorização no comércio local, o que faz com que os franceses sejam aceitos sem restrições na cidade, ao contrário das reações causadas pela presença de brasileiros na vila de Saint-Georges, que é vetada na entrada da cidade e tende a ser relacionada à imigração clandestina, à concorrência no mercado de trabalho, à violência, entre outros fatores sociais. Porém, a maioria das relações sociais que se estreitam ocorre com os laços familiares que são formados pela união, muito comum no local, entre brasileiras e franceses, tanto em Oiapoque como em Saint-Georges.

Neste texto, apresenta-se o panorama contextual que envolve o contato linguístico em Oiapoque, considerando a dinâmica dos povos que transitam no local, caracterizada pela interação de falantes oiapoquenses monolíngues, usuários do português

brasileiro (PB), franceses bilíngues francês/português e não bilíngues usuários de francês língua materna (L1) e português segunda língua (L2), por indígenas bilíngues kheuól/português e não bilíngues usuários de kheuól L1 e português L2. Após considerações sobre contato linguístico, são caracterizados o local e os povos em contato, a fim de subsidiar a construção de uma base de investigação empírica acerca destas trocas, contribuindo para a caracterização dos falares em contexto de fronteira no Brasil.

6.2 CONTATO LINGUÍSTICO E OS CONTEXTOS DE INTERAÇÃO

Weinreich (1951) destaca as questões referentes ao indivíduo e ao contexto de interação como fatores importantes para o estudo das línguas em contato e do bilinguismo. Para esse autor, a extensão, a direção e a natureza da interferência de uma língua sobre outra podem ser entendidas em termos do comportamento de fala de indivíduos bilíngues, que é, por sua vez, condicionado por relações sociais na comunidade em que esses indivíduos vivem. Por isso, torna-se relevante observar a rede de relações em que ocorre o fenômeno comunicativo e aquela que se forma a partir da interação, a fim de se realizar uma análise particularizada da fala, a partir dos ambientes de contato linguístico.

De um ponto de vista discursivo-pragmático, cada indivíduo percebe e produz as informações em função de suas intenções comunicativas, fazendo usos de estratégias e práticas individuais adequadas ao sucesso interacional. Essas interações, muitas vezes, realizam-se em um ambiente em que a mesma língua não é compartilhada, o que se tem denominado de contato linguístico; mas em que consiste esse contato? De acordo com Sankoff (2001), corresponde ao produto histórico de forças sociais, surgido como resultado de desigualdades sociais que aparecem em períodos de guerras, colonialismo, escravidão e migrações, sejam elas forçadas ou não. Há, ainda, o contato linguístico proveniente de urbanização ou comércio, caracterizando-se como uma forma de contato harmônica, tal é o caso da comunidade destacada neste estudo. Weinreich, Labov e Herzog (2006 [1968], p. 96) assumem que numa situação de contato linguístico é comum haver “certo grau de contato entre quaisquer dois dialetos regionais”, caracterizando os sistemas coexistentes: “alguns falantes que controlam ambos os dialetos ativamente, e um número maior que têm conhecimento passivo do dialeto vizinho, mas comando ativo de apenas um”.

Para Thomason (2001, p. 1), o contato linguístico corresponde ao “uso de mais de uma língua em um mesmo lugar ao mesmo tempo”. É nesse contexto que se insere Oiapoque, na fronteira franco-amapaense, onde coocorrem português, francês, língua indígena *parikwaki* e língua indígena *kheuól* (crioulo de base francesa). Ainda conforme Thomason (2001), o contato linguístico não requer fluência em uma ou outra língua, mas necessita de qualquer tipo de comunicação entre os falantes dessas diferentes línguas e pelo menos, alguns membros desses grupos falam mais de uma língua na comunidade específica. Essa situação pode ser percebida nos indivíduos que transitam e moram em Oiapoque, pois a maior parte é fluente em português, no caso

dos oiapoquenses, ou em francês no caso dos franceses, ou, ainda, em *kheuól*, no caso dos indígenas, mas todos possuem algum tipo de contato com uma segunda língua (L2) e a maioria fala uma L2, seja português, ou francês ou *kheuól* (RIBEIRO, 2018).

A realidade da fronteira do Brasil com a Guiana Francesa desenvolve-se a partir da diversidade étnica presente na região, com etnias ameríndias, brasileiros e franco-guianenses que possibilitam o contato entre várias línguas: portuguesa, francesa, diferentes línguas indígenas e o crioulo de base francesa (DAY, 2013). A fronteira franco-brasileira, segundo Day (2013), constitui duas comunidades, cada uma com situação diferenciada de bilinguismo, intensificada pelo convívio de dois povos e respectivo confronto de duas línguas nacionais, a portuguesa, do lado brasileiro e a francesa, no lado francês. Em Oiapoque, cidade do lado brasileiro, o português é a língua oficial e também a de maior uso em todos os setores e espaços da cidade; porém, divide espaço com a língua francesa, que é tida, geralmente, como língua de trabalho para a maioria dos oiapoquenses, pelo menos no setor comercial, hoteleiro e lojas de câmbio, pois a maior parte dos clientes desses estabelecimentos é francês. Por isso, saber francês torna-se, praticamente, obrigatório para quem procura trabalho nesses setores. Nessa cidade, emprega-se ainda o *kheuól*, considerada a única língua crioula falada por indígenas, no Brasil (CAMPETELA et al., 2017). É a língua de contato entre as etnias indígenas da região, utilizada, predominantemente, por indígenas, tanto na cidade quanto nas aldeias; porém, na sede do município costuma ser usada também nas instituições indígenas, como a FUNAI, Museu do Índio e o Hospital Indígena de Oiapoque.

Portanto, em Oiapoque temos uma realidade multilíngue, cujas línguas caminham em direções distintas:

- O português é a língua oficial, a mais usada pelos falantes, mas conforme Day (2005, p. 68), os oiapoquenses dão “uma grande importância ao aprendizado da língua francesa”, principalmente devido ao acesso facilitado ao mercado de trabalho;
- O francês tende a ser menos usado que o português, mas ter fluência nessa língua certamente favorece o acesso ao mercado de trabalho na cidade. É interessante observar que atividade profissional e bilinguismo apresentam uma relação estreita em Oiapoque, e que os falantes bilíngues estão mais inseridos nos setores comercial e de serviços. Day (2005, p. 76) destaca que “vendedores, garçons, recepcionistas, catraieiros, cambistas compõem a parcela majoritária bilíngue em contraste com profissionais ligados à administração e a serviços públicos”. Por isso, o quadro mais comum é o de oiapoquenses fluentes em francês mas que têm baixo nível de escolaridade, a maioria não completou o ensino médio (RIBEIRO, 2018);
- O *kheuól*, falado pela maioria dos indígenas, mas de uso restrito na cidade, limitando-se a espaços públicos predominantemente de atendimento aos indígenas da região; verifica-se também que os oiapoquenses não demonstram interesse em aprendê-lo, o que pressiona, de certa forma, o aprendizado e o uso do português pelos indígenas quando estão em Oiapoque, fora de seus ambientes familiares.

Esse cenário propicia a observação da dinâmica das interações e, consequentemente, do contato linguístico. Dada a porosidade das fronteiras, as pessoas e seus usos sociais, linguísticos, assim como, seus costumes, culturas e tradições vão e vêm em razão das dinâmicas migratórias e dos intercâmbios fronteiriços, resultando no contato com diversos e diferentes fenômenos, sobretudo linguísticos.

6.3 O CONTEXTO DE FRONTEIRA

Oiapoque teve como primeiros habitantes da região os antepassados dos povos indígenas *waiãpi*, *galibi* e *palikur*, mas, segundo relatos, o município originou-se da morada de um mestiço, Emile Martinic, em uma data imprecisa, considerado o primeiro habitante não índio do atual município. O município foi criado em 23 de maio de 1945, por meio da Lei 7.578/1945, cuja denominação de origem tupi-guarani significa “casa dos waiãpi”. A história do povo oiapoquense confunde-se com a dos povos indígenas, visto esses povos serem os primeiros habitantes da região, desde a época da colonização brasileira pelos portugueses. Conforme relatos dos moradores, a maior parte das famílias oiapoquenses apresenta, em sua constituição, mistura com indígenas, franceses ou guianenses em razão do antigo contato entre esses povos no local.

No entanto, é forte a presença de imigrantes nordestinos e paraenses na cidade, levados pela “febre” do ouro na década de 1980, nos garimpos da região fronteira. A cidade tem recebido também imigrantes internacionais, sobretudo franceses, que, geralmente, por razões de casamentos com brasileiras e atuação no comércio local, estabelecem-se como moradores na cidade. De forma geral, sua presença não é problematizada pelo Estado brasileiro, o que lhes permite viver em uma condição tranquila de migrante ou de turista.

Segundo dados de estimativa feita pelo IBGE (2020), a cidade possui aproximadamente 28.534 habitantes, está situada na parte norte do Brasil e do estado do Amapá, distribuindo-se por uma área equivalente a 22.725,70 km². Conforme Castro e Azeu (2012, p. 33), a realidade de Oiapoque como cidade fronteira reflete sua “condição de fronteira-relação e ponto de passagem no momento histórico da configuração da globalização influenciando no processo de des-reterritorialização local”. Porém, as pessoas que moram e passam pela cidade fazem parte desse processo, mas não se mostram preparadas para atuarem e posicionarem-se estratégica e adequadamente nesse espaço, cujos interesses diferenciados envolvem dinâmicas além do território da cidade de Oiapoque.

Assim, Oiapoque vivencia um contexto de multilinguismo caracterizado pela presença da pluralidade étnico-social e, consequentemente, linguística, apesar de a língua portuguesa ser, comprovadamente, a majoritária no local (RIBEIRO, 2018). A população que reside e transita em Oiapoque ratifica a dinâmica migratória frequente, favorecida pela localização fronteira e pelo acesso facilitado. As relações socioeconômicas e culturais são extremamente beneficiadas por essa dinâmica, haja vista, atualmente, setores, como o comércio, a educação, o ensino, o turismo, o lazer e o entretenimento nesse município desenvolverem atividades e ações que, geralmente,

são compartilhadas e realizadas em parcerias com instituições francesas e indígenas. Apesar de haver as diferenças étnico-raciais, a integração e a cooperação entre a população são grandes, pois todos e todas compartilham o mesmo espaço e, em maior ou menor grau, todos vivenciam o contato na fronteira.

6.3.1 OS FRANCESES EM OIAPOQUE

A dinâmica migratória da Guiana para o Brasil e, especificamente, para o Oiapoque é antiga e aumentou no começo do século XXI, a partir da assinatura do Acordo de Cooperação Transfronteiriço entre Brasil e França, em 1996, que intensificou o contato Caiena-Saint-Georges e Oiapoque, uma vez que este acordo evidenciava muitas ações concretizadas por meio de projetos de cooperação socioeconômica, cultural e científica entre os dois países. Desde então, os franceses foram se estabelecendo nesse município amapaense, principalmente os homens, em razão de relacionamentos com mulheres brasileiras, haja vista nos finais de semana ser muito frequente esses homens atravessarem a fronteira em busca de diversão e lazer (DAY, 2013).

Outro fator de atração dos franceses pela cidade de Oiapoque refere-se à perspectiva de oportunidade de trabalho, no sentido de comercialização de produtos como vestuário, bebidas, perfumes, joias, bijuterias, além da acessibilidade para chegar a outros estados do Brasil. Segundo dados sociodemográficos (RIBEIRO, 2018), os franceses que moram em Oiapoque são originários de diferentes lugares da França, inclusive Paris.

Quando se mudam para Oiapoque, é comum já conhecerem um pouco a língua portuguesa, principalmente os que vêm de Caiena e de Saint-Georges, pois nessas cidades, além de essa língua ser ofertada nas escolas como língua estrangeira, costuma ser empregada com frequência nas ruas, dado o grande número de brasileiros morando por lá. Ainda conforme levantamento sociodemográfico, a maioria dos franceses que mora em Oiapoque adquiriu o português na fase adulta, a partir dos 15 anos de idade. Vale dizer que esse aprendizado não ocorre via escola, mas, quase exclusivamente, pelo contato com falantes do português no dia a dia, como cônjuge, filhos, parentes e amigos, além de meios como televisão, internet, jornal impresso, livros, revistas e similares.

Portanto, os franceses que transitam ou moram em Oiapoque, geralmente, falam português; o que os diferencia é o grau de fluência. Mas, independente do grau de fluência, a língua portuguesa não constitui obstáculo para esses falantes na cidade, até porque, como muitos disseram “a gente se sente em casa aqui em Oiapoque” (RIBEIRO, 2018, p. 96), haja vista a língua francesa estar muito presente no local, principalmente, nas denominações de logradouros, conforme se vê nas Figuras 6.1, 6.2 e 6.3.

Figura 6.1: Placa com Denominação Comercial.



Fonte: Ribeiro (2018, p. 96).

Figura 6.2: Placa de Denominação Comercial.



Fonte: Souza (2022, p. 49).

Figura 6.3: Denominação Comercial.

Fonte: Souza (2022, p. 50).

A dinâmica migratória entre franceses e oiapoquenses é favorecida pela localização fronteiriça e pelo acesso facilitado. As relações sócio-históricas e econômico-culturais são extremamente beneficiadas por essa dinâmica, dada a integração que se materializa em ações conjuntas e parcerias estabelecidas entre o Amapá e a Guiana Francesa. No Oiapoque, apesar das diferenças étnico-raciais, a cooperação entre os grupos é intensa, visto que compartilham o mesmo espaço e, em maior ou menor grau, todos vivenciam o contato na fronteira. Além disso, todos convivem em uma região de fronteira estratégica para o desenvolvimento do município e, até mesmo do Norte como um todo, embora as políticas públicas ainda não tenham tido essa percepção, dada a situação de abandono sociopolítico e econômico em que vive a região (ALMEIDA; RAUBER, 2017).

6.3.2 OS INDÍGENAS EM OIAPOQUE

Os pesquisadores que se dedicam aos estudos da formação e da constituição dos grupos indígenas na fronteira do Brasil com a Guiana Francesa destacam, em geral, que é difícil apontar e caracterizar com exatidão todos os povos que habitaram essa região fronteiriça. Porém, alguns estudos (TOBLER, 1983; VIDAL, 2000; FERREIRA; ALLEYNE, 2007; FERREIRA; SILVA, 2012; GARCIA et al., 2013) possibilitam identificar e localizar as etnias existentes na região da Guiana, principalmente na Guiana Francesa e no Oiapoque, a partir de dados populacionais e etnolinguísticos, associados aos grupos Arawak, Tupi e Karib. Os falantes das línguas Karib viviam ao norte do rio Amazonas, em sua maioria na região atual da Venezuela e das ilhas caribenhas, com franca expansão em direção à América do Norte. Alguns desses grupos de falantes migraram rumo ao leste da Guiana, onde se localizam hoje a Guiana Francesa e o Oiapoque.

Segundo Vidal (2009), foi durante o séc. XIX que a população indígena povoou de fato o vale do Uaçã (Oiapoque), vindo para este local, principalmente devido às perseguições e guerras em suas terras de origem, levando à fusão de muitas etnias e algumas até ao desaparecimento. Desse processo formaram-se os atuais povos indígenas que habitam o município de Oiapoque e seu entorno. Destaca-se também que a esses grupos indígenas uniram-se negros e brancos, em sua maioria, vindos da região das Guianas. Assim, constituíram-se os povos indígenas que povoam atualmente o Oiapoque, organizados em quatro etnias: os Galibi do Oiapoque ou Kalinã, os Kari-puna, os Palikur e os Galibi-Marworno, totalizando uma população de aproximadamente cinco mil indígenas, distribuídos em 39 aldeias e na sede do município.

A assinatura do Laudo Suíço em 1900, entre Brasil e França, favoreceu a aproximação com os moradores do local, estreitando a relação e o contato entre indígenas, oiapoquenses, franceses e guianenses. Atualmente, há uma relação comercial, socioeconômica, cultural e política muita intensa e frequente entre esses povos. A maior parte dessa população indígena é multilíngue, com português, francês, crioulo guianense e as línguas indígenas do local, o *kheuól* e o *parikwaki* (Vidal, 2009). O contato de todos os povos indígenas com o português em Oiapoque ocorre muito cedo, pois desde o nascimento, a criança já começa a ter contato com o português, e, independentemente de os pais serem fluentes nessa língua, a interação diária com as pessoas seja na cidade, seja na aldeia facilita este contato. Além disso, a frequência com que transitam em Oiapoque e o deslocamento para outros locais do estado, somada à integração com os moradores da região e a chegada, às aldeias, dos meios de comunicação, como a televisão, o telefone, e, em algumas mais próximas da cidade, a internet, certamente intensificam e favorecem este contato.

6.4 O CONTATO EM OIAPOQUE

Como vimos, no Oiapoque, o português brasileiro apresenta contato intensivo tanto com línguas autóctones (indígenas) quanto com línguas alóctones (de imigração), entre essas há a presença de uma língua oficial falada no outro lado da fronteira, o francês. Nesse espaço, coexistem duas línguas oficiais, em que uma é a mais usada pelos falantes, o português; mas a outra é a de prestígio social, o francês. Desse modo, a aquisição e o domínio do francês nessa cidade desenvolvem-se pela pressão social que essa língua exerce na população local refletindo, que o “bilinguismo da fronteira é impulsionado [...] pela necessidade de falar uma língua que ofereça maiores oportunidades de trabalho e de progresso econômico” (DAY, 2005, p. 76).

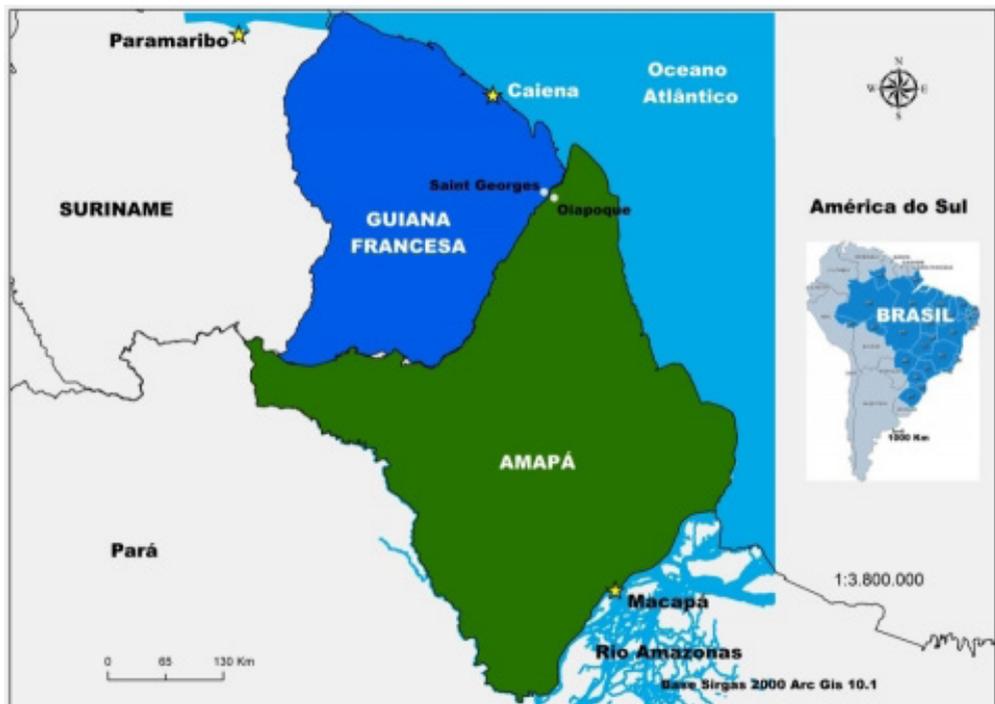
Por outro lado, o estado do Amapá e a fronteira franco-brasileira, onde se localiza o município de Oiapoque, historicamente vêm se mostrando uma região carente de políticas públicas e pouco desenvolvida economicamente, com muitas dificuldades de acesso a bens e serviços públicos, causados em sua maioria, pela ausência de coesão social e presença de problemas comuns às regiões fronteiriças brasileiras. Para uma melhor compreensão da dinâmica do contato que envolve essa comunidade, é importante conhecer a realidade geográfica, social e histórica do espaço amapaense onde se

localiza a fronteira Brasil – Guiana Francesa. Essa caracterização é resultado de nossa observação e conversa informal com moradores acerca da realidade local, como consequência das idas ao Oiapoque, por ocasião da coleta de dados (RIBEIRO, 2018).

6.4.1 ASPECTOS HISTÓRICO-GEOGRÁFICOS

O município de Oiapoque localiza-se na fronteira setentrional norte brasileira, distante cerca de 600 quilômetros da capital do estado do Amapá, Macapá. Está ligado à capital pela rodovia BR-156. O mapa, na Figura 6.4, indica a localização geográfica de Oiapoque no estado do Amapá, norte do Brasil.

Figura 6.4: Localização Geográfica do município de Oiapoque/AP.



Fonte: Ribeiro (2018, p. 82).

O município encontra-se distribuído em uma área com cerca de 22.625 km² e, segundo dados do IBGE (2020), o município tinha uma população equivalente a 25.509 habitantes e uma densidade demográfica de 0,91 habitantes/km². O município de Oiapoque tem suas origens relacionadas às políticas de povoamento, colonização e defesa do território nacional. Segundo Day (2013), entre os séculos XVI e XVIII, Portugal e França disputaram cerca da metade do espaço territorial onde atualmente se localiza o estado do Amapá, pois, durante dois séculos, essa região esteve dominada e

explorada por comerciantes originários da Guiana Francesa. Conforme Nascimento e Tostes (2008), os primeiros sinais de povoamento do território ocorreram, de fato, no século XIX, com a chegada de cidadãos guianenses e antilhanos, que ocuparam o lugar dos índios Oyâmpis, que migraram para a Serra do Tumucumaque. Tal ocupação, porém, não conseguiu inibir o avanço de exploradores franceses, ingleses e holandeses na área às margens do rio Oiapoque. Porém, somente em 1900, com a assinatura do Laudo Suíço entre Brasil e França, aquela região, correspondente atualmente à região norte do Amapá, tornou-se oficialmente brasileira.

O Laudo Suíço estabeleceu limite do Estado-nação, mas não conseguiu, logicamente, frear a dinâmica dos povos. Nos anos 1960, houve um intenso fluxo migratório de brasileiros para a Guiana Francesa em busca de oportunidades de trabalho, em razão da valorização da moeda francesa, tendo como corredor obrigatório de passagem a fronteira Oiapoque-Saint-Georges. Essa cidade corresponde a uma pequena comunidade francesa denominada Departamento de Ultramar da Guiana Francesa, com uma população equivalente a pouco mais de 3.000 pessoas (TOSTES, 2015). Localiza-se à 60 km da foz do rio Oiapoque em sua margem esquerda e constitui a fronteira natural com o Brasil. Do outro lado do rio, situa-se o município brasileiro de Oiapoque que atualmente liga-se ao território francês por meio da ponte binacional, inaugurada em 2017 (Figura 6.5).

Figura 6.5: Ponte Binacional na Fronteira Brasil e Guiana Francesa.



Fonte: Ribeiro (2018, p. 84).

6.4.2 ASPECTOS SOCIOECONÔMICO-CULTURAIS

O acordo de cooperação transfronteiriça assinado entre os governos brasileiro e francês – que previa realização de projetos de cooperação sócio-econômica, científica, educativa e cultural – permitiu o amplo acesso tanto de franceses do lado de cá quanto de brasileiros do lado de lá, o que intensificou e aumentou ainda mais o contato entre esses povos na região. Hoje é bastante comum a presença de franceses e guianenses nas ruas da cidade brasileira, seja a trabalho, comércio, negócios, educação ou diversão e lazer, sendo esses últimos os principais fatores de estimulação à vinda desses grupos ao Oiapoque.

O setor predominante nas atividades econômicas concentra-se nos serviços e atualmente vem despontando no setor agropecuário (RIBEIRO, 2018), além da pesca e da agricultura (SILVA et al., 2016). Nessas últimas atividades, as tribos indígenas têm participação socioeconômica relevante, pois são elas que abastecem boa parte da cidade com produtos agrícolas. O setor comercial é movimentado e tem como clientes-alvo os franceses; por outro lado, no setor educacional observa-se que a maioria da população possui grau de ensino baixo, em que de forma geral predominam pessoas com o nível fundamental, semelhante ao que ocorre em outras pequenas cidades do Brasil. Em todo o município oiapoqueense, só há uma escola estadual de ensino médio e cerca de doze escolas da rede pública que oferecem o ensino infantil e o fundamental. Em 2013, a Universidade Federal do Amapá implantou o campus binacional com cursos de graduação e, em seguida, foi instalado o campus do Instituto de Ensino Federal do Amapá oferecendo à comunidade a oportunidade de ingresso em vários cursos de nível técnico e superior.

Em termos de infraestrutura, a cidade é extremamente carente, com um sistema ineficiente de saneamento básico, ausência de asfaltamento na maioria das ruas e avenidas, carência nas opções de lazer, como cinema, teatro, arena esportiva, biblioteca ou livraria, falhas constantes no abastecimento de energia elétrica, sinal de internet e telefonia, coleta de lixo domiciliar deficitária, além de uma ocupação urbana desordenada. A Figura 6.6 retrata a principal via asfaltada da cidade.

Figura 6.6: Área Central de Oiapoque.

Fonte: Ribeiro (2018, p. 86).

Assim, apesar de as problemáticas observadas, Oiapoque exerce influência direta no comportamento econômico, social, político e cultural das cidades vizinhas do outro lado da fronteira, dada sua posição geográfica.

6.4.3 O CONTEXTO LINGUÍSTICO DE OIAPOQUE

Na região da fronteira franco-amapaense constituída geograficamente pelas cidades de Oiapoque (Amapá/Brasil) e Saint-Georges (Guiana Francesa/França) coexistem várias línguas. Essa realidade multilíngue evidencia-se pelo emprego, sobretudo, de quatro línguas mais usadas pelos falantes que transitam e habitam o local: português, francês, crioulo francês e *kheuól*, crioulo falada por indígenas (CAMPETELA et al., 2017). O português é a língua oficial e também a de maior uso em todos os espaços da cidade; mas, compartilha contextos com a língua francesa, que tende a ser a língua de trabalho para muitos oiapoquenses. No entanto, apesar de uma situação multilíngue nesse local, em geral, o emprego de cada língua é determinado por um contexto comunicativo específico e seus usuários reconhecem esse contexto no momento de suas interlocuções. Esse multilinguismo é percebido de forma mais frequente em razão do trânsito das pessoas, haja vista Oiapoque ser a entrada no Brasil e Saint-Georges ser a porta para a Guiana Francesa e toda a região caribenha (RIBEIRO, 2018). Cada uma delas tem seu contexto de uso definido, em geral, conhecido pelos falantes que as empregam de acordo com seus graus de fluência.

Nas escolas de Oiapoque se ensina o português como L1 e o francês e o inglês como línguas estrangeiras. Apesar de haver cerca de 70 famílias indígenas, cujos filhos estudam nessas escolas, o *kheuól* é ensinado apenas nas escolas das áreas indígenas da região. Nessas áreas situadas na região oiapoqueense, os falantes convivem cotidianamente com o português. Nas aldeias onde moram, os indígenas falam, basicamente, duas línguas: o *kheuól* e o português, que, para alguns tem status de L2 e para outros, como as crianças e jovens, equivale à L1. Nas aldeias mais distantes de Oiapoque, os indígenas empregam com menor frequência o português, o que reforça a manutenção e a vitalidade da língua indígena no local (BARROS, 2016).

Assim, a comunicação é marcada na fronteira amapaense pela pluralidade linguística, tendo o francês e o português como oficiais em seus respectivos territórios, mas em integração com crioulos, línguas indígenas e outras línguas que podem também ser encontradas diariamente nesta região. Assim, ratifica-se mais uma vez o papel da mobilidade e do contato entre os moradores da fronteira franco-amapaense, falantes de línguas maternas diferentes, mas grande parte falante do português, papel esse caracterizado pela diversidade dos povos que transitam no local e pelo fluxo migratório intenso que concretizam a dinâmica do contato na região.

6.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste capítulo, buscamos mostrar o papel do contato linguístico no município de Oiapoque, ressaltando a diversidade étnico-social do local e o fluxo migratório intenso, principais responsáveis pela interação dos indivíduos, os quais se configuram como falantes de línguas maternas diferentes, porém grande parte desses falantes compartilha o PB, sobretudo na condição de L2. Por fim, cabe destacar que essa área fronteira já possui diversos estudos que buscam dar visibilidade às dinâmicas interacionais próprias de áreas fronteiriças (SOUZA, 2022; SOUZA; DAY, 2021; SANTOS, 2021), porém ainda existe muito a ser estudado, dadas as particularidades de uma fronteira tão peculiar onde convivem línguas com funções sociais diversas, mas que atuam conjuntamente desempenhando suas respectivas funções na comunidade. Nossa intenção é dar continuidade ao estudo do português nessa localidade, seja como L1 ou L2, a fim de um melhor conhecimento da variedade falada nessa cidade fronteira.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, C. S.; RAUBER, A. L. Oiapoque, aqui começa o Brasil: a fronteira em construção e os desafios do Desenvolvimento Regional. *Redes*, v. 22, n. 1, 2017.
- BARROS, E. *A Língua Parikwaki (Palikur, Arawak): Situação Sociolinguística, Fonética e Fonologia*. Tese – Rio de Janeiro: UFRJ, 2016.
- BREMENKAMP, E. S. *Análise Sociolinguística da Manutenção da Língua Pomerana em Santa Maria de Jetibá*. Dissertação – Vitória: UFES, 2014.

- CALAZANS, P. C. *A Marcação da Concordância Verbal da Terceira Pessoa do Plural no Português de Contato dos Guarani do Espírito Santo*. Tese – Rio de Janeiro: UFRJ, Faculdade de Letras, 2018.
- CAMPETELA, C. *et al.* Documentação linguística, pesquisa e ensino: revitalização no contexto indígena do norte do Amapá. *Revista Linguística*, v. 13, n. 1, p. 151-167, 2017.
- CASTRO, E.; HAZEU, M. Cidades, fronteiras transnacionais e migração na Pan-Amazônia. *Somanlu*, n. 2, 2012.
- COMINOTTI, K. S. S. O Contato Linguístico entre o Vêneto e o Português em São Bento de Urânia, Alfredo Chaves, ES: uma análise sócio-histórica. *(Con)textos Linguísticos*, v. 9, n. 14, 2015.
- CHRISTINO, B.; SILVA, M. L. Concordância Verbal e Nominal na escrita em Português-Kaingang. *Papia*, v. 22, n. 2, p. 415-428, 2012.
- DAY, K. C. N. *A Situação Sociolinguística da Fronteira franco-brasileira: Oiapoque e Saint Georges*. Dissertação – Rio De Janeiro: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2005.
- DAY, K. C. N. Fronteiras Linguísticas e Fronteiras Políticas: Relações Linguísticas e Socio-Históricas na Fronteira do Brasil com a Guiana Francesa. *Cadernos de Letras da UFF – Dossiê: Língua em uso*, n. 47, 2013.
- DAY, Kelly Cristina Nascimento. Políticas de linguagem semiotizadas na paisagem linguística transfronteiriça de Oiapoque e Saint Georges. *Revista Humanidade e Inovação*, v. 8, n. 66, p. 20-32, 2021.
- FERREIRA, M. Descrição de aspectos da variante étnica usada pelos Parkatejê. *DELTA* [online], v. 21, n. 1, p. 1-21, 2005.
- FERREIRA, J. S.; ALLEYNE, M. C. Comparative Perspectives on the origins, development and structure of Amazonian (Karipúna) French Creole. *In: Comparative and Historical Studies*, Sil Publications, 2007, p. 325-357.
- FERREIRA, S. M. P.; SILVA, R. V. Contato linguístico na fronteira Brasil-Bolívia: hibridações étnicas, culturais e sociais. *In: Estudos históricos*, n. 09, 2012.
- GARCIA, S. P. *et al.* Os Indígenas e as suas relações na Fronteira Oiapoque/Guiana Francesa. *In: XXVII Simpósio Nacional de História*, Natal: 2013.
- LARA, C. C. *Varição fonético-fonológica e atitudes linguísticas: o desvozeamento das plosivas no português brasileiro em contato com o hunsrückisch no Rio Grande do Sul*. Tese – Porto Alegre: UFRGS, 2017.
- NASCIMENTO, O.; TOSTES, J. A. Oiapoque – aqui começa o Brasil: as perspectivas de desenvolvimento a partir da construção da BR-156 e da Ponte Binacional entre o Amapá e a Guiana Francesa. Comunicação apresentada no *IV Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação Pesquisa em Ambiente e Sociedade (ANPPAS)*, Brasília, 2008.

- RIBEIRO, C. M. R. *Contato Linguístico e a Concordância de Número no Sintagma Nominal no Português de Oiapoque-AP*. Tese – Rio de Janeiro: UFRJ, 2018.
- RONCARATI, C.; MOLICA, M. C. (orgs.). *Variação e Aquisição*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.
- SANKOFF, G. Linguistic outcomes of language contacts. In: TRUDGILL, P.; CHAMBERS, J.; SCHILLING-ESTES, N. (eds.), *Handbook of Sociolinguistics*. Oxford: Basil Blackwell, 2001, p. 638-668.
- SANTOS, F. Unidos pelo rio, separados pela ponte: desigualdades entrelaçadas na fronteira franco-brasileira. *Confins*. n. 51, p. 01-17, 2021.
- SANCHES, R. D. *Atlas Linguístico dos Karipuna do Amapá*. Rio Branco: Nepan, 2020.
- SILVA, I. *et al.* Multilinguismo e políticas: análise de uma paisagem linguística transfronteiriça. *Domínios da Linguagem*, v. 10. n. 4. Uberlândia: 2016.
- SOUZA, N. J. L. de. *Paisagem e Política entre Ecossistemas Linguísticos: uma abordagem ecolinguística da fronteira franco-brasileira*. Monografia – Macapá: UEAP, 2022.
- SOUZA, N. J. L. de; DAY, K. C. N. Dinâmicas interacionais fronteiriças: o uso do Francês nas instituições públicas em Oiapoque. *Macabéa – Revista Eletrônica do Netlli*, v. 10, n. 1, 2021, p. 315-337.
- TOBLER, A. W. *The Grammar of Karipuna Creole*. Brasília: Summer Institut of Linguistics. 1983.
- TOSTES, J. A. *Dinâmica entre a cidade de Oiapoque e Saint George*. Disponível em: <http://josealbertostes.blogspot.com/2015/dinamica-entre-cidade-de-oiapoque>. 2015. Acesso em: 16 maio 2017.
- THOMASON, S. G. *Language Contact*. Edinburgh University Press, Edinburgh, 2001.
- VIDAL, L. B. *Verbete Galibi-Marworno – Língua*. 2000. Disponível em: <http://www.socioambiental.org>.
- VIDAL, L. B. *Povos Indígenas do baixo Oiapoque*. Rio de Janeiro: Museu do Índio, 2009.
- WEINREICH, U.; LABOV, W.; HERZOG, M. *Fundamentos Empíricos para uma Teoria da Mudança Linguística*. São Paulo: Parábola, 2006 [1968]. (Tradução de M. Bagno).
- WEINREICH, U. *Languages in contact*. New York: Publications of the Linguistic Circle of New York, 1951.

CAPÍTULO 7

MOBILIDADE E VARIAÇÃO LINGUÍSTICA: REALIZAÇÃO DA APROXIMANTE RETROFLEXA [ɻ] NO PORTUGUÊS DE PASSO FUNDO – RS

Athany Gutierrez, Livia Majolo Rockenbach & Elisa Battisti

7.1 INTRODUÇÃO

A realização variável do rótico em coda silábica (a/R/mário, po/R/que, faze/R/) confere ao português brasileiro (PB) falado em Passo Fundo, município situado no Norte do Rio Grande do Sul (RS), um de seus traços caracterizadores. Na maior parte das variedades de PB do RS, as variantes mais frequentes do rótico nessa posição são o tepe alveolar [r] (a[r]mário, po[r]que, faze[r]) e o apagamento (po[ø]que, faze[ø]) (ROCKENBACH, 2020; OLIVEIRA, 2018; SANTANA, 2017; MONARETTO, 2014, 2010; CALLOU; MORAES; LEITE, 2013; BOTASSINI, 2011). É baixa a frequência de vibrante múltipla alveolar [r], tradicionalmente associada ao falar prototípico gaúcho (CORRÊA, 2020); e há alguns registros, relativamente recentes, de ocorrência da aproximante retroflesa em coda [ɻ] (SANTOS; ROCKENBACH; GUTIERRES, 2020; ROCKENBACH, 2020; COLLET, 2020; RICARDO, 2019; OLIVEIRA, 2018; SANTANA, 2017).

Nas variedades de PB de outras regiões e estados brasileiros, a realização do rótico em coda silábica varia entre tepe alveolar [r], fricativas velar [x] e glotal [h] (CALLOU; MORAES; LEITE, 2013), aproximante retroflexa [ɺ] e apagamento (OUSHIRO, 2015; OUSHIRO; MENDES, 2013). A variante retroflexa em coda (popularmente conhecida como “r-caipira”) é geralmente associada a falantes de regiões periféricas e favorecida por homens de baixa escolarização, como ocorre no PB de São Paulo (OUSHIRO, 2015; OUSHIRO; MENDES, 2013). Há evidências da produtividade de [ɺ] no falar paulistano e de mudança em progresso em direção à variante retroflexa. Temos¹ essa impressão também sobre a retroflexa no PB de Passo Fundo, o que nos motivou a realizar o presente estudo.

As atividades socioeconômicas desenvolvidas em Passo Fundo² vêm transformando a população da maior cidade do Norte do RS. A comunidade, formada no século XIX em território inicialmente povoado por indígenas Tapes e Kaingangs, destino de jesuítas e posto de parada de tropeiros paulistas, recebe hoje pessoas de todas as regiões do país em busca de trabalho, educação e assistência à saúde. Considerando-se que a economia regional impulsiona a mobilidade e a língua é um elemento-chave nesse processo (HELLER et al., 2016), buscamos identificar e discutir o padrão de realização da variante retroflexa do rótico em coda silábica no PB de Passo Fundo face aos possíveis efeitos de fluxos migratórios no padrão local de realização da variante. A retroflexa parece ocorrer em proporção relativamente expressiva no falar passo-fundense quando se compara o PB local com o de outras comunidades gaúchas.

Os objetivos do capítulo são verificar se nossas impressões sobre a distribuição da retroflexa se confirmam. Orientamo-nos pelas seguintes questões: (i) qual é a frequência de realização da consoante retroflexa em Passo Fundo?; (ii) qual é o encaixamento social do r-retroflexo na comunidade?; (iii) qual é o condicionamento gramatical da variante?; e (iv) qual é o papel da mobilidade na difusão da variante? O aporte teórico-metodológico é o da teoria da variação laboviana (LABOV, 2008), em seu pressuposto da heterogeneidade ordenada, isto é, de que a variação linguística se correlaciona tanto a categorias da organização social das comunidades de fala quanto a aspectos da própria estruturação linguística.

Tem-se poucos registros sobre a variedade de português falada em Passo Fundo. Comiotto e Margotti (2019) analisam a variação dos róticos em ataque silábico em localidades do RS e SC, com dados do ALiB, que contemplam alguns falantes de Passo Fundo. Cardoso (2020) desenvolve um estudo geossociolinguístico de variação lexical, que compara a fala de indivíduos de Passo Fundo e de Londrina (PR). A exemplo das investigações mencionadas, não encontramos descrições sociolinguísticas do português passo-fundense, especialmente sobre a variável fonológica que estamos

1 Uma das autoras do presente trabalho, nascida em Veranópolis, no Nordeste gaúcho, passou a residir e trabalhar em Passo Fundo em 2018. As outras residem em Porto Alegre.

2 De acordo com a Associação Comercial, Industrial, de Serviços e Agronegócio (ACISA) de Passo Fundo, a economia de Passo Fundo concentra-se no setor de serviços (nas áreas da saúde e da educação), na agropecuária e no comércio. A indústria do município é diversa, atuando mais fortemente nas áreas metalmeccânica, alimentícia, têxtil e de biodiesel. Disponível em: <https://www.acisa.org.br/passou-fundo/>. Acesso em: 30 abr. 2022.

investigando, o /R/ em coda silábica. Nosso capítulo preenche essa lacuna, contextualiza a localidade-alvo no cenário dos estudos de variação no Sul do país e propõe uma reflexão a respeito do status de /R/ na comunidade.

7.2 FUNDAMENTOS TEÓRICOS PARA O ESTUDO DA VARIAÇÃO, MOBILIDADE E CONTATO LINGUÍSTICO

Labov (1966, 2008) mostrou que a variação linguística se estrutura, ao mesmo tempo, na organização gramatical interna das línguas naturais e na organização social das comunidades de fala, como prevê o pressuposto da heterogeneidade ordenada (WEINREICH; LABOV; HERZOG, 2006). A partir das primeiras pesquisas labovianas, a sociolinguística variacionista ganhou corpo. A investigação da variação passou a ser um aspecto fundamental aos estudos de variação e mudança linguística, à descrição e à compreensão do funcionamento dos sistemas linguísticos.

As pesquisas labovianas sobre a realização variável de (-r) no inglês falado em Nova Iorque e sobre a centralização de ditongos na ilha de Martha's Vineyard mostraram que as variáveis linguísticas não são ocorrências aleatórias, são fatos estruturados, encaixados social e linguisticamente no padrão de fala das comunidades. Além disso, os estudos de Labov consagraram a entrevista sociolinguística – gravada em áudio, seguindo um roteiro semiestruturado de perguntas sobre temas do cotidiano, familiares ao informante, para buscar eliciar a fala o mais natural possível em um contexto de entrevista – como o método por excelência para a coleta de dados de fala, e a análise quantitativa (estatística), como método para examinar os dados obtidos nas entrevistas, testando a correlação de variáveis sociais (referentes à estratificação dos falantes) e linguísticas (referentes à organização interna da língua) com as realizações variáveis investigadas.

Desde então, os estudos sociolinguísticos variacionistas vêm se expandindo, mostrando que as línguas são afetadas pela dinâmica das relações sociais das comunidades de fala. A mobilidade dos falantes é um dos aspectos dessa dinâmica. A mobilidade promove o contato de populações e diferentes normas de uso da linguagem, que podem ser adquiridas e, assim, difundidas pelos falantes. Foi o que Bortoni-Ricardo (2011) verificou ao observar o deslocamento de falantes rurais para zonas urbanas em busca de trabalho: a transformação de dialetos regionais em dialetos *rurbanos*. Ao chegar à cidade, o falante oriundo da zona rural é geralmente estigmatizado e cria consciência do caráter desprestigiado de sua fala. Muitas vezes, tais traços desaparecem à medida que o falante vai se incorporando à vida urbana.

A mudança linguística em direção a normas localmente prestigiadas tem sido também observada em estudos recentes. Santana e Gomes (2019) verificaram a transformação de uma variedade rural do interior do Maranhão em norma urbana, devido a processos migratórios e ao consequente crescimento acelerado do município. Lucchesi (2019), a partir do estudo de dez variáveis morfossintáticas, constatou que o deslocamento populacional da zona rural para a urbana, seguido do retorno à comu-

nidade de origem, é fator propulsor da mudança linguística em comunidades do interior da Bahia. Efeitos da “migração de retorno” (OLIVEIRA; ERVATTI; O’NEILL, 2011) motivada por novas demandas de trabalho também foram verificados por Heller et al. (2016) na alternância entre o inglês (língua do empregador) e o francês (língua do empregado) em investigação etnográfica de comunidades francófonas no Canadá.

Dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) revelam que o perfil da população migrante no Brasil é jovem (18 a 29 anos). Entre os anos de 2003 e 2008, mais de três milhões de brasileiros deixaram seus estados de origem. Na região Sul, o maior percentual de migrantes mudou-se no interior dos próprios estados (5,7% dos migrantes do país em 2008). Em relação ao Rio Grande do Sul, os gaúchos que migraram elegeram comunidades na região Sudeste (3,7%). No sentido inverso, entre os anos de 2004-2009, o RS esteve entre os estados brasileiros com as taxas mais expressivas de migração de retorno, de acordo com Oliveira, Ervatti e O’Neill (2011).

Observa-se que o atrativo dos migrantes é o desenvolvimento econômico das comunidades (SIQUEIRA, 2021; LUCCHESI, 2019; SANTANA; GOMES, 2019; HELLER et al., 2016; OLIVEIRA; ERVATTI; O’NEILL, 2011). Em Heller et al. (2016), a migração caracterizou-se pelo deslocamento dos homens a trabalho, cumprindo jornadas laborais exaustivas, para então retornarem às suas famílias. Para além do trabalho, educação e turismo também são forças motrizes da mobilidade, e língua e cultura, os elementos-chave da organização social e da organização do trabalho. O valor atribuído à língua está associado ao desenvolvimento econômico das comunidades falantes. Se as comunidades de destino forem mais desenvolvidas em termos econômicos e sociais, é possível que os migrantes atribuam prestígio a traços da variedade linguística da nova comunidade; em sentido inverso, traços peculiares às populações migrantes podem ser desprestigiados na nova comunidade, o que eventualmente contribui para que variantes de prestígio sejam implementadas e variantes estigmatizadas tendam a desaparecer da fala de quem migrou.

O contato linguístico implicado pela mobilidade é, em termos de investigação, um desafio para os linguistas. Como localizar o “falante puro”, aquele nascido na comunidade e filho de pais também nascidos na mesma localidade? É o que questionam Freitag e Oushiro (2019, p. 1324). A investigação linguística que empreendemos aqui tem na localização de passo-fundenses nativos seu primeiro desafio, necessários para efetuar uma análise estatística consistente. Uma breve descrição de Passo Fundo, especialmente no que diz respeito às atividades socioeconômicas desenvolvidas na comunidade, motivadoras dos movimentos migratórios de interesse, mostra a dimensão desse desafio.

7.3 A COMUNIDADE DE FALA DE PASSO FUNDO

Passo Fundo é um município de porte médio do Norte gaúcho. É conhecido como “Capital do Planalto Médio” e “Capital Nacional da Literatura”.³ Fundado em 07 de agosto de 1857, possui, de acordo com o IBGE,⁴ uma população estimada em 206.103 habitantes (estimativas 2021) e uma área territorial de 784.407 km². A taxa de escolarização (6 a 14 anos) é de 97,3% e o índice de desenvolvimento humano municipal é de 0,776, superior à média geral do estado (0,746) (estimativas de 2010). Faz limite com os municípios de Pontão, ao Norte; Ernestina, ao Sul; Marau, a Leste; e Carazinho, a Oeste. Está localizado a aproximadamente 280 km da capital do estado, Porto Alegre.

Figura 7.1: Mapa do RS com destaque para Passo Fundo.



Fonte: *Wikipedia* (Acesso em: 18 jan. 2022).

O território de Passo Fundo, inicialmente ocupado por índios das tribos indígenas Tapes e Kaingang, recebeu posteriormente jesuítas das Missões Orientais do Uruguai, em missão evangelizadora. A formação do que veio a ser o município de Passo Fundo iniciou nas primeiras décadas do século XIX com os tropeiros vindos da fronteira sul, em demanda à então Província de São Paulo. Passo Fundo era o ponto de

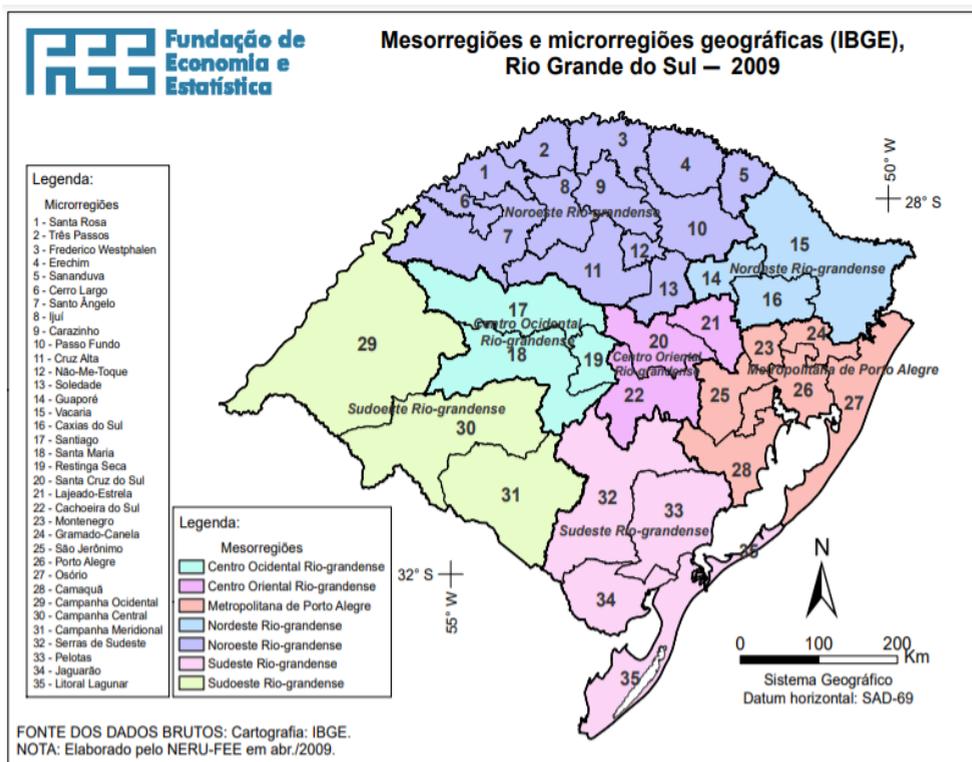
3 Passo Fundo foi declarada Capital Nacional da Literatura em 2 de janeiro de 2006 pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, por meio da Lei 11.264/2006. O mérito foi concedido em função de a cidade sediar um dos maiores debates literários da América Latina, a Jornada Nacional de Literatura, realizada bianualmente desde 1981.

4 Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/rs/passos-fundo.html>. Acesso em: 30 abr. 2022.

parada para descanso de tropeiros vindos de São Paulo, como medida de segurança contra o ataque de índios hostis, razão por que veio a ser chamado “caminho dos paulistas”.⁵

O tropeirismo, empreendido por homens designados pelas autoridades coloniais para administrar as regiões, facilitando a passagem do gado e defendendo a terra, marcou a história da instalação das atividades econômicas do município. Os tropeiros protegiam as fronteiras e, ao mesmo tempo, gerenciavam o comércio da região. Conforme Ferreto (2011), após os tropeiros chegaram os primeiros imigrantes europeus (alemães e italianos); em seguida, os bandeirantes, vindos da região central do Brasil. Passo Fundo é hoje o principal município da Mesorregião Noroeste⁶ do RS.

Figura 7.2: As Mesorregiões do Rio Grande do Sul.



Fonte: http://mapas.fee.tche.br/wp-content/uploads/2009/08/micro_mesorregioes_rs_2009.pdf.

Acesso em: 26 jan. 2022.

5 Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/passo-fundo/historico>. Acesso em: 18 jan. 2022.

6 São sete as mesorregiões (áreas individualizadas tanto por suas formas de organização no espaço quanto a seu quadro natural, processo social, rede de comunicação e de lugares) do Rio Grande do Sul: Centro Ocidental Rio-grandense, Centro Oriental Rio-grandense, Metropolitana de Porto Alegre, Nordeste Rio-grandense, Noroeste Rio-grandense, Sudeste Rio-grandense, Sudoeste Rio-grandense. Disponível em: <http://feedados.fee.tche.br/feedados/#!home/unidadesgeograficas/mesorregioes>. Acesso em: 26 jan. 2022.

De acordo com Bandeira et al. (2014), a Mesorregião Noroeste Rio-Grandense tem a segunda maior população do estado, representando 18,2% do total. Os municípios no extremo Norte (junto ao rio Uruguai) são formados principalmente por pequenas propriedades rurais familiares. Já o Sul dessa mesorregião produz milho e soja em escala. A participação da agropecuária no PIB da Mesorregião Noroeste (19,06%) é duas vezes maior do que a participação desse setor no PIB do RS. No que se refere ao desenvolvimento econômico e demográfico, Passo Fundo cresceu a taxas mais elevadas do que os demais municípios de seu entorno. Hoje o município é supridor de bens e serviços nessa área (ALONSO, 1989, p. 285), fazendo jus ao papel de “capital regional”. É assim designada pelo REGIC (IBGE, 2008): uma capital regional do tipo B, que exerce ampla influência nos municípios de seu entorno.

Historicamente, as atividades econômicas do município acompanharam os índices de crescimento do Rio Grande do Sul e do Brasil a partir do período pós-guerra. Sempre foram superiores aos dos municípios de sua área de influência. No setor industrial, por exemplo, o Valor Adicionado Fiscal (VAF) de Passo Fundo passou de 32,18% em 1972 para 41,25% em 1987; no comércio, de 34,04% para 42,5% no mesmo período; ao passo que, nos municípios de sua região de abrangência, a mesma participação nesses setores variou entre 3% e 6%. A agropecuária não apresentou um crescimento tão marcante quanto aos demais setores naquela época, em razão da mudança no perfil da população, da modernização tecnológica e da articulação com mercados externos competitivos, como o da soja.

De acordo com Alonso (2009), entre as décadas de 1940 a 1980, a população de Passo Fundo passou de 20.584 mil habitantes para 105.468 mil habitantes, um efeito da expansão da economia, baseada nas atividades do setor primário. O crescimento econômico associado ao demográfico deram um “ar de progresso” à cidade: melhorias no calçamento, iluminação pública, abastecimento da rede de água, aumento da rede escolar e da assistência à saúde. A construção civil renovou a paisagem urbana e houve crescimento generalizado nos setores da economia, acompanhado da geração de novos empregos e da expansão da massa salarial e de investimentos. A velocidade dessas mudanças, análogas às atividades econômicas, acompanhou o ritmo do estado e do país, e foi muito superior à região.

Passo Fundo emergiu como uma “aglomeração descontínua”: aquela formada por cidades de municípios contíguos, cuja integração é feita por complementaridade de funções e não por coalescência (não há espaço urbanizado contínuo), segundo Alonso (2009). As aglomerações, entendidas como a proximidade dos meios de produções e das populações, constituem um elemento essencial da organização econômica e social e implicam mobilidade. No topo da hierarquia das aglomerações está a metropolitana, que comanda, de forma articulada, um conjunto de outras aglomerações e de centros urbanos de menor porte, formando redes urbanas. De acordo com Alonso (2009), a Aglomeração Descontínua de Passo Fundo (ADPF) é constituída por 30 municípios, sendo 26 deles controlados por 4 cidades-núcleo: Passo Fundo, Erechim, Carazinho e Marau, sob a primazia da primeira. Em 2006, a ADPF gerava 6,16% do produto agropecuário, 4,43% do da indústria, e 4,96% da oferta de serviços no RS. A aglomeração representava 4,93% da produção total do estado.

Atualmente, as atividades socioeconômicas do município, movidas pela agricultura/agronegócio (grande parte das lavouras está organizada em bases empresariais e é predominantemente produtora de grãos), indústria, serviços, saúde e educação, fazem de Passo Fundo um atraente polo migratório. Dos 184.826 habitantes do município em 2010, 181.630 eram nascidos em Passo Fundo ou outras localidades da região Sul, seguidos por 1.004 migrantes vindos do Sudeste e 767 do Nordeste (IBGE). Presume-se que essas ainda hoje sejam as regiões brasileiras que concentram a maioria dos residentes, com ênfase para a região Sudeste. Destacam-se ainda as recentes obras de ampliação e modernização efetuadas no aeroporto regional do município que conta com voos diretos e diários a São Paulo. Além disso, a presença de três universidades, sendo uma federal, atrai estudantes de outras localidades, o que impulsiona a diversidade regional e linguística da população.

Embora atraia migrantes de outras localidades do estado e do país, a região do RS em que se situa Passo Fundo (a Mesorregião Noroeste) apresenta, ao mesmo tempo, uma tendência de perder população por migração interna, mas essa perda vem se reduzindo, segundo Bandeira et al. (2014). As principais perdas populacionais por migração interna são para as mesorregiões Metropolitana de Porto Alegre e Nordeste. Já em relação a outros estados brasileiros, a Mesorregião Noroeste continua sendo a de maior evasão proporcional, ao mesmo tempo que é uma das mesorregiões gaúchas que mais recebem migrantes de outros estados brasileiros. Conforme Bandeira et al. (2014), com base no Censo Demográfico de 2010, quase metade dos migrantes no RS provém da região Sul do Brasil (48,5 mil), seguida pelos migrantes da região Sudeste (27,3 mil, mais da metade dessa população vinda de São Paulo). Por outro lado, nos períodos de 1986-1991 e de 2005-2010, diminuiu a proporção de imigrantes da região Sul do país (de 58,5% para 47,7%), enquanto o percentual da região Sudeste aumentou de 22,1% para 26,8%. Também cresceu o percentual de migrantes oriundos da região Nordeste, de 5,5% para 10,4%. Somente SC foi responsável por 31,2% do total dos imigrantes do RS no período 2005-2010, em razão da proximidade geográfica: SC é responsável por cerca de 40% dos imigrantes no Nordeste e Noroeste gaúchos.

Oliveira, Bogoni e Lazarotto (2009) analisam os fluxos migratórios ocorridos no RS com base em dados do IBGE, considerando os migrantes que se deslocaram de outros estados para o RS entre 31/07/1995 e a data da coleta do censo 2000. Verificam que o RS recebeu um total de 113.395 migrantes durante o período, sendo que o estado que mais enviou migrantes foi Santa Catarina (SC), num montante de 41.155 pessoas, seguido pelo estado do Paraná, com 22.132 indivíduos, e São Paulo, com 14.546. Destacam-se ainda Rio de Janeiro, Mato Grosso do Sul e Minas Gerais. O somatório dos anos de estudo dos imigrantes concentra-se na categoria de 4 a 7 anos de estudo, sendo que SC enviou sobretudo pessoas com 11 a 14 anos de estudo, totalizando 6.995 indivíduos. São Paulo e Rio de Janeiro apresentaram o mesmo comportamento. Todavia, o Paraná enviou fluxo maior de imigrantes de 4 a 7 anos de estudo, assim como Mato Grosso do Sul. Quanto à idade, a maioria dos estados brasileiros enviou ao RS imigrantes com idade entre 20 a 24 anos. Esses dados confirmam que a migração é mais intensa entre os jovens e evidenciam que os fluxos migratórios ao RS não são de pessoas altamente qualificadas, mas de indivíduos com níveis fundamental e médio

de escolaridade – 64% dos imigrantes que vieram para o RS situam-se no intervalo entre “sem instrução” e “até 10 anos de estudo”.

Os estudos revisados mostram, portanto, que Passo Fundo apresenta grande mobilidade populacional, não apenas no sentido do ingresso, mas também de evasão da população: ao mesmo tempo que passo-fundenses migram para outros estados brasileiros ou outras localidades no próprio RS, a mesorregião em que Passo Fundo se situa recebe migrantes de SC, Paraná, São Paulo, Minas Gerais, Mato Grosso. As populações migradas para Passo Fundo caracterizam-se pela baixa ou média escolaridade e pela juventude. Já na formação do município, a mobilidade populacional compõe, com os tropeiros paulistas, um capítulo relevante para os contatos linguísticos. A atual dinâmica socioeconômica da comunidade incrementa o processo, criando condições para a importação e difusão de normas de uso. Nossa ideia é a de que tal dinâmica crie instabilidade sociolinguística tanto no nível da comunidade quanto no nível do indivíduo, em um quadro de *mudança comunal*, como previsto por Labov (1994). Essa instabilidade, por seu turno, estaria na base da realização da variante retroflexa em coda silábica no PB de Passo Fundo, um padrão de fala distinto daquele das demais comunidades gaúchas, em que tal realização é pouco frequente, como revela, a seguir, a breve revisão de estudos sobre o tema.

7.4 A VARIANTE RETROFLEXA DE /R/ EM CODA NO PORTUGUÊS DO SUL DO BRASIL

O r-retroflexo, ou aproximante retroflexa [ɻ], é uma das realizações possíveis da classe das consoantes róticas em ambiente de coda silábica medial (po[ɻ]ta) ou final (amo[ɻ]) no PB. É articulado com a ponta da língua curvando-se em direção aos alvéolos, ao mesmo tempo em que a parte posterior da língua se levanta em direção ao palato mole (SILVA, 2011). No Sul do Brasil, no imaginário coletivo, a variante retroflexa é associada aos falares paulistano (principalmente do interior) e paranaense, mas não ao gaúcho.

Além de Amaral (1955), os primeiros registros dessa consoante no português do Brasil datam dos anos 1960 e 1970 nos estados de São Paulo, Minas Gerais e Paraná (RENNICKE, 2011; BRANDÃO, 2007). Já naquela época, o retroflexo era identificado como um traço do “... falar caipira [...] dominava em absoluto a grande maioria da população [da antiga província de São Paulo] e estendia sua influência à própria minoria culta” (AMARAL, 1955, p. 41). Por ser uma forma desprestigiada, acreditava-se que a variante desapareceria em pouco tempo do vernáculo. Atlas linguísticos publicados naquelas décadas e nas seguintes (ROSSI et al., 1963; ARAGÃO; MENEZES, 1984; FERREIRA et al., 1987; LIMA, 2003 *apud* BRANDÃO, 2007) apontam ocorrências mais ou menos esparsas da consoante em outras regiões brasileiras (Bahia – 59 ocorrências; Paraíba – 3 ocorrências; Sergipe – 47 ocorrências; Pará – 9 ocorrências).

Quanto à distribuição da variante na região Sul (RS, SC e PR), dados do Atlas Linguístico-Etnográfico da Região Sul do Brasil (ALERS) (KOCH; KLASSMANN; ALTENHOFEN, 2002) indicam que a realização da consoante retroflexa se concentra no

Paraná, seguida por localidades de Santa Catarina, em número considerável, e apresentando poucas ocorrências no Rio Grande do Sul. Monaretto (1997), ao levantar dados das três capitais do Sul do Brasil da amostra do VARSUL, encontrou altas proporções de [ɺ] em Curitiba (78%), relativamente baixas em Porto Alegre (21%) e somente uma ocorrência em Florianópolis. Dados do ALiB referentes às três capitais dos estados do Sul mostram que o tepe alveolar é a variante preferida nessa região (64% em verbos, 43% em não verbos), enquanto a retroflexa aparece em 8% dos verbos e 16% dos não verbos. Em Porto Alegre, a variante retroflexa ocorre em 7% nos verbos e em 12% nos não verbos, de acordo com Santana (2017). Oliveira (2018), cuja investigação concentrou-se em localidades do interior dos estados do PR, SC e RS também a partir do corpus ALiB, verificou maior prevalência da aproximante retroflexa em localidades do interior quando comparadas às capitais: em verbos, 52% de realização de tepe e 42% de retroflexo; em não verbos, a aproximante é mais saliente: 58% versus 37% (tepe). Das seis localidades investigadas (Santa Maria e Caçapava do Sul no RS; Lages e Criciúma em SC; e Guarapuava e Campo Mourão no PR), a produção de [ɺ] em coda é mais alta em Campo Mourão (76% verbos, 99% não verbos), seguida de Criciúma (67% verbos, 66% não verbos) e Santa Maria (23% verbos e 52% não verbos).

Ricardo (2019), ao realizar um estudo de caso com dois informantes em Porto Alegre, verificou a presença de retroflexo em coda em 27,2% e 15,2%. Cabe ressaltar que o referido estudo, embora aponte hipóteses sobre a produtividade da consoante e forneça explicações sobre seu condicionamento gramatical, não é representativo da comunidade de fala da capital gaúcha: além de os informantes serem oriundos de municípios do entorno de Porto Alegre, não é possível explicar o padrão de distribuição da consoante a partir da fala de apenas dois informantes. Rockenbach (2020), ao investigar o apagamento variável da vibrante em Porto Alegre a partir de um corpus de 2.860 dados oriundos do LínguaPOA (2015-2019), encontrou apenas 6 ocorrências da consoante retroflexa na fala de dois informantes porto-alegrenses.

Em Passo Fundo, um passeio pelo comércio e serviços locais sugere que o r-retroflexo seja uma realização relativamente frequente. A variante chama a atenção na fala do dia a dia, principalmente por seu contraste com dados de Porto Alegre (ROCKENBACH, 2020). Investigações sociolinguísticas conduzidas nas capitais brasileiras são tradicionalmente referência para a caracterização e estereotipação os falares nos estados. Nosso estudo questiona esse padrão, busca descrever outras normas de uso do português para além da capital. A fim de fornecer respostas às questões norteadoras do estudo, anunciadas na Introdução, examinaremos uma amostra de fala do português de Passo Fundo, cujos procedimentos de análise são expostos a seguir.

7.5 METODOLOGIA

Os dados de fala advêm de 20 informantes (13 mulheres e 07 homens), pertencentes às faixas etárias de 18-35 anos ou 36-59 anos, nascidos e residentes em Passo Fundo, selecionados aleatoriamente por estudantes voluntários do projeto “Percepção da fala passo-fundense a partir da produção variável de /R/”.⁷ Para participar da pesquisa, os falantes precisavam ter idade igual ou superior a 18 anos e ter nascido e atualmente residir em Passo Fundo.

Após o levantamento dos dados sociais dos informantes, obtido por meio de um questionário semiestruturado, a eles era solicitado que lessem um pequeno texto,⁸ que foi gravado com o seu consentimento. O objetivo da leitura foi coletar estímulos sonoros contendo realizações de /R/ em coda silábica para a confecção de testes de percepção (de acordo com os propósitos do projeto ao qual os dados estão vinculados).

Para este trabalho, utilizam-se os dados de leitura na análise de regra variável das realizações de /R/ em coda silábica. Foram extraídos 34 contextos para análise, contendo /R/ em coda em posição medial ou final de palavra, multiplicados por 20 informantes, gerando-se um banco de 680 dados. Excluindo-se ocorrências inaudíveis devido a falhas na leitura e na gravação, ou por divergências na escuta e identificação da variante realizada pelo informante, obteve-se um corpus final de 674 dados.

Para a análise, considerou-se aplicação da regra (variável resposta) a realização da consoante aproximante retroflexa, e não aplicação, a realização de outras variantes. Nossa hipótese é a de que o retroflexo alterne com realizações de tepe alveolar. Eventuais ocorrências de apagamento, sobretudo em verbos com marca de infinitivo, foram excluídas. As variáveis previsoras sociais e linguísticas controladas são sumarizadas no Quadro 7.1.

7 Coordenado pela profa. Athany Gutierrez. Aprovado pelo CEP/UFFS (CAAE: 21478319.1.0000.5564, parecer nº 3.642.502). Agradecemos a participação do bolsista de Iniciação Científica, Heric Gabriel Vieira dos Santos (UFFS), e da acadêmica voluntária, Lívia Majolo Rockenbach (UFRGS), no tratamento dos dados. E também agradecemos aos acadêmicos Cláudia Menoncini, Guilherme Sommovilla, Gustavo Antunes Silva, Natanael Alves de Lima, Nathyelle Maria de Oliveira Cândido, Nicoli Belloli Dias, Ricardo Debon e Thiago Emanuel Rodrigues Novaes, do Curso de Medicina da UFFS – Campus Passo Fundo, por sua participação voluntária na coleta de dados do projeto.

8 Disponível em: <https://www.pmpf.rs.gov.br/secretaria-de-transportes-e-servicos-gerais/2019/05/19/ato-marca-assinatura-do-adote-o-verde-13589/>. Acesso em: 30 abr. 2022.

Quadro 7.1: Variáveis previsoras sociais e linguísticas

Variáveis sociais	Variáveis linguísticas
Faixa etária 18 a 35 anos 36 a 59 anos	Tipo de coda Medial (ver <u>r</u> .des) Final (po.de <u>r</u>)
Sexo Feminino Masculino	Tonicidade Átona (particular) Tônica (parques)
Escolaridade (completa ou em andamento) Ensino Fundamental Ensino Médio Ensino Superior Pós-graduação	Classe de palavra Substantivo (par <u>cer</u> ias) Verbo (ampli <u>ar</u>) Adjetivo (ver <u>de</u> s) Preposição (po <u>r</u>)
Profissão Empregado setor público Empregado setor privado Empregador (urbano ou rural) Autônomo Estudante/bolsista/estagiário	Número de sílabas 1 (po <u>r</u>) 2 (pa <u>r</u> .ques) 3 (con.se <u>r</u> .va <u>r</u>) 4 ou mais (com.pa <u>r</u> .ti.lha.men.to)
Região de residência Central Não central	Qualidade da vogal precedente Alta (urbanizar <u>e</u>) Média (lazer <u>er</u>) Baixa (colabor <u>ar</u>)
Tempo de residência na região atual 1 a 5 anos 6 a 11 anos 12 a 20 anos 21 a 30 anos 31 anos ou mais	Contexto fonológico seguinte Vogal (lazer <u>e</u>) Pausa (urbanizar <u>r</u>) Consoante (ver <u>de</u>)

Os dados foram codificados para a variável resposta (aproximante retroflexa) e variáveis previsoras (sociais e linguísticas) em uma planilha .csv. A análise estatística de regressão logística de efeitos mistos foi realizada no programa R, interface RStudio (RCORE TEAM, 2021), para testar possíveis correlações da variável resposta com as previsoras. Anteriormente à análise de regressão, efetuou-se teste de qui-quadrado de Pearson com as variáveis previsoras, para verificar se havia diferença significativa na proporção de aplicação da regra entre os fatores de cada variável. Incluíram-se nos modelos testados na análise de regressão logística apenas as variáveis previsoras com p-valor significativo (igual ou inferior a 0,05).

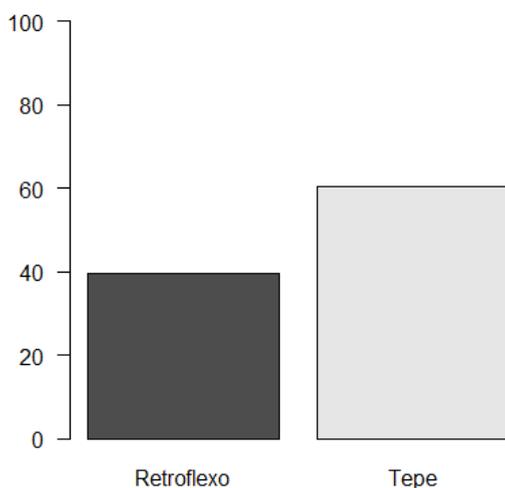
A análise estatística fornecerá respostas à questão norteadora (i), sobre a frequência de realização da variante retroflexa; o controle das variáveis previsoras sociais e linguísticas responderá as questões (ii) e (iii), sobre o encaixamento social e o

condicionamento gramatical da variante; a questão (iv) será respondida com base na interpretação e discussão dos resultados, amparados por achados de estudos demográficos, etnográficos e sociolinguísticos sobre mobilidade e contato, revisados na seção anterior.

7.6 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise estatística constatou a proporção de 39,6% (267/674) de realização da retroflexa, confirmando nossa hipótese de que a produção da variante em coda silábica é relativamente expressiva no PB de Passo Fundo. As demais ocorrências correspondem a realizações de tepe alveolar (60,4% - 407/674), em conformidade com a literatura sobre a variante rótica predominante em coda silábica na fala dos gaúchos. A distribuição da retroflexa pode ser observada no Gráfico 7.1.

Gráfico 7.1: Realização variável de /R/ em Passo Fundo, RS.



O teste de qui-quadrado indicou diferença significativa ($p < 0,05$) entre os fatores das variáveis previsoras *faixa etária, sexo, escolaridade, profissão, tempo de residência na região atual, tipo de coda, classe de palavra, número de sílabas e contexto fonológico seguinte*. Essas foram incluídas no modelo da análise de regressão logística de efeitos mistos, cujos resultados apresentamos na Tabela 7.1. O primeiro fator de cada variável foi selecionado como valor de referência.

Tabela 7.1: Resultados do modelo de regressão logística de efeitos mistos da realização da aproximante retroflexa em coda silábica no português de Passo Fundo, RS (N=674) Intercepto=-8,705

Variável	Aplicação/ tokens	Estimativa	Erro padrão	Valor z	Valor-p
Faixa etária					
18-35 (valor de referência)	150/302 (50%)				
36-59	117/372 (31%)	1,2611	1,1454	1,101	0,271
Sexo					
Feminino (valor de refer.)	126/436 (29%)				
Masculino	141/238 (59%)	1,7203	1,0421	1,651	0,099
Escolaridade					
Ensino Fund. (valor de ref.)	52/93 (56%)				
Ensino Médio	153/310 (49%)	-3,4679	1,4942	-2,321	0,020
Ensino Superior	43/170 (25%)	-5,3729	1,9361	-2,775	0,005
Pós-graduação	5/66 (8%)	-3,6903	2,0320	-1,816	0,069
Profissão					
Autônomo (valor de ref.)	25/35 (71%)				
Empregador rural ou urbano	33/132 (25%)	-4,0660	2,0923	-1,943	0,052
Empregado setor privado	174/303 (57%)	-5,5900	2,6731	-2,091	0,036
Empregado setor público	21/169 (12%)	-4,0898	2,5573	-1,599	0,110
Tempo de residência	57/194 (29%)				
1-5 anos (valor de refer.)	67/138 (49%)				
6-11 anos	34/67 (51%)	1,1536	1,4972	0,771	0,441
12-20 anos	82/105 (78%)	2,6842	1,7613	1,524	0,127
21-30 anos	5,4199	1,7326	3,128	0,002	
31-mais anos	27/170 (16%)	-2,5880	1,5177	-1,705	0,088
Tipo de coda	89/274 (32%)				
Final (valor de refer.)	178/400 (45%)	-0,2191	0,4272	-0,513	0,608
Medial					

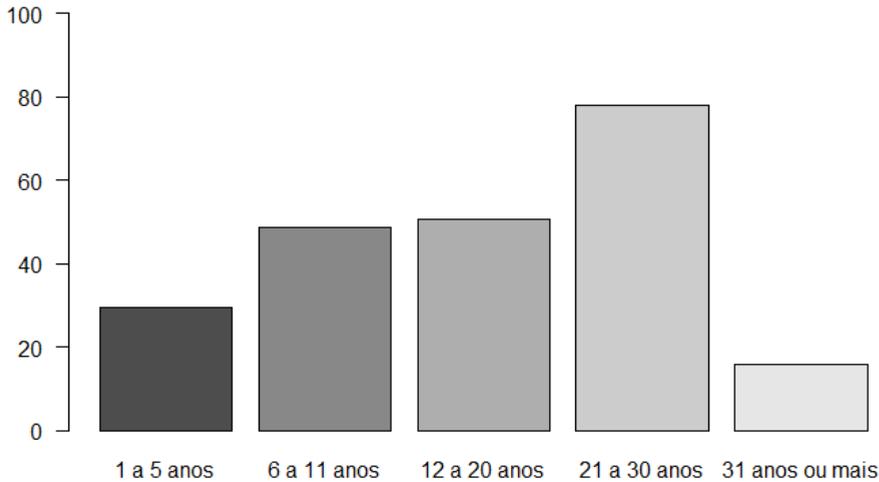
Classe de palavra	57/96 (59%)				
Adjetivo (valor de refer.)	7/20 (35%) 98/252 (39%)	13,1228 -1,9981 -2,4890	81,9960 0,8988 0,9419	0,160 -2,223 -2,643	0,873 0,026 0,008
Preposição	105/306 (34%)				
Substantivo					
Verbo					
Número de sílabas	6/20 (30%)				
Monossílaba (valor de ref.)	133/283 (47%) 64/211 (30%)	15,8982 16,6470 15,354	81,9941 81,9944 81,9944	-0,194 0,203 0,187	0,846 0,839 0,851
Dissílaba	64/160 (40%)				
Trissílaba					
Polissílaba					
Contexto fonológico seguinte	234/540 (43%)				
Consoante (valor de ref.)	12/39 (31%) 21/95 (22%)	-0,6241 -1,4738	0,7507 0,5783	-0,831 -2,548	0,405 0,010
Pausa					
Vogal					

Modelo 1. RETROFLEXO ~ FAIXA.ETARIA + SEXO + ESCOLARIDADE + PROFISSAO + TEMPO.RESIDENCIA + TIPO.CODA + CLASSE.PALAVRA + NUMERO.SILABAS + CONTEXTO.SEGUINTE + (1|INFORMANTE) + (1|CONTEXTO)

Os valores-p marcados em cinza na respectiva coluna na Tabela 8.1 são significativos. Indicam as variáveis que, conjuntamente, correlacionam-se à produção do r-retroflexo: *grau de escolaridade*, *profissão*, *tempo de residência na região atual*, *classe de palavra* e *contexto fonológico seguinte*. Dessas, favorece a aplicação da regra o fator *21-30 anos de tempo de residência na região atual*; desfavorecem os graus de escolaridade *ensino médio* e *ensino superior*, a profissão de *empregado no setor privado*, as classes de palavras *substantivos* e *verbos* e o contexto fonológico *seguinte vocálico*.

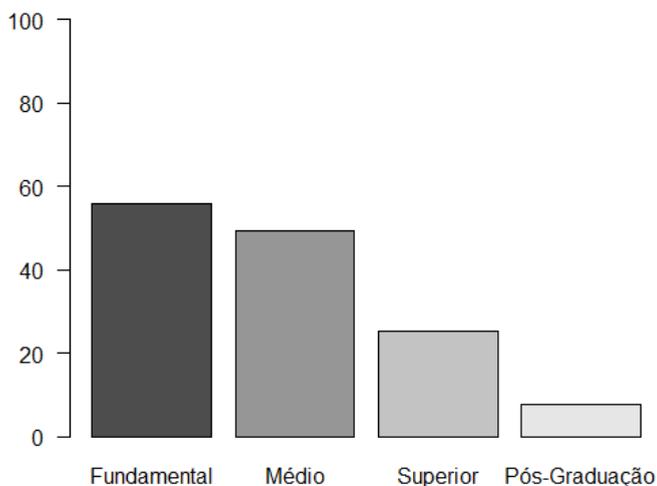
Observa-se que a realização da aproximante [ɺ] é um fenômeno condicionado tanto social quanto gramaticalmente. A respeito do tempo de residência dos informantes em seus bairros atuais, o fator *21 a 30 anos* mostrou-se favorável à aplicação da regra variável ($p = 0,00170$, estimativa 5,4529), isto é, para aqueles que moram há bastante tempo na mesma região em Passo Fundo, a tendência é produzir o r-retroflexo. No Gráfico 7.2, podemos observar as taxas de realização da variante retroflexa por categoria temporal:

Gráfico 7.2: Variável tempo de residência na região atual



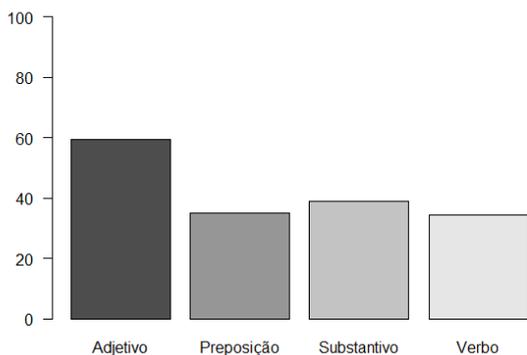
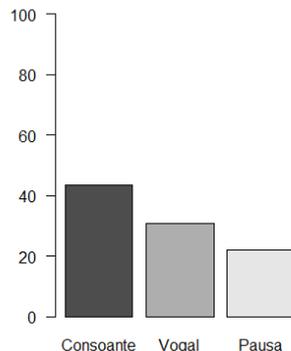
Conforme Oushiro (2019), “tempo de residência” é a variável mais analisada em estudos de mobilidade e variação linguística. Estudos (BIELER DA SILVA, 2015; LIMA; LUCENA, 2013; LEITE, 2004) mostram que, quanto maior o tempo de residência na localidade, maior o uso das variantes da comunidade anfitriã, para o caso de migrantes. No entanto, os efeitos da mobilidade sobre a língua são distintos para diferentes variáveis. Oushiro (2019) verificou que a variável *tempo de residência* exerce mais efeito sobre variáveis morfossintáticas do que fonológicas na aquisição de traços do português paulista por migrantes paraibanos e alagoanos. Pereira (2007), ao analisar o emprego de formas pronominais reflexivas no português popular de São Paulo, constatou que migrantes nordestinos, mesmo após anos de residência na capital, ainda mantinham proporções altas de realização dos pronomes. A exemplo desses dois estudos, em situação de contato dialetal, vemos que nem sempre o tempo de residência está correlacionado à adoção de uma nova norma pela comunidade.

Duas variáveis sociais inibem a aplicação da regra variável: *escolaridade* e *profissão*. Embora ainda não tenhamos dados de avaliação social da consoante retroflexa no português passo-fundense, a variável *escolaridade* dá indícios de que pode haver algum grau de estigma da variante na comunidade, de modo que falantes com grau de escolaridade médio ($p = 0,020$, estimativa $-3,4479$) e falantes com grau superior de escolaridade ($p = 0,005$, estimativa $-5,3824$) tendem a não realizar a consoante. As frequências de aplicação da regra por fator (Gráfico 7.3) parecem convergir com essa ideia: quanto maior o grau de escolaridade, menor a proporção de realização do retroflexo (49% para ensino médio, 25% para ensino superior).

Gráfico 7.3: Variável *escolaridade*

Os empregados do setor privado no município também desfavorecem a realização da variante retroflexa ($p = 0,035$, estimativa $-5,6543$). Considerando-se a configuração das relações sociais que são estabelecidas por meio do trabalho, e comparando-se esse grupo aos empregados do setor público, por exemplo, supõe-se que o estilo de fala dos trabalhadores do setor privado seja mais controlado (pelas relações com outras empresas do mesmo ramo, pela cobrança de seus empregadores, pelas trocas que são estabelecidas com a clientela etc.). Se o estigma acerca de [ɹ] for uma realidade na comunidade, faz sentido a seleção desta variável pelo modelo: ao tratar com clientes, fornecedores, parceiros e outros grupos, pode ser que a realização de outra variante que não a retroflexa seja a escolhida, talvez conscientemente, pelo falante.

Quanto ao condicionamento gramatical, a análise mostra que os *substantivos* ($p = 0,027$, estimativa $-1,9808$), os *verbos* ($p = 0,008$, estimativa $-2,4824$) e as *vogais como contexto seguinte* ($p = 0,010$, estimativa $-1,4738$) são desfavoráveis à realização da aproximante retroflexa. Os Gráficos 7.4 e 7.5 apresentam as porcentagens de produção do r-retroflexo (substantivos: 39%; verbos: 34%; vogal: 22%) para os fatores selecionados, destacados a seguir.

Gráfico 7.4: Variável *classe de palavra*Gráfico 7.5: Variável *contexto fonológico seguinte*

Os substantivos presentes no corpus em análise são estes: “(o) VeRde”, “paRques”, “paRte”, “compaRtilhamento”, “paRcerias”, “impoRtância”, “preseRvação”, “lazeR”, “(novos) teRmos”, “reseRva”. Lembramos que os dados advêm da leitura de um pequeno texto, estilo de fala monitorado, que eventualmente implica maior controle articulatorio por parte do falante. Duas explicações nos vêm à mente nesse momento: (i) se há estigma quanto ao retroflexo, o automonitoramento do falante no momento da leitura o motiva a preferir a variante em competição, a tepe alveolar (classe de palavra é variável desfavorecedora à aplicação da regra); (ii) se comparada a outros processos fonológicos, estudos (ROCKENBACH, 2020; OUSHIRO; MENDES, 2013) apontam que o apagamento, por exemplo, tende a ocorrer em palavras mais gramaticais (preposições, conjunções), ao passo que a realização de variantes de /R/ manifesta-se com maior frequência em palavras de conteúdo (substantivos, verbos, adjetivos). O mesmo pode ser pressuposto sobre os verbos (“afiRmou”, “colaboraR”, “agradeceR”, “reconheceR”, “toRnaR”, “conseRvaR”, “limpaR”, “uRbanizaR”, “envolveR”, “ampliaR”, “conseRvaR”). O apagamento nessa categoria, principalmente dos verbos com morfema de infinitivo, regra categórica em diversas variedades do português brasileiro (OUSHIRO; MENDES, 2013; MONARETTO, 2002), também pode ser explicado pelo estilo de leitura.

Para os ambientes em que os dados são seguidos por contextos vocálicos (“ampliaR a”, “limpaR e”, “tornaR esses”, “lazeR e”, “reconheceR e”), no fluxo da fala, vê-se que o /R/ em coda não faz fronteira com a vogal, tornando-se uma única palavra fonológica, a partir de um processo de ressilabação. Nesse contexto prosódico, /R/ assume a posição de *onset* silábico, e o português brasileiro não licencia a aproximante retroflexa nesta posição. Por essa razão, a vogal como contexto fonológico seguinte é fator desfavorável à realização de [ɻ].

7.7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O português falado em Passo Fundo, município situado em uma das regiões do interior do Rio Grande do Sul, exhibe variação estruturada de /R/ em coda silábica, entre as consoantes tepe alveolar [r] (60,4%) e aproximante retroflexa [ɺ] (39,6%), confirmando nossa hipótese sobre a expressiva ocorrência da variante retroflexa na comunidade e respondendo a nossa primeira questão de pesquisa. O controle das variáveis previsoras sociais na análise estatística revela que a realização de [ɺ] correlaciona-se a *tempo de residência na região atual* (sendo o tempo de 21 a 30 anos fator favorecedor), *escolaridade* (os níveis *médio* e *superior* de escolaridade desfavorecem a variante retroflexa), *profissão* (o fator *empregados do setor privado* desfavorece a aproximante retroflexa), evidenciando o encaixamento social da variação observada (questão 2). Quanto às variáveis previsoras linguísticas, que respondem a terceira questão norteadora do estudo, a análise estatística mostra a correlação da aproximante retroflexa com *classe de palavra* (os fatores *substantivo* e *verbo* são desfavorecedores) e com *contexto fonológico seguinte* (o fator *vogal* desfavorece a realização da retroflexa).

Em relação ao papel da mobilidade na difusão da variante (questão 4), os dados secundários aqui apresentados, sobre fluxos migratórios na Mesorregião do Rio Grande do Sul em que Passo Fundo se situa, conjuntamente às informações sobre a história do povoamento do município e de sua trajetória socioeconômica, sugerem que a proporção total de quase 40% de realização do r-retroflexo em coda silábica encontrada em nosso estudo se explique pelos movimentos migratórios e prováveis contatos linguísticos observados na comunidade, fortemente impulsionados pelas práticas sociais de trabalho. A mobilidade – tanto de ingresso quanto de evasão de Passo Fundo – ocasiona instabilidade sociolinguística no nível individual e no nível da comunidade. Esse padrão de variação e mudança – a mudança comunal (LABOV, 1994) – parece explicar as realizações retroflexas aqui encontradas.

Por um lado, pode-se presumir que a retroflexa já esteja incorporada à fala da comunidade, considerando-se a maior proporção de realização entre os falantes que residem no município entre 21 e 30 anos e a seleção deste fator da variável *tempo de residência na região atual* como favorecedora da aplicação da regra. É importante destacar que apenas 2 dos 20 informantes da amostra foram enquadrados nesse fator, o que aponta a necessidade de uma distribuição mais equilibrada de informantes em etapas futuras da investigação.

Por outro lado, se a consoante retroflexa for a nova norma introduzida na comunidade por migrantes de outras regiões do país, ela pode estar vinculada ao desenvolvimento econômico associado ao agronegócio, sugerindo uma valoração positiva da variante (semelhante aos achados de Bazzo e Resende (2021) e Aguilera e Silva (2015) sobre a avaliação de [ɺ] no Sul do Pará e no Triângulo Mineiro, respectivamente). O emprego do r-retroflexo por pessoas de alto poder aquisitivo, proprietários de terras e bens, pode estar agregando prestígio à variante. Esse é um dado inconclusivo, uma vez que nossos resultados para as variáveis *escolaridade* (a proporção de realização de [ɺ] decresce com o aumento da escolarização) e *profissão* (empregados do setor priva-

do desfavorecem a realização de [ɺ]) parecem sugerir o contrário. Outra etapa da investigação deverá incluir uma análise de atitudes linguísticas e significados sociais da variante retroflexa, a fim de podermos aprofundar a reflexão acerca dos resultados apresentados por essas variáveis.

Os informantes do estudo são todos nascidos e residentes no município. Desconhecemos a proveniência de seus familiares, o que é uma limitação do que fizemos aqui. A proveniência dos ascendentes é um dado importante no âmbito das investigações sociolinguísticas que consideram os processos de mobilidade e migração, no sentido de rastrear traços de fala que possam ter sido adquiridos por meio de contato linguístico com outras variedades de português, além dos processos que decorrem das atividades laborais, educacionais, de lazer etc.

Nossa análise é um passo inicial para a descrição da variedade de português de Passo Fundo, comunidade representativa de uma região interiorana do Rio Grande do Sul, e para a compreensão do encaixamento social e linguístico das normas de fala locais. Precisamos de uma amostra maior, mais representativa da comunidade, advinda de entrevistas sociolinguísticas, para ratificar nossos resultados. De todo modo, os dados que trazemos são relevantes à medida que abrangem uma região do estado ainda não contemplada nos estudos sociolinguísticos, confirmando nossas impressões sobre a presença marcante do retroflexo na fala passo-fundense, realização que se candidata a traço do sotaque local, distinto do padrão de fala da capital, Porto Alegre, e de outras regiões, como a do Nordeste do estado. O aprofundamento das questões apontadas fornecerá novos dados e explicações para a compreensão mais abrangente das dinâmicas sociolinguísticas em torno de [ɺ] nessa comunidade.

REFERÊNCIAS

- AGUILERA, V. A.; SILVA, H. C. Uma nova configuração do caipira: ecos do /R/ retroflexo. *Revista da ABRALIN*, v. 14, n. 1, p. 171-194, 2015.
- ALONSO, J. A. A emergência de aglomerações não metropolitanas no Rio Grande do Sul. *Indicadores Econômicos FEE*, v. 37, n. 3, 2009.
- ALONSO, J. A. F. Reflexões sobre o desenvolvimento de Passo Fundo-RS: 1939-87. *Ensaio FEE*, Porto Alegre, 10(2): 285-302, 1989.
- AMARAL, A. *O dialeto caipira*. São Paulo: Editora Anhembi, 1955.
- ARAGÃO, M. S.; MENEZES, C. *Atlas Linguístico da Paraíba*. João Pessoa/Brasília: UFPB/CNPQ, 1984. 2v.
- BANDEIRA, Marilene Dias; ZUANAZZI, Pedro Tonon; AGRANONIK, Marilyn; SOUZA, Vinicius Rauber e. Uma análise de fluxo migratório no Rio Grande do Sul e suas mesorregiões. *Indicadores Econômicos FEE*, Porto Alegre, v. 41, n. 4, p. 115-134, 2014.
- BAZZO, M. G.; REZENDE, T. F. Entre prestígio e preconceito: a realização do /R/ retroflexo no sul do Pará. *Fórum linguístico*, Florianópolis, v. 18, n. 3, p. 6514-6528, 2021.

- BIELER DA SILVA, M. E. *Entre duas metrópoles: (-r) em Itanhandu*. 2015. 170f. Dissertação (Mestrado em Semiótica e Linguística Geral) – Departamento de Linguística, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.
- BORTONI-RICARDO, Stella Maris. *Do campo para a cidade: estudo sociolinguístico de migração e redes sociais*. São Paulo: Parábola Editorial, 2011.
- BOTASSINI, J. O. M. A variação no uso dos róticos em Porto Alegre. *Estudos Linguísticos*, v. 40, n. 2, p. 1060-1072, 2011.
- BRANDÃO, S. F. Nas trilhas do – R retroflexo. *SIGNUM: Estud. Ling.*, Londrina, n. 10/2, p. 265-283, dez. 2007.
- CALLOU, D.; MORAES, J. A.; LEITE, Y. Consoantes em coda silábica: /s, r, l/. In: *A construção fonológica da palavra*. Gramática do português culto falado no Brasil. SP: Contexto, 2013.
- CARDOSO, L. F. F. *Estudo geossociolinguístico dos falares passo-fundense e londrinense*. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2020.
- COLLET, V. A. *Variação linguística ao longo da vida em situação de contato dialetal: a variação do rótico em coda e das oclusivas dentais em ataque*. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2020.
- COMIOTTO, A. F.; MARGOTTI, F. W. Uso dos róticos do português em contato com os dialetos italianos. *Acta Scientiarum. Language and Culture*, v. 41, 2019.
- CORRÊA, R. C. *Os significados sociais da realização variável da vibrante múltipla alveolar em onset silábico em Porto Alegre (RS): variação, mudança linguística e estilo*. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2020.
- FERREIRA, C. et al. *Atlas Linguístico de Sergipe*. Salvador: UFBA/ FUNDESC, 1987.
- FERRETO, D. *Passo Fundo: Estruturação urbana de uma cidade média gaúcha*. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – São Paulo: USP, 2011.
- FREITAG, R. M. K. F.; OUSHIRO, L. Sociolinguística no Brasil: deslocamentos e fronteiras. *Domínios de Linguagem*, v. 13, n. 4, 2019.
- HELLER, M. et al. *Sustaining the nation. The Making and Moving of Language and Nation*. Oxford: OUP, 2016.
- IBGE. *Regiões de influência das cidades: 2007*. Rio de Janeiro, 2008.
- KOCH, Walter; KLASSMANN, Mário Silfredo; ALTENHOFEN, Cléo. *Atlas Lingüístico-etnográfico da Região Sul do Brasil*. Porto Alegre/Florianópolis/Curitiba: Ed. UFRGS/Ed. UFSC/ Ed. UFPR, 2002. v. 1, v. 2.
- LABOV, William. *Padrões Sociolinguísticos*. Tradução: Marcos Bagno, Maria Marta Pereira Scherre, Caroline Rodrigues Cardoso. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

- LABOV, William. *Principles of linguistic change – Volume 1: internal factors*. Oxford, UK/ Cambridge, USA: Blackwell, 1994.
- LABOV, William. *The Social Stratification of English in New York City*. Washington, DC: Center for Applied Linguistics, 1966.
- LEITE, C. M. B. *Atitudes linguísticas: a variante retroflexa em foco*. 2004. 138f. Dissertação de Mestrado – Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas, 2004.
- LIMA, Alcides. A pronúncia do /r/ pós-vocálico na cidade de Cametá- PA. In: RAZKY, A. (org.) *Estudos Geo-Sociolinguísticos no Estado do Pará*. Belém: UFPA, 2003. p. 54-78.
- LIMA, I. S.; LUCENA, R. M. Influência de variáveis não linguísticas no processo de acomodação dialetal do /s/ em coda silábica por paraibanos em Recife. *Letrônica*, v. 6, n. 1, 161-178, 2013.
- LÍNGUAPOA. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2015-2019 (período de coleta). Disponível em: <https://www.ufrgs.br/linguapoa/>. Acesso em: 26 jan. 2022.
- LUCCHESI, D. O deslocamento populacional como fator propulsor da mudança linguística. *Domínios de Linguagem*, v. 13, n. 4, 2019.
- MONARETTO, V. A vibrante pós-vocálica em Porto Alegre. In: BISOL, L.; BRES-CANCINI, C. *Fonologia e variação: recortes do português brasileiro*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002, p. 253-268.
- MONARETTO, V. Análise sociolinguística da vibrante no sul do Brasil. *Graphos*, v. 2, n. 1, 25-34, 1997.
- MONARETTO, V. Descrição da vibrante no português do sul do Brasil. In: BISOL, L.; COLLISCHONN, G. (orgs). *Português no Sul do Brasil: variação fonológica*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010.
- MONARETTO, V. Realizações de r. In: BISOL, L.; BATTISTI, E. (orgs). *O Português Falado no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014.
- OLIVEIRA, A. T. R.; ERVATTI, L. R.; O'NEILL, M. M. V. C. O panorama dos deslocamentos populacionais no Brasil: PNADs e Censos Demográficos. In: OLIVEIRA, L. A. P.; OLIVEIRA, A. T. R. (org.). *Reflexões sobre os deslocamentos populacionais no Brasil*. Brasília: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2011.
- OLIVEIRA, da C. I. *et al.* O rótico em coda silábica final na região sul do Brasil: Variação e mudança no corpus do ALiB. *Diadorim*, v. 20, n. Especial, p. 334-364, 2018.
- OLIVEIRA, G.; BOGONI, N. M.; LAZAROTTO, B. C. Os determinantes da emigração no estado do Rio Grande do Sul: uma primeira aproximação utilizando variáveis espaciais. *Textos para Discussão*, n. 1, p. 1-14, 2009.

- OUSHIRO, L. *Identidade na pluralidade: avaliação, produção e percepção linguística*. 2015. 372 f. Tese (Doutorado em Semiótica e Linguística Geral) – Departamento de Linguística, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.
- OUSHIRO, L.; MENDES, R. B. A pronúncia do (-r) em coda silábica no português paulistano. *Revista do GEL*, v. 8, n. 2, p. 66-95, 2013.
- OUSHIRO, L. Questões e métodos: vogais médias pretônicas na fala de migrantes nordestinos em situação de contato dialetal. In: VIEIRA, M. S. M.; WIEDEMER, M. L. *Dimensões e experiências em Sociolinguística*. São Paulo: Blucher, p. 157-87, 2019.
- PEREIRA, D. C. *Variação e mudança no uso dos pronomes reflexivos no português popular da capital paulista: uma abordagem funcionalista e cognitivista*. 2007. 351f. Tese (Doutorado em Filologia e Língua Portuguesa) – Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.
- R CORE TEAM. *R: A language and environment for statistical computing*. R Foundation for Statistical Computing, Vienna, Austria, 2021.
- RENNICKE, I. The retroflex /r/ of Brazilian Portuguese: theories of origin and a case study of language attitudes in Minas Gerais. *Revista de Estudos Linguísticos da Universidade do Porto*, v. 1, n. 6, 149-170, 2011.
- RICARDO, J. */R/ retroflexo em coda no português da região metropolitana de Porto Alegre: estudo de caso*. Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em Letras – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS, 2019.
- ROCKENBACH, M. L. *O apagamento variável da vibrante em coda silábica na comunidade de fala de Porto Alegre (RS): da produção à percepção e avaliação linguística*. Monografia (Licenciatura em Letras), Instituto de Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: UFRGS, 2020.
- ROSSI, Nelson *et al.* *Atlas Prévio dos Falares Baianos*. Rio de Janeiro: MEC/INL, 1963.
- SANTANA, M. *O R em coda silábica final nas três capitais do Sul do Brasil: Variação e Prosódia no corpus do ALiB*. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Letras Vernáculas) – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: UFRJ, 2017.
- SANTANA, O. E.; GOMES, C. A. Migração, contato dialetal e o estabelecimento da variedade urbana em Imperatriz (MA). *Domínios de Linguagem*, v. 13, n. 4, 2019.
- SANTOS, dos V. G. H.; ROCKENBACH, M. L.; GUTIERRES, A. A variação linguística de /R/ em Passo Fundo-RS. In: X JORNADA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA. v. 1 n. 10, 2020, Chapecó. *Anais...* Chapecó: Universidade Federal da Fronteira Sul.
- SILVA, T. C. S. *Dicionário de Fonética e Fonologia*. São Paulo: Contexto, 2011.
- SIQUEIRA, M. O controle da mobilidade em variáveis linguísticas. *Uniletras*, Ponta Grossa, v. 43, p. 1-22, e-18385, 2021.

WEINREICH, U.; LABOV, W.; HERZOG, M. I. *Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística*. Tradução: Marcos Bagno. São Paulo: Parábola, 2006.

CAPÍTULO 8

SISTEMATIZANDO PADRÕES DIALETAIS MORFOSSINTÁTICOS: MOBILIDADE E CONTATO

Manoel Siqueira, Marta Deysiane Alves Faria Sousa &
Fernanda Gabrielle Costa Rodrigues

8.1 INTRODUÇÃO

Em estudos sociolinguísticos no Brasil, a mobilidade é abordada como um fator importante para observar a variação e mudança linguística. Isso decorre do fato de que, ao migrar, falantes entram em contato com variáveis linguísticas não pertencentes a sua comunidade de origem (TRUDGILL, 1986), podendo haver mudança no modo como eles fazem uso de sua língua ou até mesmo a difusão de suas próprias variantes para a nova comunidade (BRITAIN, 2008).

Considerando o dialeto como uma variedade (tipo de língua considerada como entidade única) que pode ser caracterizada por pronúncia, léxico e morfofossintaxe distintos de outras variedades (CHAMBERS; TRUDGILL, 2004), neste trabalho, objetivamos descrever o comportamento linguístico de quatro variáveis morfofossintáticas que podem ser dialetalmente distintas, a saber: i) pronomes pessoais do caso reto de segunda pessoa do singular (*tu vai x você vai x cê vai*); ii) clíticos de segunda pessoa do

singular (*te vi x lhe vi*); iii) possessivos de segunda pessoa do singular (*seu gato x teu gato*); e iv) preposições *a*, *em* e *para* quando introduzem complementos locativos de verbos de movimento.

De modo a cumprir com nossos objetivos, e entendendo que a migração, a inserção e a integração em novas comunidades podem interferir na mudança linguística, trabalhamos com a amostra Deslocamentos (2020), constituída pela fala de estudantes da Universidade Federal de Sergipe (UFS) e estratificada com base na região de origem desses estudantes (oriundos de Sergipe, Alagoas e Bahia) e em seu acesso ao campus em termos de mobilidade, bem como em seu tempo no curso de graduação (início e final). Partimos da hipótese de que as variáveis morfossintáticas selecionadas são dialetalmente distintas, podendo apresentar diferentes comportamentos entre os perfis de deslocamento, e que, em decorrência do contato e da integração do estudante universitário por vias de tempo ao ambiente acadêmico, pode haver mudança em sua fala quanto aos usos das variáveis linguísticas selecionadas.

Para demonstrar como fizemos para alcançar o objetivo delimitado e verificar a nossa hipótese, dividimos este artigo em cinco seções. Na primeira, apresentamos uma breve contextualização acerca dos estudos sobre contatos e mobilidades, situando nosso estudo dentro desse escopo. Na segunda, apresentamos os procedimentos metodológicos da constituição da amostra pesquisada. Na terceira, relatamos os procedimentos de levantamento e análise dos dados. Em seguida, na quarta seção, apresentamos os resultados e os discutimos em relação a estudos anteriormente realizados sobre as variáveis. Por fim, apresentamos as considerações finais.

8.2 A MOBILIDADE COMO FATOR EXPLANATÓRIO NA PESQUISA SOCIOLINGÜÍSTICA

Pesquisas sociolinguísticas têm demonstrado a influência da mobilidade como difusora de inovações linguísticas e como condicionadora de variação e mudança linguística (BRITAIN, 2008; BORTONI-RICARDO, 1985). Evidências dos efeitos da exposição a um novo ambiente e a novas redes são encontradas em estudos realizados em português brasileiro (PB). Por exemplo, Bortoni-Ricardo (1985, 2011) verificou, ao descrever como os migrantes rurais ajustam sua fala ao ambiente urbano da capital do Brasil, Brasília, que migrantes com maior índice de integração e urbanização mostraram maior tendência a empregar formas consideradas padrão (como primeira pessoa do plural e concordância verbal de terceira pessoa). Quanto mais integrados à nova comunidade os falantes estavam, maior a tendência desses falantes de mudar seu comportamento linguístico de tipicamente rural para um comportamento linguístico mais urbano.

A metodologia de tempo aparente (LABOV, 1972) fornece uma compreensão dos efeitos de longo prazo da exposição a novas variáveis linguísticas, uma vez que permite acessar a extensão da contribuição da acomodação interpessoal para a mudança (AUER, 2007). Estudos que consideram essa ferramenta metodológica demonstram

que, ao comparar migrantes de diferentes tempos de exposição, as taxas de uso de variáveis linguísticas costumam ser diferentes (cf. CAMPBELL-KIBLER et al., 2014), como demonstra o trabalho de Oushiro (2019), que compara a fala de migrantes de um estado do Nordeste do Brasil que hoje vivem em estados do Sudeste com a fala de nativos desses estados para descrever o comportamento das vogais pretônicas /e/ e /o/. Os resultados mostram a existência de migrantes cujo comportamento linguístico se aproxima dos padrões da nova comunidade, não havendo diferenças significativas quanto à pronúncia das vogais pelos nativos das comunidades de acolhimento. A migração no início da adolescência para a nova comunidade levou a uma acomodação mais confluyente dos falantes nordestinos aos padrões vocálicos do Sudeste. A idade no momento da migração parece desempenhar um papel importante na mudança linguística.

Guedes (2019), ao descrever a fala de paraibanos migrantes em contraste com a fala de paulistanos e paraibanos não migrantes quanto aos usos de artigo definido antes de possessivos (*a nossa escola* x *nossa escola*), observa que a integração dos indivíduos na nova comunidade, aferida por meio de sua rede social, juntamente ao deslocamento de sua zona de origem para uma nova alocação, apresentam-se como variáveis que justificam o comportamento linguístico dos migrantes mais similar à nova comunidade (49% para os migrantes e 46% para os paulistanos), do que ao comportamento de sua comunidade de origem (58% para os paraibanos).

Em circunstâncias de alto deslocamento e migração, como em uma universidade, o contato linguístico dos falantes pode ser potencializado. No ambiente universitário, há um ciclo de deslocamento profuso, com falantes originários de múltiplas regiões dialetais que entram em contato entre si. Isso é bem observado no trabalho de Corrêa (2019), que descreve a palatalização de /t/ e /d/, como em *tia* e *dia*, na fala de universitários da Universidade Federal de Sergipe (UFS). Os resultados mostram que são os alunos de fora do estado que mais palatalizam, enquanto os internos ao estado apresentam baixa frequência de palatalização. A autora observa que quanto maior o tempo de inserção na comunidade, maior a frequência de uso da variante palatal. Ribeiro (2019) também destaca a relação dos falantes com a mobilidade na mesma comunidade. A autora mostra que a taxa de uso do *ni* como preposição locativa (oposta a *em*) é maior com falantes do interior do estado, enquanto aqueles da região metropolitana do estado e fora do estado apresentam as menores frequências. Além de que, quanto maior o tempo de inserção na comunidade, menor a frequência de *ni*, uma vez que essa variante tem caráter rural, sendo estigmatizada. Ambos os estudos demonstram que a exposição prolongada a novas variantes pode alterar o comportamento linguístico dos migrantes: quanto mais se integram ao ambiente acadêmico, mais mudam seus usos linguísticos.

Os estudos que controlam a mobilidade têm demonstrado que, mesmo de maneira inconsciente, os falantes inclinam-se a adotar padrões linguísticos da nova comunidade buscando sua integração ao novo ambiente (SIQUEIRA, 2021). Como argumenta Siqueira (2021, p. 20), falantes “tendem a mudar seu comportamento linguístico com base nas normas de sua nova comunidade”. Nesse sentido, quanto maior o grau

de integração à nova comunidade, maior o grau de mudanças em sua língua, advinda tanto do contato quanto do engajamento dos falantes. A mobilidade propicia situações de contato, diversificando os usos linguísticos, ampliando a variação e propiciando a mudança linguística, como observado nesses estudos descritos.

8.3 CONSTRUINDO UMA AMOSTRA DE MOBILIDADE

A amostra utilizada para o desenvolvimento deste estudo é extraída do *Banco de Dados Falares Sergipanos* (FREITAG, 2013), como parte do projeto *Como Fala, Lê e Escreve o Universitário?* (FREITAG, 2018), e rotulada de Deslocamentos 2020 (Quadro 8.1), uma vez que considera a fala de estudantes universitários com base em seu acesso à universidade em termos de mobilidade e região geográfica, já que os falantes são originários de três estados diferentes: Sergipe, Alagoas e Bahia.

Quadro 8.1: Deslocamentos 2020

Deslocamento 1	Estudantes da UFS nascidos na Grande Aracaju (Aracaju, Nossa Senhora do Socorro, São Cristóvão e Barra do Coqueiros) e que residem nela
Deslocamento 2	Estudantes da UFS nascidos no interior de Sergipe que fazem o trajeto diário para a UFS
Deslocamento 3	Estudantes da UFS nascidos no interior de Sergipe que residem na Grande Aracaju
Deslocamento 4	Estudantes da UFS nascidos e criados em Alagoas e Bahia, que atualmente residem na Grande Aracaju

Além de ser estratificada quanto ao deslocamento do falante, a amostra leva em consideração (1) o *tempo no curso* do falante, segmentado em *início* (do 4º período para baixo) e *final* (do 5º período para cima) e (2) *gênero* do falante, dividido entre *masculino* e *feminino*. Temos uma amostra composta por 60 entrevistas; cada perfil de deslocamento com 12 falantes (Tabela 8.2).

Quadro 8.2: Amostra Deslocamento 2020

	Início		Final	
	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino
Deslocamento 1	3	3	3	3
Deslocamento 2	3	3	3	3
Deslocamento 3	3	3	3	3
Deslocamento 4				
Alagoas	3	3	3	3
Bahia	3	3	3	3

O fato de a amostra ser estratificada conforme o tempo de curso nos permite realizar a pesquisa com base na metodologia de tempo aparente (cf. LABOV, 1994): a distribuição da variável linguística por meio de diferentes níveis temporais.¹ Observar a fala dos estudantes com base em diferentes níveis de tempo de inserção ao ambiente universitário pode apresentar indícios de mudança nos usos das variáveis aqui estudadas.

A coleta dos dados segue o protocolo definido para o banco de dados *Falares Sergipanos* (FREITAG, 2017), com entrevistas de cerca de 40-60 minutos a partir de um roteiro de questões variadas.² Os diferentes perfis geográficos, juntamente aos diferentes tempos de inserção dos estudantes na comunidade acadêmica, permitem a exploração e descrição do comportamento de fenômenos variáveis que apresentam distinção dialetal. Esperamos, por meio desta amostra, obter dados que evidenciem que as variáveis mobilizadas apresentam comportamentos distintos entre os perfis de deslocamento, podendo haver mudança na fala dos informantes como possível efeito do contato e da integração do estudante por vias de tempo.

8.4 PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE

As entrevistas que compõem a amostra foram submetidas ao programa LanCSBox (BREZINA et al., 2020), *software* que realiza análises linguísticas em *corpora*, faz a etiquetagem das palavras utilizadas na fala quanto à classe gramatical à qual pertencem e realiza a busca automática de todas as realizações das variáveis morfossintáticas pesquisadas, a saber: i) pronomes pessoais do caso reto de segunda pessoa do singular (*tu vai x você vai x cê vai*); ii) clíticos de segunda pessoa do singular (*te vi x lhe vi*); iii) possessivos de segunda pessoa do singular (*seu gato x teu gato*); e iv) preposições locativas de verbos de movimento (*vou a São Paulo x vou em São Paulo x vou para São Paulo*).

As variáveis controladas para observar o comportamento dos fenômenos selecionados são as da própria amostra – deslocamento e tempo no curso –, mobilizadas com vistas a confirmar/refutar nossa hipótese, a de que os fenômenos descritos apresentam comportamentos distintos entre os perfis de deslocamento, podendo haver mudança na fala dos informantes como possível efeito do contato e da integração do estudante por vias de tempo à comunidade acadêmica.

Para apresentar as medidas descritivas dos resultados, as frequências observadas, e para testar a associação entre os fenômenos e as variáveis controladas, utilizamos técnicas estatísticas descritivas e inferenciais. Realizamos teste de qui-quadrado, de modo a verificar se a frequência absoluta observada de uma variável é significativamente diferente da distribuição da frequência absoluta esperada. Consideramos a

- 1 Labov (1994) utiliza diferentes níveis de idade como modo de observar a mudança em tempo aparente. Aqui, utilizamos diferentes níveis de tempo na comunidade.
- 2 Para a constituição da amostra, contou-se com um total de 9 pesquisadores, aos quais somos gratos: Bruno Marques, Paloma Cardoso, Viviane Novais, Fernanda Rodrigues, Lucas Silva, Mauro Jr., Vitória Silva, Victor Souza e Manoel Siqueira.

como 0.05: um p-valor maior que 0.05 aponta que não há significância estatística na distribuição, os dados são efeito do acaso e não há interferência do deslocamento e do tempo no curso sobre os usos das variáveis linguísticas; enquanto um p-valor menor evidencia 0.05 para significância, o deslocamento e o tempo no curso interferem nos usos, o que nos leva a confirmar nossa hipótese de pesquisa. Usamos o V^2 de Cramer para medir a associação entre as variáveis. A medida varia de 0 a 1, em que: i) 0 é a ausência da associação; ii) valores altos do V^2 de Cramer indicam uma relação mais forte entre as variáveis; iii) e os valores menores indicam uma relação fraca.

As análises estatísticas univariadas dos dados foram feitas no programa computacional R (R CORE TEAM, 2018), na interface RStudio, por meio do pacote estatístico e de visualização gráfica *ggstatsplot* (PATIL, 2021), que apresenta a distribuição dos dados por meio de gráficos. Os gráficos gerados já apresentam testes de associação. Seguimos protocolos de análise estatística apresentados em Freitag (2021). Descrevemos e discutimos os resultados na seção 4.

8.5 RESULTADOS

Por se tratarem de diferentes variáveis, optamos por discutir os resultados de cada uma em subseções separadas. Na primeira, apresentamos os resultados relativos aos pronomes pessoais de segunda pessoa e na segunda, aos clíticos. Já na terceira, discutimos os resultados referentes aos possessivos de segunda pessoa, e, na quarta, os resultados das preposições *a*, *em* e *para* quando introduzem complementos locativos de verbos de movimento. Ao final, apresentamos um panorama geral sobre a relação entre a mobilidade e o tempo de inserção no curso e os usos das variáveis foco das pesquisas e tecemos nossas considerações finais.

8.5.1 PRONOMES PESSOAIS DE 2P

O paradigma pronominal de segunda pessoa no PB sofreu alterações com a inserção do pronome *você*, resultando em variação entre o pronome inovador e a forma canônica *tu*, como também no desuso da forma arcaica *vós*. O empreendimento feito para a descrição dessa variação demonstra que ela é fortemente condicionada pela origem do falante, possuindo comportamentos distintos a depender da região (SCHERRE et al., 2011; SCHERRE; ANDRADE; CATÃO, 2021; LOREGIAN-PENKAL, 2004; DIAS, 2007; ALVES, 2010; SANTOS, 2012; COSTA, 2013; SILVA; VITÓRIO, 2017). Apesar do pronome *você*, em (1), ser amplamente utilizado em algumas regiões, como no Nordeste, assim como a sua forma reduzida *cê*, em (2), o pronome *tu*, em (3), é amplamente utilizado por falantes de áreas dialetais da região Sul do país.

(1) *outros clichêzinhos você além de **você** se sentir bem ou **você** pode seguir até os conselhos que têm no próprio livro (AUR4FF).*³

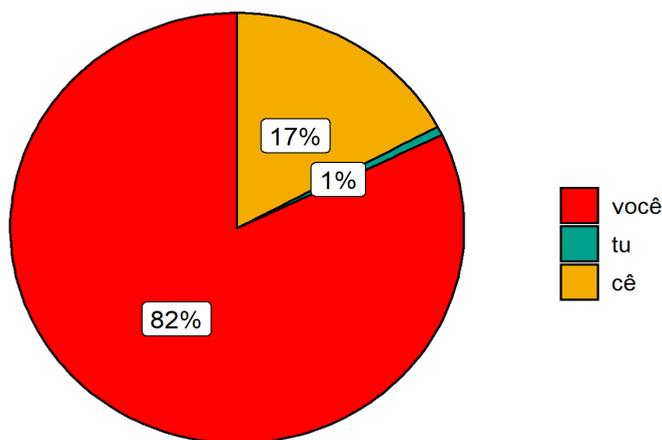
(2) *por quê? eu amo dormir vei **cê** é doído é faça isso porque (ANT1MI).*

(3) *rouba teu telefone e **tu** num tá com teu telefone ele vai e mata **tu** ou um dos teus (BIA4FI).*

Os dados de descrição do português falado em Sergipe (CARDOSO, 2008), a partir do Atlas Linguístico do Brasil (ALIB), seguem a tendência das pesquisas sociolinguísticas para a região Nordeste: predomínio para a forma *você* e baixa frequência para a variante *tu*, sem apresentar resultados para a variante *cê*. É de se esperar, com isso, que em nossos dados, compostos apenas por falantes nordestinos, haja predomínio para a variante *você*, com amplo desuso de *tu*.

Figura 8.1: Pronomes pessoais de 2P na amostra Deslocamentos (2020).

$$\chi_{\text{gof}}^2(2) = 2725.85, p = 0.00, \hat{C}_{\text{Pearson}} = 0.73, \text{Cl}_{95\%} [0.71, 1.00], n_{\text{obs}} = 2,453$$



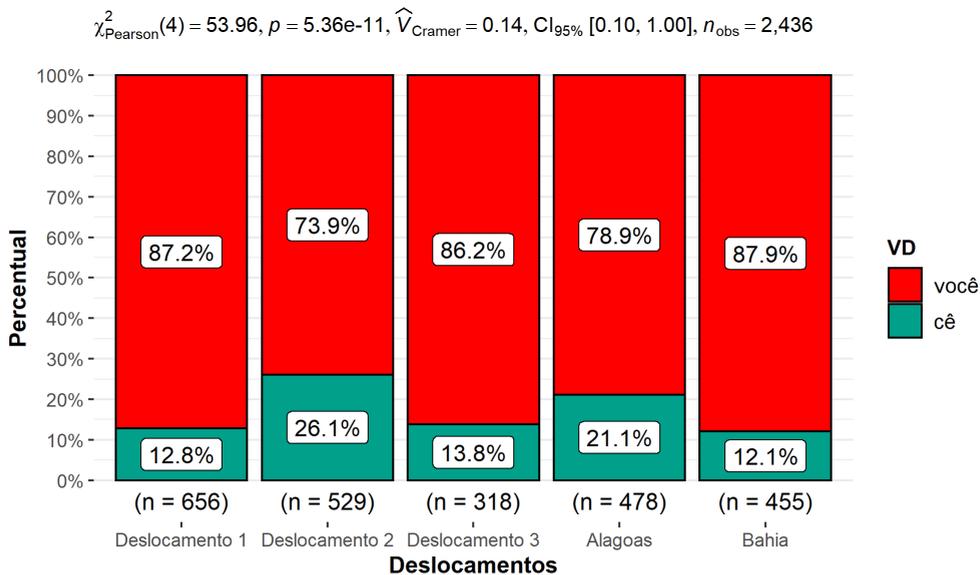
Há predomínio da variante *você* (82% 2.014/2.453) como pronome pessoal de 2P, seguido pelo pronome *cê* (17% 422/2.453). O pronome *tu* apresenta uma frequência bastante reduzida, uma vez que representa apenas 1% (17/2.453) de todas as ocorrên-

3 Os exemplos utilizados são retirados dos dados que compõem a amostra Deslocamentos (2020). Os códigos que seguem os exemplos são as informações relativas aos informantes. As três primeiras letras são a abreviação do nome do informante; o número representa o perfil de deslocamento (1, 2, 3 e 4); a letra após o número representa o gênero do informante (M ou F); por fim, a última letra representa o tempo no curso (I e F).

cias dos pronomes. A distribuição da variável dependente é estatisticamente significativa ($\chi^2(2, N = 2.453) = 2.725.85$ $p < 0.001$). Nossos resultados para os pronomes pessoais de 2P seguem a tendência das pesquisas sobre o português falado na região Nordeste (SCHERRE et al., 2011; SILVA; VITÓRIO, 2017), uma vez que os falantes da amostra Deslocamentos (2020) empregam o pronome *você* como forma de se direcionar ao seu interlocutor, podendo utilizar também o pronome *cê*, com uso reduzido da variante *tu*.

Como há poucas ocorrências do pronome *tu* (17/2.453), análises estatísticas podem não apresentar resultados confiáveis, já que haverá perfis com poucas ou nenhuma ocorrência do pronome. Frente a isso, removemos os dados de *tu* para a observação das variáveis deslocamento (Figura 8.2) e tempo no curso (Figura 8.3), mantendo apenas dados de *você* e *cê*.

Figura 8.2: Pronomes pessoais de 2P na amostra Deslocamentos (2020) quanto ao perfil de deslocamento.



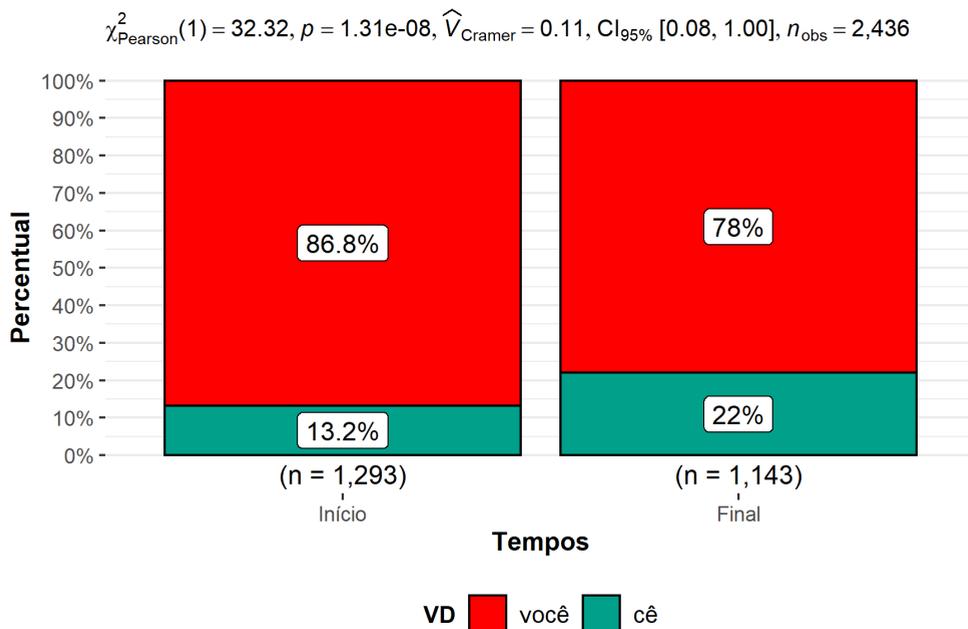
A maior frequência para a variante *você* é observada na fala de estudantes oriundos da Bahia (87.9% 400/455) e do Deslocamento 1 (87.2% 572/656). O pronome *cê*, por sua vez, obtém a maior frequência com falantes do Deslocamento 2 (26.1% 138/529), seguido de Alagoas (21.1% 101/478). A distribuição dos pronomes pessoais de 2P quanto aos perfis de deslocamento é estatisticamente significativa ($\chi^2(4, N = 2.436) = 53.96$ $p < 0.001$), com associação fraca ($V^2 = 0.14$).

Em algum nível, há diferentes padrões comportamentais entre os perfis dos estudantes quando considerada a sua mobilidade, sua região de origem. O maior uso de *cê* por falantes do Deslocamento 2 e Alagoas pode ser um indício para a implementação da variante ser maior nas comunidades das quais os alunos provêm. O uso do *você*,

por sua vez, não nos é surpresa, uma vez que sua frequência é cada vez mais crescente nas comunidades linguísticas do Nordeste (como também em outras regiões do país).

Podemos observar, ainda, o efeito da integração à comunidade acadêmica por vias de tempo, frente à possibilidade de haver mudança em tempo aparente (Figura 8.3).

Figura 8.3: Pronomes pessoais de 2P na amostra Deslocamentos (2020) quanto ao tempo no curso.



Há mudança entre os tempos quanto ao uso da variante *cê*, que passa de 13.2% (171/1.293) ao início do curso para 22% (251/1.143) ao final. A distribuição dos pronomes pessoais de 2P quanto ao tempo no curso é estatisticamente significativa ($\chi^2(1, N=2.436) = 32.32, p < 0.001$), com associação fraca ($V^2 = 0.11$). Os falantes parecem estar se acomodando a um uso cada vez maior para a forma *cê*, devido a uma crescente implementação da variante na fala dos estudantes que compõem nossa amostra. Ainda assim, há predomínio para a variante *você* em ambos os tempos de curso. Uma justificativa para o ainda predomínio do pronome *você* é o perfil dos estudantes que estão em um nível de escolaridade mais elevado e o papel social da variante *cê*, que ainda possui maior caráter informal. Utiliza-se *você* uma vez que a forma possui maior aceitação social e normativa como pronome pessoal de 2P nas mais diversas situações comunicativas, além de que *cê* é uma forma mais recente e, por isso, ainda não possui ampla implementação nas comunidades.

Desse modo, para a variação dos pronomes pessoais de 2P na amostra Deslocamentos (2020), podemos observar que há diferenças quanto ao perfil de deslocamento do informante. A integração do estudante na comunidade acadêmica por tempo no curso evidencia o uso cada vez mais frequente para a variante inovadora *cê*, que dis-

puta com a variante conservadora *você*. Além disso, o aumento no uso da variante *cê* ao longo dos anos de curso evidencia uma possível reconfiguração da norma culta do século XXI (RODRIGUES, 2021) com maior influência de segmentos marginalizados, tendo em vista que, de acordo com a literatura, a variante *cê* dispõe de menor prestígio social que *você*. O desuso de *tu*, por sua vez, demonstra que seu uso tende a ser mais restrito a comunidades geograficamente específicas, como também um efeito do tipo de entrevista conduzida, que não contribui para o uso linguístico direcionado especificamente ao interlocutor.

8.5.2 CLÍTICOS DE 2P

O crescente uso de *você* no paradigma de 2P e a reestruturação resultante desse uso levam a uma crescente implementação do pronome *lhe* (clítico de terceira pessoa), em (4), no paradigma de 2P, variando com a forma *te* (5) (SCHERRE; DUARTE, 2016; DALTO, 2002; ARRUDA, 2006; SANTANA, 2014; ALMEIDA, 2016; GAMA, 2018; ARAÚJO; BORGES, 2021). Tal qual a variação nos usos dos pronomes pessoais do caso reto, essa variável também apresenta distinção dialetal (SCHERRE; DUARTE; 2016; ALMEIDA, 2016), uma vez que falantes de diferentes comunidades tendem a empregar diferentes padrões de uso.

(4) *mas tem professor que tá ali e **lhe** ajuda os meus orientadores mesmo (DANIFF).*

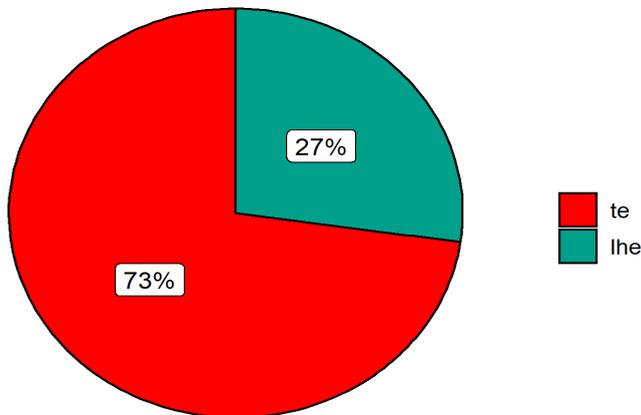
(5) *porque acho que (hes) a vida acadêmica **te** cobra isso (ALIIFI).*

Ramos (1999) destaca a existência de três gramáticas quanto aos usos dos clíticos de 2P: (1) usa-se *você* como pronome pessoal de 2P, o *lhe* como clítico para relações de respeito e o *te* em contextos familiares e informais – gramática do eixo Rio-São Paulo; (2) utiliza-se *você* como pronome de 2P e o clítico *lhe* como substituto à forma *te* – gramática do português falado em capitais do Nordeste: Maceió, Recife, Salvador e João Pessoa; (3) há distinção *tu* e *você*, aquela no tratamento íntimo/familiar e esta, no tratamento respeitoso; os clíticos *te* e *lhe* seguem a mesma distinção, respectivamente – gramática dos estados do Norte e do Maranhão. Scherre e Duarte (2016) argumentam que o pronome *te* ainda é consistentemente utilizado no Brasil independentemente da região dialetal, enquanto *lhe* tem aparecido em variação com *te*, processo iniciado na região Nordeste, sendo também encontrado em outros locais.

O uso de *lhe* como clítico de 2P é mais evidente em dialetos do Nordeste do que em dialetos de outras regiões do Brasil, o que pode ser refletido em nossos dados (Figura 8.4).

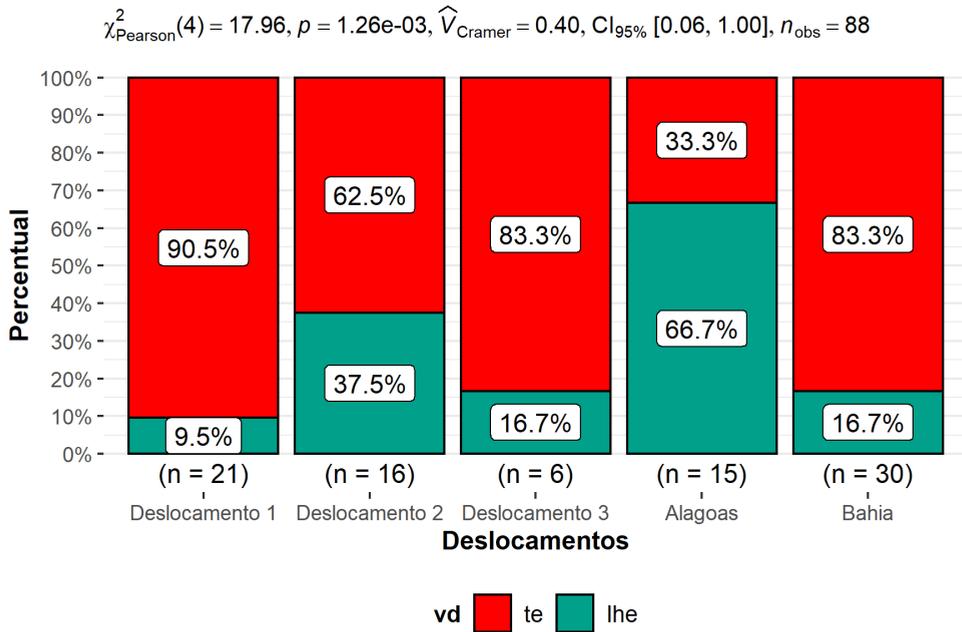
Figura 8.4: Clíticos de 2PS na amostra Deslocamentos (2020).

$$\chi_{\text{gof}}^2(1) = 18.18, p = 2.01\text{e-}05, \hat{C}_{\text{Pearson}} = 0.41, \text{CI}_{95\%} [0.27, 1.00], n_{\text{obs}} = 88$$



Há predomínio para o clítico *te* (73% 64/88), com frequência relativamente baixa para o *lhe* (27% 24/88). A distribuição da variável é estatisticamente significativa ($\chi^2(1, N = 88) = 18.18 p < 0.001$). Na fala de estudantes universitários da UFS o clítico de 2P mais empregado é o *te*, o que vai ao encontro do que pontuam Scherre e Duarte (2016) sobre a permanência do pronome *te* na fala dos brasileiros e a implementação de *lhe*, mas não substituindo o *te*, como também argumenta Ramos (1999). Esse resultado é semelhante àquele encontrado por Araújo e Borges (2021) em relação à fala de universitários do interior do estado de Sergipe, o que pode dar indícios de uma marca dialetal do estado. Podemos observar, contudo, que na distribuição quanto a cada perfil de deslocamento dos falantes (Figura 8.5), há diferenças nos usos em relação à região de origem dos estudantes, evidenciando uma polaridade entre Sergipe e Bahia vs. Alagoas.

Figura 8.5: Clíticos de 2PS na amostra Deslocamentos (2020) quanto ao perfil de deslocamento.



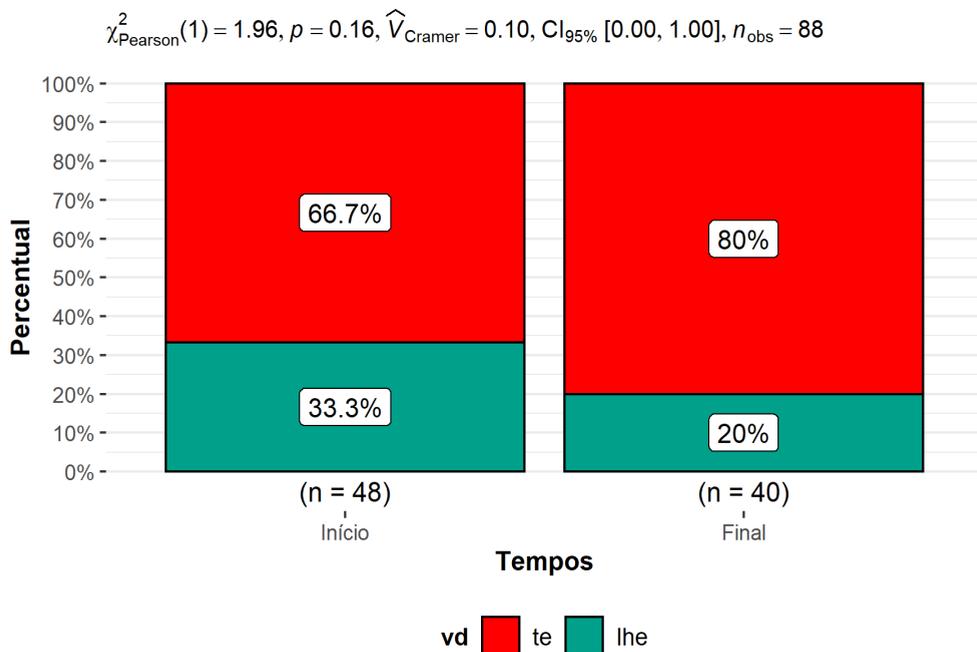
A maior frequência para o clítico *lhe* é observada na fala de estudantes oriundos de Alagoas (66.7% 10/15), único perfil de deslocamento no qual há predomínio da variante, o que dialoga com o que propõe Ramos (1999) para o comportamento do estado, ainda que haja números para *te*. Falantes do Deslocamento 2 (37.5% 6/16), oriundos do interior do estado de Sergipe e que fazem o percurso diário, correspondem ao segundo maior uso para *lhe*. Os deslocamentos 1 (9.5% 2/21), 3 (16.7% 1/6) e Bahia (16.7% 5/25) apresentam baixas frequências para essa variante, fato que vai ao encontro dos estudos realizados com falantes de diferentes cidades da Bahia (ALMEIDA, 2016; GAMA, 2018). Há uma interferência estatisticamente significativa entre a variável dependente e a variável deslocamento ($\chi^2(4, N = 88) = 17.96 p < 0.001$), com associação média/fraca ($V^2 = 0.40$).

A região de origem do falante tende a interferir quanto aos usos da variante *lhe* no português falado por estudantes da UFS. Ainda que haja predomínio de *te* em quatro dos cinco perfis de deslocamento, o maior uso de *lhe* por falantes de Alagoas pode ser evidência do perfil linguístico do estado para maior uso de *lhe*, corroborando a hipótese de Ramos (1999) de que o padrão dialetal desse estado pode ser para a forma *lhe*.

As diferenças entre os perfis de deslocamento é indício do caráter dialetal da variação, uma vez que falantes de regiões distintas apresentam comportamento linguístico diferente. Considerando que a variável é dialetalmente distinta, é possível que a integração à nova comunidade linguística interfira nos usos dos falantes, podendo haver mudança linguística na fala do indivíduo. A variável tempo no curso, que per-

mite observar mudanças em tempo aparente, pode nos dar informações sobre essa mudança (Figura 8.6).

Figura 8.6: Clíticos de 2P na amostra Deslocamentos (2020) quanto ao tempo no curso.



Ao início do curso (33.3% 16/48) os falantes fazem maior uso de *lhe* do que ao final do curso (20% 8/40), uma mudança de 13.3% na frequência, evidenciando mudança quanto aos usos dos clíticos de 2PS, provável resultado da alta exposição ao pronome *te*, frequente na comunidade da UFS. O *tempo no curso* parece não interferir nos usos da variante em nossa amostra. Mesmo que haja diferenças entre os usos linguísticos de alunos do início e do final do curso, estatisticamente não podemos inferir que há um efeito do tempo no curso sobre a variável dependente.

Com isso, para a variação nos clíticos de 2P na amostra Deslocamentos (2020), há diferenças quanto o perfil de deslocamento do informante, indício para a distinção dialetal da variação, mas, quanto ao efeito da mobilidade, a integração do estudante na comunidade acadêmica por tempo no curso, não há diferenças entre os usos linguísticos de alunos do início e do final do curso.

8.5.3 POSSESSIVOS DE 2P

Assim como ocorreu para os clíticos *te* e *lhe*, a inserção do pronome *você* acarretou variação nos usos de possessivos na 2P. Como argumenta Câmara Jr. (1979), a forma *seu* tornou-se ambígua, fazendo referência tanto à 3P quanto à 2P, acompanhando o

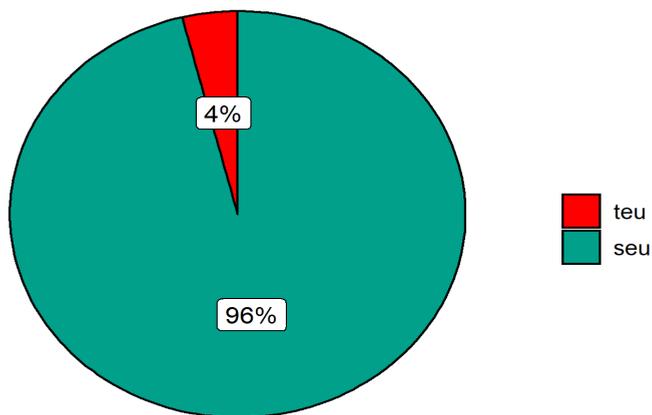
pronome *ocê*, levando a forma possessiva de 2P, *teu*, a variar com a forma *seu*. Estudos sobre esse fenômeno são escassos no PB em amostras sincrônicas de fala, mas demonstram o uso cada vez mais crescente de *seu* como 2P, em (6), com resquícios do uso de *teu*, em (7) (MENON, 1995; SOARES, 1999; ARDUIN, 2005; MENDES, 2008; SILVA, 2015; MARTINS; MARRA; HAUPT, 2020). Os resquícios de *teu* são observados em comunidades nas quais ainda há predomínio para a variante *tu*: *tu* leva a um uso de *teu*, enquanto *ocê* leva a um uso de *seu*; podendo haver mistura entre os tratamentos.

exemplo (6) a escola dizer “oh se *ocê* trabalhar *ocê* vai ganhar **seu** dinheiro num vai precisar roubar num vai fazer mal a ninguém” (CAT4FF).

exemplo (7) e tu num tá com **teu** telefone ele vai e mata tu ou um dos **teus** pais (BIA4FI).

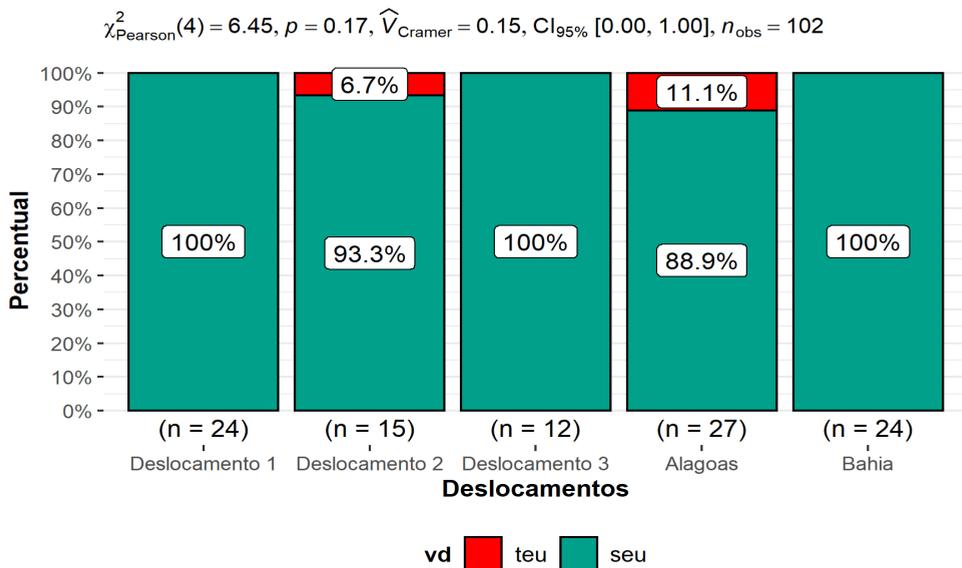
Figura 8.7: Possessivos de 2P na amostra Deslocamentos (2020).

$$\chi^2_{\text{gof}}(1) = 86.63, p = 1.31e-20, \hat{C}_{\text{Pearson}} = 0.68, \text{CI}_{95\%} [0.60, 1.00], n_{\text{obs}} = 102$$



Há predomínio para a forma *seu* (96% 98/102) como possessivo de 2P, com apenas 4% (4/102) de frequência para *teu*, uso bastante reduzido. A distribuição da variável é estatisticamente significativa ($\chi^2(1, N = 102) = 86.63$ $p < 0.001$). Há, em certo grau, uma semicategoricidade para a variação, uma vez que a forma *teu* quase não existe na fala dos informantes que compõem nossa amostra, fato que pode estar relacionado ao baixo emprego do pronome *tu*, como nas regiões pesquisadas por Silva (2015) e Martins, Marra e Haupt (2020). A baixa frequência desse possessivo também é diretamente refletida ao observar os perfis de deslocamento (Figura 8.8).

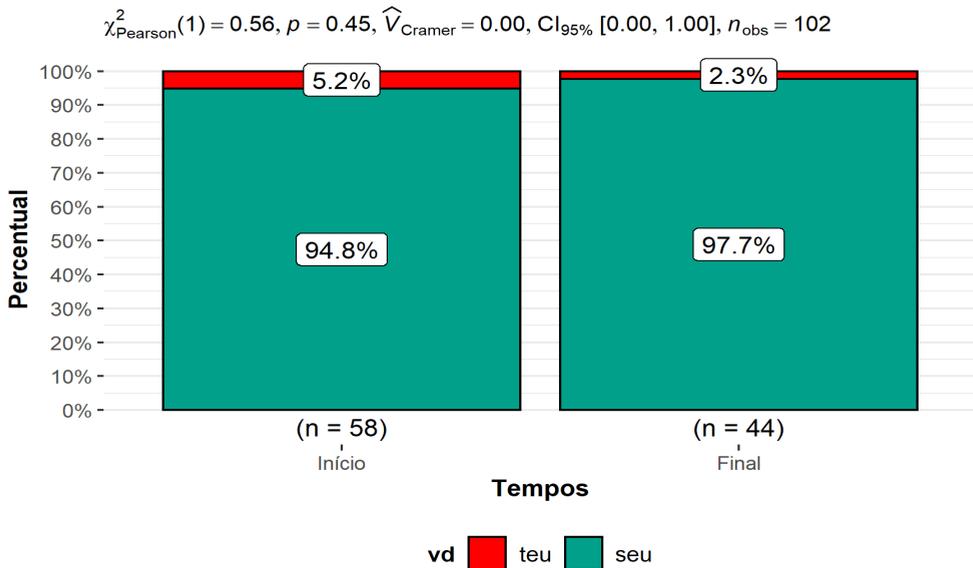
Como há poucos usos do pronome *teu*, para análise dos possessivos de 2P apresentamos apenas a distribuição das contagens e frequência, uma vez que a distribuição dos dados não atenderia aos requisitos do modelo estatístico adotado (cf. FREITAG, 2021).

Figura 8.8: Possessivos de 2P na amostra Deslocamentos (2020) quanto ao perfil de deslocamento.

Os usos do possessivo *teu* são restritos a falantes do Deslocamento 2 (6.7% 1/15) e de Alagoas (11.1% 3/27). Uma vez que há baixa frequência e pouca diferença entre os deslocamentos, a distribuição da variável dependente quanto ao perfil de deslocamento não é estatisticamente significativa, o que não nos permite tecer inferências quanto ao comportamento da variável como dialetalmente distinta, já que os usos entre cada perfil não são tão distintos, e sim similares.

Como forma de observarmos a distribuição, apresentamos o resultado da variável tempo no curso na Figura 8.9.

Figura 8.9: Possessivos de 2P na amostra Deslocamentos (2020) quanto ao tempo no curso.



Falantes ao início do curso (5.2% 3/58) fazem maior uso de *teu* do que falantes ao final (2.3% 1/44). Com base nos dados dos diferentes perfis de deslocamento e no tempo de integração à comunidade, vemos que os nossos dados não nos permitem atestar o efeito da mobilidade e a inserção à comunidade quanto à variação e mudança nos usos dos possessivos de 2P. Provavelmente, como resultado do alto uso de *você* e consequente emprego de *seu* em 2P, o uso de *teu* seja limitado em comunidades que não fazem uso da variante *tu*, o que demonstra, em algum nível, efeito dialetal.

8.5.4 PREPOSIÇÕES LOCATIVAS COM VERBOS DE MOVIMENTO

Os verbos de movimento do tipo *ir*, *vir*, *levar* e *voltar* mobilizam as preposições *a*, *em* e *para* em suas regências. O uso variável dessas preposições aponta para uma graduação, sendo *para*, em (8), a preposição mais usada, *em* (9) apresentando uso intermediário e *a* (10) usada em menor proporção (MOLLICA, 1996a, 1996b; RIBEIRO, 1996; VALLO, 2003; WIEDEMER, 2008; VIEIRA, 2009; ASSIS, 2011; RODRIGUES, 2021; RODRIGUES; FREITAG, 2021).

(8) *fazia atividade já na intenção de ir pra rua pra brincar (ANT1MI).*

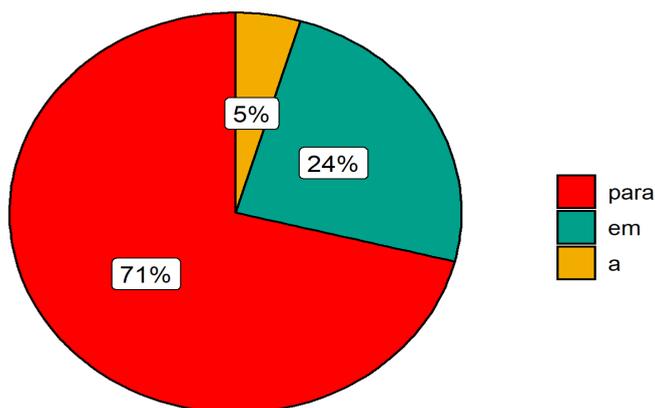
(9) *tenho muita vontade de ir mas vou mais no cinema inclusive quero ir assistir Rei Leão (ISA4F1).*

(10) *ah eu gosto de ficar em casa bastante mas eu (est) saindo indo ao teatro (ROMIMI).*

Ainda que a variável apresente distinção dialetal, há poucas diferenças entre a frequência de cada variante, muitas vezes havendo pressão normativa sobre seus usos (MOLLICA, 1996; RIBEIRO, 1996). A variante *em*, por exemplo, é socialmente estigmatizada e de caráter mais interiorano, o que pode resultar em menor frequência para seus usos por falantes mais escolarizados e de centros urbanos maiores. Por outro lado, a variante *a* é socialmente prestigiada, mas seus usos são baixos em diferentes grupos sociais, predominando a variante *para*. Nossa amostra é constituída por falantes de diferentes regiões dialetais, mas todos apresentam traços em comum, como possuir o ensino médio completo. Os resultados podem, em algum nível, refletir tanto efeito dialetal quanto efeito da escolarização (Figura 8.10).

Figura 8.10: Variação em preposições locativas de verbos de movimento na amostra Deslocamentos (2020).

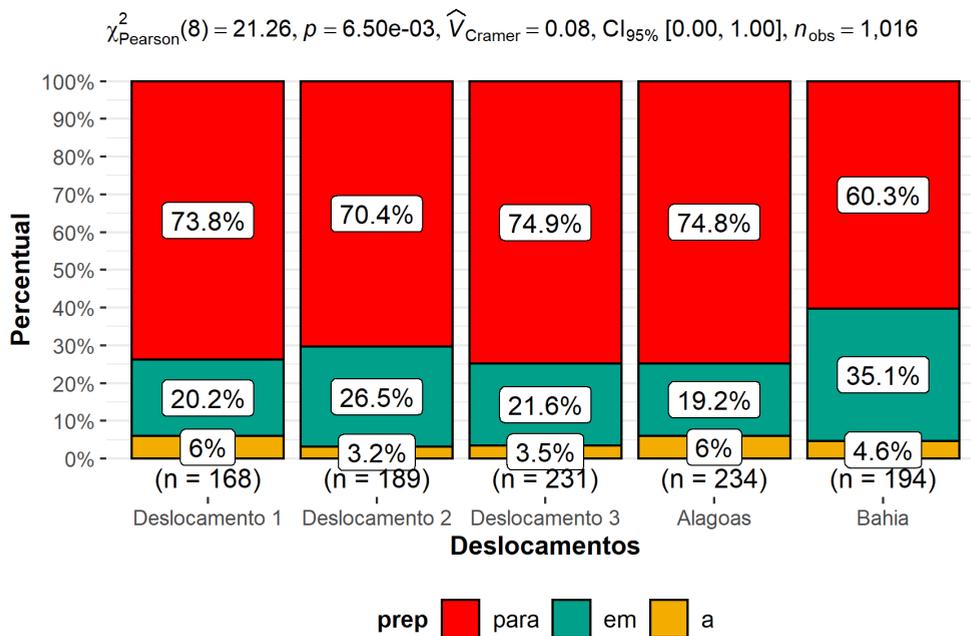
$$\chi^2_{\text{gof}}(2) = 709.89, p = 7.06e-155, \hat{C}_{\text{Pearson}} = 0.64, \text{CI}_{95\%} [0.62, 1.00], n_{\text{obs}} = 1,016$$



Predomina a preposição *para* (71% 722/1016) em nossos resultados, seguido pela preposição *em* (24% 247/1016), com baixos usos da preposição *a* (5% 47/1016). A distribuição da variável dependente é estatisticamente significativa ($\chi^2(2, N= 1016) = 709.89$ $p < 0.001$). A alta frequência de *para* não nos é surpresa, visto que as pesquisas apontam para o predomínio da forma com verbos de movimento no português brasileiro (MOLLICA, 1996; RIBEIRO, 1996; VALLO, 2003; WIEDEMER, 2008). Do mesmo modo, a maior frequência de *em* em relação à variante *a* segue um padrão já observado em outras regiões do país, no qual *a* está cada vez mais em desuso, à medida em que a preposição *em* é implementada para a regência dos verbos de movimento.

Nossos dados, contudo, estão unificados, considerando todos os informantes. A observação dos perfis de deslocamento pode nos dar evidências para a distinção dialetal (Figura 8.11).

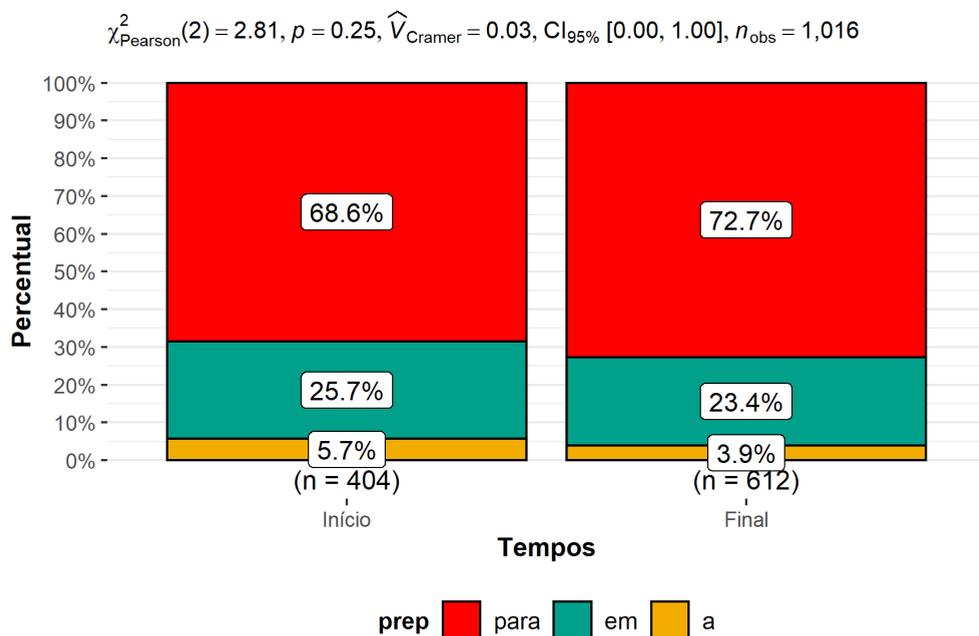
Figura 8.11: Variação em preposições locativas de verbos de movimento na amostra Deslocamentos (2020) por perfil de deslocamento.



Há predomínio da variante *para* em todos os perfis de deslocamento, o que reforça a ideia de que essa preposição é a mais utilizada com verbos de movimento. A maior frequência da preposição *em* é observada no deslocamento Bahia (35.1% 68/194), seguida por falantes do Deslocamento 2 (26.5% 50/189), do interior do estado de Sergipe. Os falantes de Alagoas (19.2% 45/234) são os que fazem o menor uso da variante, e os que fazem o maior uso da preposição *a* (6% 14/234), juntamente aos falantes do Deslocamento 1 (6% 10/168), naturais da Região Metropolitana do estado de Sergipe. Essa distribuição é estatisticamente significativa ($\chi^2(8, N = 1016) = 21.26 p < 0.001$), com associação fraca ($V^2 = 0.08$). As diferenças existentes entre os perfis de deslocamento quanto ao uso das preposições *em* e *a* são indícios para os diferentes usos em comunidades distintas, o que pode evidenciar distinção dialetal para a variável.

A região dialetal do falante interfere nos usos que ele faz das preposições; a integração em uma nova comunidade, por vias de tempo, também pode interferir nesses usos, o que nos leva a controlar o tempo no curso (Figura 8.12).

Figura 8.12: Variação em preposições locativas de verbos de movimento na amostra Deslocamentos (2020) por tempo no curso.



À medida em que a preposição *para* aumenta a sua frequência entre o início (68.6% 277/404) e o final (72.2% 445/612) do curso, as preposições *em* (25.7% 104/404 e 23.4% 143/612) e *a* (5.7% 23/404 e 3.9% 24/612) diminuem. Há uma certa mudança em direção ao maior uso da variante mais disseminada no português brasileiro, o *para*. Uma explicação possível é a interferência do fator normativo sobre os usos universitários. Por causa das prescrições normativas e pelo desejo de se sentir pertencente à comunidade de práticas em que está inserido, o falante tende a se aproximar dos usos feitos por essa comunidade. Entretanto, estatisticamente não há diferenças entre o início e o final do curso quanto ao uso das preposições.

Para a variação na regência de verbos de movimento, há predomínio da preposição *para*, seguindo tendências gerais para a variação no português brasileiro. A forma estigmatizada *em* obtém sua maior ocorrência com falantes do deslocamento 4, Bahia, enquanto a forma prestigiada *a* obtém sua maior expressividade com falantes do Deslocamento 1 e de Alagoas. As diferenças quanto aos perfis de deslocamento indicam diferenças entre o comportamento linguístico das comunidades, das quais os falantes que compõem a amostra provêm. Não observamos, contudo, efeito da mobilidade por meio da integração por vias de tempo.

8.6 SISTEMATIZAÇÃO DOS RESULTADOS

Nesta pesquisa, trabalhamos com a hipótese de que as variáveis foco deste estudo – (i) pronomes pessoais do caso reto de segunda pessoa do singular (*tu*, *você* e *cê*); ii) clíticos de segunda pessoa do singular (*te* e *lhe*); iii) possessivos de segunda pessoa do singular (*seu* e *teu*); e iv) variação entre as preposições *a*, *em* e *para* quando introduzem complementos locativos de verbos de movimento) – são dialetalmente distintas, podendo apresentar comportamentos distintos entre os perfis de deslocamento, sendo possível haver mudança na fala dos informantes como resultado do contato e da integração do estudante por vias de tempo à comunidade acadêmica. Para verificar a nossa hipótese, analisamos o comportamento dessas variáveis quanto ao perfil de deslocamento dos informantes e o tempo no curso. No Quadro 8.2, apresentamos uma síntese com os resultados da nossa pesquisa.

Quadro 8.2: Resultados por variável

Variável	Deslocamento	Tempo no curso
Pronomes de 2P	Houve efeito	Houve efeito
Clíticos 2P	Houve efeito	Não houve efeito
Possessivos 2P	Não houve efeito	Não houve efeito
Preposições <i>para</i> , <i>a</i> , <i>em</i>	Houve efeito	Não houve efeito

Em relação ao perfil de deslocamento, nossa hipótese foi confirmada para três dos quatro fenômenos analisados: i) pronomes de segunda pessoa do singular *tu*, *você* e *cê*; ii) clíticos de segunda pessoa do singular: *te* e *lhe*; e iii) variação entre as preposições *a*, *em* e *para* quando introduzem complementos locativos de verbos de movimento. A região de origem do estudante foi significativa nos usos das variáveis. Por outro lado, a mudança como resultado do contato e da integração ao ambiente acadêmico só foi confirmada para a variação dos pronomes pessoais de segunda pessoa do singular. As variáveis independentes analisadas não foram estatisticamente significativas para a variação no uso dos pronomes possessivos de segunda pessoa do singular *teu* e *seu*, uma vez que os dados eram poucos e não nos permitiram utilizar modelos estatísticos para a análise.

8.7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estudos sobre as variáveis i) pronomes de segunda pessoa do singular *tu*, *você* e *cê*; ii) clíticos de segunda pessoa do singular: *te* e *lhe*; iii) possessivos de segunda pessoa do singular: *teu* e *seu*; e iv) preposições *a*, *em* e *para* quando introduzem complementos locativos de verbos de movimento, têm seguido principalmente os moldes tradicionais de coleta de dados na Sociolinguística. Neste trabalho, contudo, observamos o comportamento dessas variáveis em uma amostra com diferentes perfis geográficos, considerando o ambiente universitário como um espaço rico para verificar efeitos de contato e da mobilidade na fala.

Acreditamos que mais pesquisas que abordem os efeitos dos deslocamentos e contatos na fala de estudantes universitários em regiões interioranas devem ser feitas para se ter um maior panorama desses efeitos nas variáveis aqui estudadas em fluxos das regiões metropolitanas para o interior. Consideramos também relevantes as pesquisas que controlem as redes sociais dos falantes, para verificar os possíveis efeitos das redes na acomodação ou preservação dialetal nos usos das variáveis investigadas.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, G. de S. Uso dos Pronomes-Objetos de Segunda na Fala de Salvador e de Santo Antônio de Jesus. *Veredas Atemática*, v. 20, n. 2, p. 122-135, 2016.
- ALVES, C. C. B. *O uso do tu e do você no português falado no Maranhão*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2010.
- ARAÚJO, A. S.; BORGES, D. K. V. Variação no uso de pronomes-objeto de segunda pessoa na fala de estudantes Itabaienses. *Paraguaçu*, v. 1, n. 1, p. 146-167, 2021.
- ARDUIN, J. *A variação dos pronomes possessivos de segunda pessoa do singular teu/seu na Região Sul do Brasil*. 2005. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Comunicação e Expressão, Programa de Pós-Graduação em Linguística, 2005.
- ARRUDA, N. C. *A Realização do Objeto Direto no Português Brasileiro Culto Falado: um estudo sincrônico*. Dissertação (Mestrado em Linguística e Língua Portuguesa) – Universidade Estadual Paulista, 2006.
- ASSIS, T. S. B. *A regência variável dos verbos de movimento no português popular do interior do estado da Bahia*. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal da Bahia (Instituto de Letras). Salvador, 2011.
- AUER, P. Mobility, contact and accommodation. In: LLAMAS, C.; MULLANY, L.; STOCKWELL, P. (eds.). *The Routledge companion to sociolinguistics*. Routledge, 2007, p. 129-135.
- BORTONI-RICARDO, S. M. *Do campo para a cidade: estudo sociolinguístico de migração e redes sociais*. São Paulo: Parábola Editorial, 2011.
- BORTONI-RICARDO, S. M. *The Urbanization of Rural Dialect Speakers: a Sociolinguistic Study in Brazil*. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.
- BREZINA, V.; WEILL-TESSIER, P.; MCENERY, A. #LancsBox v. 5.x. [software]. 2020. Disponível em: <http://corpora.lancs.ac.uk/lancsbox/>. Acesso em: 23 jan. 2022.
- BRITAIN, D. Space, diffusion and mobility. In: CHAMBERS, J. K.; TRUDGILL, P.; SCHILLING-ESTES, N. (eds.). *The handbook of language variation and change*. Blackwell publishing, p. 604-637, 2008.

- CÂMARA JR., J. M. *História e estrutura da língua portuguesa*. 3. ed. Rio de Janeiro.
- CAMPBELL-KIBLER, K.; WALKER, A.; ELWARD, S.; CARMICHAEL, K. Apparent time and network effects on long-term cross-dialect accommodation among college students. *U. Penn Working Papers in Linguistics*, v. 20, n. 2, 2014.
- CHAMBERS, J. K.; TRUDGILL, P. *Dialectology*. 2. ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.
- CORRÊA, T. R. A. *A variação na realização de /t/ e /d/ na comunidade de práticas da UFS: mobilidade e integração*. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Universidade Federal de Sergipe, 2019.
- COSTA, B. L. *Variação dos pronomes tu/você nas capitais do norte*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará. Belém, 2013.
- DALTO, C. D. de L. *Estudo Sociolinguístico dos Pronomes-Objetos de Primeira e de Segunda Pessoas nas Três Capitais do Sul do Brasil*. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Universidade Federal do Paraná, 2002.
- DIAS, E. P. *O uso do tu no português brasileiro falado*. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Brasília. Brasília, 2007.
- FREITAG, R. M. K. Banco de dados Falares Sergipanos. *Working Papers em Linguística*, v. 14, n. 1, p. 156-164, 2013.
- FREITAG, R. M. K. Falares sergipanos. In: ATAÍDE, C. et al. (org.). *Gelne 40 anos*, 2017, p. 119-130.
- FREITAG, R. M. K. *A língua do universitário: fala, leitura e escrita para o letramento acadêmico*. 2018. Projeto de pesquisa. Universidade Federal de Sergipe, 2018.
- FREITAG, R. M. K. *Variáveis categóricas*. Disponível em: <https://rkofreitag.github.io/Categorica.html/>. Atualizado em: 2021-04-11.
- GAMA, D. E. R. S. O uso variável dos clíticos para referenciar o interlocutor. *Revista Digital dos Programas de Pós-Graduação do Departamento de Letras e Artes da UEFS*, v. 19, n. 2, p. 102-115, 2018.
- GUEDES, S. Emprego do artigo definido em situação de contato dialetal. *Domínios de Lingu@gem*, v. 13, n. 4, p. 1401-1432, 2019.
- LABOV, W. *Principles of linguistic change, volume 1: Internal factors*. Oxford: Blackwell, 1994.
- LABOV, W. *Sociolinguistic patterns*. University of Pennsylvania Press, 1972.
- LONGERIAN-PENKAL, L. *(Re)análise da referência de segunda pessoa na fala da região sul*. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2004.
- MARTINS, M. R. A. S.; MARRA, D.; HAUPT, C. *Os usos alternados das formas pronominais de segunda pessoa do singular cê, você e tu na comunidade linguística de Porto Nacional, Tocantins*, 2020.

- MENDES, F. Variação estilística e genericidade: a variação de pronomes possessivos de segunda e terceira pessoa do singular. *In: Anais do CELSUL*, 2008.
- MENON, O. P. S. Reestruturação do sistema possessivo em português. *In: Anais do VIII Seminário do Centro de Estudos linguísticos e literários do Paraná*. Umuarama, PR, UNIPAR/FAFID, p. 334-338, 1995.
- MOLLICA, M. C. M. Influência dos fatores sociais sobre a regência variável do verbo *ir* de movimento. *In: SILVA, Gisele M. O. & SCHERRE, Maria Marta P. (org.) Padrões sociolinguísticos: análise de fenômenos variáveis do português falado no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996a.
- MOLLICA, M. C. M. A regência variável do verbo *ir* de movimento. *In: SILVA, G. M. O. & SCHERRE, M. M. P. (org.) Padrões sociolinguísticos: análise de fenômenos variáveis do português falado no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996b.
- OUSHIRO, L. Questões e métodos: vogais médias pretônicas na fala de migrantes nordestinos em situação de contato dialetal. *In: VIEIRA, M. S. M.; WIEDEMER, M. L. Dimensões e experiências em Sociolinguística*. São Paulo: Blucher, p. 157-87, 2019.
- PATIL, I. Visualizations with statistical details: The ‘ggstatsplot’ approach. *Journal of Open Source Software*, v. 6, n. 61, p. 3167, 2021.
- R CORE TEAM. R: A language and environment for statistical computing. R Foundation for Statistical Computing, Vienna, Austria, 2018. Disponível em: <https://www.r-project.org/>. Acesso em: 06 jan. 2022.
- RAMOS, C. M. A. *O clítico de 3 pessoa: um estudo comparativo português brasileiro / espanhol peninsular*. 1999. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 1999.
- RIBEIRO, A. J. C. R. *Um caso de uso variável de preposições na chamada fala culta carioca: a regência do verbo Ir de predicação incompleta*. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1996.
- RIBEIRO, C. C. S. *Deslocamento geográfico e padrões de uso linguístico: a variação entre as preposições em ~ ni na comunidade de práticas da Universidade Federal de Sergipe*. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Universidade Federal de Sergipe, 2019.
- RODRIGUES, F. G. C. *Variação na regência de complementos locativos de verbos de movimento na fala de universitários da UFS*. 2021. 138f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal de Sergipe, 2021.
- RODRIGUES, F. G. C.; FREITAG, R. M. K. Padrões de preposições em complementos locativos de verbos de movimento. *Estudos da Língua(gem)*, v. 19, n. 4, p. 133-156, 2021.

- SANTANA, J. C. D. *Todos os caminhos levam a Feira de Santana: uma viagem socio-linguística para o estudo dos pronomes-objeto no português urbano falado*. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Universidade Estadual de Feira de Santana, 2014.
- SANTOS, V. M. *Tu vai pra onde... Você vai pra onde?: manifestações de segunda pessoa na fala carioca*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.
- SCHERRE, M. M. P.; ANDRADE, C. Q.; CATÃO, R. C. Por onde transitam o tu e o você no nordeste? *Revista de Letras*, v. 1, n. 40, p. 164-197, 2021.
- SCHERRE, M. M. P.; DIAS, E. P.; ANDRADE, C. Q.; LUCCA, N. N. G.; ANDRADE, A. L. V. S. Tu, você, cê e ocê na variedade brasileira. *Papia*, v. 21, p. 117-134, 2011.
- SCHERRE, M. M.; DUARTE, M. E. L. Main current processes of morphosyntactic variation. In: WETZELS, L.; COSTA, J.; MENUZZI, S. (eds.) *The Handbook of Portuguese Linguistics*. John Wiley & Sons, Inc., 2016, p. 526-544.
- SILVA, I. *Em terras de você o natural é misturar pronomes de segunda pessoa do singular – estudo dos pronomes tu e você no Português Popular do Brasil*. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade de São Paulo, 2015.
- SILVA, S. O. P.; VITÓRIO, E. G. S. L. A. A variação você e cê no sertão alagoano. *Revista Leitura, Maceió*, v. 2, n. 59, p. 122-142, 2017.
- SIQUEIRA, M. O controle da mobilidade em variáveis linguísticas. *UniLetras*, v. 43, p. 1-22, 2021.
- SOARES, A. S. F. *Segunda e terceira pessoa: o pronome possessivo em questão: uma análise variacionista*. 1999. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal do Paraná, 1999.
- TRUDGILL, P. *Dialects in contact*. Oxford: Basil Blackwell, 1986.
- VALLO, M. A. G. do. *A regência variável do verbo ir de movimento na fala pessoense*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2003.
- VIEIRA, M. J. B. (2009), Variação das preposições em verbos de movimento. *Signum: Estudos Linguísticos*, 12:423-445.
- WIEDEMER, M. L. *A regência variável do verbo IR de movimento na fala de Santa Catarina*. 140f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Curso de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

CAPÍTULO 9

A MONOTONGAÇÃO DE /EI/NA NORMA DE MAPUTO

Danielle Kely Gomes

9.1 INTRODUÇÃO

A realização do ditongo /ei/ é um processo variável nas mais diversas normas de uso do Português Brasileiro (doravante PB). (PAIVA, 2003, a, b, dentre tantos outros). Nas variedades do PB, a alternância entre [ey] e [e] é frequentemente associada à atuação de restrições de natureza linguística, dentre as quais se destaca a natureza do segmento subsequente ao ditongo.

Entretanto, em outras variedades do Português, o comportamento variável de /ei/ é associado também a condicionamentos extralinguísticos. Passos (2018), ao investigar a monotongação do /ei/ no Português de São Tomé, demonstra que na variedade há uma correlação entre variáveis linguísticas e sociais para a implementação da variante monotongada, [e]. A investigação aponta que há diferenças na implementação da variante monotongada em função da posição que o segmento ocupa no vocábulo.

A variedade moçambicana, assim como a são-tomense, é caracterizada pela convivência entre o Português e outras línguas, principalmente línguas da família bantu.¹ Esta investigação insere-se no amplo espectro de um programa de pesquisa que busca

1 Seguindo Chimbutane (1991), adota-se a forma *bantu* para menção às línguas autóctones de Moçambique, sem a adaptação do adjetivo aos padrões morfológicos do Português.

traçar o *continuum* de variação entre a norma brasileira e as normas do português faladas no continente africano (PETTER, 2015; BRANDÃO, 2020). Questões associadas ao contato entre o Português e as línguas locais de Moçambique são pontos cruciais na caracterização da variedade africana do português em foco e também podem indicar subsídios importantes para a compreensão do processo de monotongação de /ei/ no Português Brasileiro.

Assume-se, como hipótese central de investigação, que o contato entre Português e as línguas locais atuaria no sentido de expansão dos contextos estruturais que favorecem a implementação da variante monotongada, já que as línguas bantu, no geral, tendem a evitar a formação de sílabas com núcleos complexos. No Português Brasileiro, os trabalhos que se dedicam a investigar esse processo evidenciam que a redução de /ei/ ocorre no contexto de falso ditongo,² principalmente quando /ei/ precede um tepe. Espera-se que os dados da variedade moçambicana extrapolem essa restrição, e que a implementação de [e] se dê tanto em falsos ditongos quanto nos contextos em que, em outras variedades do Português, a forma ditongada tende a ser preservada.

A investigação que se propõe neste texto se justifica não só pela perspectiva de comparação entre normas do Português, como também por considerar o papel do contato entre línguas na configuração da gramática do Português em Moçambique. No âmbito das teorias que se debruçam sobre o contato linguístico, cumpre salientar que o campo de estudos referente às línguas em contato pode ser considerado um ramo novo dentro da Linguística, e que vem despertando cada vez o interesse em pesquisadores da área (SANTIAGO; AGOSTINHO, 2020, p. 41).

Weinreich (1953) define contato linguístico como o uso, de forma alternada, de duas ou mais línguas pela mesma pessoa. O resultado do contato entre línguas é denominado pelo autor como fenômeno de interferência, dados “aqueles casos de desvio das normas de qualquer língua que ocorrem no discurso de bilíngues como um resultado de sua familiaridade com mais de uma língua” (WEINREICH, 1953, p. 01). No que diz respeito ao estudo sobre contato linguístico e contato cultural, Weinreich (1953) ressalta a necessidade de se atentar para aspectos relativos à interação entre fatores estruturais e não estruturais. Isso porque tais fatores podem contribuir ou impedir o fenômeno de interferência.

Investigar a produtividade da regra variável de monotongação de /ei/ em um contexto em que o Português configura uma variedade de língua europeia como L2 (FIRMINO, 2010; GONÇALVES P., 2001, 2013) é inovador, e pode trazer contribuições importantes para a compreensão desse processo em outras realidades multilíngues, além de auxiliar na interpretação de como o processo variável se estabiliza no Português Brasileiro.

2 De acordo com Bisol (1989), ditongos verdadeiros são aqueles que, fonologicamente, ocupam duas posições no núcleo silábico, sendo a segunda uma vogal alta. Esses ditongos (por exemplo, p[aw]ta e r[ey]no) tendem a ser preservados. Os ditongos falsos seriam constituídos por apenas uma vogal no núcleo, sendo a segunda vogal, quando ocorre, fruto de um processo de “espraiamento” – que é variável – do nó vocálico da consoante subsequente ao ditongo. (p[ey]xe /p[e]xe; b[ey]jo/b[e]jo).

A partir das considerações apresentadas, esta investigação tem por objetivos i) descrever a distribuição das expressões fonéticas que concretizam a realização de /ei/; (ii) verificar a atuação de condicionamentos de ordem linguística na implementação da variante monotongada [e]; e (iii) observar a correlação entre restrições linguísticas e sociais na implementação de [e].

Para que se cumpram os propósitos explicitados, primeiramente descrevem-se brevemente alguns estudos sobre a regra variável de monotongação em variedades do Português; em seguida, apresentam-se reflexões sobre a fonologia dos ditongos em Português e nas línguas autóctones de Moçambique; depois, discutem-se aspectos relativos à formação da comunidade de fala sob investigação; indicam-se os procedimentos adotados para o tratamento dos dados; e, por fim, expõem-se os resultados da análise multivariada e, finalmente, tecem-se as considerações finais.

9.2 A MONOTONGAÇÃO DE /EI/ EM PORTUGUÊS

No PB, o processo de monotongação de /ei/ (f[ey]r~f[e]ra, q[ey]jo ~ q[e]jo, p[ey]xe~p[e]xe, tr[ey]no~tr[e]no) é um fenômeno variável, fortemente condicionado por restrições de natureza linguística, dentre as quais se destaca o contexto fonológico subsequente ao ditongo (PAIVA, 1994, 2003a,b BISOL, 1989, 1994; GONÇALVES C. A., 1997; LOPES, 2002; PEREIRA, 2004, dentre muitos outros). Em outras variedades do Português, contudo, o comportamento variável de /ei/ também é associado a condicionamentos extralinguísticos (SILVEIRA, 2013; PASSOS, 2018).

Nas variedades do PB, destaca-se, dentre as variáveis linguísticas que atuam na redução de /ei/, a natureza do contexto seguinte ao ditongo: a presença da vibrante simples e das fricativas palatais no *onset* da sílaba seguinte ao ditongo é a restrição com maior força de atuação na redução (BISOL, 1994). Todavia, trabalhos como os de Cabreira (1996) e Paiva (2003a) revelam que a presença da vibrante simples no ataque da sílaba seguinte a /ei/ se destaca, entre os contextos fonológicos subsequentes ao ditongo, como o segmento que de fato licencia a implementação da regra de monotongação.

Cabreira (1996, p. 111), sobre a redução de /ei/ diante do tepe em dados de Curitiba, Florianópolis e Porto Alegre, afirma:

Em termos gerais, a frequência de monotongação de ej é maior do que a do ditongo [aj] (diante de palatal) e menor do que o ditongo [ow]. Entretanto, levando-se em conta apenas os casos em que o ditongo é seguido por flap, a frequência do monotongo sobe a 98%, e, na análise probabilística, o input atinge o valor 1,00. Isso pode ser tomado como um indício de que a monotongação de ej seguido por flap é uma mudança praticamente consumada.

Paiva (2003a), em uma comparação em tempo real de curta duração e em um estudo do tipo tendência (alguns indivíduos gravados na década de 1980 foram recontactados 20 anos depois) nos dados da fala popular da cidade do Rio de Janeiro, com base na Amostra Censo. A autora observa a manutenção de índices altos da variante monotongada na virada do milênio (em torno de 70% de aplicação da regra de monotongação). O estudo em tempo real e o estudo de tendência sugerem alterações nos contextos linguísticos de implementação da monotongação na fala popular carioca: a redução se consolida diante da vibrante simples (b[ey]ra/b[e]ra), mas recua diante das fricativas palatais (b[ey]jo). Paiva (2003a, p. 46) destaca que a tendência a mudanças nos contextos estruturais de implementação da redução independe, nos dados analisados, das características sociolinguísticas dos indivíduos.

Enquanto no Português Brasileiro a implementação da regra de monotongação está descrita e apresenta comportamento estável, uma situação oposta se verifica no que se refere a outras realidades do Português. Em relação às variedades africanas do Português, tem-se conhecimento de duas investigações, que se concentram na descrição da regra variável de monotongação em variedades faladas em São Tomé e Príncipe (SILVEIRA, 2013; PASSOS, 2018).

Silveira (2013), em um estudo que descreve a regra de monotongação de ditongos orais decrescentes no português vernacular são-tomense, verifica um índice elevado de monotongação de /ei/ nos dados da localidade (65% - 525/815). Os resultados apontam, como condicionamentos atuantes para a implementação de [e], a presença de róticos, das fricativas pós-alveolares e das fricativas alveolares no contexto seguinte ao ditongo, a classe dos nomes, palavras dissilábicas, o nível básico de escolarização e informantes da faixa etária mais jovem.

Passos (2018), ao também investigar a monotongação do /ei/ na norma urbana do Português de São Tomé, demonstra que na variedade há uma correlação entre variáveis linguísticas e sociais para a implementação da variante monotongada, [e]. A autora constata diferenças na implementação da variante monotongada em função da posição que o segmento ocupa no vocábulo: na posição interna à palavra, a monotongação é condicionada pela atuação das variáveis natureza do segmento subsequente – comportamento semelhante ao verificado no Português Brasileiro – e escolaridade; na posição final do vocábulo, a variável que concorre para a redução é a frequência de uso do crioulo Forro.

Observa-se, com base nos trabalhos retomados nesta seção, que há alguns pontos de convergência entre o Português Brasileiro e a variedade são tomense em relação às restrições que concorrem para a monotongação de /ei/: o contexto subsequente ao ditongo se constitui como o condicionamento de natureza linguística que atua de maneira uniforme nas variedades, no sentido de favorecer a variante monotongada quando o ditongo ocorre diante de róticos e fricativas pós-alveolares. Do ponto de vista das restrições de caráter social, os dados são-tomenses são sensíveis à escolaridade do indivíduo, enquanto a estabilidade do processo nas normas do Português Brasileiro parece neutralizar a ação de condicionamentos de natureza social.

9.3 SOBRE OS DITONGOS EM PORTUGUÊS E NAS LÍNGUAS DE MOÇAMBIQUE

Câmara Jr. (2019 [1970]), ao descrever a estrutura da sílaba em Português, defende que a sílaba que contém um ditongo se configura como uma estrutura silábica com o núcleo ramificado composto por duas vogais, sendo a segunda vogal da ramificação uma vogal alta. Bisol (1989), agrega mais elementos na reflexão sobre o estatuto fonológico do ditongo, ao apresentar a distinção entre ditongos verdadeiros e ditongos falsos, caracterizando como “falso” o ditongo que pode alternar, em sua realização, com a forma monotongada.

Se, no âmbito do Português, há uma reflexão consistente sobre os ditongos e as condições que favorecem processos fonológicos nessa estrutura, não se verificam descrições robustas sobre os aspectos fonológicos das línguas bantu que coexistem com o português em Moçambique.³

O Changana, língua autóctone sobre a qual há descrição disponível e uma das línguas locais que concorre com o Português na cidade de Maputo (PISSURNO, 2018, p. 80), apresenta as mesmas semivogais verificadas em Português ([y] e [w]), que emergem no quadro amplo de processos que atuam na resolução de hiatos. (NGUNGA; SIMBINE, 2012). De acordo com Ngunga; Simbine (2012, p. 44-45):

Esta língua não é favorável à combinação de vogais. Por isso, sempre que a morfologia ou a sintaxe criam condições para que duas vogais ocorram uma a seguir a outra, forma-se o que se chama hiato. Sendo este um fenómeno não tolerado pela Fonologia da língua, esta encontra sempre formas de desfazer, para ficar com apenas uma vogal. Para isso, a língua recorre a variados mecanismos, de acordo com a qualidade e a sequência das vogais envolvidas. [...]

[...] para se conseguir ter uma única vogal de uma sequência de duas, a língua recorre a estratégias como fusão das duas para formar uma terceira, eliminação (elisão) de uma delas, a semivocalização (transformação de uma delas em semivogal). Estas estratégias são chamadas regras de resolução de hiatos ou, simplesmente, regras que impedem a ocorrência de sequência de vogais. Assim, as vogais altas i e u tornam-se semi-vocalizadas antes de vogais [grifos nossos].

3 Das aproximadamente 20 línguas bantu registradas, tivemos acesso apenas a descrições relativas ao Changana (ou Xichangana), uma das diversas línguas locais faladas em Maputo (Cf. SITOIE, 2011; NGUNGA; SIMBINE, 2012; RIBEIRO, 2016). Também tivemos acesso a um manual de padronização ortográfica das línguas de Moçambique (NGUNGA; FAQUIR, 2012), em que constam breves considerações sobre aspectos fonético-fonológicos de 17 das 20 línguas bantu faladas no país.

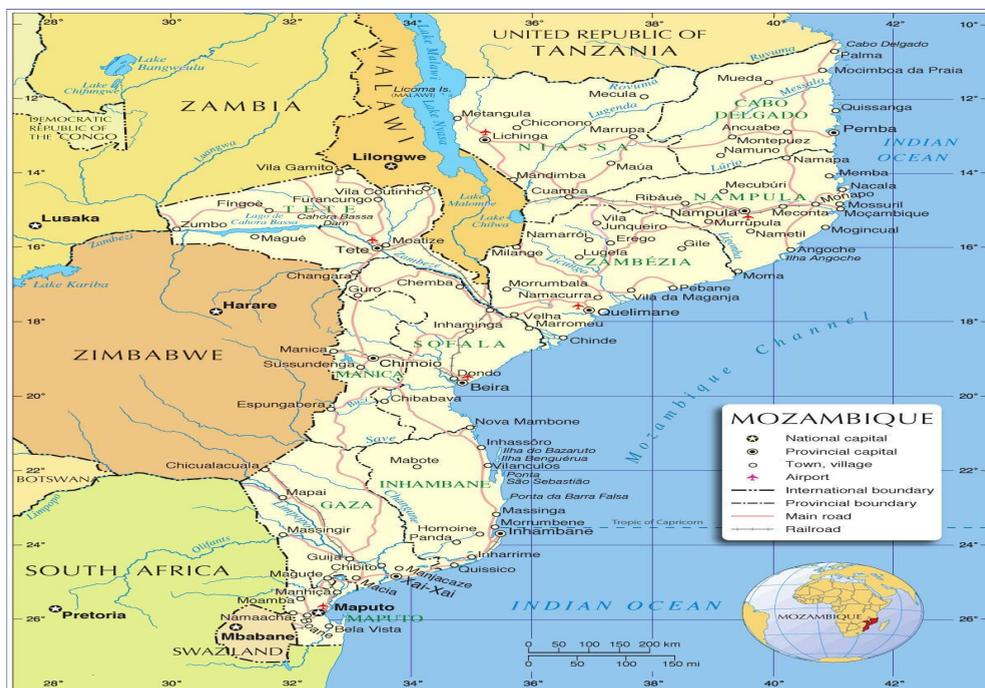
No Changana, evita-se a formação de núcleos silábicos complexos. A semivocalização das vogais altas é apenas uma das estratégias possíveis para resolver a formação dessas estruturas silábicas. E, assumindo que essa possa ser uma tendência das línguas da família bantu, pode-se formular a hipótese de que os falantes que adquiriram o Português como L2 ou que tenham o Português como L1 e que sejam falantes de uma ou mais línguas bantu como L2 sejam os responsáveis por liderar o processo de implementação da variante monotongada [e] na norma urbana de Moçambique.

A hipótese de que o contato entre o Português e as línguas autóctones molda a gramática da variedade do Português de Moçambique sustenta-se não só na descrição de aspectos estruturais das línguas em interação, mas também na reflexão sobre como essa interação entre línguas distintas historicamente define o perfil da comunidade linguística em análise. Tais questões são apresentadas na sequência.

9.4 O PORTUGUÊS EM MOÇAMBIQUE: ASPECTOS SÓCIO-HISTÓRICOS

A República de Moçambique é um país litorâneo localizado no sudeste da África. Divide-se em onze províncias (Cabo Delgado, Gaza, Inhambane, Manica, Maputo, cidade de Maputo, Nampula, Niassa, Sofala, Tete e Zambézia) que se estendem por 801.537 km², conforme ilustra a Figura 9.1.

Figura 9.1: Divisão geográfico-administrativa de Moçambique.



O mapeamento realizado pelo Instituto Nacional de Estatística (INE, 2017) revela que a população aproximada de Maputo, capital de Moçambique, é de 28 milhões de habitantes. A capital também é a cidade mais populosa do país e é considerada uma área urbana, na qual o Português é a principal língua de interação. No censo de 2017, 49% da população de Maputo se identifica como falante de Português como língua materna. Entre as crianças de 05 a 09 anos moradoras da capital, o índice de falantes de Português como L1 alcança 64% da população dessa faixa etária, o que sugere um possível aumento do número de falantes nativos do Português na área urbana nas próximas gerações da população da capital.

Esse panorama não é uniforme pelas demais províncias do país, uma vez que a disseminação do Português nas zonas mais rurais é fragmentada. Nessas áreas, as línguas da família bantu ainda constituem as línguas maternas das populações locais. De acordo com Pissurno (2018, p. 82), “a população da zona rural continua tendo o Português praticamente como uma língua estrangeira, de acesso restrito ao meio escolar”. As razões para a diferença entre a capital e as demais províncias do país estão no processo histórico de formação de Moçambique.

Moçambique entra na “rota” colonial do império português em 1498, ano da chegada de Vasco da Gama à costa do país. Apesar de a colonização portuguesa ser intensa na costa oeste do continente africano e na Ásia, os colonizadores à época não demonstraram grande interesse em ocupar o território, inserindo-o na máquina colonial como um entreposto comercial, fonte de ouro, marfim e pessoas escravizadas (CHIMBUTANE, 2018). Com efeito, o contato entre o Português e as línguas locais foi bastante rarefeito nos momentos iniciais da colonização.

Assim permaneceu a relação entre Portugal e Moçambique nos primeiros dois séculos após a chegada dos portugueses, sendo a administração da colônia mediada a partir da Índia, sem contato direto com a metrópole. Moçambique, portanto, ocupava uma “posição marginal” (GONÇALVES P., 2001, p. 977), principalmente quando em comparação às outras colônias portuguesas. Esse panorama só começa a mudar no final do século XIX, quando as fronteiras são demarcadas e Maputo (Lourenço Marques, à época) é escolhida como capital. O processo de efetiva ocupação não foi pacífico e nem repentino, mas sim marcado por campanhas militares e conflitos entre portugueses e resistências locais.

A consolidação do processo de colonização, com imigração de colonos, e consequente fomento à educação, se dá a partir de 1918, quando se concluem as campanhas militares para ocupação efetiva do país e época em que Portugal considerou o território, por fim, dominado. O número de imigrantes portugueses ainda era bastante baixo, mas Firmino (2010, p. 6) destaca que a presença desses colonos acabou causando uma “competição desleal no trabalho” e que os moçambicanos tinham de provar uma qualificação que esbarrava justamente no conhecimento do Português.

Desse modo, o Português assume cada vez mais o status de mobilizador social, posição que ganha relevo principalmente quando a língua foi incorporada às chamadas “Escolas Indígenas”, criadas para disseminar o Português para a população local.

Além disso, na mesma época, as línguas locais passaram a ser proibidas no ambiente escolar, um movimento com um viés ideológico colonizador que procurou minar as línguas autóctones, reduzindo-as ao convívio familiar.

A resistência pela independência começa a se consolidar a partir de 1962, com a fundação da Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO). Para mobilizar o maior número de cidadãos, os movimentos pela independência acabaram por optar pelo Português como a língua franca que os uniria em oposição ao colonizador. Curiosamente, o Português foi alçado à língua de mobilização nacional, uma escolha à primeira vista contraditória, mas que se justifica – na medida que a opção por uma das línguas locais para a representação do ideal de nacionalidade poderia colocar uma região/povo em relação de proeminência aos demais, o que dificultaria o processo de união em prol da independência (FIRMINO, 2010, p. 9).

A independência se consolida em 1975, após mais de uma década de luta armada, e o Português é reconhecido como língua oficial de Moçambique. Cimenta-se um discurso ideológico/institucional na medida em que se afirma, mesmo após a independência, que o Português “quebrava as barreiras das línguas maternas” (Revista Tempo nº 471, p. 12 *apud* FIRMINO, 2010). Como efeito, expandem-se as políticas linguísticas que reforçavam o uso do Português, por meio de propagandas e discursos do governo, e, principalmente, pelas campanhas de educação em massa.

Em um movimento contrário à visão hegemônica do Português, a Constituição de 1990 define que “o Estado devia promover o desenvolvimento das línguas africanas na vida pública, inclusive na educação” (CHIMBUTANE, 2018, p. 101). Esse movimento passou a legitimar a educação bilíngue, e reforça o contato entre as línguas, permitindo, cada vez mais, que a variedade moçambicana do Português seja modelada pela interação entre o Português e as línguas autóctones.

Mesmo com todas as evidências históricas e sociolinguísticas, ainda não é possível afirmar categoricamente que estamos diante de um “Português Moçambicano”. Firmino (2010, p. 22) destaca que

o português em Moçambique pode ser visto como um continuum que oscila desde as formas do mau português (pejorativamente chamado pretoguês) até às formas mais próximas do português europeu, cujo modelo europeu ainda é considerado como o padrão e, teoricamente, continua a ser difundido nas escolas.

Gonçalves P. (2021, informação verbal)⁴ vai além, ao destacar que “é prematuro, com base nas produções dos falantes, observar se os dados efetivamente refletem a emergência de uma variedade moçambicana”, apesar de já ser possível identificar alguns traços característicos da variedade – principalmente no que se refere a incorpo-

4 Comunicação apresentada no I Colóquio Internacional VariaR – Variação fonológica e sintática nas línguas românicas. 20 mar 2021.

rações e adaptações de itens lexicais, a modificações sintáticas e à configuração fonológica –, estando o Português em Moçambique no estágio de “uma variedade típica de um contexto de língua europeia como L2”. Portanto, tem-se a expectativa de que a regra variável da monotongação de /ei/ nos dados aqui analisados reflita o percurso de formação da variedade, na medida que se espera uma interação maior entre os condicionamentos estruturais e sociais, além de – no âmbito das variáveis extralinguísticas – a relevância das restrições que controlam a relação entre o Português e as línguas locais.

9.5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

No que se refere à metodologia para análise dos dados, levantaram-se 1.159 *tokens* em posição interna ao vocábulo.⁵ Os dados foram extraídos das 18 entrevistas que compõem a amostra principal do corpus Moçambique-PORT (VIEIRA; PISSURNO, 2016), vinculado ao *Corporaport (Variedades do Português em análise)*. Os dados foram analisados com o auxílio do software Goldvarb X. Postularam-se 11 variáveis, 6 linguísticas e 5 sociais, conforme mostra o Quadro 9.1.

Quadro 9.1: Variáveis investigadas

Condicionamentos linguísticos	Condicionamentos sociais
Contexto precedente ao ditongo Contexto subsequente ao ditongo Localização do ditongo na estrutura morfológica Dimensão do vocábulo Classe morfológica Tonicidade da sílaba	Faixa etária Escolaridade Sexo Estatuto do português Relação entre o Português e as línguas locais

Na seção a seguir, apresentam-se os percentuais de aplicação da regra de monotongação, a distribuição percentual das variantes fonéticas que concretizam o ditongo/ei/ e discutem-se os resultados das variáveis relevantes para a implementação de [e] na variedade urbana do Português em Moçambique.

9.6 RESULTADOS

Na Tabela 9.1, apresenta-se a distribuição das variantes fonéticas que concretizam o ditongo /ei/ na fala urbana em Moçambique.

5 A análise inicial contemplou o levantamento de ocorrências em posição interna e externa ao vocábulo. Contudo, neste texto focalizam-se os resultados apenas para a implementação da regra de monotongação de /ei/ no contexto interno.

Tabela 9.1: Distribuição das variantes

Variante	Exemplo	Apl/T
[e]	dinheiro - [di'nerU]	280/1159 = 24,2%
[ey]	primeiro - [pri'meyrU]	463/1159 = 39,9%
[əy]	Beira - ['bɛyɾɐ]	238/1159 = 20,5%
[ɛ]	carteira - [kar'terɐ]	65/1159 = 6,0%
[ə]	brasileira- [brazi'lɐrɐ]	99/1159 = 8,5%
[i]	reitor - [ri'tor]	6/1159 = 0,5%
[ɛy]	respeito - [rɛy'fɛytU]	4/1159 = 0,3%

A primeira questão que se destaca na Tabela 9.1 é a quantidade de expressões fonéticas que concretizam o ditongo /ei/ em posição interna ao vocábulo na norma de Maputo. São sete formas distintas de realização, que variam entre as variantes ditongadas prototípicas de normas luso-brasileiras ([ey, əy]), a variante monotongada mais frequente ([e]) e variantes em certa medida inovadoras, tanto monotongadas ([ɛ, ə, i]) quanto ditongada ([ɛy]) – ainda que a produtividade dessas formas seja incipiente frente às variantes [e, ey, əy], nas três primeiras linhas da Tabela 9.1, que, somadas, totalizam 84,6% dos dados.

Outro ponto a ser destacado a partir dos resultados apresentados na Tabela 9.1 é a produtividade das variantes ditongadas, [ei, əy], frente a [e]. Os percentuais de realização de [e] são expressivos, 24,2%, mas a regra não é generalizada. A forma monotongada é menos produtiva do que a soma das duas variantes ditongadas mais produtivas [ey, əy], que computa 60,4% das ocorrências, o que pode ser um indício de que a implementação da variante monotongada ainda é um processo incipiente na comunidade. Do modelo estatístico testado, com 11 variáveis independentes (06 linguísticas e 05 extralinguísticas), 06 foram consideradas estatisticamente relevantes – a relação entre o Português e as línguas locais, os contextos precedente e subsequente ao ditongo, o sexo do indivíduo, a faixa etária a que o informante pertence e o estatuto do Português. Destaca-se o predomínio de condicionamentos extralinguísticos: das seis variáveis relevantes, apenas duas – a natureza dos segmentos precedente e subsequente ao vocábulo – são restrições de natureza estrutural. Os demais condicionamentos relevantes para a implementação de [e] são de cunho social, sendo que dois mapeiam o estatuto de aquisição do Português e a relação dos informantes com as línguas. O predomínio de restrições sociais parece sugerir o caráter essencialmente sociolinguístico do processo variável em foco, tendência que não é verificada na mesma medida em várias análises já conhecidas sobre a monotongação de /ei/ em normas do Português Brasileiro.

Na Tabela 9.2, apresentam-se os percentuais e os pesos relativos para a variável relação entre o português e as línguas locais, condicionamento que visa observar em que medida o trânsito do falante entre o português e as línguas autóctones influencia na dinâmica da variação.

Tabela 9.2: Efeito da variável relação entre o português e as línguas locais

Relação	Apl/T	PR
O informante utiliza apenas o Português	29/220 = 13,2%	.273
O informante utiliza tanto o Português como as línguas locais	110/540 = 20,4%	.538
O informante utiliza mais as línguas locais do que o Português	141/221 = 63,8%	.647

Os resultados expressos na Tabela 9.2 confirmam a hipótese de que há uma correlação entre a implementação da variante [e] e o trânsito dos falantes pelas línguas locais: quanto maior a interação do falante nas línguas autóctones, maiores são os percentuais de realização da variante monotongada e maior favorecimento para implementação da variante.

Os dados tendem a corroborar os conhecimentos fragmentários de que se dispõem sobre a formação de sílabas com núcleo complexo nas línguas bantu de Moçambique. Pelo menos no Changana, língua local sobre a qual há uma descrição mais robusta sobre aspectos fonéticos e fonológicos, há uma tendência a se evitar a formação de hiatos, e a inserção de [y] e [w] em uma estrutura formada pelo choque entre duas vogais é apenas um dos processos possíveis para a dissolução do choque vocálico, sendo a fusão e a elisão de uma das vogais os processos mais comuns nesses contextos.

A Tabela 9.3 apresenta os percentuais e os pesos relativos para o efeito do segmento precedente ao ditongo para a implementação da variante [e].

Tabela 9.3: Efeito da variável contexto precedente ao ditongo

contexto	exemplo	Apl/T	PR
[n]	dinheiro - [di'nerU]	82/101 = 81,2%	.891
[d]	deixo - ['defo]	44/129 = 34,1%	.586
[s]	terceira - [ter'sere]	32/146 = 21,9%	.576
[t]	solteiro - [sow'terU]	13/34 = 38,2%	.526
[m]	primeira - [pri'mere]	40/101 = 28,4%	.513
Outros	brasileiro - [brazi'leruf]	32/430 = 16%	.326

Os índices expressos na Tabela 9.3 não são confiáveis, já que há inversões entre percentuais e pesos relativos em alguns contextos, e há problemas na distribuição dos dados. Destaca-se, mesmo com a ressalva no que se refere à confiabilidade dos resultados, que a presença da nasal palatal no *onset* da sílaba com núcleo ramificado é o contexto que mais favorece a implementação de [e], com .891. A presença da oclusiva alveolar sonora [d], da fricativa alveolar surda [s], da oclusiva alveolar surda [t] e da nasal bilabial [m] também se mostram como contextos de favorecimento à monotongação. Entretanto, os pesos relativos para essas variantes estão muito próximos do ponto neutro (.500), o que permite inferir que esses segmentos atuam de forma menos incisiva na aplicação da regra. Os demais contextos considerados não se mostraram relevantes.

No que se refere ao efeito do contexto subsequente, os resultados expressos na Tabela 9.4 apontam tendências muito próximas às verificadas nas normas do Português Brasileiro.

Tabela 9.4: Efeito da variável contexto subsequente ao ditongo

contexto	exemplo	Apl/T	PR
[ʒ]	beijo - ['beʒu]	6/12 = 50%	.716
róticos	primeira - [pri'meɾɐ]	199/455 = 43,7%	.695
[ʃ]	deixo - ['deʃo]	27/96 = 28,1%	.525
Ataques vazios	aldeias -[alɐ'deɐʃ]	15/123 = 12,2%	.306
Outros	seitas - ['setɐʃ]	33/293 = 11,3%	.267

Os resultados apresentados na Tabela 9.4 também não são confiáveis, por conta do desequilíbrio na distribuição dos dados. Nota-se que os mesmos contextos que favorecem a implementação da variante [e] no Português Brasileiro atuam na regra variável na norma urbana de Moçambique. Contudo, é possível observar diferenças qualitativas entre as duas variedades no que se refere à hierarquia dos contextos subsequentes a /ei/ favorecedores à monotongação: a fricativa alveolar sonora se destaca, nos dados, como o contexto mais relevante (.716), seguido dos róticos (.695). A fricativa alveolar surda também é um contexto que favorece a implementação de [e], mas o valor do peso relativo (.525) sugere que esse segmento tem uma força menor do que os demais apontados em outras investigações que descrevem a monotongação de /ei/ em Português.

O efeito da variável sexo do informante, expresso na Tabela 9.5 sugere indícios sobre a avaliação social da variante [e] na comunidade urbana de Moçambique.

Tabela 9.5: Efeito da variável sexo do informante

Sexo	Apl/T	PR
Masculino	138/361 = 38,2%	.687
Feminino	142/620 = 22,9%	.388

Os percentuais e os pesos relativos para os informantes do sexo masculino indicam que os homens tendem a implementar a variante [e], com .687 de peso relativo, enquanto as mulheres a desfavorecem (.388). Esses resultados, tomados isoladamente, não são suficientes para que obtenha um panorama da avaliação das variantes. Como destaca Freitag (2015, p. 67-68), a interpretação mais ampla do efeito da variável sexo/gênero em estudos sociolinguísticos depende de uma abordagem de cunho interdisciplinar, com base em sólidos fundamentos etnográficos/sociodemográficos. O controle da variável sexo, na amostra, considera apenas a dimensão biológica.

Os resultados relativos à atuação da idade do informante, mensurada a partir da distribuição de falantes por faixas etárias, tendem a corroborar o grau de inovação da variante [e] na variedade urbana do Português em Moçambique.

Tabela 9.6: Efeito da variável faixa etária do informante

Faixa	Apl/T	PR
18 a 35 anos	113/276 = 40,9%	.728
36 a 55 anos	74/331 = 22,4%	.365
Mais de 56 anos	93/374 = 24,9%	.441

Os resultados apresentados na Tabela 9.6 atestam que são os falantes mais jovens, com idades entre 18 e 35 anos, que mais favorecem a variante [e], estando os indivíduos adultos e os mais velhos na retaguarda do processo, desfavorecendo o processo de monotongação. A análise no tempo aparente revela diferença de comportamento entre os falantes jovens e os demais indivíduos, e é mais uma evidência de que a variante [e] é inovadora na comunidade.

Na Tabela 9.7, apresentam-se a distribuição percentual e o peso relativo para a variável que mapeia o estatuto do Português.

Tabela 9.7: Efeito da variável estatuto do Português

Sexo	Apl/T	PR
Português como L1	112/679 = 16,9%	.404
Português como L2	168/302 = 55,6%	.706

Os resultados apresentados na Tabela 9.7 tendem a confirmar as tendências verificadas na Tabela 9.2, em que se discutem os resultados relativos à variável relação entre o Português e as línguas locais. Os falantes bilingues que têm o Português como segunda língua são os responsáveis pela implementação de [e] na comunidade de fala moçambicana representada pelos dados aqui analisados. A diferença entre os falantes de Português como L1 e os falantes de Português como L2 é significativa, tanto em termos percentuais como em pesos relativos.

Apesar de não dispormos de um quadro descritivo consistente sobre todas as línguas bantu faladas em Moçambique, é possível que as demais línguas de Moçambique sigam as mesmas tendências verificadas no Changana, em direção à simplificação de núcleos silábicos complexos. Essa tendência provavelmente atua na aprendizagem de uma configuração silábica que não encontra correspondência na L1 que esses falantes bilingues fixaram no processo de aquisição, o que pode justificar os valores altos de aplicação da regra de monotongação de /ei/ na fala desses indivíduos.

9.7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve por propósito descrever o processo de monotongação do ditongo /ei/ em uma variedade do Português ainda em processo de formação – a norma urbana falada em Maputo. Uma das motivações que direcionou a análise foi o interes-

se em investigar, nas variedades africanas do Português, processos variáveis fartamente descritos em variedades do Português do Brasil e do Português Europeu – em busca de convergências e divergências entre as normas. Outra razão que impulsionou a pesquisa foi o interesse em observar em que medida o processo de formação das variedades africanas influencia na dinâmica desses fenômenos variáveis, uma vez que se parte do princípio de que essas variedades são moldadas em um processo contínuo de contato entre a língua da colonização e as línguas autóctones.

Tendo em vista essas motivações elencadas, foi possível observar que, nos dados relativos à variedade urbana do Português em Moçambique:

- i em posição medial, confirma-se em termos a tendência verificada em outras variedades do Português no que se refere à atuação das fricativas palatais e dos róticos: respectivamente, [ʒ], róticos e [ʝ] são as consoantes no *onset* da sílaba seguinte que mais favorecem a monotongação de /ei/. Mesmo com as ressalvas no que se refere à confiabilidade dos resultados estatísticos, observa-se que os contextos estruturais em que se implementa a variante [e] são os mesmos apontados nas descrições disponíveis sobre o processo de monotongação no PB;
- ii as variáveis sociais são significativamente relevantes para a implementação da variante monotongada. Concorrem para o processo as variáveis *relação entre o português e as línguas locais, sexo, faixa etária e estatuto de aquisição do Português*;
- iii no que se refere à atuação das variáveis que controlam a interação entre o Português e as línguas locais, os resultados sugerem que os informantes que se reconhecem como falantes mais frequentes de línguas locais do que do Português são indivíduos que implementam a variante [e] na norma urbana de Moçambique. De certa maneira, tal comportamento se coaduna com a tendência das línguas bantu de Moçambique de evitarem núcleos silábicos complexos. Desse modo, é evidente que o contato entre o Português e as línguas locais impulsiona a aplicação da regra de monotongação de /ei/ na norma urbana de Maputo;
- iv a implementação da variante [e] na fala dos informantes do sexo masculino poderia ser indício de que a monotongação é um processo estigmatizado socialmente. Contudo, os limites da amostra não permitem generalizações acerca do papel do sexo do informante no favorecimento/rejeição à variante monotongada;
- v destaca-se o papel dos informantes mais jovens na implementação da variante monotongada: os informantes com idades entre 18 e 35 anos são os que favorecem a monotongação, havendo um decréscimo considerável de favorecimento à monotongação nos falantes adultos e uma retomada tímida (mas que não leva ao favorecimento de [e]) nos dados dos falantes mais velhos.

Considerando o caráter multilinguístico de Moçambique, os resultados apresentados nesta pesquisa apresentam subsídios importantes para a descrição de um processo variável fonético-fonológico produtivo em Português e para um maior conhecimento das variedades do Português faladas no continente africano. A análise aqui realizada oferece contributos para a compreensão de um fenômeno variável moldado por questões diretamente vinculadas, na comunidade investigada, a processos de contato entre a língua do colonizador e as dezenas de línguas locais de Moçambique.

Entretanto, têm-se consciência de que há limitações na distribuição dos dados, principalmente no que se refere ao mapeamento de restrições estruturais que condicionam a regra de monotongação na comunidade. Apesar dessas limitações de distribuição – que afetam também estudos que se debruçam sobre outros fenômenos variáveis fonético-fonológicos nas variedades africanas do Português (cf. os trabalhos reunidos em BRANDÃO, 2018) – os resultados aqui discutidos sugerem que, na variedade moçambicana, a regra de monotongação de /ei/ está relacionada ao contato entre o Português e as línguas autóctones. Indivíduos que se reconhecem como falantes efetivamente bilíngues são aqueles que impulsionam o processo de monotongação de /ei/ na norma de Maputo.

REFERÊNCIAS

- BISOL, Leda. Ditongos derivados. *DELTA*, v. 10, n. especial, p. 123-140, 1994.
- BISOL, Leda. O ditongo na perspectiva da fonologia atual. *DELTA*, v. 5, n. 2, p. 185-224, 1989.
- BRANDÃO, Sílvia Figueiredo (org). *Dois variedades africanas do português: variáveis fonético-fonológicas e morfossintáticas*. São Paulo: Blucher, 2018.
- BRANDÃO, Sílvia Figueiredo. *Relatório parcial e resumido sobre o projeto Três variedades do Português em contraste*. Mimeo. 2020.
- CABREIRA, Silvío Henrique. *A monotongação dos ditongos orais decrescentes em Curitiba, Florianópolis e Porto Alegre*. 1996. Dissertação (Mestrado) – Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica, 1996.
- CÂMARA Jr., Joaquim Mattoso. *Estrutura da língua portuguesa*. Petrópolis: Vozes, 2019 [1970].
- CHIMBUTANE, Feliciano. Línguas bantu ou línguas bantas? *Tempo*, n. 1083. p. 40-42, 1991.
- CHIMBUTANE, Feliciano. Portuguese and African languages in Mozambique: a sociolinguistic approach. In: ÁLVARES LOPEZ, Laura; GONÇALVES, Perpétua; AVELAR, Juanito (eds.). *The Portuguese language continuum in Africa and Brazil*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 2018. p. 89-110.

- CHIMBUTANE, Feliciano. *Rethinking Bilingual Education in Postcolonial Contexts*. Bristol/Buffalo/Toronto: Multilingual Matters, 2011.
- CLEMENTS, George Nickerson. The geometry of phonological features. *Phonology Yearbook*. V. 2, issue 1, p. 225-252, 1985.
- COLLISCHONN, Gisella. A sílaba em português. In: BISOL, L. (orgs.). *Introdução a estudos de fonologia do português brasileiro*. 5. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010, p. 99-131.
- FIRMINO, Gregório. 2010. *A Situação do Português no Contexto Multilíngue de Moçambique*. Disponível em: <http://www.flch.usp.br/dlcv/lpot/pdf/mes/06.pdf>. Acesso em: 15 set. 2021.
- FREITAG, Raquel Meister Ko. (Re)discutindo gênero/sexo na Sociolinguística Brasileira. In: FREITAG, Raquel Meister Ko.; SEVERO, Cristine Gorski (orgs.). *Mulheres, linguagem e poder – estudos de gênero na Sociolinguística Brasileira*. São Paulo: Blucher, 2015. p. 17-74.
- GONÇALVES, Carlos Alexandre. Ditongos decrescentes: variação & ensino. *Revista de Estudos da Linguagem*, v. 6, n. 5, p. 159-192, jan/jul 1997.
- GONÇALVES, Perpétua. *Opções metodológicas na pesquisa sobre o português em Moçambique*. Comunicação apresentada no I Colóquio Internacional VariaR – Variação fonológica e sintática nas línguas românicas. 20 mar. 2021. Disponível em: <https://variari.wixsite.com/variari>. Acesso em: 31 maio 2021.
- GONÇALVES, Perpétua. O português em África. In: RAPOSO, E. B. P. et alii. *Gramática do Português*. Vol. I. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 2013. p. 157-178.
- GONÇALVES, Perpétua. Panorama geral do português de Moçambique. *Revue Belge de Philologie et d'Histoire - Langues et littératures modernes - Moderne taal- en letterkunde*, tome 79, fasc.3, p. 977-990, 2001.
- INE. INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA. *Recenseamento Geral da População e Habitação (CENSO)*. Maputo: Instituto Nacional de Estatística, 2017. Disponível em: <http://www.ine.gov.mz/iv-censo-2017>. Acesso em: 17 set. 2021.
- LOPES, Raquel. *A realização variável do ditongo /ow/ e /ej/ no português falado em Altamira/PA*. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) – Belém: Universidade Federal do Pará, 2002.
- LUCCHESI, Dante; BAXTER, Alan. A transmissão linguística irregular. In: BAXTER, Alan; LUCCHESI, Dante; RIBEIRO, Ilza (orgs.). *O português afro-brasileiro*. Salvador: EDUFBA, 2009. p. 101-124.
- MATZENAUER HERNANDORENA, Carmen Lúcia. Introdução à teoria fonológica. In: BISOL, Leda. (org.). *Introdução aos estudos de Fonologia do Português Brasileiro*. 3.ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001. p. 11-89.
- NESPOR, Marina; VOGEL, Irene. *Prosodic Phonology: with a new foreword*. Berlin: Mouton de Gruyter, 2007.

- NGUNGA, A. Interferências de Línguas Moçambicanas em Português falado em Moçambique. *Rev. Cient. UEM, Ser: Letras e Ciências Sociais*, v. 1, p. 7-20, 2012.
- NGUNGA, Armindo; FAQUIR, Osvaldo G. *Padronização da ortografia de línguas moçambicanas: relatório do III seminário*. Maputo: Centro de Estudos Africanos/Universidade Eduardo Mondlane, 2012.
- NGUNGA, Armindo; SIMBINE, Madalena Citia. *Gramática descritiva da língua Changana*. Maputo: Centro de Estudos Africanos/Universidade Eduardo Mondlane, 2012.
- PAIVA, Maria da Conceição. O percurso da monotongação de [ey]: observações no tempo real. In: PAIVA, Maria da Conceição; DUARTE, Maria Eugênia (orgs.). *Mudança linguística em tempo real*. Rio de Janeiro: Contra Capa/Faperj, 2003a, p. 31-46.
- PAIVA, Maria da Conceição. A variável gênero/sexo. In: MOLLICA, Maria Cecília; BRAGA, Maria Luiza. (orgs.). *Introdução à Sociolinguística: o tratamento da variação*. São Paulo: Contexto, 2003b. p. 33-42.
- PAIVA, Maria da Conceição. Nova abordagem de velhos fenômenos. *Boletim da Abraelin*, 15, p. 262-267, 1994.
- PASSOS, Raphaela Ribeiro. O ditongo /ei/ na fala de São Tomé. In: BRANDÃO, Silvia Figueiredo (orgs.). *Dois variedades africanas do português: variáveis fonético-fonológicas e morfossintáticas*. São Paulo: Blucher, 2018, p. 177-200.
- PEREIRA, Gerusa. *Monotongação dos ditongos /aj/, /ej/, /ow/ no português falado em Tubarão (SC): estudo de casos*. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2004.
- PETTER, Margarida. Ampliando a investigação do *continuum* afro-brasileiro de português. *PAPIA*, São Paulo, 25(2): 305-317, 2015.
- PISSURNO, Karen Cristina da Silva. *A concordância verbal de terceira pessoa do plural na variedade moçambicana do Português: uma abordagem sociolinguística*. 2017. 213 fls. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) – Rio de Janeiro: Faculdade de Letras da UFRJ, 2017.
- PISSURNO, Karen Cristina da Silva. O perfil multilíngue de Moçambique. In: BRANDÃO, Silvia Figueiredo (org). *Dois variedades africanas do português: variáveis fonético-fonológicas e morfossintáticas*. São Paulo: Blucher, 2018, p. 75-91.
- RIBEIRO, Pe. Armando. *Dicionário gramatical Changana*. Maputo: Edições Paulinas, 2016.
- SANTIAGO, Ana Maria; AGOSTINHO, Ana Lúcia. Situação linguística do português em São Tomé e Príncipe. *A cor das Letras*. Feira de Santana, vol. 21, n. 1, p. 39-61, 2020.

- SELKIRK, Elisabeth O. The syllable. In: HULST, Harry van der; SMITH, Norval. (eds.). *The structure of phonological representation*. (Part. II). Foris: Dordrecht, 1982. p. 337-383.
- SILVEIRA, Alfredo Christofolletti. *Ditongos no Português de São Tomé e Príncipe*. 2013. 180 fls. Dissertação (Mestrado em Filologia e Língua Portuguesa) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2013.
- SITOE, Bento. *Dicionário Changana-Português*. Maputo: Texto Editores, 2011.
- THOMASON, Sarah Grey; KAUFMAN, Terrence. *Language contact, creolization and genetic linguistics*. Berkeley: University of California Press, 1988.
- VIEIRA, Silvia Rodrigues; PISSURNO, Karen Cristina da Silva (orgs). *Corpus Moçambique-PORT*. Rio de Janeiro: Faculdade de Letras/UFRJ. Disponível em: www.corporaport.letras.ufrj.br. Acesso em: 23 dez. 2021.
- WEIREICH, Uriel; LABOV, William; HERZOG, Marvin. Empirical foundations for a theory of language change. In: LEHMANN, Winfred P; MALKIEL, Yakov (eds.). *Directions for historical linguistics*. Austin: University of Texas Press, 1968. p. 97-195.
- WEIREICH, Uriel. *Languages in contact: findings and problems*. New York: Mouton, 1953.
- WINFORD, Donald. *An introduction to contact linguistics*. Oxford: Blackwell Publishing, 2003.

CAPÍTULO 10

LEVANTAMENTO DAS COMUNIDADE RURAIS AFRO-BRASILEIRAS DO RECÔNCAVO DA BAHIA: CONTRIBUIÇÕES PARA FUTUROS ESTUDOS SOCIOLINGUÍSTICOS EM COMUNIDADES REMANESCENTES DE QUILOMBOS

Silvana Silva de Farias Araujo & Jean Marcel Oliveira Araújo

10.1 INTRODUÇÃO¹

O estudo sistemático do português falado em comunidades afro-brasileiras pode revelar traços do processo formativo e atual da língua majoritariamente falada no

1 Este texto traz resultados de atividades desenvolvidas no âmbito do projeto de pesquisa *O português falado em comunidades afro-brasileiras no Recôncavo Baiano* (Portaria CONSEPE 097/2021. CAAE 53110321.7.0000.0053, Parecer 5.328.428 do CEP-UEFS. Financiamento interno da própria UEFS e da FAPESB). O projeto é uma extensão significativa da pesquisa realizada no estágio de pós-doutorado realizado pela autora deste texto no Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Sergipe (UFS), com financiamento do CNPq (Processo nº 154982/2018-0154982/2018-0), sob supervisão de Raquel Freitag, quando foi documentado e realizadas descrições linguísticas do português falado na comunidade quilombola denominada Mussuca, no município de Laranjeiras-SE (ARAUJO, 2019).

Brasil que urge ser investigados antes que processos de urbanização e de escolarização apaguem as marcas linguísticas resultantes do intenso contato entre povos tão culturalmente diversos. Como motivação para a escrita deste texto, assumimos que a língua portuguesa é uma língua transplantada para o Brasil e que as características que a particularizam em relação à matriz europeia, notadamente nas suas variedades populares, têm motivações sócio-histórico-demográficas, sendo a principal delas as situações de contatos linguísticos, que levaram a reestruturação parcial do português (HOLM, 2003).

Em face das mudanças ocorridas na sociedade brasileira, motivadas por fatores, como democratização de acesso ao ensino, construções de estradas, acesso aos meios de comunicação de massa e à internet, as chamadas *comunidades rurais afro-brasileiras isoladas* (LUCCHESI; BAXTER; RIBEIRO, 2009) sofreram também mudanças em suas configurações, o que deve ter gerado alterações em usos linguísticos frequentes nessas comunidades com processos de formação sócio-históricos particulares, advindos principalmente da ancestralidade africana e da exclusão social a que seus moradores foram submetidos. Assim, as comunidades rurais afro-brasileiras apresentam especificidades devido a sua sócio-história, mas, hodiernamente, devido a mudanças nas suas dinâmicas sociais, não estão totalmente isoladas, o que demanda investigações e métodos de interpretações específicos para se desvelar a real configuração do falar afro-brasileiro no século XXI, a exemplo da adoção de uma metodologia de recolha de dados que considere o conceito de comunidade de práticas (ECKERT, 2000, 2012), nos moldes do que foi executado por Araujo e Silva (2019) e proposto por Santana, Araujo e Freitag (2018a, 2018b), para comunidades quilombolas do estado de Sergipe.

Na Bahia, a presença massiva de africanos escravizados durante mais de três séculos, muitas vezes, suplantou em número a dos colonos portugueses e seus descendentes, de modo que esse fato não pode ser minimizado nos estudos históricos e descritivos do português brasileiro (PB). Assim, visamos contribuir com a larga tradição dos estudos sócio-históricos que focam na participação africana na formação do PB, propondo uma inovação: a de registrar *comunidades de práticas*, para além do registro de *comunidades de fala*.

Buscamos fomentar a realização de pesquisas em comunidades remanescentes de quilombos com dados da região do Recôncavo Baiano, expandindo para a Bahia a pesquisa que Araujo e Silva (2019) executaram no estado vizinho, Sergipe. Almejamos tecer um panorama dos estudos afro-brasileiros em comunidades isoladas, considerando as novas dinâmicas sociais e propondo novas metodologias de coletas, mais interdisciplinares. Pretendemos contribuir ainda mais para a forte tradição baiana dos estudos linguísticos variacionistas de viés sócio-histórico. Contudo, com um caráter inovador, por dois motivos principais, a saber: (i) a interface com a Antropologia Social, objetivando buscar evidências linguísticas advindas do contato; e (ii) o foco em povos tradicionais.

10.2 OS ESTUDOS SOCIOLINGÜÍSTICOS E A REALIDADE LINGÜÍSTICA BRASILEIRA

A discussão sobre a identidade linguística brasileira ganhou o interesse de escritores e estudiosos com a emancipação política do Brasil no século XIX, principalmente para dar conta da relação entre o português falado no Brasil e as línguas africanas, fato que resultou em uma língua distinta do português falado em Portugal. Segundo Bonvini (2008, p. 15), tal relação passa de pressuposta, para afirmada, em seguida matizada ou negada.

Diferentemente do que ocorreu no século XVIII, quando as línguas gerais em uso no território brasileiro foram proibidas pelo Marquês de Pombal – como uma política para garantir a prevalência do português como língua oficial da colônia a partir de 1775 –, a elevação do Brasil à condição de Estado-nação independente de Portugal possibilitou, apesar da defesa de gramáticos e eruditos a favor do legado de Portugal, a reflexão sobre a existência de uma língua brasileira. Como exemplo, podemos citar a emissão de diplomas pelas recém-inauguradas faculdades de medicina. Ao se discutir sobre o ensino superior, segundo Guimarães (2004, p. 45), o deputado José Clemente Pereira propõe, em 1826, que os diplomas dos egressos dos cursos superiores fossem redigidos em “língua brasileira”.

Gonçalves Dias, autor dos versos “As aves que aqui [em Portugal] gorjeiam / não gorjeiam como lá [no Brasil]”, foi um dos primeiros a discuti-la fora do âmbito jurídico, reconhecendo a existência de uma língua autenticamente brasileira distinta da língua de nossos patrícios lusitanos. O posicionamento do escritor romântico, alegoricamente metaforizado nos versos de “Canção do Exílio”, assinalava, em carta ao Dr. Pedro Nunes Leal, a formação de uma língua própria pelo povo brasileiro a ser incorporada pela intelectualidade em suas produções: “Acontece também que em distâncias tão consideráveis, como são as do Brasil, o teor da vida muda; e os homens que adotam esta ou aquela maneira de viver formaram uma língua própria sua, mas expressiva e variada. Os vaqueiros, os mineiros, os pescadores, os homens da navegação fluvial estão neste caso” (DIAS, 1921, p. 31). E acrescenta ele: “A minha opinião é que ainda, sem o querer, havemos de modificar altamente o português” (DIAS, 1921, p. 31). No ponto de vista de Gonçalves Dias, não estava ausente a percepção de que mudanças já estavam em curso (o abasileiramento), ao ponto de se configurar, no Brasil, uma pluralidade de normas, com tendências diversas de usos da língua portuguesa.

De lá para cá, muitos engrossam o coro a favor da existência de normas e gramática brasileiras distintas das lusitanas no sistema da língua portuguesa. O ponto mais polêmico sobre a formação da realidade sociolinguística brasileira gira em torno da importância do contato entre o português europeu (PE) e as diversas línguas faladas por indígenas, africanos e imigrantes para a existência de uma realidade linguística diferente da europeia. O papel atribuído a cada um desses povos é, ao mesmo tempo, o resultado de um viés ideológico e de uma perspectiva teórica, que impacta sobre o tipo de contribuição das respectivas línguas para formação do PB, bem como sobre a predominância do português sobre as línguas faladas por indígenas, africanos e imigrantes (FREITAG; CASTILHO, no prelo).

Araujo (2010) assim sintetiza os diferentes posicionamentos durante o século XX até o início dos estudos da Sociolinguística no Brasil: 1) a supervalorização do contato entre línguas, a exemplo de Raimundo (1933) e Mendonça (1933); 2) a negação de uma possível influência do contato entre línguas na constituição do Português Brasileiro PB, a exemplo de Silva Neto (1963) e Chaves de Melo (1972); e 3) a propagação de que a presença maciça de africanos na sócio-história do PB apenas acelerou tendências já prefiguradas no sistema, como o faz Câmara Jr. (1972).

Nas duas últimas décadas do século XX, os estudos amparados pelos princípios da Sociolinguística começaram a redimensionar a questão, viabilizando o estabelecimento de projetos de pesquisas voltados para a construção de um painel descritivo, a fim de situar o PB como uma variedade da língua portuguesa, comparando-o com outras variedades transatlânticas da língua portuguesa, para além do que já vinha sendo feito, isto é, comparações entre o PB, o PE e línguas crioulas. Os estudos de Araujo e Lucchesi (2016) e Araujo e Silva (2019), por exemplo, contrastam o PB e o português angolano (PA), procurando identificar semelhanças ou diferenças entre essas duas variedades não europeias do português e o PE.

Tais estudos acompanham o desenvolvimento da teoria sociolinguística em seus diferentes desdobramentos, denominados de “ondas” por Eckert (2012). A autora agrupa os estudos sociolinguísticos em três ondas de estudos, as quais não são nem substitutivas nem sucessivas, mas sim modos distintos de pensar a variação, com práticas analíticas e metodológicas peculiares (ECKERT 2012 *apud* FREITAG; MARTINS; TAVARES, 2012, p. 919).

A primeira onda tem início com os estudos de William Labov sobre a estratificação do inglês falado em Nova Iorque. De natureza quantitativa, os estudos referentes a essa onda estabeleceram uma base sólida para o estudo da variação, ao evidenciar correlações entre variáveis linguísticas, a exemplo das regras de concordância ou do sistema de possessivos, e categorias sociais primárias, como classe socioeconômica, sexo, idade, escolaridade etc. Assim, observa-se uma padronização na estratificação socioeconômica das variáveis, não apenas regular, mas também replicável, tendo por resultado a atribuição de um valor social à variação linguística: “as variedades linguísticas carregam o status social de seus falantes” (FREITAG; MARTINS; TAVARES, 2012, p. 920).

Com a introdução da teoria sociolinguística no Brasil, referente a essa primeira tendência, um novo cenário foi instaurado para investigação da formação do PB, passando a existir posições baseadas em pesquisas empíricas.

Pelo enquadre teórico-metodológico dessa onda, colocou-se em pauta a possibilidade de o PB ter se formado por intermédio de processo de crioulização e descrioulização. Em fins da década de 1980, o linguista norte-americano Gregory Guy, com base em amostras sistemáticas de fala, avançou em relação às observações de Raimundo (1933), Mendonça (1933), Silva Neto (1963), Chaves de Melo (1972) e Câmara Júnior (1972), no que concerne à discussão acerca da formação da realidade linguística brasileira. Guy (1981, 1989) argumenta que não seria impossível a ocorrên-

cia de uma crioulização prévia do português no Brasil: o PB teria se originado de um crioulo de base portuguesa, todavia teria passado por um processo acelerado de descrioulização, cujas consequências estariam no português popular brasileiro.

Contestando a tese da crioulização do PB, Fernando Tarallo (1993) argumenta que o comportamento do PB em relação à variedade lusitana estaria, a partir do final do século XIX, em muito se diferenciando: o PB, em vez de estar caminhando rumo ao PE, (algo esperado numa situação de descrioulização), estaria se diferenciando, gerando gramáticas diversas.

Num segundo momento, ao endossarem a tese da diferenciação do PB, os sociolinguistas retomam a discussão sobre o efeito do contato entre línguas na formação do PB: catalisar mudanças já em curso ou gerar novas mudanças? Naro e Scherre (1993, 2007), cuja visão coaduna com a assertiva de Câmara Jr. (1972), postulam que o grande contingente de africanos no Brasil apenas acelerou tendências já prefiguradas na base da deriva românica, visto que haveria uma direção para as mudanças linguísticas, obedecendo a movimentos estruturais: a deriva natural da língua portuguesa.

Contrariando essa tese da deriva natural, Lucchesi (1994, 1998) defende a ideia de que o contato entre línguas não pode ser menosprezado no processo de formação do PB, ao lançar mão do conceito de transmissão linguística irregular como um processo variável, apresentado pela primeira vez por Baker (1982) e por Bickerton (1984). A partir de uma visão bipolarizada para as normas linguísticas no PB, Lucchesi argumenta que não se pode deixar de ver, nas variedades populares do PB, o processo inverso ao descrito por Tarallo, isto é a crioulização, como sugerida por Guy, porém leve. Há, segundo o autor, um processo mais próximo ao padrão lusitano, nas variedades cultas do PB, e outro, nas variedades populares, que se desenvolveu paralelamente ao projeto colonialista europeu, nas quais são mais visíveis as mudanças advindas do contato linguístico. Resulta desse segundo processo uma variedade mais livre da imposição normativa, e com forte influência da aquisição do português como segunda língua por uma grande quantidade de índios e africanos (LUCCHESI, 2002, 2003).

O posicionamento de Lucchesi ressona nos estudos de outros pesquisadores, a exemplo de Araujo (2014). Em suas pesquisas sobre o português de Feira de Santana e outras comunidades baianas, a autora também reconhece o papel do contato no processo de formação do PB, bem como a polarização entre uma variedade mais próxima do padrão lusitano e outra herdeira histórica do processo de aquisição irregular do PE.

Apesar de sua natureza também quantitativa, os estudos pertencentes à chamada segunda onda empregam uma abordagem etnográfica, “abarcando categorias socio-demográficas mais abstratas, a fim de evidenciar como o vernáculo assume valor local” (FREITAG; MARTINS; TAVARES, 2012, p. 921). Sua referência é o estudo de William Labov, com dados coletados na ilha de Martha’s Vineyard, quando foi possível observar o recrutamento de um tipo específico de variação fonológica pelos falantes, pondo em relevo uma atitude social em relação à sua forma de falar: a escolha da

variante representava uma forma simbólica de afirmar-se ideologicamente em meio à população da ilha. Observa-se que, mesmo estigmatizadas em um nível mais geral de uma língua específica, a associação de algumas variantes com valores e práticas locais podem lhe dar valor positivo.

Segundo Freitag, Martins e Tavares (2012), esse tipo de abordagem não encontrou uma significativa aceitação por parte estudos quantitativos sobre a realidade linguística brasileira. Dentre os poucos estudos, os autores comentam o estudo de Ferrari (1994 *apud* FREITAG; MARTINS; TAVARES, 2012), no qual se buscou verificar, com o estudo da variação de preposição locativa “em” vs. “ni”, as relações entre variação e redes sociais na comunidade do Morro dos Caboclos, no Rio de Janeiro. Sobre essa abordagem, argumentam eles que, embora a natureza do estudo permita uma avaliação mais acurada do fenômeno da variação, com ênfase no valor social das variáveis, um estudo desse tipo é dispendioso e demorado e seu corpus de análise não está de acordo com a estratificação social baseada em indicadores sociodemográficos amplos, como os corpora dos bancos de dados constituídos.

Tanto na primeira quanto na segunda, adota-se, pois, a descrição da estrutura, isto é, um retrato estático (ECKERT, 2012), cujo foco é a comunidade de fala (LABOV, 1972), entendida como o compartilhamento, em determinado tempo e espaço, de valores associados aos usos da língua por um grupo de pessoas (comunidades geograficamente definidas), fato observado nos julgamentos de valor (positivo ou negativo) conscientes aos usos linguísticos. Contudo, quando comparadas, observa-se uma maior adesão dos postulados da primeira onda pela comunidade científica da Sociolinguística, principalmente no Brasil, chegando, por vezes, a marginalizar as contribuições decorrentes dos estudos da segunda onda.

Já os estudos da terceira onda tercem críticas sobre os estudos das duas primeiras ondas, principalmente porque concebem “o indivíduo como uma entidade à parte, pairando sobre o espaço social, ou como um ponto em uma rede, ou como membro de um conjunto específico ou de um conjunto de grupos, ou como um amontoado de características sociais” (ECKERT; MCCONNEL-GINET, 2010 [1992], p. 103). Eckert e Mcconnel-Ginet (2010) propõem um deslocamento de foco importante: passa-se do conceito de *comunidade de fala* para o de *comunidade de prática*. Há a incorporação da dinamicidade da estrutura, isto é, a busca por identificar “como a estrutura se molda no cotidiano, com os condicionamentos sociais impostos e as relações de poder estabelecidas atuando sobre ela” (FREITAG; MARTINS; TAVARES, 2012, p. 922). Todavia, essas críticas não invalidam as contribuições das duas primeiras ondas para o desenvolvimento da Sociolinguística no Brasil.

Escolhemos a abordagem de comunidades de práticas proposta por Eckert (2000, 2012) devido ao fato de compartilharmos as mesmas inquietações no que tange à relação da língua com o significado social, bem como por permitir a descrição do português rural afro-brasileiro, ampliando a sua caracterização, em face das mudanças nas comunidades quilombolas, admitindo que as categorias sociais são dinâmicas, sendo, assim, importante incorporar a dimensão das práticas nas documentações sociolinguísticas.

10.3 A DESCRIÇÃO DO PORTUGUÊS RURAL AFRO-BRASILEIRO

No Brasil, apesar da predominância de estudos sociolinguísticos com foco em variedades urbanas, há estudos que descrevem o chamado “português rural afro-brasileiro”, contribuindo para o desvelamento da sócio-história do português brasileiro, ao se debruçar sobre a relação entre o português falado no Brasil e as línguas africanas faladas pelos quase cinco milhões de africanos escravizados vindos para o Brasil durante o período colonial e imperial. Essa relação, de acordo com Bonvini (2008), não foi das mais simples, visto que, em face da afirmação da língua portuguesa, “as línguas africanas exerceram, sucessivamente, um papel cada vez menos determinante”, passando: a) de um estatuto inicial de língua plena e generalizada (quimbundo) para língua veicular e pidginizada (“mina”); b) de língua veicular (iorubá) circunscrita e limitada geograficamente a um contexto plurilíngue e africano, para acabar numa fase de extinção progressiva, por falta de renovação suficiente de seus falantes”; c) sobrevivendo finalmente apenas em lugares confinados (línguas cultuais ou secretas).

O panorama apresentado por Bonvini reforça o fato de não terem sido identificadas comunidades rurais afro-brasileiras cujos moradores sejam falantes nativos de línguas africanas. O Corrobora ainda com tal fato a identificação, feita por Lucchesi (2009) e Araujo (2021), de algumas particularidades nessas comunidades, as mais diretamente afetadas pelo contato linguístico, impossibilitando a existência de línguas com rupturas significativas em relação à língua do colonizador, classificadas como crioulas.² Essas particularidades dizem respeito a alguns fenômenos morfossintáticos, a exemplo do uso do objeto direto duplo, em sentenças como “dei o cachorro o menino” (LUCCHESI, 2009) e ao uso mais extensivo de lexias de origem africana (ARAUJO, 2021).

Esses estudos só comprovam a violência a que esses povos africanos foram submetidos. Segundo Bonvini (2008), as línguas africanas faladas por escravizados no Brasil sofria um duplo processo de desenraizamento:

A ruptura semântica foi, sem dúvida, a que mais se sentiu: para os africanos deslocados, o sentido das palavras tornou-se brutalmente obsoleto ou passou a “girar em falso”, porque elas não refletiam mais a realidade africana, mas, ao mesmo tempo, ainda não tinham apoio na nova realidade, constituída de noções diferentes e de denominações novas (plantas, farmacopéia, caça, animais, novas técnicas e novos produtos de consumo). A outra ruptura foi de ordem dialógica, pois essas mesmas línguas foram confrontadas com contatos linguísticos inabituais: novas línguas convivendo no mesmo espaço (outras línguas africanas decorrentes do tráfico, línguas ameríndias, língua portuguesa falada pelos senhores), sem esquecer a perda de seu valor identitário consecutivo ao nivelamento da língua resultante do desaparecimento das variantes dialetais (BONVINI, 2008, p. 33).

2 Lucchesi (2019) detalha as especificidades da participação de africanos na estrutura social do Brasil que não possibilitaram a formação de línguas crioulas estabilizadas no Brasil.

Todavia, os estudos têm demonstrado que a língua portuguesa foi afetada pelo contato linguístico com as línguas africanas. Vogt e Fry (1996), ao estudarem a fala da comunidade rural afro-brasileira de Cafundó, situada à 150 km da cidade de São Paulo, defendem que a variedade denominada Cupóia apresenta estruturas do português rural e que parte do vocabulário é de origem bantu. Alguns traços morfossintáticos já identificados no português falado na comunidade são, por exemplo: casos de ausência de cópula, o uso da cópula em lugar do verbo possessivo, a ordem das palavras incomum no português, os substantivos sem determinante na posição de sujeito, o uso de artigos definidos em SNs preposicionais que correspondem a locuções adjetivas, bem como a concordância variável no SN e a concordância entre o sujeito e o verbo (JON-AND; LÓPEZ, 2018). Essas particularidades, por sua vez, podem ser interpretadas como decorrentes dos intensos contatos entre línguas ocorridos no processo de formação do PB, pois africanos escravizados adultos adquiriram uma segunda língua, introduzindo modificações, as quais ficaram mais preservadas nessas comunidades marcadas etnicamente, sendo essa variedade modificada da língua portuguesa transmitida aos seus descendentes (LUCCHESI; BAXTER; SILVA, 2009).

As referidas particularidades põem em relevos que a aquisição do português por falantes de línguas africanas foi fruto do uso dos conhecimentos linguísticos destes como falantes nativos de outra língua, numa tentativa de aproximar o português das línguas por eles faladas, promovendo a reestruturação parcial do português, seja no uso do vocabulário, na redução da morfologia, na modificação das relações e funções sintáticas ou no posicionamento dos termos da oração. Nesse processo de aquisição do português como segunda língua, os falantes de línguas africanas, livres das regras e prescrições impostas pela escolarização formal, propuseram usos de variantes linguísticas distintos da norma falada pelos falantes nativos da língua portuguesa, que passaram a ser aceitos pelas comunidades das quais faziam parte e depois transmitidas aos seus descendentes. Estes construíram uma singularidade linguística dentro do universo mais amplo do Português popular rural brasileiro, pondo em evidência características sócio-históricas próprias de suas comunidades, como também características linguísticas que permitem distinguir suas práticas linguísticas das demais variedades do Português popular do Brasil (ou melhor, da norma popular brasileira).

Outra particularidade sociolinguística identificada nessas comunidades é a distribuição diferenciada das taxas de frequência das variantes, quando os moradores de idade mais avançada fazem mais uso de variantes linguísticas menos prestigiadas; algo muito observado, por exemplo, quando se estuda a concordância verbal e verifica-se que os moradores idosos das comunidades rurais afro-brasileiras exibem os maiores percentuais de uso da variante sem marca de plural, o contrário do que se observa em comunidades urbanas, em que os mais jovens fazem menos uso de formas linguísticas prestigiadas (LUCCHESI; BAXTER; SILVA, 2009). Tal fato põe em evidência a falta de renovação suficiente de seus falantes.

Basicamente, há dois problemas, opostos e complementares, quando observada a variante idade/geração, que interessam não somente aos pesquisadores, mas também aos indivíduos das comunidades rurais afro-brasileiras remanescentes de quilombos:

o desuso das variantes linguísticas menos prestigiadas pelos mais jovens, e o desconhecimento das regras do português padrão por parte dos mais velhos. Eles colocam em evidência as interferências decorrentes do desejo de aprender a variedade de prestígio sob influência da escolarização e do acesso aos meios de comunicação de massa e à internet, e o descompasso entre as funções da variedade padrão e não padrão do português em dada cultura.

Nesse sentido, consideramos que as comunidades rurais afro-brasileiras são importantes fontes para as pesquisas sobre a realidade sociolinguística atual do Brasil, bem como sobre a sua formação histórica. Essa assertiva baseia-se em dois motivos principais, a saber: pelo fato de o Brasil ter sido, durante muito tempo, um país assentado em práticas rurais (HOLANDA, 1963) e por essas comunidades reunirem, de maneira acentuada, fatos marcantes da sócio-história do PB, a exemplo da expressiva concentração de pessoas de etnia não branca e da ausência escolarização. Assim, coadunamos com Lucchesi (2009, p. 31-32), que afirma que o conceito de português afro-brasileiro, para a realidade brasileira, fundamenta-se, não em parâmetros étnicos, mas em parâmetros sócio-históricos. O autor acrescenta:

O Português afro-brasileiro designa aqui uma variedade constituída pelos padrões de comportamento linguístico de comunidades rurais compostas em sua maioria por descendentes diretos de escravos africanos que se fixaram em localidades remotas do interior do país, praticando até os dias de hoje a agricultura de subsistência. Muitas dessas comunidades têm a sua origem em antigos quilombos de escravos foragidos e ainda se conservam em um grau relativamente alto de isolamento. Dessa forma, o Português afro-brasileiro guardaria uma especificidade no universo mais amplo do Português popular rural brasileiro (ou, mais precisamente, norma popular rural do Português brasileiro), não apenas pelas características sócio-históricas próprias às comunidades em que ele é falado, mas, sobretudo, pelas características linguísticas que o distinguiam das demais variedades do Português popular do Brasil (ou melhor, da norma popular brasileira) (LUCCHESI, 2009, p. 32).

Estudos já realizados com dados coletados em comunidades rurais afro-brasileiras da Bahia apontam para singularidades da gramática do português rural afro-brasileiro, seja em relação à ocorrência de determinados traços, seja em relação a maiores frequências de uso de determinadas variantes. Lucchesi e Araujo (2009) identificaram estratégias de expressão de posse com formas analíticas formadas pela preposição *de* + *pronome pessoal* de primeira pessoa do singular e do plural, conforme exemplos que se seguem: (1) “No caso *de eu*, todo dia eu saio pra tabaia, plantá mandioca, colhê garaná”; (2) “verdadeira terra *de nós* é esse lá... eucalipto, não” (LUCCHESI; ARAUJO, 2009, p. 499-501). Araujo e Almeida (2014), ao investigarem o mesmo fenômeno em comunidades rurais *não marcadas etnicamente* do semiárido baiano, não encontra-

ram ocorrências com essas construções. Mendes (2016), ao investigar a flexão de caso pronominal no *continuum* do Português popular da Bahia, constatou um favorecimento da aplicação da regra padrão apenas no Português popular da capital e da cidade de Feira de Santana, a mais próxima da capital de sua amostra. Por outro lado, os dados levantados nas comunidades rurais afro-brasileiras apresentaram os menores índices de aplicação da regra padrão, de modo a ocupar o outro extremo do *continuum*, exibindo usos, como “minha mãe mandô a menina pa vim ficá *mais eu*” (MENDES, 2016, p. 199).

Assim, as pesquisas já realizadas nas comunidades rurais afro-brasileiras têm contribuído para a caracterização dos usos linguísticos genuinamente brasileiros decorrentes dos processos de aquisição do português como um processo tardio por uma grande leva de africanos escravizados. No entanto, nos dias atuais, devido aos deslocamentos sociais, acomodações sociolinguísticas e à diminuição das fronteiras geográficas e socioculturais (BRITAIN, 2008), chamamos a atenção para a necessidade de adoção de critérios bem definidos para a escolha das chamadas comunidades rurais afro-brasileiras que serão alvo de estudos científicos.

No estudo realizado por Santana, Araujo e Freitag (2018a, 2018b), os autores estabeleceram que, na seleção de comunidades rurais para os estudos do português afro-brasileiro, devem ser considerados os seguintes critérios: Comunidades [\pm isoladas], [+ afrodescendentes], [+ africanizadas] e localizadas em municípios (microáreas) e regiões (macroáreas) que foram, nos períodos colonial e imperial, [+ escravocratas]. Assim, partindo do entendimento de que as comunidades não estão mais totalmente isoladas geograficamente e socioculturalmente, julgamos que é fundamental a consideração dos critérios de cunho sócio-histórico, antropológico e geográfico defendidos pelos autores. Deve-se atentar, portanto, para a ancestralidade africana e a localização da comunidade em regiões com atividades econômicas que demandaram maior importação de africanos escravizados, como os engenhos de cana-de-açúcar.

A adoção do aparato teórico-metodológico dos estudos sociolinguísticos da chamada terceira onda, considerando não apenas o conceito de comunidade de fala, mas também o de comunidade de prática (ECKERT, 2000, 2012), principalmente para investigações do português falado em comunidades tradicionais – comunidades indígenas, quilombolas e ciganas etc. (PNPCT) (BRASIL, 2007), é relevante por possibilitar a documentação da fala dos participantes em situações de práticas culturais próprias dessas comunidades, fornecendo pistas sobre os grupos em que se constituem as *personae* ou identidades sociais (ECKERT, 2012).

10.4 COMUNIDADES RURAIS AFRO-BRASILEIRAS REMANESCENTES DE QUILOMBOS

Nos últimos anos, o interesse pela descrição do português falado em “comunidades tradicionais” tem crescido. O documento da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT) (BRASIL, 2007, p. 01), assim as define:

grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição.

Assim, a tendência de tomar como fonte de pesquisa dados levantados em amostras de fala gravadas em comunidades urbanas e formadas por indivíduos escolarizados, tendência esta que predominou, no Brasil, nas décadas de 1970 e 1980 (cf. projetos NURC, PEUL entre outros), foi ampliada pela linguística brasileira, de modo que há inúmeros projetos de pesquisa que se detém em variedades linguísticas faladas em espaços tradicionais, a exemplo de comunidades indígenas, quilombolas, ribeirinhas e ciganas, variedades estas do português popular rural brasileiro.

No universo dessas comunidades, nossos estudos centram-se na participação africana na formação da realidade sociolinguística brasileira, pondo em relevo a hipótese de que o contato linguístico foi fundamental para tal constituição. Sobre esse aspecto, assinalamos que, como ocorreu, por exemplo, em Helvécia na Bahia, existem comunidades de ancestralidade africana que se originaram de agrupamentos de ex-escravizados em terras doadas após o fim dos empreendimentos agroexportadores escravagistas, que não foram exatamente quilombos (LUCCHESI; BAXTER; RIBEIRO, 2009). Neste estudo, porém, centramos em comunidades quilombolas. Dentre essas comunidades rurais formadas por descendentes diretos de africanos escravizados, o presente levantamento debruça-se, pois, sobre aquelas comunidades que se configuraram como focos de resistência ao escravismo colonial: as remanescentes de quilombos, também autodenominadas terras de preto, comunidades negras, mocambos, quilombos, dentre outras denominações congêneres (FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES [FCP], 2007). Essas são assim definidas por Anjos (2004, p. 02): “sítio geográfico onde se agrupavam povos negros que se rebelavam contra o sistema escravista da época, formando comunidades livres”.

Tal definição deixa de fora o aspecto que interessa para nossa tarefa, pois o termo sítio remete apenas para a noção de lugar a ser ocupado. Por essa razão, faz-se necessário a distinção entre lugar e espaço proposta por Michael de Certeau. O lugar seria a ordem segundo a qual são distribuídos os elementos nas relações de coexistência, isto é, uma configuração instantânea de posições, implicando certa instabilidade; o espaço seria “um lugar praticado” (CERTEAU, 1994, p. 201-202). Ou seja, um lugar se torna espaço quando pessoas e grupos exercem, mediante certas práticas, dinâmicas de movimento que o percorrem, o atualizam e o modificam. Por essa razão, as vivências funcionam como práticas espacializadoras, visto que permitem às pessoas e aos grupos atualizar, ativar e transformar o lugar em um espaço de interação, de realização de diferentes práticas. Assim, ao ser possível comparar o lugar à enunciação e o espaço à palavra, o uso linguístico é atualizado, sempre que proferido.

Tomar uma comunidade rural afro-brasileira remanescente de quilombo enquanto um lugar praticado é considerá-la um espaço, onde um grupo de pessoas, que falam exatamente igual, compartilham traços linguísticos que distinguem seu grupo de outros, comunicam relativamente mais entre si do que com os outros e, principalmente, compartilham normas e atitudes diante do uso da linguagem, constituindo-se uma *comunidade de fala* (LABOV, 1972). Ao mesmo tempo, ela se constitui um espaço onde pessoas, ao escolherem pertencer a essa comunidade, compartilham repertórios de práticas, dentre os quais as práticas linguísticas, constituindo-se uma *comunidade de prática* (ECKERT, 2000, 2012).

Assim, as comunidades quilombolas constituíam-se comunidades de fala e comunidades de prática, espaços de resistência às políticas de escravização. Munanga (1995, p. 58), em seus estudos antropológicos sobre os quilombos africanos, discute a origem da palavra “quilombo” e propõe uma reflexão de como tais espaços se constituíram como instituição sociopolítica e transcultural na África, gestado numa “história de conflitos pelo poder, de cisão dos grupos, de migrações em busca de novos territórios e de alianças políticas entre grupos alheios”. Marcados por espaços de disputas de poder e governança de reinos africanos, nos séculos XVI e XVII, os quilombos eram uma iniciação militar e forneceu ao exército Kinguli estrutura firme, reunindo grande número de pessoas e uma estrutura militar capaz de derrotar grandes reinos. Os quilombos africanos possuíam “co-guerreiros num regimento de super-homens invulneráveis às armas de inimigos” (MUNANGA, 1995, p. 59).

Ao correlacionar os quilombos do Brasil com a origem dos quilombos na África, percebemos que, se os quilombos na África eram iniciação de homens à atividade militar para unir forças para se defenderem de ataques ao seu território e traçar estratégias para conquistas de novos, os quilombos no Brasil tendem à mesma linearidade política, sob a ótica de resistência ante a política de colonização.

No Brasil colonial, nos séculos XVI e XVII, surgiram os quilombos e, apesar de terem em sua grande maioria a presença de negros fugidos do trabalho forçado, também se configurava como um espaço aberto para aqueles que resistiam de alguma forma ao sistema colonial e escravagista, como indígenas. Desse modo, os quilombos no Brasil configuram-se como um espaço plural que abrigavam diversos fugitivos que resistiam à escravidão e buscavam integrar-se à resistência; portanto, pertencer a um quilombo era um ato de consciência de poder.

Nesse sentido, embora a participação indígena na difusão do português modificado na sócio-história do PB não deva ser desprezada, Mattos e Silva (2004) sustenta a hipótese de que a força motriz para difundir o português no Brasil foi constituída pela população de origem africana, sendo esta também responsável por generalizar as características motivadas pelo contato entre línguas na formação do PB. A pesquisadora, em diálogo com a obra *Liberdade por um fio: a história dos quilombos no Brasil*, apresenta as conclusões expostas por Funari (1996) e Price (1996) de que os quilombolas faziam uso da língua portuguesa e não outras de origem banta, de forma tal que os africanos e seus descendentes difundiram o “português geral brasileiro”, o qual seria o antecedente histórico do “português popular brasileiro”, este, segundo a autora, o antecedente do português popular brasileiro, marcado por situações de contatos linguísticos.

Embora sejam numerosas, as comunidades quilombolas no Brasil não foram, por muito tempo, alvo de estudos e nem mesmo de políticas públicas, as quais só passaram a existir após a Constituição de 1988. Como assinala Anjos (1999, p. 11),

é até sintomático que a distribuição dos remanescentes de quilombos no Brasil não haja merecido estudos de conjunto referentes a sua espacialização, seja por questões políticas, pela abrangência interdisciplinar, pelas dificuldades de acesso e levantamento dos dados, seja pela necessidade de utilização de tecnologias e ferramentas sofisticadas com grande capacidade de integração de dados ou mesmo pelo desafio de tratar a temática com uma lente que permita uma visão do todo.

Em 1995, a Fundação Cultural Palmares (FCP) emitiu a Portaria 25, estabelecendo normas para os trabalhos de identificação e delimitação das terras ocupadas por remanescentes de quilombos. Em novembro de 1995, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) emitiu a Portaria 307, que elencava formas para demarcar e expedir títulos às terras de remanescentes de quilombos inseridas em áreas públicas. Tais ações foram significativas para motivar propostas para identificação e reconhecimento de comunidades remanescentes de quilombos.

Um primeiro levantamento realizado por Anjos (1999) identificou 848 comunidades quilombolas, assim distribuídas: na Região Sul, identificou 09 no Rio Grande do Sul, 05 em Santa Catarina e apenas 01 no Paraná; na região Centro-Oeste, registrou 07 em Goiás, 06 no Mato Grosso e 05 no Mato Grosso do Sul; na região Sudeste, encontrou 43 em São Paulo, 28 em Minas Gerais, 11 no Espírito Santo e 06 no Rio de Janeiro; na região Norte, identificou apenas no Pará e no Amapá, 196 e 12, respectivamente; na região Nordeste, computou 250 na Bahia, 163 no Maranhão, 23 em Sergipe, 16 em Pernambuco, 16 em Alagoas, 14 no Rio Grande do Norte, 11 na Paraíba, 11 no Ceará e 07 no Piauí (ANJOS, 1999, 2004). Logo, temos a seguinte distribuição por região, de acordo com o referido levantamento: 511 no Nordeste, 212 no Norte, 88 no Sudeste, 17 no Centro-Oeste e 15 no Sul. A maioria dessas comunidades localizam-se nas regiões Nordeste e Norte do Brasil.

Em 10 de setembro de 2001, foi editado o Decreto Presidencial 3.912/2001, que fixava a limitação de reconhecimento das propriedades de terras que eram ocupadas por quilombos. Dois anos depois, o Decreto 4.887/2003, de 20 de novembro de 2003, passa a regulamentar os procedimentos para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades de quilombos, de que tratam o art. 68/ADCT e o disposto nos artigos 215 e 216 da Constituição Federal. Em seu art. 3º, parágrafo 4º, reserva-se à Fundação Cultural Palmares (FCP) a competência pela emissão de certidão às comunidades quilombolas e sua inscrição em cadastro geral, fato que promoveu um expressivo aumento no registro das comunidades quilombolas, permitindo um maior conhecimento dessas co-

munidades. Para o registro, são solicitados três documentos, de acordo com a Portaria FCP 98/2007, de 26 de novembro de 2007: a) ata de reunião específica para tratar do tema de Auto declaração, se a comunidade não possuir associação constituída, ou ata de assembleia, se a associação já estiver formalizada, seguida da assinatura da maioria de seus membros; b) breve relato histórico da comunidade (documento de 02 a 05 páginas sobre formação da comunidade, seus principais troncos familiares, suas manifestações culturais tradicionais, atividades produtivas, festejos, religiosidade etc.); e c) um requerimento de certificação endereçado à presidência da FCP.

Em levantamento feito pela FCP (2004-2021), foram emitidas 2.839 certidões de registro para 3.495 comunidades, conforme pode ser visualizado na Tabela 10.1.

Tabela 10.1: Distribuição por região

UF	Nº CRQs (Certidões)	Nº CRQs (Comunidades)
Nordeste	1.736	2.206
Sudeste	461	558
Norte	300	369
Sul	191	191
Centro-Oeste	151	169
Total	2.839	3.495

Fonte: Fundação Cultural Palmares (2021).

Se considerarmos apenas o quantitativo de 2.839 certidões (algumas certidões configuram como registro para mais de uma comunidade), temos a seguinte distribuição, a saber: na Região Sul, há 137 no Rio Grande do Sul, 18 em Santa Catarina e 36 no Paraná; na região Centro-Oeste, há 58 em Goiás, 22 no Mato Grosso e 71 no Mato Grosso do Sul; na região Sudeste, há 52 em São Paulo, 331 em Minas Gerais, 36 no Espírito Santo e 42 no Rio de Janeiro; na região Norte, há 206 no Pará, 40 no Amapá, 38 no Tocantins, 08 no Amazonas e 08 em Rondônia; na região Nordeste, há 674 na Bahia, 592 no Maranhão, 32 em Sergipe, 149 em Pernambuco, 70 em Alagoas, 33 no Rio Grande do Norte, 43 na Paraíba, 54 no Ceará e 89 no Piauí.

Já quando consideramos o número de comunidades certificadas, temos a seguinte distribuição, a saber: na Região Sul, há 137 no Rio Grande do Sul, 18 em Santa Catarina e 38 no Paraná.; na região Centro-Oeste, há 69 em Goiás, 22 no Mato Grosso e 78 no Mato Grosso do Sul; na região Sudeste, há 56 em São Paulo, 418 em Minas Gerais, 42 no Espírito Santo e 42 no Rio de Janeiro; na região Norte, há 264 no Pará, 44 no Amapá, 45 no Tocantins, 08 no Amazonas e 08 em Rondônia; na região Nordeste, há 829 na Bahia, 845 no Maranhão, 37 em Sergipe, 196 em Pernambuco, 71 em Alagoas, 33 no Rio Grande do Norte, 47 na Paraíba, 55 no Ceará e 94 no Piauí.

Diante dos números apresentados, podemos inferir que as ações promovidas pelo Estado brasileiro têm permitido, mesmo que tardiamente, o mapeamento das comunidades rurais afrodescendentes remanescentes de quilombos, trazendo à lume uma

realidade até então desconhecida para a maioria dos brasileiros. Tal realidade sinaliza para a necessidade de se desconstruir a ideia segundo a qual a existência dos quilombos está atrelada à resistência ao sistema escravagista, tendo sido finda com a extinção da escravatura.

Esse mesmo mapeamento deixa evidente que a Região Nordeste, principalmente os estados da Bahia e do Maranhão, concentra mais de 50% das referidas comunidades. Tal concentração pode ser explicada pelo fato de a referida região ter sido, por quase dois séculos, o principal destino de africanos trazidos na condição de escravizados para trabalhar nas lavouras de cana-de-açúcar. Nem mesmo o declínio da produção do açúcar em favor da produção de ouro, no século XVIII, e do café, no século XIX, modificou essa realidade.

Cada uma dessas comunidades configura-se como um sistema (uma organização) por trás da heterogeneidade da língua falada por seus integrantes. São sistemas linguísticos distintos cujos integrantes compartilham traços linguísticos que distinguem sua comunidade de outras comunidades rurais afrodescendentes remanescentes de quilombos; comunicam relativamente mais entre si do que com os outros e, principalmente partilham e compartilham normas e atitudes diante do uso da linguagem.

Elas despertam o interesse de pesquisadores, pois permitem explicar a formação do PB. Algumas dessas comunidades quilombolas já foram objeto de pesquisas linguísticas em nível de mestrado e doutorado. Destacando as pesquisas linguísticas realizadas na Bahia com foco em comunidades quilombolas, sem dúvida, a interiorização do ensino superior foi um fator preponderante para impulsionar ainda mais essas pesquisas, que já possuíam certa tradição no estado. Atualmente, existe nucleação de projetos em todas as regiões baianas, algo louvável e desejável, haja vista que a Bahia possui um número considerável de comunidades certificadas como quilombolas, segundo dados da FCP, anteriormente expostos neste texto.

Estudar tais comunidades contribui não somente para o conhecimento da realidade linguística brasileira, mas também permite que os remanescentes de quilombolas percebam o seu sistema linguístico, ao mesmo tempo, com uma organização singular e parte de outra ainda mais heterogênea o português rural afro-brasileiro. Um sistema linguístico cujos usos de variantes linguísticas distintas da norma, em uso por outros falantes da língua portuguesa atualizados por seus falantes, podem estar em “desuso” pelos mais jovens frente às interferências decorrentes do desejo de aprender a variedade de prestígio sob influência da escolarização e do acesso aos meios de comunicação de massa e à internet.

Essas pesquisas, e todas as outras que foram realizadas na Bahia com dados de fala afro-brasileira, partiram do conceito de *comunidade de fala* (LABOV, 1972), esta propagada como: sempre dotada de uma heterogeneidade ordenada. Pensando nas três regiões climáticas do estado da Bahia (Semiárido, Oeste e Litoral), constatamos que os estudos se centraram nas duas primeiras, com exceção dos realizados no âmbito do *Projeto Vertentes do Português do Estado da Bahia*, sediado na Universidade Federal

da Bahia (UFBA), que realizou análise de dados também gravados no Litoral, nas comunidades rurais-afro-brasileiras Sapé e Helvécia, respectivamente, localizadas nas Microrregiões Litoral-Sul e Recôncavo.³

Incorporando agora o conceito de comunidade de prática, os estudos das comunidades quilombolas podem permitir desvelar ainda mais a real configuração do falar afro-brasileiro no século XXI, pondo em evidência a participação do contato linguístico na formação da realidade sociolinguística brasileira. Também pode contribuir para que as línguas das comunidades rurais afrodescendentes remanescentes de quilombos sejam objeto de uma política patrimonial que colabore para sua manutenção e uso. Em outras palavras, se os pesquisadores ganham um campo de estudo, a área ganha dados para testar teorias, a língua hegemônica ganha respaldo histórico, as comunidades quilombolas poderão ganhar o respaldo técnico e científico para reivindicar uma política patrimonial para manutenção de seus falares e usos linguísticos.

10.5 RECÔNCAVO DA BAHIA: QUESTÕES SÓCIO-HISTÓRICAS

O Recôncavo da Bahia é uma área de particular interesse para as pesquisas sociolinguísticas que buscam investigar a participação do contato linguístico na formação da realidade sociolinguística brasileira, principalmente por ter recebido uma grande quantidade de africanos escravizados para o trabalho nas lavouras de cana-de-açúcar, que se concentravam basicamente no Litoral e Recôncavo, dadas as condições climáticas; ficando a Região Semiárida restrita à criação de gado e à agricultura de subsistência.⁴

O povoamento do estado da Bahia não se diferencia muito do que ocorreu no restante do Brasil. No início da colonização, um maior agrupamento da população ocorreu ao longo da planície costeira (LEÃO, 1989). Devido à facilidade de acesso, por via marítima e fluvial, e também pela riqueza de suas terras, o Recôncavo Baiano também foi preferido para a ocupação pelos portugueses, como se pode confirmar pela leitura do seguinte trecho, de autoria de Vilhena (1969, p. 175):

[...] sem contradita, o melhor terreno da comarca é o que se designa pelo nome de Recôncavo; e assim se chama uma porção de superfície de seis a dez léguas de largura, que rodeia, em quase toda a sua extensão, a magnífica baía, que a província tem nome; ela pode ter trinta léguas de circuito. É ali

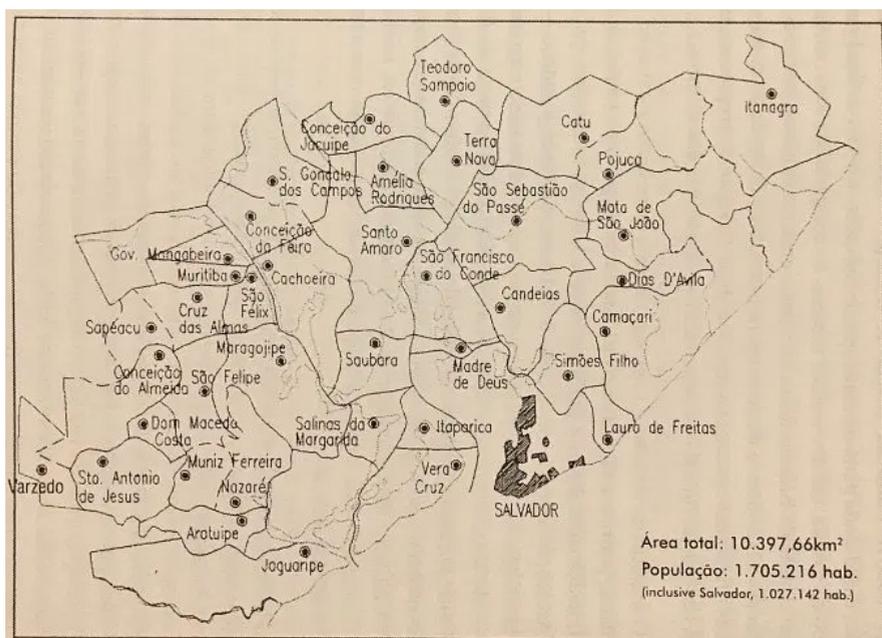
3 Araújo (2021) discorre sobre projetos de pesquisas em execução no âmbito de três universidades baianas: UEFS, UFBA e UFOB. Sobre os municípios que compõem a região do Recôncavo da Bahia, na próxima seção, comentaremos as alterações ocorridas na configuração desta região. Antes da reestruturação territorial, posta a cabo pelo estado da Bahia durante a segunda década do século XXI, Valença, município onde se localiza a comunidade de Helvécia, pertencia à região do Recôncavo com outros 39 municípios. Hoje fazem parte apenas 21 municípios, cuja origem remontam a fundação da Vila de Nossa Senhora do Rosário de Cachoeira.

4 Essa afirmação coaduna com os critérios estabelecidos em Santana, Araújo e Freitag (2018a, 2018b), já comentados neste texto.

que se estabeleceram, desde há três séculos, vastos engenhos de açúcar e fazem-se grandes culturas de tabaco, que tornarão sempre esta região do Brasil a mais opulenta do Império. Um solo negro, que os habitantes chamam de massapé, e cuja fertilidade, tornada proverbial, apreze inexaurível, é o que principalmente reserva à cultura da cana-de-açúcar.

Até o início do século XXI, 40 municípios compunham o Recôncavo: Amélia Rodrigues, Aratuípe, Cachoeira, Camaçari, Candeias, Catu, Conceição do Almeida, Conceição de Feira, Conceição do Jacuípe, Cruz das Almas, Dias D'Ávila, Dom Macedo Costa, Governador Mangabeira, Itanagra, Itaparica, Jaguaripe, Lauro de Freitas, Madre de Deus, Maragogipe, Mata de São João, Muniz Ferreira, Muritiba, Nazaré, Pojuca, Salinas da Margarida, Santo Amaro da Purificação, Santo Antônio de Jesus, São Felipe, São Felix, São Gonçalo dos Campos, São Francisco do Conde, São Sebastião do Passé, Sapeaçu, Saubara, Simões Filho, Teodoro Sampaio, Terra Nova, Varzedo, Vera Cruz e Salvador (Mapa 10.1).

Mapa 10.1 – Recôncavo da Bahia, 1970.



Fonte: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (BAHIA-SEI), 1997. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/memorias-e-reexistencias-em-vozes-negras-do-reconcavo-baiano/>. Acessado em: 15 ago. 2022.

As políticas territoriais do governo do estado da Bahia colocadas a termo pela Secretaria de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia (BAHIA/SEDUR), cuja última atualização ocorreu em 2017, reorganizaram as microrregiões que compõem o

território Baiano e passaram a considerar apenas os seguintes municípios como integrantes do Recôncavo da Bahia: Cabaceiras do Paraguaçu, Cachoeira, Castro Alves, Conceição do Almeida, Cruz das Almas, Dom Macedo Costa, Governador Mangabeira, Maragogipe, Muniz Ferreira, Muritiba, Nazaré, Salina das Margaridas, Santo Amaro, Santo Antônio de Jesus, São Felipe, São Félix, São Francisco do Conde, São Sebastião do Passé, Sapeaçu, Saubara e Varzedo. Os demais municípios foram incluídos em outras regiões, a exemplo Salvador e Camaçari na Região Metropolitana de Salvador e Amelia Rodrigues e Conceição do Jacuípe na Região do Portal do Sertão.

Mapa 10.2 – Recôncavo da Bahia.



Fonte: CODETER Recôncavo, 2017. Disponível em: <https://journals.openedition.org/confins/docanexe/image/24084/img-1.jpg>. Acessado em: 15 ago. 2022.

O Recôncavo, por conta de suas condições climáticas, atraiu a atenção de colonizadores ávidos por obterem retornos financeiros com a sua onerosa empreitada de “tomar posse da *terra descoberta*”, restando-lhes a empreitada agrícola, haja vista que, de imediato, não foram encontradas pedras ou metais preciosos, tampouco especiarias. Assim, uma grande leva de escravizados africanos foram trazidos para a região para o trabalho nas diferentes atividades agroexportadoras, sendo a principal delas a canavieira.⁵

5 Além da qualidade do solo, favorável ao cultivo da cana-de-açúcar, a proximidade com o porto da cidade da Bahia favorecia uma significativa concentração de engenhos espalhados pelo Recôncavo. Vale lembrar que, no Recôncavo, deságuam três importantes rios: o *Jaguaripe*, o *Subaé* e o *Paraguaçu*, que, no passado, favoreciam bastante a circulação de pessoas, animais e produtos entre diversas cidades do interior e do interior também para a capital (cf. ARAUJO; ARAUJO, 2009, p. 111).

Com a cana-de-açúcar, foram criados latifúndios no Recôncavo Baiano, já a partir do século XVI, pois, como a cana-de-açúcar era praticamente escassa na Europa e ainda houve uma grande adaptabilidade sua ao solo brasileiro, a cultura canaveira concentrou-se ao longo de todo o litoral do Nordeste brasileiro, para permitir o rápido escoamento da produção pelos portos brasileiros, além das condições climáticas favoráveis. O Recôncavo mostrou-se particularmente favorável a esse projeto agroexportador, tendo se tornado, ao lado de Pernambuco, um dos grandes centros produtores de açúcar da colônia, firmando-se como um dos principais núcleos de povoamento do espaço brasileiro, contabilizando uma massa de africanos e afrodescendentes. O cultivo do café e do fumo também foi muito importante para a presença africana no Recôncavo. Segundo Leão (1989), o café fora introduzido na Bahia depois de 1723 e se difundiu pelo Recôncavo e Capitanias de Ilhéus e Porto Seguro.

Assim, como revela Azevedo (1957, p. 45), ao iniciar o século XVII, “o Recôncavo já se achava povoado havendo mais de 90.000 pessoas, sendo, destas, 50.000 escravos”. Tal fato fez surgir, no final do século XVII, para integrar a rede urbana do Recôncavo, da qual a cidade de Salvador também fazia parte, três vilas: Nossa Senhora da Ajuda de Jaguaripe, Nossa Senhora do Rosário de Cachoeira e São Francisco da Barra de Sergipe do Conde (ARAÚJO, 1970). E, já no início do século XVIII, foram criadas as vilas de Santo Amaro da Purificação, de São Bartolomeu de Maragogipe, de Abrantes do Espírito Santo e da Abadia. Portanto, o cultivo da cana-de-açúcar teve um importante papel no processo de urbanização do Recôncavo Baiano.

No final do século XVI, Soares de Souza (1938, p. 84) contava no Recôncavo 36 engenhos moentes e correntes: “vinte e um que moem com água e quinze que moem com bois”. E mais quatro engenhos estavam sendo construídos. No início do século XVIII, conforme estimativa de Antonil (1982, p. 26), existiam “cento e quarenta e seis engenhos de açúcar moentes e correntes, além dos que se vão fabricando, uns no Recôncavo, à beira-mar, e outros pela terra dentro, que hoje são de maior rendimento”.

Já para o século XIX, Araujo (2006) encontrou 1.018 engenhos registrados no livro de “Matrícula dos Engenhos da Capitania da Bahia pelos Dízimos Reais”, registrados entre 1807 e 1874, na província da Bahia, dos quais 807 localizavam-se na comarca da cidade da Bahia. Havia uma relativa concentração de engenhos tanto no termo⁶ da cidade Salvador quanto nas vilas, como São Francisco da Barra de Sergipe do Conde e Santo Amaro da Purificação, grandes áreas produtoras de açúcar do Recôncavo (Tabela 10.2).

6 Ao Brasil, Portugal estendeu tanto sua forma de organização do espaço como seu sistema político, não sendo criado nada de novo. Dividida em comarcas, a capitania (durante o século XIX, passa a se chamar província) constituía-se a unidade administrativa central. Essas eram compostas de termos, divididos, por sua vez, em freguesias (PRADO JR., 1999, p. 306).

Tabela 10.2: Distribuição dos engenhos – comarca da Bahia

Termos	Número de engenhos	%
Bahia (Salvador)	167	20,7
São Francisco	141	17,5
Santo Amaro	136	16,8
Cachoeira	88	10,9
Água Fria	81	10,0
Abadia	62	7,7
Maragogipe	48	5,9
Jaguaripe	44	5,5
Abrantes	24	3,0
Itapirucu	16	2,0
Total	807	100,0

Fonte: ARAUJO (2006, p. 99).

Nos termos de Salvador, São Francisco do Conde e Santo Amaro, concentrava-se 55% dos engenhos localizados no Recôncavo e, conseqüentemente, um grande contingente de escravizados. E, desse percentual, 37,6% estava localizado no termo de Salvador. Segundo Araujo (2006), a existência de engenhos nas freguesias⁷ do termo da cidade de Salvador permite verificar a proximidade entre as áreas urbana e rural, pois, mesmo ficando a maioria dos engenhos concentrada nas chamadas freguesias “rurais” da cidade, era possível também encontrá-los nas chamadas freguesias “urbanas”, a exemplo das freguesias de Nossa Senhora da Vitória, Santo Antônio além Carmo e Nossa Senhora das Brotas. A presença de engenhos nas freguesias urbanas da cidade da Bahia poderia ser explicada pelo aspecto rural também presente em algumas dessas freguesias, que abrigavam inúmeras roças, chácaras e fazendas. A Tabela 10.3 mostra a distribuição dos engenhos nas freguesias do termo da cidade da Bahia.⁸

7 As freguesias eram, *lato sensu*, conjuntos de paroquianos, povoações sob o ponto de vista eclesiástico. Mas, tomando por base a definição cunhada por Nascimento (1986, p. 29), uma freguesia corresponde “um espaço material limitado, divisão [político-administrativa] e religiosa da cidade, onde estavam localizados os habitantes, ligados à sua igreja matriz [e por isso, deviam tomar] parte de suas solenidades, ali realizavam seus batizados, casamentos e [serem] sepultados”. Esse, embora pudesse ser dividido em bairros ou distritos, tinha por unidade mínima o quarteirão.

8 A área inicial do termo da cidade da Bahia (como era conhecida Salvador até o século XX) corresponde, atualmente, ao território dos municípios de Amélia Rodrigues, Camaçari, Candeias, Catu, Conceição do Jacuípe, Dias D’Ávila, Itaparica, Lauro de Freiras, Mata de São João, Pojuca, Madre de Deus, Salvador, Santo Amaro, São Francisco do Conde, São Sebastião do Passé, Saubara, Simões Filho, Teodoro Sampaio, Terra Nova, Vera Cruz e parte dos municípios de Coração de Maria, Itanagra e Salinas das Margaridas (cf. ARAUJO, 2006, p. 55-56).

Tabela 10.3: Distribuição dos engenhos freguesias da cidade da Bahia

Termos	Número de engenhos	%
São Pedro no Sauipe da Torre	37	22,2
Senhor do Bonfim na Mata	20	12,0
Nossa Senhora da Encarnação em Pacé	20	12,0
Santo Amaro da Ipitanga	14	8,4
Nossa Senhora da Piedade em Matoim	10	6,0
Nossa Senhora do Ó em Paripe	10	6,0
São Miguel em Cotegipe	06	3,6
Santo Antonio Além Carmo	04	2,4
Santo Amaro em Itaparica	04	2,4
São Bartolomeu em Pirajá	03	1,8
Nossa Senhora da Vitória	02	1,2
Nossa Senhora das Brotas	02	1,2
S. Vera Cruz em Itaparica	01	0,6
Outros (Próximos a Rios)	34	20,3
Total	167	100,0

Fonte: ARAUJO (2006, p. 100).

Em um desses engenhos, o “Engenho Freguesia”, localizado na Freguesia de Nossa Senhora da Piedade em Matoim, foram feitas, segundo Pinho (1982), duas avaliações de escravizados que evidenciam uma realidade social marcada pelo contato de povos e culturas, entre estes, o das línguas em contato, sobressaindo a diversidade de línguas africanas. A primeira foi realizada perante o Juiz de Órfãos Joaquim Anselmo Alves Branco Munis Barreto em 15 de março de 1811. Arrolaram-se 82 escravizados, assim etnicamente distribuídos: 13 crioulos, 28 pardos, 16 da costa, 7 jejes, 4 mulatos, 3 nagôs, 2 angolas e 1 mina. Em 14 de fevereiro de 1832, realizou-se a segunda com evidente redução do número de escravizados para 34: 15 crioulos, 13 pardos, 9 cabras, 4 ussás, 4 mulatos, 4 jejes, 2 mestiços, 1 mina e 1 mendobi.

Embora não seja possível precisar o número de africanos trazidos para o Recôncavo na condição de escravizados, variável de engenho para engenho, pode-se afirmar, com base nas duas avaliações realizadas no “Engenho Freguesia”, que era bastante diversificada a situação de contato entre línguas, algo que favoreceria, certamente, a modificação na estrutura da língua portuguesa, em decorrência da aprendizagem precária por parte da população de origem africana. Tais levantamentos censitários corroboram com a existência de um plurilinguismo africano na Bahia, efetivamente atestado no final do século XIX, graças ao testemunho de Nina Rodrigues, a partir do apelo urgente lançado em 1879 por Sílvio Romero para se fazerem trabalhos consagrados “ao estudo das línguas e das religiões africanas” (BONVINI, 2008, p. 47).

Nina Rodrigues, em *Os africanos no Brasil*, publicado em 1932, pôs em evidência que “ao desembarcar no Brasil, o negro novo era obrigado a aprender o português, para falar com os senhores brancos, com os mestiços e os negros crioulos e a língua

geral para se entender com os parceiros ou companheiros de escravidão” (RODRIGUES, 1935, p. 189). Acrescenta o autor que “as línguas africanas faladas no Brasil sofreram para logo grandes alterações, já com a aprendizagem do português por parte dos escravos, já com a da língua africana adotada como língua geral pelos negros aclimados ou ladinos”[...] “os escravos negros que já conheciam a língua, os usos e costumes do país” (RODRIGUES, 1935, p. 189).

Diante do exposto, é salutar levar em consideração a advertência de Freitag e Castilho (2022, no prelo) sobre a formação do PB. Os africanos vindos na condição de escravizados provinham de diferentes povos da África e em diferentes períodos. A diversidade era constitutiva da realidade linguística desses grupos que formavam PB, seja por meio de uma língua já padronizada, mas com características, como o português, ou pelas chamadas línguas gerais.

A língua portuguesa, junto com as línguas gerais, era usada como uma língua franca, já que elas eram utilizadas para a comunicação tanto entre os escravizados, os senhores e os capatazes do engenho como entre os africanos. Nesse sentido, Mendes (2007 *apud* LIMA, 2008, p. 55) posicionou-se afirmando que o Recôncavo é “uma grande nação”, uma das maiores “encruzilhadas étnicas” que ocorreu no Brasil.

Destarte, ao associarem a organização social escravocrata, composta por escravizados com diversas ocupações, ex-escravizados e homens livres (em sua maioria de origem não nobre), à sócio-história da realidade linguística brasileira, marcada por intensos contatos linguísticos, Araujo e Araujo (2009, p. 116) assim concluem:

Tal organização social desautoriza quaisquer afirmações genéricas acerca de uma realidade linguística una e indivisível para o PB, bem como para a região do Recôncavo da Bahia, para a qual se pode veicular a princípio uma situação linguística polarizada: de um lado, aqueles que se encontravam no topo da pirâmide com acesso à educação e, do outro, uma grande maioria da população alijada da educação, visto que não tinha como custear os estudos no Colégio dos Jesuítas e sua conclusão na Europa.

Na próxima seção, vamos nos deter na região Recôncavo, destacando aquelas comunidades rurais afro-brasileiras remanescentes de quilombos a partir do levantamento feito por Anjos (1999), do relatório da Secretaria de Desenvolvimento Urbano (BAHIA/SEDUR) (2012), do levantamento feito pelo Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) (2015) e da tabela da FCP (2004-2021).

10.6 COMUNIDADES RURAIS AFRO-BRASILEIRAS REMANESCENTES DE QUILOMBOS NA REGIÃO DO RECÔNCAVO DA BAHIA

Embora sejam negligenciados nos compêndios de História do Brasil, de acordo com Pedreira (2001), havia muitos quilombos na Bahia. Eis a relação: o quilombo da Torre de Garcia d'Ávila, o quilombo de Jacuípe, o quilombo de Jaguaripe, o quilombo de Maragogipe, o quilombo de Muritiba, o quilombo de Cachoeira, o quilombo do Buraco do Tatu (Cabula e arredores de Itapuã), o quilombo de Itaberaba (Orobó), o quilombo de Andaraí, o quilombo de Tupim (atual "Boa Vista do Tupim") e o quilombo de Xique-Xique (PEDREIRA, 2001, p. 233). Dos que são citados pelo autor, chama a atenção a localização de alguns deles, na região Semiárida, o chamado "Sertão", a exemplo dos quatro últimos da relação a seguir; para o que inferimos que se davam pelo acesso à região, que dificultava a captura dos aquilombados. Segundo Lucchesi et al. (2009, p. 95), o conhecimento de tais quilombos advém de documentos escritos, localizados e datados, dando conta de sua constituição e do pedido de providências para que fossem destruídos. Pedreira (2001) reconhece, também, a existência de outros quilombos, por via indireta, e supõe a presença de outros que não foram, ainda, listados.

No levantamento feito por Anjos (1999), a partir de Mapa Preliminar dos Remanescentes de Quilombos do Brasil para a FCP, de levantamento e complementação dos dados nas sedes da Procuradoria-Geral da República de cada estado do Brasil, de dados existentes e levantamento nas universidades brasileiras e do levantamento com a colaboração das principais entidades negras organizadas do país, foram identificadas 250 comunidades remanescentes de quilombos no território do estado da Bahia. Dessas, apenas quatro estavam localizadas em municípios do Recôncavo Baiano: Barro Vermelho em Santo Amaro; Alto do Morro, Terra Seca e São Roque dos Macacos em Santo Antônio de Jesus.

Anos mais tarde, a BAHIA/SEDUR, com base em dados fornecidos pela FCP e pelo *Projeto GeografAR: A Geografia dos Assentamentos na Área Rural* do Instituto de Geociências da Universidade Federal da Bahia, emitiu um relatório para Elaboração do Plano Estadual de Habitação e Regularização Fundiária do Estado da Bahia (2012), identificando as comunidades quilombolas existentes em cada macrorregião do estado. Dos 21 municípios do Recôncavo Baiano, em 8 deles, foram mapeadas 44 comunidades quilombolas, conforme o relatório, a saber: *Cachoeira* (Cambole, Calembá, Cambongo Velho, Caonge, Calolé, Dendê, Desterro, Engenho da Ponte, Engenho da Praia, Engenho da Vitória, Engenho Novo do Vale do Iguape, Imbiará, Tombo, São Francisco do Paraguaçu, Santiago do Iguape, Brejo do Engenho da Gauíba, Engenho da Cruz), *Cruz das Almas* (Baixa da Linha), *Maragogipe* (Pinho, Giral Grande, Gerém, Porto da Pedra, Salaminas, Tabatinga, Enseada do Paraguaçu, Sítio Dendê, Zumbi, Guarucú, Quizanga, Buri), *São Félix* (Oiteiro Redondo, Quilombo), *Santo Antônio de Jesus* (Alto do Morro, São Roque dos Macacos, Terra Seca), *Santo Amaro* (Barro Vermelho, Caeira, Subaé, São Braz, Alto do Cruzeiro-Acupe, Cambuta), *São Francisco do Conde* (Monte Recôncavo), *São Sebastião do Passé* (Fazenda Nossa Senhora do Espírito Santo, Palmeira da Água Boa).

Em 2015, o MSD realizou um *Levantamento de comunidades quilombolas*, levando em consideração “informações de vários órgãos que atuam junto às comunidades quilombolas” (MDS, 2015, p. 104). Foram identificadas 59 comunidades na região do Recôncavo da Bahia, a saber: *Cachoeira* (Brejo do Engenho da Guaíba, Caimbongo, Caiole, Calemba, Calole, Campinas, Caonge, Coimbofo, Dende, Desterro, Engenho da Cruz, Engenho da Pedra, Engenho da Ponte, Engenho da Praia, Engenho da Vitória, Engenho Novo do Vale do Iguape, Guaíba, Imbiara, Kaimbongo, Kaonje, Opalma, Santiago do Iguape, São Francisco do Paraguaçu, São Tiago do Iguape, Tabuleiro da Vitória, Tombo), *Cruz das Almas* (Baixa da Linha), *Maragogipe* (Baixão do Guai, Buri, Enseada do Paraguaçu, Giral Grande, Guarucu, Guerém, Pinho, Porto da Pedra, Quizanga, Salamina Putumuju, Salaminas, Sítio Dende, Tabatinga, Topa de Cima, Zumbi), *Santo Amaro* (Alto do Cruzeiro-Acupe, Barro Velho, Barro Vermelho, Caeira, Cambuta, São Braz, Subaé), *Santo Antônio de Jesus* (Alto do Morro, São Roque dos Macacos, Terra Seca), *São Félix* (Oiteiro Redondo, Pau Grande, Quilombo, Santo Antônio, Terras do Governo), *São Francisco do Conde* (Monte Recôncavo) e *São Sebastião do Passé* (Palmeira da Água Boa).

Decorridos sete anos, outras comunidades quilombolas do Recôncavo foram reconhecidas, a exemplo da comunidade Ilha do Paty no município de São Francisco do Conde, certificada recentemente pelo Departamento de Proteção ao Patrimônio Afro-brasileiro da FCP, pela Portaria 163/2021 de 22 de julho de 2021, publicada no Diário Oficial de 11 de agosto do mesmo ano. Na tabela completa de comunidades remanescentes de quilombos certificadas, consultada em abril de 2022, há registros do período de 2004 a 2021. Foram certificadas, de acordo com as portarias editadas pela FCP, 49 comunidades quilombolas, a saber: *Cachoeira* (Acutinga, Brejo do Engenho da Guaíba, Caimbongo, Calolé, Caonge, Dendê, Engenho da Cruz, Engenho da Ponte, Engenho da Praia, Engenho da Vitória, Engenho Novo do Vale do Iguape, Imbiara, Kalemba, Mutecho, São Francisco do Paraguaçu, São Tiago do Iguapé, Tabuleiro da Vitória, Tombo), *Cruz das Almas* (Baixa da Linha, Vila Guaxinin), *Maragogipe* (Angolá, Baixão do Guai, Buri, Enseada do Paraguaçu, Giral Grande, Guarucu, Guerém, Porto da Pedra, Quizanga, Salaminas, Sítio Dendê, Tabatinga e Zumbi), *Muritiba* (Baixa Grande), *Santo Amaro* (Alto do Cruzeiro-Acupe, Cambuta e São Braz), *São Félix* (Engenho São João, Engenhoca, Quilombo Pau Grande, Santo Antônio da Jaqueira, Santo Antônio, Subahuma, Terreno do Governo e Vidal), *São Francisco do Conde* (Ilha do Paty, Monte Recôncavo e Porto de Dom João), *São Sebastião do Passé* (Palmeira da Água Boa).

Observa-se, por um lado, que os dados referentes às comunidades remanescentes de quilombos apresentados por Anjos (1999), pela BAHIA/SEDUR (2012) e pelo MDS (2015) configuram-se um processo de atualização das informações das referidas comunidades. Por outro lado, a tabela da FCP configura-se como uma atualização particular, pois comunidades de Santo Antônio de Jesus e algumas de São Félix, por exemplo, não constam na relação de comunidades quilombolas certificadas, apesar de serem mencionadas nos outros documentos.

Ao compararmos o levantamento feito por Anjos (1999), o relatório da BAHIA/ SEDUR (2012), o levantamento do MDS (2015) e a tabela da FCP (2021), identificamos 73 comunidades rurais afro-brasileiras remanescentes de quilombos atuais, localizadas na região do Recôncavo Baiano, conforme Quadro 10.1:

Quadro 10.1: Comunidades rurais afro-brasileiras remanescentes de quilombos Recôncavo Baiano

Municípios	Comunidades
Cachoeira	Acutinga, Brejo do Engenho da Guaiba, Caimbongo, Caiole, Calemba, Calolé, Campinas, Caonge, Coimbofo, Dendê, Desterro, Engenho da Cruz, Engenho da Pedra, Engenho da Ponte, Engenho da Praia, Engenho da Vitória, Engenho Novo do Vale do Iguape, Guaiba, Imbiara, Kaimbongo, Kalemba, Kaonje, Mutecho, Opalma, Santiago do Iguape, São Francisco do Paraguaçu, São Tiago do Iguape, <u>Tabuleiro da Vitória e Tombo</u>
Cruz das Almas	Baixa da Linha e Vila Guaxinin
Maragogipe	Angolá, Baixão do Guai, Buri, Enseada do Paraguaçu, Giral Grande, Guarucú, Guerém, Pinho, Porto da Pedra, Quizanga, Salamina Putumuju, Salaminas, Sítio Dende, Tabatinga, Topa de Cima e Zumbi.
Muritiba	Baixa Grande
Santo Amaro	Alto do Cruzeiro-Acupe, Barro Velho, Barro Vermelho, Caeira, Cambuta, São Braz e Subaé
Santo Antônio de Jesus	Alto do Morro, São Roque dos Macacos e Terra Seca
São Félix	Engenho São João, Engenhoca, Oiteiro Redondo, Pau Grande, Quilombo, Santo Antônio, Santo Antônio da Jaqueira, Subahuma, Terr[enos] do Governo e Vidal
São Francisco do Conde	Ilha do Paty, Monte Recôncavo e Porto de Dom João
São Sebastião do Passé	Fazenda Nossa Senhora do Espírito Santo, Palmeira da Água Boa

Fonte: Adaptado de ANJOS (1999), BAHIA/ SEDUR (2012), MDS (2015) e FCP (2021).

Uma vez feito o levantamento das rurais afro-brasileiras remanescentes de quilombos atuais do Recôncavo Baiano, torna-se fundamental a pesquisa nas referidas comunidades para o conhecimento do PB, já que elas podem guardar evidências das origens da língua portuguesa no Brasil, que urgem serem investigadas, principalmente, com dados empíricos. Muitas podem ser as contribuições sobre a sócio-história do português brasileiro, sobretudo, sobre o papel desempenhado pelo contato entre a língua portuguesa e as centenas de línguas africanas transplantadas para o Brasil. Pesquisas linguísticas realizadas nessas comunidades são importantes também porque poderão contribuir para revelar a identidade sociolinguística brasileira, sendo igualmente importantes no desvelamento de muitas das características universais que interessam aos estudiosos da arquitetura da linguagem.

Para as comunidades rurais afrodescendentes remanescentes de quilombos, além do respaldo técnico e científico para reivindicar uma política patrimonial para manutenção de seus falares e usos linguísticos, os estudos sociolinguísticos lhes permitirão perceber-se como parte integrante da heterogeneidade da língua portuguesa falada pelos brasileiros, isto é, como uma realidade linguística singular do português afro-brasileiro no universo mais amplo do português popular rural brasileiro.

10.7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o presente levantamento, identificamos 73 comunidades rurais afro-brasileiras remanescentes de quilombos atuais, localizadas na região do Recôncavo da Bahia. Estudos sociolinguísticos nessas comunidades de fala/comunidades de prática podem contribuir para a questão da realidade linguística brasileira, ao sinalizar para o fato de que pesquisas são necessárias, sobretudo, para esclarecer a importância ou não do contato entre línguas para a formação do PB como uma variedade distinta do português europeu (PE), mas também por possibilitar aos falantes dessas comunidades o reconhecimento de seus usos linguísticos como usos linguísticos genuinamente brasileiros decorrentes dos processos de aquisição do português como um processo tardio por uma grande leva de africanos escravizados.

Dessa forma, ressaltamos a contribuição da Sociolinguística para a observação de possíveis padronizações na estratificação socioeconômica das variáveis, não apenas regular, mas também replicável, tendo por resultado a atribuição de um valor social à variação linguística nessas comunidades. Um exemplo disso é o uso de variantes linguísticas, distintos da norma em uso por outros falantes da língua portuguesa, atualizados por seus falantes em “desuso” pelos mais jovens frente às interferências decorrentes do desejo de aprender a variedade de prestígio sob influência da escolarização e do acesso aos meios de comunicação de massa e à internet. Os futuros estudos devem ser marcados por uma inovação teórico-metodológica: a de registrar *comunidades de práticas*, para além do registro de *comunidades de fala*.

Colocam-se em relevo as comunidades rurais afro-brasileiras, sobretudo, as remanescentes de quilombos, como importantes fontes para as pesquisas sobre a realidade sociolinguística atual do Brasil e sua formação histórica. Assim, a observação da efetiva realidade sociolinguística presente nas comunidades rurais afro-brasileiras remanescentes de quilombos do Recôncavo da Bahia por intermédio do instrumental da Sociolinguística poderá viabilizar a caracterização dos usos linguísticos genuinamente brasileiros decorrentes dos processos do contato entre a língua portuguesa e as línguas africanas.

Tal caracterização precisa levar em consideração as orientações que assinalamos a partir do estudo realizado por Santana, Araujo e Freitag (2018a, 2018b). Na seleção de comunidades rurais afro-brasileiras remanescentes de quilombos para os estudos do português afro-brasileiro, devem ser considerados critérios de cunho sócio-histórico, antropológico e geográfico, visto que elas podem não estar mais totalmente isoladas geográfica e socioculturalmente.

Pesquisas baseadas nos referidos critérios nos leva a reafirmar as considerações de nosso estudo anterior sobre as contribuições do Recôncavo da Bahia para formação sócio-histórica do português do Brasil (ARAUJO; ARAUJO, 2009). Chamamos a atenção para a necessidade de interiorização das pesquisas sociolinguísticas, pesquisas estas que, durante a ocorrência da primeira onda da Sociolinguística no Brasil, foram marcadas pela tendência de tomar como fonte de pesquisa dados levantados em amostras de fala gravadas em comunidades urbanas e formadas por indivíduos escolarizados. Se por um lado esses estudos colocaram em evidência a existência de uma variedade mais próxima do padrão lusitano, os estudos em comunidades do interior, a exemplo das rurais afro-brasileiras remanescentes de quilombos, podem permitir a caracterização mais detalhada da outra variedade, a herdeira histórica do processo de aquisição irregular do PE. E, parafraseando Lucchesi (2009), também pode possibilitar que a especificidade do Português afro-brasileiro no universo mais amplo do Português popular rural brasileiro (ou, mais precisamente, norma popular rural do Português brasileiro) seja bem mais evidenciada, não apenas por conta das características sócio-históricas próprias às comunidades remanescentes de quilombos em que ele é falado, como também por conta das características linguísticas que o distinguiriam das demais variedades do Português popular do Brasil (ou melhor, da norma popular brasileira).

Um dos focos desse processo de interiorização é justamente o desenvolvimento de estudos em comunidades rurais afro-brasileiras remanescentes de quilombos não somente no Recôncavo da Bahia, mas também nas demais regiões do estado da Bahia e no interior de outros estados brasileiros. Por isso, o detalhamento da distribuição dessas comunidades nos municípios do Recôncavo permite uma dupla contribuição. Por um lado, oferece aos pesquisadores interessados a lista de comunidades que podem constituir-se campo de pesquisa para futuros estudos sociolinguísticos. Tal lista não é exaustiva, visto que outras comunidades podem ser identificadas e incluídas. Por outro lado, constitui-se como uma provocação para que outros levantamentos como este sejam feitos não somente nas demais regiões do estado da Bahia como também em outros estados brasileiros. A construção e a unificação desses levantamentos atualizariam as contribuições do estudo de Anjos (1999), permitindo que estudos como o nosso sejam desenvolvidos.

E, com a incorporação do conceito de comunidade de prática, os estudos podem contribuir para que as línguas das comunidades rurais afrodescendentes remanescentes de quilombos sejam objeto de uma política patrimonial que colabore para sua manutenção e uso. Eles podem também contribuir para que as referidas comunidades se percebam como parte integrante da heterogeneidade da língua portuguesa falada pelos brasileiros: uma realidade linguística singular do português afro-brasileiro no universo mais amplo do português popular rural brasileiro.

REFERÊNCIAS

- ANJOS, Rafael Sanzio Araújo dos. Cartografia e cultura: territórios remanescentes de Quilombos no Brasil. Centro de Estudos Sociais. *VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2004, p. 1-22.
- ANJOS, Rafael Sanzio Araújo dos. *Territórios das comunidades remanescentes de Antigos Quilombos no Brasil*: primeira configuração espacial. Brasília: Edição do autor, 1999.
- ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1982.
- ARAÚJO, Jean Marcel Oliveira. *Bahia: negra, mas limpinha*. (Dissertação de Mestrado) – Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2006.
- ARAÚJO, Maria do Socorro Targino de. *Os núcleos urbanos do recôncavo colonial*. 1970. Tese (Concurso de Assistente) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1970.
- ARAÚJO, Silvana Silva de Farias; ALMEIDA, Rosiane. A forma possessiva DA GENTE em comunidades rurais do semiárido baiano. In: ALMEIDA, Norma Lucia Fernandes de; CARNEIRO, Zenaide Oliveira Novais (org.). *Variação linguística no semiárido baiano*. Feira de Santana: UEFS Editora, 2014. p. 137-173.
- ARAÚJO, Silvana Silva de Farias; ARAÚJO, Jean. A formação sócio-histórica do português do Brasil: contribuições do recôncavo baiano. *Cadernos de Letras da UFF*, v. 39, p. 95-117, 2009.
- ARAÚJO, Silvana Silva de Farias; LUCCHESI, Dante. Um estudo contrastivo sobre a concordância verbal em Feira de Santana e em Luanda. *Papia*, v. 26, p. 71-99, 2016.
- ARAÚJO, Silvana Silva de Farias; SILVA, Manoel Crispiniano Alves da. A sintaxe dos pronomes clíticos no português falado em Feira de Santana-BA: uma comparação com o português luandense. *Macabéa-Revista Eletrônica do NETLLI*, v. 8, p. 563-584, 2019.
- ARAÚJO, Silvana Silva de Farias. *A concordância verbal no português falado em Feira de Santana-Ba*: sociolinguística e sócio-história do português brasileiro. 2014. 342 f. Tese (Doutorado em Língua e Cultura) – Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, 2014.
- ARAÚJO, Silvana Silva de Farias. O uso variável da concordância verbal no português do Brasil (PB) e no português de Angola (PA): a história externa em foco. *Atas do Colóquio da Lusofonia Encontro Açoriano*. Florianópolis, 2010.
- ARAÚJO, Silvana. Presença africana no cenário linguístico brasileiro. In: TONDINELLI, Patrícia Goulart (org.). *(Re)vitalizar línguas minorizadas e/ou ameaçadas*: teorias, metodologias, pesquisas e experiências. Porto Velho: Editora da Universidade Federal de Rondônia - EDUFRO, 2021, v. 1, p. 235-265.

- AZEVEDO, Aroldo de. Vilas e cidades do Brasil colonial (ensaio de geografia urbana retrospectiva). *Anais da Associação dos Geógrafos Brasileiros (1954-1955)*. São Paulo, v. 9, n. 1, p. 83-168, 1957.
- BAHIA. SEDUR. *Elaboração do Plano Estadual de Habitação e Regularização Fundiária do Estado da Bahia*. [Relatório]. Salvador: Secretaria de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia – SEDUR, 2012.
- BAKER, Philip. On the origins of the first Mauritians and of the creole languages of their descendants. In: Baker, Philip; Corne, Chris. *Isle de France Creole*. Ann Arbor: Karoma, 1982.
- BICKERTON, Derek. *The language bioprogram hypothesis*. Behavioural and brain sciences, Cambridge, n. 7, 1984.
- BONVINI, Emílio. Línguas africanas e português falado no Brasil. In: FIORIN, José Luiz; PETTER, Margarida (org.). *África no Brasil: a formação da língua portuguesa*. São Paulo: Contexto, 2008, p. 15-62.
- BRASIL. Decreto 6.040 de 07 de fevereiro de 2007. *Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais*.
- BRITAIN, D. Space, diffusion and mobility. In: CHAMBERS, J. K.; TRUDGILL, P.; SCHILLING-ESTES, N. (eds.). *The handbook of language variation and change*. Blackwell publishing, p. 604-637, 2008.
- CÂMARA Jr., Joaquim Mattoso (org.). *Dispersos*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1972.
- CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano: Artes de fazer*. v. 1. Petrópolis: Vozes, 1994.
- CHAVES DE MELO, Gladstone. *A língua do Brasil*. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1975.
- DIAS, Gonçalves. Carta ao Dr. Pedro Nunes Leal. *Estante Clássica da Revista da Língua Portuguesa*, VII, 1921.
- ECKERT, P. Three waves of variation study: The emergence of meaning in the study of sociolinguistic variation. *Annual review of Anthropology*, 41, p. 87-100, 2012.
- ECKERT, Penelope. *Language variation as social practice*. New York: Wiley-Blackwell, 2000.
- ECKERT, Penelope; MCCONNELL-GINET, Sally. Comunidades de práticas: lugar onde co-habitam linguagem, gênero e poder (1992). In: OSTERMANN, A. C.; FONTANA, B. (org.). *Linguagem, gênero, sexualidade: clássicos traduzidos*. São Paulo: Parábola, 2010. p. 93-108.
- FERRARI, Lilian Vieira. *Variação linguística e redes sociais no Morro dos Caboclos*. 1994. 204f. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1994.

- FREITAG, Raquel Meister Ko.; CASTILHO, Ataliba. Brazil. (No prelo), 2022.
- FREITAG, Raquel Meister Ko.; MARTINS, Marco Antonio; TAVARES, Maria Alice. Bancos de dados sociolinguísticos do português brasileiro e os estudos de terceira onda: potencialidades e limitações. *Alfa: Revista de Linguística*, v. 56, p. 917-944, 2012.
- FUNARI, Pedro Paulo de. A arqueologia de Palmares: sua contribuição para o conhecimento da história da cultura afro-americana *In*: REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos (org.). *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 26-51.
- FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES. *Comunidades Quilombolas*. Brasília, 2021.
- FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES. *Portaria 25, de 15 de agosto de 1995*. Diário Oficial, Brasília, 22 ago. 1995. Seção 1, p. 12827-12828.
- FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES. *Portaria 98, de 26 de novembro de 2007*. Brasília, 2007.
- GUIMARÃES, Eduardo. *História da semântica: sujeito, sentido e gramática no Brasil*. Campinas: Pontes Editores, 2004.
- GUY, Gregory. *Linguistic variation in Brazilian Portuguese: aspects of phonology, syntax and language history*. University of Pennsylvania, PhD Dissertation. Ann Arbor: University Microfilms International, 1981.
- GUY, Gregory. On the nature and origins of Popular Brazilian Portuguese. *In: Estudos sobre el Español de América y Lingüística Afro americana*, Bogotá: Instituto Caro y Cuervom, 1989. p. 227-245.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Prefácio de Antônio Cândido. 4. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1963.
- INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA. *Portaria 307, de 22 de novembro de 1995*. Brasília, 1995. Disponível em: <https://cpisp.org.br/portaria-incra-n-o-307-de-22-de-novembro-de-1995>. Acesso em: 12 abr. 2022.
- JON-AND, Anna; LÓPEZ, Laura Alvarez. A Cupópia do Cafundó: uma análise morfosintática. *Revista de Estudos da Linguagem*, Belo Horizonte, v. 26, n. 1, p. 73-101, 2018.
- LABOV, William. *Sociolinguistic patterns*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1972.
- LEÃO, Sônia de Oliveira. Padrões de desenvolvimento urbano (1500-1930). *In*: SILVA, S. C. B. de M.; LEÃO, S. de O.; SILVA, B-C. N. (org.). *Urbanização e metropolização no Estado da Bahia: evolução e dinâmica*. Salvador: Centro Editorial e Didático da UFBA, 1989.
- LIMA, Cássio Leonardo Nobre de Souza. *Viola nos sambas do recôncavo baiano*. Dissertação (Mestrado em Música) – Escola de Música. Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.

- LUCCHESI, Dante; ARAUJO, Silvana Silva de Farias. *O sistema de expressão de posse*. LUCCHESI; BAXTER; RIBEIRO, 2009, p. 489-511.
- LUCCHESI, Dante; BAXTER, Alan; SILVA, Jorge Augusto Alves da. *A concordância verbal*. In: LUCCHESI; BAXTER; RIBEIRO, 2009. p. 331-371.
- LUCCHESI, Dante. A constituição histórica do português brasileiro como um processo bipolarizado: tendências atuais de mudança nas normas culta e popular. In: GROßE, S.; ZIMMERMANN, K. (ed.). *“Substandard” e mudança no português do Brasil*. Frankfurt Au Main: TFM, 1998. p. 73-100.
- LUCCHESI, Dante. BAXTER, Alan; SILVA, Jorge Augusto Alves da; SILVA, Maria Cristina Vieira de Figueiredo. *O português afro-brasileiro: as comunidades de fala analisadas*. In: LUCCHESI; BAXTER; RIBEIRO, 2009. p. 75-100.
- LUCCHESI, Dante. Introdução. In: LUCCHESI; Dante; BAXTER, Alan; RIBEIRO, Ilza (org.). *O Português Afro-Brasileiro*. Salvador: EDUFBA, 2009. p. 27-37.
- LUCCHESI, Dante. Norma lingüística e realidade social. In: BAGNO, Marcos (org.). *Linguística da norma*. São Paulo: Edições Loyola, 2002. p. 63-92.
- LUCCHESI, Dante. O conceito de transmissão lingüística irregular e o processo de formação do português do Brasil. In: RONCARATI, Cláudia; ABRAÇADO, Jussara (org.). *Português brasileiro: contato lingüístico, heterogeneidade e história*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2003. p. 272-284.
- LUCCHESI, Dante. Por que a criouliização aconteceu no Caribe e não aconteceu no Brasil? Condicionamentos sócio-históricos. *Revista Gragoatá* (UFF), v. 24, p. 227-255, 2019.
- LUCCHESI, Dante. Variação e norma: elementos para uma caracterização sociolingüística do português do Brasil. *Revista Internacional de Língua Portuguesa*, n. 12, 1994. p. 17-28.
- LUCCHESI, Dante; BAXTER, Alan; RIBEIRO, Ilza (org.). *O Português Afro-Brasileiro*. Salvador: EDUFBA, 2009.
- MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. A generalizada difusão da língua portuguesa no território brasileiro. In: MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. *Ensaio para uma sócio-história do português brasileiro*. São Paulo: Parábola Editorial, 2004. p. 91-108.
- MENDES, Elisângela dos Passos. *A flexão de caso pronominal no continuum do português popular da Bahia*. 2016. Tese (Doutorado em Língua e Cultura) – Universidade Federal da Bahia, 2016.
- MENDONÇA, Renato. *A influência africana no português do Brasil*. Rio de Janeiro: Sauer, 1933.
- MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL. MDS. *Levantamento das comunidades quilombolas*, 2015.

- MUNANGA, Kabengele. Identidade, cidadania: algumas reflexões sobre os discursos anti-racistas no Brasil. In: QUINTAS, Fatima (org.) O negro: Identidade e cidadania. *Anais... IV Congresso Afro-Brasileiro*, Fundação Joaquim Nabuco, Recife, Editora Massangana, 1995. p. 66.
- NARO, Anthony Julius; SCHERRE, Maria Marta Pereira. Concordância variável em português: a situação no Brasil e em Portugal. In: NARO, Anthony Julius; SCHERRE, Maria Marta Pereira. *Origens do português brasileiro*. São Paulo: Parábola Editorial, 2007, p. 49-69.
- NARO, Anthony Julius; SCHERRE, Maria Marta Pereira. Sobre as origens do português popular do Brasil. *DELTA*, n. 9, p. 437-454, 1993.
- PEDREIRA, Pedro Tomás. Os quilombos baianos. In: MOURA, Clóvis (org.). *Os quilombos na dinâmica social do Brasil*. Maceió: EDUFAL, 2001. p. 233-254.
- PINHO, Wanderley. *História de um engenho no Recôncavo*: Matoim, Novo Caboto, Freguesia (1554/1944). São Paulo: Nacional; [Brasília]: INL, 1982.
- PRADO JR., Caio. *História econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1979.
- PRICE, Richard. Palmares como poderia ter sido. In: REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos (org.) (1996). *Liberdade por um fio*: história dos quilombos no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 52-60.
- RAIMUNDO, Jacques. *O elemento afro-negro na língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Renascença, 1933.
- RODRIGUES, Nina. *Os africanos no Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1935.
- SANTANA, José Humberto dos Santos; ARAUJO, Silvana Silva de Farias; FREITAG, Raquel Meister Ko. Documentação do português falado em comunidades rurais afro-brasileiras de Sergipe: patrimônio e memória. *Palimpsesto*, v. 17, n. 28, p. 121-138, 2018a.
- SANTANA, José Humberto dos Santos; ARAUJO, Silvana Silva de Farias; FREITAG, Raquel Meister Ko. Documentação do português falado em comunidades rurais afro-brasileiras de Sergipe: procedimentos metodológicos. *PAPIA: Revista Brasileira de Estudos do Contato Linguístico*, v. 28, n. 2, p. 219-237, 2018b.
- SANTOS, Milton. A rede urbana do Recôncavo. In: BRANDÃO, Maria de Azevedo (org.). *Recôncavo da Bahia*: sociedade e economia em transição. Salvador: Fundação Casa de Jorge Amado; Academia de Letras da Bahia; Universidade Federal da Bahia, 1998. p. 59-100.
- SCHERRE, Marta; NARO, Anthony. A concordância de número no português do Brasil um caso típico de variação inerente. In: HORA, Dermeval da (org.). *Diversidade Linguística no Brasil*. João Pessoa: Idéia, 1997. p. 93-114.
- SILVA NETO, Serafim da. *Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: INL, 1963.

SOARES DE SOUZA, Gabriel. *Tratado descritivo do Brasil em 1587*. São Paulo: Nacional, 1938.

TARALLO, Fernando. Sobre a alegada origem crioula do português brasileiro: mudanças sintáticas aleatórias. In: ROBERTS, Ian; KATO, Mary (orgs.). *Português brasileiro: uma viagem diacrônica*, Campinas: Editora da Unicamp, 1993. p. 35-68.

UFBA. Universidade Federal da Bahia. IGEO. Instituto de Geociências. *Projeto GeografAR: A Geografia dos Assentamentos na Área Rural*. Comunidades Negras Rurais Quilombolas. Salvador, 2005.

VILHENA, Luís dos Santos. *A Bahia no século XVIII*. V. 1. Salvador: Itapuã, 1969.

CAPÍTULO 11

REFLEXÕES SOBRE O CONTATO LINGUÍSTICO NOS PALOP E A INTERNACIONALIZAÇÃO DA LÍNGUA PORTUGUESA NA ÁFRICA

Alexandre António Timbane

11.1 INTRODUÇÃO

O bloco dos Países Africanos de Língua Portuguesa (PALOP) é composto por cinco países ex-colônias de Portugal: Moçambique, Angola, São Tomé e Príncipe, Cabo Verde e Guiné-Bissau. A Constituição da República de Moçambique (2004, Art. 10º), a Constituição da República de Angola (2010, Art. 19) e a Constituição da República de Cabo Verde (1999, Art. 9º) determinam que o português é a **única língua oficial**. As constituições de São Tomé e Príncipe e da Guiné-Bissau não fazem alusão à língua portuguesa (LP), mas não a LP deixa de ser oficial na vida prática. A Guiné-Equatorial não foi colónia de Portugal oficialmente reconhecida,¹ mas entrou recentemente na CPLP (desde 23 de julho de 2014).

1 A passagem dos portugueses pela Guiné-Equatorial, datada de 1471, deixou marcas linguísticas, como é o caso do crioulo de base lexical portuguesa. Os portugueses deixaram marcas da escravização com o estabelecimento de postos de tráfico de escravizados.

Esses países africanos fazem fronteira com países angolófonos e francófonos, o que propicia relações linguísticas próximas. As línguas oficiais faladas pelos países vizinhos se tornam línguas estrangeiras modernas na educação. Essa é uma lei de sobrevivência porque o isolamento linguístico causa problemas na integração e nas relações econômicas e políticas. Em contrapartida, as línguas autóctones não são oficiais (na grande maioria dos países africanos) e são utilizadas em contextos locais (cerimônias tradicionais, usos familiares).

Assume-se como *contato linguístico* o processo de convivência de duas ou mais línguas num mesmo grupo populacional. Trata-se não só do uso, mas também das relações interativas entre falantes de duas ou mais línguas diferentes. É nesse processo que emerge o bilinguismo ou trilinguismo que, em muitos momentos, leva a alternâncias de código (*code-switching*) ou mistura de línguas (*code-mixing*). O bilinguismo pode ser individual ou social. Olhando para o mapa da localização dos PALOP (Mapa 12.1), observa-se que os PALOP fazem fronteira com os seguintes países: África do Sul, Suazilândia, Zimbábue, Zâmbia, Malawi e Tanzânia (fronteira com Moçambique), República Democrática do Congo, a Zâmbia e Namíbia (fronteira com Angola), Senegal e Guiné-Conacri (fronteira com a Guiné-Bissau), e Camarões e Gabão (Guiné-Equatorial). São Tomé e Príncipe e Cabo Verde são ilhas e se localizam bem distantes de fronteiras secas.

As populações das regiões fronteiriças compartilham línguas e isso provoca contato não só entre as línguas oficiais desses países, mas também entre as línguas autóctones não oficiais. Os limites linguísticos são diferentes dos limites geográficos. O contato entre povos e línguas é permanentemente motivado pelas relações econômicas, culturais e políticas. No Brasil, por exemplo, o *portunhol* resulta dessas relações entre brasileiros falantes de português e paraguaios, uruguaios, bolivianos, colombianos, venezuelanos e argentinos falantes do espanhol. Esse fenômeno também acontece com os povos vizinhos dos PALOP.

As regiões de fronteira são o *berço da internacionalização* das línguas faladas nos países vizinhos. Esse processo só se efetivará quando houver políticas linguísticas em ambos os vizinhos. Mesmo quando há políticas linguísticas, as populações da região de fronteira estabelecem relações que permitem o uso e troca de saberes linguísticos, porque as fronteiras geopolíticas são diferentes das fronteiras econômicas, sociais e culturais. Em muitos casos, a partilha de África, realizada em 1884/1885 na Conferência de Berlim, não respeitou as identidades socioculturais dos povos. Esses povos que ficaram de outro lado da fronteira geográfica estabelecida têm relações de parentesco, levando a uma situação de dependência mútua.

É nessa senda que entra em jogo a necessidade de contato por meio da língua africana ou ainda da língua oficial do país vizinho. No caso dos povos vizinhos dos PALOP, há um conhecimento linguístico mútuo em língua africana ou ainda em língua oficial. É justamente nesse ponto em que os PALOP aproveitariam internacionalizar a LP, buscando a sua expansão e apoiando o ensino e a consolidação da LP além-fronteiras. A localização estratégica dos PALOP seria um bom incentivo para a internacionalização da LP se pensássemos na língua com meio de comunicação e de

estabelecimento de políticas econômicas e políticas. Daí se questiona: de que forma os PALOP internacionalizam a LP com os seus vizinhos? Considere-se que:

- Nos PALOP, não há políticas linguísticas em prol da internacionalização da LP, muito menos das línguas autóctones;
- Os PALOP não possuem recursos que podem proporcionar uma internacionalização do português mais robusta;
- Os PALOP ainda não sentem a LP como sua língua, daí o preconceito com a relação à variedade.

Esse cenário dificulta sobremaneira a expansão e difusão da LP na África, mas mesmo assim, ela acontece. Este capítulo explora os contextos da internacionalização da LP em países vizinhos dos PALOP, considerando as relações linguísticas e suas políticas linguísticas nas interações entre os vizinhos dos PALOP. A partir desse cenário, pauta-se uma explicação para as razões da fraca ou da inexistência da internacionalização da LP e embasa uma proposta de caminhos para uma internacionalização mais eficaz.

O capítulo inicia-se analisando a complexidade de isolamento geolinguístico de um país e a necessidade de filiação indevida para a sobrevivência. Seguidamente, o texto debate a expansão da LP nos países vizinhos dos PALOP e as políticas da internacionalização da LP. Apresentam-se de forma particular como cada PALOP de localiza geograficamente e as relações com LP com país vizinho.

11.2 O ISOLAMENTO GEOLINGUÍSTICO E A LEI DE SOBREVIVÊNCIA NOS PALOP

Os povos das regiões fronteiriças vivem o bilinguismo na sua essência conceitual e pragmática. Normalmente são povos falantes de línguas diferentes, mas que um precisa da língua do outro para sobreviver ou para estabelecer relações de qualquer forma. Segundo Pitton (2018, p. 28), “se o bilinguismo é usado para **vender** a fronteira, porque permite a comunicação por meio da separação, a fronteira continua a ser essencial na definição e na marcação do bilinguismo”. O bilinguismo não é prejudicial, mas sim o socorro para estabelecer a comunicação com o outro que está de outro lado da fronteira. A língua é portadora de cultura e, como tal, é de grande interesse para a geografia política, no que se refere à sua distribuição espacial. É na língua que se encontram as interpretações semânticas da língua, assim como a interpretação do mundo.

Alguns países adotam estratégias políticas para estabelecer parcerias linguísticas com outras nações. O primeiro aspecto a marcar é que as fronteiras políticas são diferentes das fronteiras culturais e sociais. Assumimos que a lusofonia é um termo meramente político e não linguístico porque se assim fosse, Cabo Verde seria crioulofona e não lusófona. Se a fonia “o som” dos cabo-verdianos é o cabo-verdiano, como se justifica que tenha a LP como oficial? A resposta se encontra na política linguística que estabelece o lugar de cada língua em Cabo Verde.

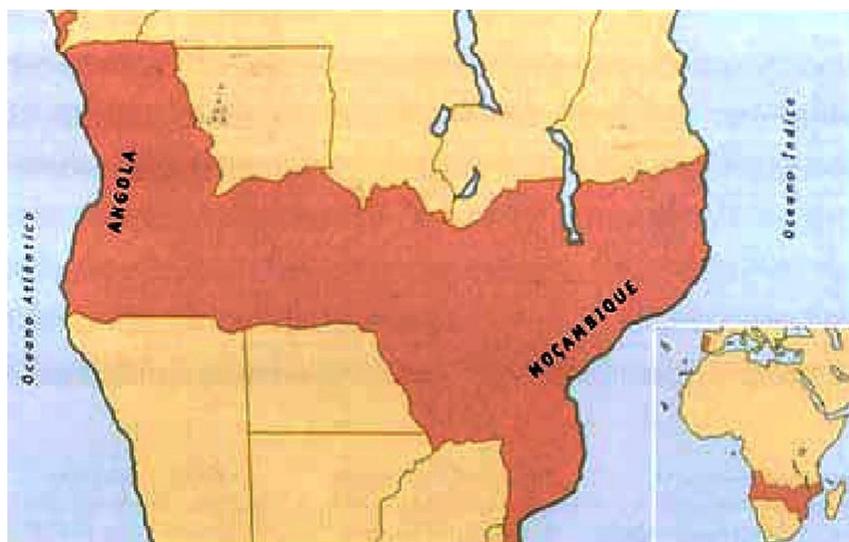
Por outro lado, como se justifica que um país bantófono e lusófono, como Moçambique, sob o ponto de vista da “fonia” pertence à *Commonwealth*?² É uma organização intergovernamental de países de língua oficial inglesa na grande maioria, composta por 53 países membros cujo objetivo é de promover a democracia, Direitos humanos, boa governança, Estado de Direito, liberdade, livre comércio, paz mundial e multilateralismo. A língua oficial da organização é o inglês. Na Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), Moçambique é o único que se filiou. A razão do ingresso nesse momento se encontra na política linguística. Como se justifica que países, como São Tomé e Príncipe, Cabo Verde e Guiné-Bissau façam parte da francofonia? Mais uma vez a resposta está na política linguística. Como se justifica que a Guiné-Equatorial tenha o francês, espanhol e português como línguas oficiais? E como esses PALOP internacionalizam a LP nessas organizações internacionais? Não há notícias de algum esforço nesse sentido. Mas entende-se que seriam potenciais impulsionadores da expansão da LP.

Tudo indica que não há políticas para fomentar o ensino e expansão do português nesses países membros dessas organizações. Entende-se que os PALOP se filiam a essas organizações com intenções muito bem definidas e que essas intenções não incluem a LP. A presença dos PALOP nessas organizações se justifica pela sobrevivência devido ao isolamento linguístico a que estão inseridos.

O Governo Português apresentou em 1886, o Mapa Cor-de-Rosa que pretendia unir território desde Angola até Moçambique, como se pode ver no mapa a seguir. Portugal tinha o objetivo de evitar o isolamento entre Moçambique e Angola e facilitar o escoamento de escravizados de Moçambique até a Costa Atlântica (Luanda). Esse desejo não se materializou porque a Inglaterra não aceitou a proposta de Portugal logo a prior porque tinha outro plano: ligar Cairo (Egito) ao Cabo (África do Sul). O tráfico de escravizados de Moçambique para Luanda (Angola) teve muitos bloqueios e dificuldades porque os portugueses eram obrigados a passar por terras da Inglaterra. A via marítima não era favorável porque muitos navios não tinham tecnologia e naufragavam no Cabo de Boa Esperança (África do Sul) na zona de convergência dos Oceanos Índico e Atlântico.

2 A *Commonwealth* é uma organização intergovernamental de países de língua oficial inglesa na grande maioria, composta por 53 países membros cujo objetivo é de promover a democracia, Direitos humanos, boa governança, Estado de Direito, liberdade, livre comércio, paz mundial e multilateralismo.

Mapa 11.1: Mapa Cor-de-Rosa.



Fonte: <https://www.leme.pt/magazine/efemerides/0111/ultimato-britanico-de-1890.html>.

Os interesses econômicos, políticos e culturais são frequentes em países africanos. A oficialização de três línguas europeias por parte da Guiné-Equatorial demonstra esse interesse que na visão desses Estados é útil como vantagem para sobreviver num mundo globalizado em que as línguas europeias são instrumentos de poder econômico.

11.3 A EXPANSÃO DA LP NOS PAÍSES VIZINHOS DOS PALOP

A África possui mais de 2 mil línguas pertencentes às seguintes grandes famílias: Afro-asiático, Nilo-saariano, Koisán, Niger-Congo (ou Niger-Cordofano). A maioria dessas línguas é do grupo bantu e estão divididas em 16 zonas codificadas pelas letras A, B, C, D, E, F, G, H, J, K, L, M, N, P, R, S (NURSE, PHILIPPSON, 2014). Não se sabe com exatidão a quantidade línguas faladas porque “há línguas que estão sendo ‘descobertas’ pela descrição em curso e outras que estão desaparecendo, em consequência de reduzido número de falantes” (PETTER, 2015, p. 15, grifo da autora). A língua inglesa vem sendo a mais falada como língua oficial ou língua segunda devido à quantidade de colônias inglesas e também da “construção ideológica do inglês enquanto língua global” (RODRIGUES, 2011, p. 18). Em cada um dos 56 países se oficializou uma ou mais das seguintes línguas: árabe, português, espanhol, inglês, francês e neerlandês. O Árabe é oficial em muitos países da África do Norte (Egito, Djibouti, Líbia, Marrocos). Poucos países (África do Sul, Tanzânia, Eswatini, Etiópia, Quênia, Somália, Uganda, Zimbábue), oficializaram alguma língua africana.

Mapa 11.2: Mapa PALOP.

Fonte: Wikipédia.

No mapa, pode-se observar a localização dos PALOP (Moçambique, Angola, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe, Cabo Verde e Guiné-Equatorial) e os países que fazem fronteira.

11.3.1 OS PAÍSES VIZINHOS DE MOÇAMBIQUE E SUA RELAÇÃO COM A LP

Moçambique faz fronteira com seis países, a saber: a norte Tanzânia; a noroeste, o Malawi e a Zâmbia; a oeste, o Zimbábue, a África do Sul e a Suazilândia; a sul, a África do Sul. A LP tem influenciado em grande medida as diversas línguas faladas em países vizinhos dos PALOP. O português é falado na África do Sul devido às relações históricas com Moçambique. A África do Sul, sendo um país mais desenvolvido na África Austral, recebe muitos moçambicanos e angolanos que vão trabalhar nas minas e em diversas profissões. Quando houve expulsão dos portugueses em Moçambique no ano de 1974, muitos deles se refugiaram-se na África do Sul e levaram consigo a LP. Por isso que há uma comunidade portuguesa muito grande naquele país.

A guerra moçambicana (entre os partidos FRELIMO e RENAMO) da luta pela democracia durou 16 anos e provocou o deslocamento de muitos moçambicanos para Reino de Swatini, para República de África do Sul e Zimbábue. Nessa diáspora, a LP

jamais foi esquecida. A LP está em rápido crescimento na África do Sul, especialmente nas zonas fronteiriças, como Namaacha, Ressano Garcia e Ponta de Ouro, onde há moçambicanos vivendo em Moçambique, mas deslocando-se diariamente para África do Sul. O português é aprendido na África do Sul como língua estrangeira, tanto no ensino secundário quanto no ensino superior.

É importante lembrar que a África do Sul é um exemplo importante de política linguística na África, uma vez que oficializou 11 línguas, segundo a Constituição da República daquele país, em seu artigo 6º, capítulo 1 (BOSTOCK, 2018). As universidades sul-africanas têm cursos de língua portuguesa. O estudo de Barnes e McDuling (2008) aponta que, em 1991, o português era falado por mais de 48 mil pessoas como língua materna. A maioria dos usuários de LP eram imigrantes oriundos de Portugal, Angola e Moçambique.

O Zimbábue, segundo Makoni (2011), também tem falantes de português, a maioria são moçambicanos imigrantes e deslocados de guerra civil ocorrida durante 16 anos em Moçambique. No Zimbábue, o português é ensinado como língua estrangeira junto com o francês e o mandarim, segundo Gora (2017). A existência de línguas africanas comuns entre o Zimbábue e Moçambique aproxima esses povos, o que de certa forma contribui para casamentos entre moçambicanos e zimbabueanos. As línguas comuns entre os dois países são cindau, cichona e xichangane.

No Malawi, país vizinho de Moçambique há uma a situação sociolinguística semelhante à de Zimbábue. O português é aprendido como língua estrangeira e é bastante falado nas zonas fronteiriças. Matiki (2002) demonstra essas relações íntimas e, sobretudo linguísticas entre os povos de Malawi e de Moçambique, até que porque as línguas ciyao, cisena cimakonde, citonga são faladas nos dois países. Como dissemos, em função do processo da partilha da África, os limites linguísticos são diferentes dos limites geopolíticos. As zonas fronteiriças são o berço da expansão e crescimento do português na África Austral.

As relações entre Tanzânia e Moçambique são seculares. Foi em Tanzânia onde os moçambicanos tiveram a preparação militar para a luta armada contra o colonialismo português nos anos 1960. É lógico que esse contato entre tanzanianos e moçambicanos deixou resquícios do português para além do swahili (NGONYANI, 1995), que é uma língua comum nos dois contextos. A LP continua sendo a língua estrangeira em algumas universidades tanzanianas. Enquanto a LP se internacionaliza, em Moçambique se observa um grande crescimento de falantes como língua materna (Quadro 11.1).

Quadro 11.1: Falantes de línguas bantu e português como língua materna em Moçambique

Língua materna	% de falantes em 1980	% de falantes em 1997	% de falantes em 2007
Bantu	98,8	93,5	89,3
Português	1,2	6,5	10,7

Fonte: INE *apud* Timbane (2013, p. 36).

Os dados dos censos do Instituto Nacional de Estatística de Moçambique, realizado em 1980, 1997 e 2007, mostram um crescente número de falantes de português como língua materna, resultado de políticas linguísticas estabelecidas desde 1975, ano da proclamação da independência. Contrariamente a essa tendência, as línguas bantu decrescem, caminhando para o perigo de extinção ao longo dos tempos, especialmente nas zonas urbanas. Que fique claro que o português falado é uma variedade, porque o contato desta com as línguas bantu provocou interferências que contribuiram para a formação da variedade moçambicana de português.

Apesar de Moçambique ser o PALOP com mais países vizinhos, na sua política linguística não exerce nenhum poder com relação aos outros países vizinhos. Não há política de incentivo aos vizinhos, não há colaboração com os vizinhos para que a internacionalização da LP seja mais eficiente. Jamais houve debate público sobre o apoio linguístico, mesmo para Tanzânia que foi o maior aliado na luta contra o colonialismo.

11.3.2 OS PAÍSES VIZINHOS DE ANGOLA E SUA RELAÇÃO COM A LP

Na região de Angola, a LP chegou em 1491 com os exploradores que estabeleceram contatos e estabeleceram a religião cristã, tendo realizado acordos com o Rei de Kongo. A Angola faz fronteira com esse país por meio da Província de Cabinda e ao norte faz divisa com a República do Congo.

Quadro 11.2: Línguas da República do Congo

Categoria A	Categoria B	Categoria C	Categoria D
Línguas maternas	Línguas nacionais	Língua oficial	Línguas estrangeiras
kiboa kilega mashi kitembo kihemba kivira otetela	ijagó kiswahili ciluba kikongo	francês	inglês alemão português italiano

Fonte: Kabale (2021, s.p.).

Como se pode observar no Quadro 11.2, o francês é a única língua oficial, no meio em tantas línguas africanas faladas pela maioria dos congolezes. O país tem uma política de acolhimento do português como língua estrangeira, que é ensinada especialmente nas universidades. Kiamba (2007) analisou a situação da educação naquele país e destacou a relevância de ensino em línguas locais nos estabelecimentos de ensino, valorizando as línguas autóctones.

Se queremos um desenvolvimento endógeno, como Ki-Zerbo (2006) afirmava, a África precisa pensar nas suas línguas: “Não creio que se possa alfabetizar os africanos sem recorrer às línguas africanas. Em contrapartida, se recorrêssemos a essas línguas, poderíamos fixar-nos, com objetivo a médio prazo, assegurar a alfabetização total” (KI-ZERBO, 2006, p. 152). A internacionalização da LP nas relações entre Angola, especialmente na província de Cabinda e a República de Congo ainda é fraca. As negociações entre esses dois países abrangem o nível econômico, político e cultural, mas jamais envolve a expansão e ensino da LP. A verdade é que o contato entre línguas dos dois países está presente e exerce um poder considerável na vida dos dois povos.

11.3.3 REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO CONGO (RDC)

Contrariamente ao Brazaville (Capital da República do Congo), Kinsasha (capital da República Democrática do Congo) teve relações políticas muito fortes com Angola e com Portugal. Velez (2015) explica que, a partir do final do século XV, a LP entrou em contato com uma vasta população de língua Kikongo, visto que foi em 1482 que Diogo Cão chegou à foz do rio Congo, hoje Zaire. Do lado português, os agentes desse contato eram principalmente missionários e comerciantes, mas também funcionários públicos, professores, militares e artesãos. Na evangelização por capuchinhos italianos, vemos que a língua portuguesa mantém sua posição privilegiada na RDC.

De acordo com Makita (2013), na RDC existem quatro línguas principais: o kituba (kikongo), o ijagó, o swahili e o tshliuba. O autor desenvolveu um estudo exaustivo sobre os contextos sociolinguísticos da RDC incluindo a política e o planejamento linguístico, mas sem explorar a LP. O português apenas se faz sentir na zona fronteira com Angola, mas de forma espontânea e sem pressão da política linguística. A RDC compartilha com Angola uma fronteira terrestre de 2.511 km, o que faz com que os povos das regiões de Banana, Boma, Kwit, Tshikapa e Kolwezi possam interagir com angolanos e vice-versa. As províncias de Zaire, de Uige, Lunda Norte e Lunda Sul fazem fronteira com a RDC. O português desempenhou nas zonas fronteiriças com a RDC um papel importante, assumindo o estatuto de língua franca desde a costa africana até a atual RDC.

A Zâmbia faz fronteira com sete países: dois lusófonos (Moçambique e Angola) e quatro anglófonos (Tanzânia Namíbia, Zimbábue e Malawi e um (RDC) francófono). Muitos angolanos e moçambicanos vivem na Zâmbia, ambos povos imigrantes chegados devido à busca de emprego ou mesmo fugindo das guerras nos seus países. O governo se viu obrigado a conceder o ensino da LP dada a presença de muitos lusófonos habitando o país. A depender da fronteira, a Zâmbia recebe influência oficial do inglês, que é a língua de ensino. Observa-se que na Zâmbia o inglês é língua oficial. O português é língua de comunicação nas zonas fronteiriças com Moçambique e Angola.

A Namíbia faz fronteira com Angola. O país estabeleceu uma política linguística que ajuda na internacionalização da LP. O Ministério da Educação (NAMÍBIA. *Ministry of Basic Education, Sport and Culture*, 2003) elaborou diretrizes que apoiam o ensino da LP no primeiro nível de ensino, mas também é ensinada como língua estrangeira. Por outro lado, há que considerar o contato linguístico entre os povos khoisan de Angola e da Namíbia. Os povos khoisan de Angola deslocaram-se para a Namíbia e Zâmbia devido à guerra ocorrida na década de 1970, 1980 e 1990. Na República da Namíbia, os vakwedi/kwedi, os san e os malili se encontram num estado de convívio isolado do resto de qualquer sociedade, vivendo uma cultura considerada primitiva distanciando-se das sociedades bantu (PEDRO; MUSSILI, 2021). Os povos khoisan localizam-se na Namíbia, Botswana, Angola, Zâmbia, Zimbábue, África do Sul, Lesotho e Eswatini (PAKENDORF; STONEKING, 2020) e suas línguas se misturam com as dos outros khoisan e também com as do grupo bantu. Desses, alguns países têm uma política e planejamento linguístico consistentes e outros nem tanto. Em Angola, apenas se oficializou o português, o que faz com que os khoisan sejam reduzidos e isolados comparativamente aos bantu. Há aqui, um processo de “integração”, vista aos olhos de antropólogos e sociólogos como aculturação.

11.3.4 OS PAÍSES VIZINHOS DA GUINÉ-BISSAU E SUA RELAÇÃO COM A LP

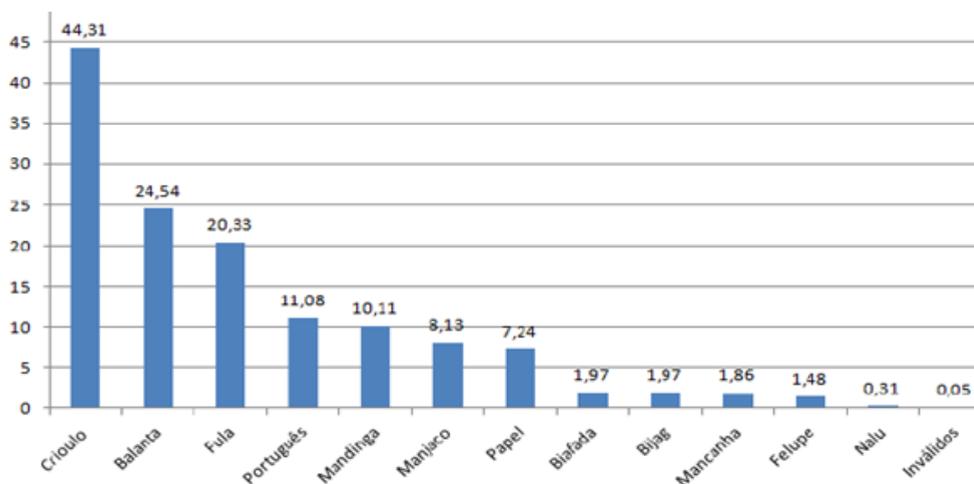
A Guiné-Bissau tem mais de vinte grupos étnicos entre os quais se destacam balanta, fula, manjaco, mandinga, pepel, mancanha, beafada, ijagó, felupe, nalu, tanda, cololi, susso, cada um com a sua língua. Dessa forma, o país apresenta uma vasta di-

versidade linguística e cultural. O crioulo não é língua de nenhuma etnia, mas sim de todos os povos, criada durante o período da colonização e escravização colonial (NAMONE, TIMBANE, 2017, p. 43). Para Dabó (2021, p. 21), o crioulo é uma “língua nacional da Guiné-Bissau é resultante do contato da língua de superstrato, o português, e as diversas línguas de substratos, as africanas pertencentes à família Níger-Congo”. É uma língua de base lexical portuguesa e de gramática das línguas africanas (TIMBANE; MANUEL, 2018). Esse crioulo guineense é falado no Senegal devido às relações étnicas, culturais, religiosas que os dois povos possuem.

Para além do português que é uma língua de origem europeia, os guineenses falam o francês (5,1%), o inglês (2,9%), o espanhol (0,5%) e o russo (0,1%), segundo INE/GB (2009). Uma das razões da inclusão dessas línguas é a localização geográfica da Guiné-Bissau e o interesse na política linguística. A Guiné-Bissau faz fronteira com países francófonos, o que favorece a comunicação com outros países e nações. A ideia é de realizar intercâmbio com outras nações pelo mundo, mas com especial atenção aos países que fazem parte da África Ocidental.

Como visto, o país apresenta várias línguas, das quais o crioulo é a mais falada, por cerca de 40%, segundo Recenseamento Geral da População e Habitação de 1991, realizado pelo Instituto Guineense de Estatística e Censo. Entretanto, o português tem estatuto de língua oficial e do ensino, embora seja falado por 11% da população, segundo o recenseamento referido (NAMONE; TIMBANE, 2017, p. 43).

Gráfico 11.1: Percentagem de falantes das línguas na Guiné-Bissau.



Fonte: Namone e Timbane (2017, p. 51).

O Gráfico 11.1 mostra que há 44,31% de pessoas que falam o crioulo. Essa é uma prova contundente da importância do crioulo no contexto guineense. Um dos insucessos do português (11,08%) de falantes como segunda língua prova que a política linguística deve mudar a sua visão com relação ao crioulo (NAMONE, TIMBANE,

2017, p. 51). Nas escolas, os professores se esforçam em pronunciar como em Portugal, ensinam na base de uma gramática e dicionário elaborados por portugueses o que de certo fica encarada a variedade europeia do português. Essa atitude desconsidera a variedade local que se manifesta no cotidiano.

O português é uma das línguas faladas no Senegal graças ao impacto da Guiné-Bissau. Historicamente, o Senegal teve a colonização portuguesa no século XV, até porque surgiu um crioulo de base lexical portuguesa. Desde 1961, o português é língua de ensino em diversos sistemas de ensino e com mais divulgação na região fronteira com a Guiné-Bissau. Tanto o guineense (crioulo da Guiné-Bissau) e o português são falados no Senegal. A Universidade Sheikh Anta Diop, em Dacar, inaugurou em 2006 um grande centro de língua portuguesa, vinculado ao Instituto Camões, cuja função principal é difundir o português no país.

A cooperação entre Portugal e Senegal é muito forte em Senegal, como mostram os estudos apascentados no Colóquio Internacional do Ensino Recíproco do Francês e do Português na África Ocidental (Université Cheikh Anta Diop, 2004). Labruné-Badiane (2013) analisa que o português no Senegal e, em especial, no Casamansa foi a língua mais difundida e expandida pelos afro-portugueses, Cabo-verdianos e portugueses. Os casamentos e o interesse econômico contribuíram para o avanço do português na África Ocidental.

A Guiné-Conacri faz fronteira com a Guiné-Bissau ao Sul e Leste. Há compartilhamento de algumas línguas africanas: fula (33,4%) e mandinga (29,4%). O povo da Guiné-Bissau e o povo da Guiné-Conacri têm a mesma origem étnica e se separaram devido à partilha de África por parte das potências europeias na Conferência de Berlim em 1884/1885. Atualmente, para além das línguas africanas, os dois povos compartilham o francês e o português nas zonas fronteiriças. Barry (2021) não relata casos específicos de ensino do português no país, mas sim as relações de complementaridade entre o francês e as línguas autóctones.

O francês é língua oficial, portanto, língua de ensino, da política, das publicações literárias e científicas e até de uso na mídia local. O árabe é falado por 87% da população como língua da religião (BARRY, 2021) e ocupa um lugar privilegiado para além das diversas línguas de origem africana. A fronteira entre a Guiné-Bissau e Guiné é de 386 km, mas não há uma interação mútua entre populações devido a dois fatores: a) é uma região de floresta rica em madeira e em minérios e que vive tensões militares o tempo todo; b) as questões diplomáticas não conseguiram solucionar os problemas da delimitação deixados por França e Portugal na Convenção de 12 de maio de 1886.

11.3.5 OS PAÍSES VIZINHOS DE CABO VERDE, SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE E SUA RELAÇÃO COM A LP

O Cabo Verde é um país insular localizado num arquipélago no Oceano Atlântico central e não tem fronteira terrestre com nenhum país. As distâncias geográficas não permitem uma influência linguística mútua entre países. São Tomé e Príncipe tam-

bém é composto por ilhas, localizado à 300 km da costa do Gabão. A internacionalização da LP nesses dois países se realiza por meio de formas artísticas e culturais.

A presença de crioulos que dominam nesses espaços faz com que o português seja apenas língua do Estado, havendo desejo permanente para que as línguas locais tenham o seu devido espaço de uso em pé de igualdade com o português. Segundo Carvalho e Sá (2007), o deslocamento de cabo-verdianos para o mundo, nomeadamente na Holanda (5%), França (6,5%), Portugal (18,7%), Luxemburgo (1,8%), Canárias (1,1%), Brasil (0,3%), EUA (25%), outros (40%) é motivada pela busca de oportunidades acadêmicas, de emprego para além de fatores sociais como o casamento.

Há mais cabo-verdianos fora do que dentro do país. Esses imigrantes, para além do crioulo que levam na bagagem linguística, incluem a LP, constituindo assim, a fonte da internacionalização da variedade cabo-verdiana do português além-fronteiras. A presença de Cabo Verde e São Tomé e Príncipe em diversas organizações internacionais traz visibilidade à variedade cabo-verdiana do português. Há que se realçar que o português está em permanente contato com o cabo-verdiano, falado por 99% da população, ocorrendo interferências de todo tipo. Observa-se um fenômeno especial: o regresso de unidades lexicais emprestadas na formação do crioulo para a língua portuguesa. Nesse regresso há mudanças semânticas, fonológicas dessas unidades lexicais que outrora saíram do português para o cabo-verdiano e que agora regressam para o português com outra carga semântica e fonológica.

11.3.6 SOBRE A GUINÉ-EQUATORIAL E O IMPASSE POLÍTICO NA IMPLEMENTAÇÃO DA LP

A Guiné-Equatorial é o mais novo país na CPLP. Vários estudos ainda revelam incipiência no avanço da LP nesse país. Leviski e Timbane (2020) evidenciam essa fragilidade especialmente no planejamento linguístico: está sendo difícil gerir o espanhol, o francês e o português num espaço em que se concorre para diversas línguas autóctones: Língua fang (A75) ou feng, Língua bubi (A31) ou bube, Língua seki (B22b) ou beseki ou seké, Língua ngumba (A81) ou kwasio ou magbea ou mvumbo ou ngoumba, Língua gyele (A801), do grupo makaa-njen, Língua yassa (A33a) ou lyasa ou yasa, Língua Krio ou pichi ou Fernando Pó Creole Inglês e Língua Fá d'Ambô ou annabonense ou anobonesa (LEVISKI, TIMBANE, 2020, p. 125-126). Os códigos entre parênteses são a indicação da classificação das línguas africanas, de acordo com Guthrie (1967) atualizado por Maho (2009).

Na Guiné-Equatorial ocorre o que Calvet (em 2006) chamou literalmente de “guerra das línguas” porque houve uma intenção de oficializar várias línguas que por sinal não são usadas na prática. Entendemos que seja uma política linguística “ambiciosa” que não ajuda efetivamente a população equatorial-guineense. Esse receio também é apresentado por Darrigol (2016) quando debate o estado das línguas daquele país. O espanhol salta a vista enquanto as outras línguas oficiais ainda estão hiber-

nando ou mesmo sendo usadas de forma tímida, uma vez que há dificuldades no planejamento linguístico (CALVET, 2006; SEVERO, 2013). Cada uma dessas línguas oficiais quer o seu espaço, num mesmo povo e num mesmo país composto por pouco mais de 2 milhões de habitantes.

O país faz parte da zona do Franco e a Comunidade Econômica e Monetária dos Estados da África Central (CEMAC), a Comunidade Econômica dos Estados da África Central (CEEAC), bem como a Organização Internacional da Francofonia. Mas também manifesta o interesse de estar na CPLP para expandir seus espaços de contato e acomodação, mesmo que a língua não seja relevante. O português é ensino no ensino secundário do 1º e 2º ciclo e é língua de concurso para ingresso na universidade (equivalente ao ENEM, no Brasil).

A presença da Guiné Equatorial na CPLP já cumpre a função principal da comunidade que é a internacionalização da LP. Não é possível falar em variedade equatorial-guineense do português porque nos parece que ainda não há falantes do português como língua materna e o planejamento ainda. A expansão da LP nesse país durará muito tempo, porque até hoje, pouco ou nada se cumpriu com relação ao compromisso político firmado pelo país para ingressar na CPLP.

11.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos PALOP existe uma diversidade linguística muito grande com mais de 50 línguas. Estudos não afirmam com precisão quantas línguas e quantos dialetos existem. Se entendemos a língua como parte da cultura e por meio dela compreendemos a visão do mundo desse povo, então precisamos desenvolver pesquisas que possam resgatar as línguas em perigo de extinção colocando em evidência a Declaração Universal dos Direitos Linguísticos (1996), da qual os PALOP são signatários.

Considerando o cenário apresentado, se tornam latentes duas perspectivas de internacionalização do português: a) a internacionalização do português em espaços não lusófonos; e b) a internacionalização da variedade africana do português na lusofonia. Muitos músicos dos PALOP, muitos escritores, artistas plásticos e de qualquer forma, muitos estudantes bolsistas ou não, muitos refugiados de guerra, refugiados políticos, refugiados econômicos e sociais difundem a LP além-fronteiras. A presença de um PALOP no Brasil, internacionaliza a variedade africana. A presença de um PALOP nos EUA não internacionaliza apenas a LP como também difunde a variedade africana do português.

Defendemos que a LP pode se internacionalizar mais na África se os PALOP se sentirem “donos” da língua. Daí importância da normatização das variedades para a autoestima, tanto no ensino quanto no uso cotidiano da variedade. A gramática pluricêntrica abre caminhos, abre um leque de oportunidades e dá confiança ao utente da língua. No entanto, a existência de dicionários e de gramáticas próprias da variedade normatizada dá mais autonomia, para além de oferecer confiança aos cidadãos.

Para a efetividade das políticas de expansão, é preciso apoiar financeiramente os

PALOP na instalação de cursos de LP nos países vizinhos, bem como apoiar a criação de exames e certificação de proficiência em português. A LP nos PALOP pode se internacionalizar mais quando os governos dos PALOP tomarem consciência da relevância da “negociação linguística” com os países vizinhos. Como mostramos, em alguns países vizinhos dos PALOP, como na África do Sul, Namíbia e Senegal, há ensino da LP. No entanto essa iniciativa não é ação de política linguística dos PALOP, e sim decorrente do interesse desses países. Nesse processo, cabem alguns questionamentos: Se os PALOP nem têm o seu próprio dicionário e sua própria gramática, como podem incentivar países vizinhos a falar e a estudar português? Se os PALOP ainda são preconceituosos com as suas variedades e veem o português de Portugal como modelo de variedade, como terão a coragem de ensinar os seus países vizinhos? Essas são questões que merecem investigação.

Por outro lado, as línguas autóctones não podem ser descartadas como alheias à CPLP. Os membros da CPLP pensam em LP a partir das línguas autóctones, daí a relevância de apoio para que falantes dessas línguas sejam estimuladas. O português africano é fruto das línguas africanas, o português brasileiro é fruto de línguas africanas e de línguas indígenas brasileiras, o português timorense é fruto das línguas asiáticas. Então, não se pode descartar a relevância dessas línguas na formação das variedades do português. Por isso que Ki-Zerbo (2006) compreendia que “os camponeses estão mergulhados num complexo de inferioridade, pelo fato de lhes falarem numa língua estrangeira. Devo dizer-lhe que, se passarmos ao registro das línguas africanas, os camponeses hão de se apresentar como a elite, e não como aqueles que se arrastam atrás e que devem ser puxados à força”. (KI-ZERBO, 2006, p. 152). Ki-Zerbo dizia essas palavras para elucidar a igualdade de línguas. A LP veio somar na África e não para apagar as línguas autóctones. É justamente essa mentalidade que faz com que haja distanciamento estratégico para que as línguas locais continuem sendo de identidade e da cultura.

A formação das variedades africanas de português resulta em grande medida do contato entre o português e as línguas locais que são pertencentes aos grupos bantu, khoisan e asiáticas. Em todos os países que fazem fronteira com os PALOP há um contato permanente de línguas, tanto de origem europeia quanto as de origem asiática e africanas. As pessoas se movimentam. Trocam experiências, têm relações de parentesco e estabelecem trocas comerciais. Essas relações direta ou indiretamente influenciam na variação do português africano. O contato linguístico é inevitável nas línguas naturais. Nenhuma sociedade se mantém estável no tempo e no espaço. Essas mudanças sociais, culturais, econômicas ou tecnológicas podem influenciar na variabilidade da língua.

REFERÊNCIAS

- ANGOLA. *Constituição da República*. Luanda: Assembleia da República, 2010.
- BARNES, Lawrie; McDULING, Allistair. The future of portuguese in South Africa: maintenance and shift factor. *Taylor & Francis Online*. v. 26, p. 147-162, 2008.

- BARRY, Alpha Ousmane. Le français et les langues nationales en Guinée : complémentarité ou accommodation ? In: NGLASSO-MWATHA, Musanji (Dir.). *Le français et les langues partenaires: convivialité et compétitivité*. Bordeaux: Presses Universitaires de Bordeaux, 2021, p. 45-64.
- BOSTOCK, William W. South Africa's evolving language policy: educational implications. *Journal of Curriculum and Teaching*. v. 7, n. 2; p. 27-37, 2018.
- CABO VERDE. *Constituição da República de Cabo Verde: Lei Constitucional 1/V/99, de 23 de Novembro, Praia, 2010*.
- CALVET, Louis-Jean. *La guerre des langues et les politique linguistiques*. Paris: Hachette, 2006.
- CARVALHO, Ineida Romi Tavares Varela de; SÁ, Alcindo José de. O retorno de emigrantes e o problema de reinserção em Cabo Verde. *Revista de Geografia*. v. 24, n. 2, p. 121-135, 2007.
- DABÓ, Mohamed Malam. O percurso da padronização e oficialização do crioulo guineense. Pet História: *Anais do X Encontro dos pesquisadores iniciantes das humanidades*. Universidade Federal de Sergipe, 2021, p. 52-63.
- DARRIGOL, Adeline. *État des langues en Guinée équatoriale. Contextes et didactiques*. 2016.
- GORA, Ruth Babra. (Re-)integrating african languages into the zimbabwean school curriculum. In: SHIZHA, E.; MAKUVAZA, N. (eds.). *Re-thinking Postcolonial Education in Sub-Saharan Africa in the 21st Century*, 2017, p. 141-158.
- GUINE-BISSAU. *Constituição da República*. Bissau: Assembleia, 1996.
- INE/GB. Instituto Nacional de Estatística da Guiné-Bissau. *Recenseamento populacional*. Guine Bissau: INE, 2009.
- KABALE, Sim Kilosho. Le français et les langues nationales en République démocratique du Congo. In: NGLASSO-MWATHA, Musanji (Dir.). *Environnement francophone en milieu plurilingue*. Pessac: Presses Universitaires de Bordeaux. 2021, p. 405-418.
- KIAMBA, Claude-Ernest. *Construction de l'Etat et Politiques de l'Enseignement au Congo-Brazzaville, de 1911 à 1997*. Une contribution à l'analyse de l'Action publique en Afrique noire. Histoire, Philosophie et Sociologie des sciences. Institut d'études politiques de Bordeaux; Université Montesquieu, Bordeaux IV, 2007.
- KI-ZERBO, Joseph. *Para quando África?* Entrevista com René Holenstein. Trad. Carlos Aboim de Brito. Rio de Janeiro: Pallas, 2006.
- LABRUNE-BADIANE, Céline. Affirmation d'une identité afro-portugaise et éducation en Casamance fin du XIXe siècle début XXe siècle. *Afrika Zamani*, n. 20-21, 2012-2013, p. 131-147, 2014.

- LEVISKI, Charlott Eloize; TIMBANE, Alexandre António. A Guiné-Equatorial no cenário lusófono: política e planejamento linguísticos. In: SOUZA, Sweder; OLMO, Francisco Calvo. (org.). *Línguas em português: a lusofonia numa visão crítica*. Porto: Universidade do Porto, 2020. p. 119-135.
- MAHO, Jouni Filip. The online version of the New Updated Guthrie List, a referential classification of the Bantu languages. *NUGL Online*. 4 juni 2009.
- MAKITA, Jean-Claude Makomo. La politique linguistique de la R. D. Congo à l'épreuve du terrain: de l'effort de promotion des langues nationales au surgissement de l'entrelangue. *Synergies: Afrique des grands lacs*. n°2, p. 45-61, 2013.
- MAKONI, Sinfree. A critical analysis of the historical and contemporary status of minority languages in Zimbabwe. *Current Issues in Language Planning*, v.12, n.4, p. 437-455, 2011.
- MATIKI, Alfred J. Language planning and linguistic exclusion in the legislative process in Malawi. *World Congress on language policies*. p. 1-16, 2002.
- MOÇAMBIQUE. *Constituição da República*. Maputo: Assembleia da República, 2004.
- NAMÍBIA. Ministry of Basic Education, Sport and Culture. *The Language Policy for Schools in Namibia*, Windhoek: MBESC, 2003.
- NAMONE, Dabana; TIMBANE, Alexandre António. Consequências do ensino da língua portuguesa no ensino fundamental na Guiné-Bissau 43 anos após a independência. *Mandinga: Revista de Estudos Linguísticos, Redenção-CE*, v. 1, n. 01, p. 39-57, 2017.
- NGONYANI, Deo. Language shift and national identity in Tanzânia. *Ufahamu: a journal of african studies*. v. 23, n. 2, p. 69-92, 1995.
- NURSE, Derek; PHILIPPSON, Gérard. *The bantu languages*. Routledge: Abingdon, 2014.
- PAKENDORF, Brigitte; STONEKING, Mark. The genomic prehistory of peoples speaking Khoisan languages. *Oxford Journals*. v. 30, n. 2, p. 49-55, out. 2020.
- PEDRO, Leonardo Tuyenikumwe; MUSSILI, Paulino Luís. Aspectos sóciohistóricos dos povos !kung (khoisan) de Angola. *Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras*, vol. 1, n° Especial, p. 164-188, 2021.
- PETTER, Margarida. *Introdução à linguística africana*. São Paulo: Contexto, 2015.
- PITTON, Liliane Meyer. Visites bilingues à la frontière des langues: la mise en produit d'une situation linguistique pour le tourisme. *Langage & Société*, n. 163/1, p. 11-32, 2018.
- RODRIGUES, Ângela Lamas. *A língua inglesa na África: opressão, negociação. Resistência*. Campinas: Ed. UNICAMP, 2011.
- SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE. *Constituição da República*. Assembleia Nacional, em São Tomé, aos 6 de Dezembro de 2002.

- SEVERO, Cristine G. Política (s) linguística(s) e questões de poder. *Alfa*, v. 7, n. 2, p. 451-473, 2013.
- TIMBANE, Alexandre António. *A variação e a mudança lexical da Língua Portuguesa em Moçambique*. 318f. (Tese). Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa – Faculdade de Ciências e Letras. Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2013.
- TIMBANE, Alexandre António; MANUEL, Cátia. O crioulo da Guiné-Bissau é uma língua de base portuguesa? embate sobre os conceitos. *Revista de Letras – Juçara*, v. 2, n. 2, p. 107-126, 2018.
- UNESCO. *Declaração Universal do Direitos Linguísticos*. Barcelona: UNESCO, 1996.
- UNIVERSITÉ CHEIKH ANTA DIOP. *Actes Du Colloque International Enseignement Réciproque Du Français Et Du Portugais En Afrique Occidentale*, 6 et 7 décembre 2004, Dakar.
- VELEZ, Rui Manuel Proença Bonita. *As Relações entre Portugal e o Zaire (1968-1974)*. 2015. 448f. (Tese) – Departamento de História. Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa, 2015.

SOBRE OS AUTORES

Alexandre António Timbane. Pós-doutorando no Departamento de Letras Vernáculas, Universidade Federal de Sergipe (UFS), Doutor em Linguística e Língua Portuguesa, professor titular da Universidade de Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB). E-mail: alextimbana@gmail.com

Athany Gutierres. Doutora em Letras, Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). E-mail: athany@gmail.com

Beatriz Christino. Doutora pela Universidade de São Paulo (USP) e realizou Pós-doutorado na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). É docente do Departamento de Letras Vernáculas da Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). E-mail: bchristino@letras.ufrj.br

Celeste Maria da Rocha Ribeiro. Doutora em linguística, Universidade Federal do Amapá (UNIFAP). E-mail: celribeiro042002@gmail.com.

Cláudia Andrea Rost Snichelotto. Doutora em Linguística, professora titular-livre da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). E-mail: rostclaudia@hotmail.com

Danielle Kely Gomes. Professora de Língua Portuguesa da Faculdade de Letras da UFRJ. Doutora em Letras Vernáculas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. E-mail: daniellekgomes@letras.ufrj.br.

Elisa Battisti. Doutora em Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), CNPq, E-mail: elisa.battisti@ufrgs.br

Fernanda Gabrielle Costa Rodrigues. Mestra em Letras pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). E-mail: rodriiguesfernanda@hotmail.com

Fernando Jesus da Silva. Doutor em Linguística, Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). E-mail: fernando.silva1@ufmt.br

João Pedro Peres da Costa. Licenciado em Letras Português-Espanhol pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e mestrando do programa de pós graduação em Estudos em Linguagem da Universidade Federal Fluminense (UFF). Bolsista Capes/CNPq. Email: joao.pedro.peres.iperes@gmail.com

Jocineide Macedo Karim. Professora doutora em Linguística da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), FAPEMAT. E-mail: Jocineide.karim1@unemat.br.

Karolina J. Zaremba. M.A., Doktor der Philosophie, Europa Universität Viadrina/Universidade Federal Fluminense (UFF) em cotutela. E-mail: simply.carolyn@gmail.com

Lívia Majolo Rockenbach. Mestre em Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). E-mail: livia.rockenbach@gmail.com

Manoel Siqueira. Mestre e Doutorando em Letras pelo Programa de Pós-graduação Letras da Universidade Federal de Sergipe (UFS). Fundação de Apoio à Pesquisa e à Inovação Tecnológica do Estado de Sergipe (FAPITEC/SE). E-mail: manoelsiq@academico.ufs.br.

Marta Deysiane Alves Faria Sousa. Doutora em Letras pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). E-mail: professoramarta2018@outlook.com

Mônica Maria Guimarães Savedra. Doutora em Linguística. Professora da Universidade Federal Fluminense/CNPq. E-mail: msavedra55@gmail.com

Raquel Meister Ko. Freitag. Doutora em Linguística. Universidade Federal de Sergipe (UFS), CNPq. E-mail: rkofreitag@academico.ufs.br

Silvana Silva de Farias Araújo. Doutora em Língua e Cultura, pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Professora titular de Língua Portuguesa na Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). E-mail: silvanaaraujo@uefs.br

Tamires Regina Zortéa. Mestre e Doutoranda em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). Bolsista do Programa de Bolsas Universitárias de Santa Catarina-Uniedu, do Fundo de Apoio à Manutenção e ao Desenvolvimento da Educação Superior - FUMDES 2022. E-mail: tamiresreginazortea@gmail.com

Jean Marcel Oliveira Araujo. Doutor em Letras pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Colégio Estadual Polivalente de Santo Estevão - SEC/BA. jeamarcell@gmail.com



“Política linguística” é um campo amplo que envolve planificação, documentação, conservação linguística, planejamento, difusão e ensino, tanto de línguas vernaculares como estrangeiras, de herança ou autóctones. Mais: ensinar uma língua (ou uma variedade de uma língua) é uma política linguística, assim como descrever uma língua impõe um recorde oriundo de uma política linguística.

Como resultado do projeto Políticas linguísticas: variedade, diversidade, contato e os direitos linguísticos (Edital CAPES/FAPITEC/PROMOB 06/2016), contribuímos para a problematização de temas em que as línguas se tornam o lócus de disputas e debates políticos, considerando diferentes olhares sobre a relação entre língua e política, envolvendo desde os discursos oficiais e estatais, até as práticas educacionais e os movimentos identitários.



openaccess.blucher.com.br

Blucher Open Access